
***As políticas lingüísticas das Américas
em um mundo multipolar***

***Las políticas lingüísticas en las Américas
en un mundo multipolar***

***Les politiques linguistiques au sein des Amériques
dan un monde multipolaire***

***Language policies in the Americas
in a multipolar world***

© União Latina
<http://dtil.unilat.org>

© Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
<http://www.puc-rio.br/>

© Autores

http://dtil.unilat.org/tercer_seminario/index_pt.htm
http://dtil.unilat.org/tercer_seminario/index_es.htm
http://dtil.unilat.org/tercer_seminario/index_fr.htm
http://dtil.unilat.org/tercer_seminario/index_en.htm

DADOS INTERNACIONAIS
PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S474p

Seminário Interamericano Sobre a Gestão das Línguas (3.:
Rio de Janeiro, RJ: 2006)

As políticas lingüísticas das américas em um mundo
multipolar: anais [do] / III Seminário Interamericano Sobre
a Gestão das Línguas. - Rio de Janeiro: União Latina, 2006.

ISBN 85-7749-013-0

1. Linguagem – Política Governamental – América – Congressos.
I Título: Terceiro Seminário Interamericano Sobre a Gestão
das Línguas. II. União Latina.

CDD – 306.4497

Capa e editoração eletrônica:
ALEXANDRE BRUM

Este livro foi impresso na ParkGraf Editora Ltda. – Petrópolis – RJ,
para EDIÇÕES GALO BRANCO LTDA., com filmes fornecidos pelo editor.
DEZEMBRO/2006

III SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE A GESTÃO DAS LÍNGUAS:

As políticas lingüísticas das Américas em um mundo multipolar

Rio de Janeiro, 29-31 de maio de 2006

Organizado pela União Latina e a PUC-Rio

Anais

Edição organizada pela União Latina

III SEMINARIO INTERAMERICANO SOBRE LA GESTIÓN DE LAS LENGUAS:

Las políticas lingüísticas en las Américas en un mundo multipolar

Río de Janeiro, 29-31 de mayo de 2006

Organizado por la Unión Latina y la PUC-Rio

Actas

Edición a cargo de la Unión Latina

III SÉMINAIRE INTERAMÉRICAIN SUR LA GESTION DES LANGUES:

Les politiques linguistiques au sein des Amériques dans un monde multipolaire

Rio de Janeiro, 29-31 mai 2006

Organisé par l'Union latine et la PUC-Rio

Actes

Edition organisée par l'Union latine

THIRD INTER-AMERICAN LANGUAGES MANAGEMENT SEMINAR:

Language policies in the Americas in a multipolar world

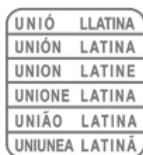
Rio de Janeiro, May 29-31, 2006

Organized by União Latina and PUC-Rio

Proceedings

Edition organized by União Latina

ORGANIZADORES / ORGANISATEURS / ORGANIZERS



PATROCÍNIO / PATROCINIO / PARRAINAGE / SPONSORSHIP



INSTITUTO
CAMÕES
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



ORGANISATION
INTERNATIONALE DE
LA FRANCOPHONIE

Ministério
da Educação



APOIO / APOYO / SOUTIEN / SUPPORT



PROGRAMA - ÍNDICE

CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO

- *P. Jesus Hortal Sanchez, reitor da PUC-Rio* [texto não disponível]
- *Conrad Ouellon, presidente do Conseil québécois de la langue française (Quebec)* [texto não disponível]
- *Jean-Pierre Asselin de Beauville, vice-reitor da Agence universitaire de la Francophonie (Canadá)* ... [texto não disponível]
- *Palmira dos Santos Carvalheira Pires Marrafa, professora, Universidade de Lisboa e Instituto Camões (Portugal)* [texto não disponível]
- *Julien Kilanga-Musinde, diretor das Línguas e da Escrita, OIF (França)* 35
- *Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, assessor do Ministro, representante do Ministério da Educação (Brasil)* [texto não disponível]
- *Rosália Guedes, coordenadora Escritório OEI no Brasil* [texto não disponível]
- *Martha Vianna, diretora da União Latina (Brasil), representante do Secretário Geral da União Latina* 37

MESA-REDONDA

Globalização, línguas internacionais, línguas nacionais e línguas regionais nas Américas: perspectivas de uma política linguística de integração

- *Conrad Ouellon, presidente do Conseil québécois de la langue française (Quebec)* 41
- *Gilvan Müller de Oliveira, diretor do IPOL (Brasil)* [texto não disponível]
- *Rainer Enrique Hamel, professor, Universidad Autónoma Metropolitana (México)* [texto não disponível]

SESSÃO 1. A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E CULTURAL NAS AMÉRICAS

1. Diversidade lingüística e cultural: dinâmicas e mudanças como consequência da globalização
 ■ *Dyane Adam, comissária, Commissariat aux langues officielles, OCOL-COLO (Canadá)* 49
2. Programas de intercompreensão lingüística para facilitar o plurilingüismo individual e coletivo
 ■ *Manuel Tost, professor, Universidad Autónoma de Barcelona (Espanha)* .. 55
3. Meios de difusão das línguas americanas como fator de integração e cooperação
 ■ *Ronaldo Teixeira, professor e linguista, ex-Ministro de Estado de Educação Interino* [texto não disponível]
4. Convergências com a Convenção sobre a Diversidade Cultural
 ■ *Araceli Morales López, ex-ministra da Cultura (Colômbia)*..... 67
5. Língua e consumo: Apresentação de produtos e serviços na língua do consumidor
 ■ *Hiraldo Leite Pereira, advogado especialista em Direitos do Consumidor, ex-professor, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)* 82

APRESENTAÇÃO DE LIVRO (PARALELA AO PROGRAMA)

Livro de Registro das Línguas: uma Política Patrimonial para as Línguas Brasileiras

- *Rosângela Morello e Gilvan Müller de Oliveira, IPOL* 107

SESSÃO 2. POLÍTICAS E ENSINO DE LÍNGUAS

1. A educação bilíngüe e o ensino das línguas maternas, segundas e estrangeiras
 ■ *Naullaq Arnaquq, vice-ministra adjunta, ministério da Cultura, Língua, Idosos e Juventude, Governo do Nunavut (Canadá)*..... [texto não disponível]
2. As políticas lingüísticas e o ensino superior
 ■ *Fernando Nava López, diretor geral do Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) (México)* 115
3. Diversidade lingüística na produção e difusão do saber: constatações e propostas
 ■ *Jean-Pierre Asselin de Beauville, vice-reitor da Agence universitaire de la Francophonie (AUF) (Canadá)*..... 128
4. As políticas lingüísticas e sua aplicação no ensino das línguas indígenas
 ■ *María Gloria Pereira Jacquet, ministério da Educação e Cultura (Paraguai)* 152

5. Políticas, métodos e técnicas de desenvolvimento do bilingüismo dos surdos
 - *Marlene de Oliveira Gotti, chefe de setor, ministério da Educação (Brasil)* 162

SESSÃO 3. NORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA E CIDADANIA

1. Criação de afinidades e impactos da globalização na elaboração de terminologias multilíngües
 - *Nuria Gregori Torada, diretora do Instituto de Literatura y Lingüística (Cuba)* 167
2. A normalização lingüística e terminológica, uma ferramenta essencial da comunicação e da intercompreensão no contexto da diversidade cultural
 - *Louis-Jean Rousseau, Office québécois de la langue française (Quebec)* 181
3. Direitos lingüísticos dos cidadãos
 - *Julien Kilanga-Musinde, diretor das Línguas e da Escrita, (OIF) (França)* 195
4. Diversidade lingüística e política de registro de línguas
 - *Rosângela Morello, professora-pesquisadora, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e IPOL (Brasil)* [texto não disponível]

APRESENTAÇÃO DE LIVRO (PARALELA AO PROGRAMA)

Una aplicación de la ley sobre derechos lingüísticos:

el Catálogo de Lenguas Indígenas Mexicanas, INALI 2005

- *Fernando Nava López, diretor geral do Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) (México)* 207

SESSÃO 4. O MULTILINGÜISMO NAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS, SUPRANACIONAIS E INTERNACIONAIS

1. Uso da língua ou das línguas nas transações comerciais internacionais
 - *Mônica Maria Guimarães Savedra, professora, PUC-Rio (Brasil)*..... 219
2. A tradução na Sociedade da informação
 - *Palmira dos Santos Carvalheira Pires Marrafa, professora, Universidade de Lisboa e Instituto Camões (Portugal)* 233
3. Por uma aproximação geopolítica do multilingüismo
 - *Pierre Georgeault, diretor de pesquisa e administração, Conseil supérieur de la langue française (Quebec)* 242
4. Negociações regionais: quais línguas?
 - *Blanca Margarita Ovelar de Duarte, ministra da Educação (Paraguai)*.. 255

SESSÃO 5. POLÍTICAS EDITORIAIS E TECNOLOGIAS PARA A DIFUSÃO DAS LÍNGUAS

1. Recursos lingüísticos em linha
 - *Tina Célestin, Office québécois de la langue française (Quebec) 261*
2. O mercado das línguas na edição
 - *Richard Uribe, vice-presidente do Centro Regional do Livro para a América Latina e o Caribe (CERLALC - UNESCO) (Colômbia) 275*
3. As indústrias da língua como apoio ao multilingüismo
 - *Gabriel Huard, diretor do Bureau de la traduction (Canadá)..... 291*

CONCLUSÕES 301

ENCERRAMENTO

- *Blanca Margarita Ovelar de Duarte, ministra da Educação (Paraguai) [texto não disponível]*
- *Enilde Faulstich, professora, Universidade de Brasília (Brasil) [texto não disponível]*
- *Cláudio Menezes, Comunicação e Informação, UNESCO [texto não disponível]*
- *Daniel González, diretor da OEI (Brasil) [texto não disponível]*
- *Danilo Marcondes de Souza Filho, vice-reitor para Assuntos Acadêmicos, PUC-Rio [texto não disponível]*
- *Daniel Prado, União Latina [texto não disponível]*

PROGRAMA - ÍNDICE

CEREMONIA DE INAUGURACIÓN

- *P. Jesus Hortal Sanchez, Rector, PUC (Brasil) [texto no disponible]*
- *Conrad Ouellon, Presidente del Conseil québécois
de la langue française (Québec) [texto no disponible]*
- *Jean-Pierre Asselin de Beauville, Vice Rector de la
Agence universitaire de la Francophonie (Canadá) [texto no disponible]*
- *Palmira dos Santos Carvalheira Pires Marrafa, Profesora,
Universidade de Lisboa e Instituto Camões (Portugal) [texto no disponible]*
- *Julien Kilanga-Musinde, Director de Lenguas y Escritos, OIF (Francia) 35*
- *Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, Representante del
Ministerio de Educación del Brasil (Brasil) [texto no disponible]*
- *Rosália Guedes, Coordinadora de la OEI (Brasil) [texto no disponible]*
- *Martha Vianna, Directora de la Unión Latina (Brasil),
en representación del Secretario General de la Unión Latina 37*

MESA REDONDA

Globalización, lenguas internacionales, lenguas nacionales y lenguas regionales
en las Américas: perspectivas de una política lingüística de integración

- *Conrad Ouellon, Presidente del Conseil québécois
de la langue française (Québec) 41*
- *Gilvan Müller de Oliveira, Director del IPOL (Brasil) [texto no disponible]*
- *Rainer Enrique Hamel, Profesor, Universidad Autónoma
Metropolitana (México) [texto no disponible]*

SESIÓN 1. LA DIVERSIDAD LINGÜÍSTICA Y CULTURAL EN LAS AMÉRICAS

1. Diversidad lingüística y cultural: dinámicas y cambios como consecuencia de la globalización
 - *Dyane Adam, Comisaria para los Idiomas Oficiales, OCOL-COLO (Canadá) 49*
2. Programas de intercomprensión lingüística para facilitar el plurilingüismo individual y colectivo
 - *Manuel Tost, Profesor, Universidad Autónoma de Barcelona (España) 55*
3. Medios de difusión de las lenguas americanas como factor de integración y de cooperación
 - *Ronaldo Teixeira, Profesor y Lingüista, ex Ministro de Estado de Educación Interino [texto no disponible]*
4. Convergencias con la convención sobre la diversidad cultural
 - *Araceli Morales López, ex Ministra de Cultura (Colombia) 67*
5. Lengua y consumo: presentación de productos y servicios en el idioma del consumidor
 - *Hiraldo Leite Pereira, Abogado especialista en Derechos del Consumidor, ex Profesor, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) 82*

PRESENTACIÓN (FUERA DE PROGRAMA)

Livro de Registro das Línguas: uma Política Patrimonial para as Línguas Brasileiras

- *Rosângela Morello y Gilvan Müller de Oliveira, IPOL 107*

SESIÓN 2. POLÍTICAS Y ENSEÑANZA DE LAS LENGUAS

1. La educación bilingüe y la enseñanza de la lengua materna, la segunda lengua y las lenguas extranjeras
 - *Naullaq Arnaug, Vice Ministra Adjunta, Ministerio de Cultura, del Idioma, de la Tercera Edad y de la Juventud, Gobierno de Nunavut (Canadá) [texto no disponible]*
2. Las políticas lingüísticas y la enseñanza superior
 - *Fernando Nava López, Director General del Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) (México) 115*
3. La diversidad lingüística en la producción y difusión del conocimiento: situación actual y propuestas
 - *Jean-Pierre Asselin de Beauville, Vice Rector de la Agence universitaire de la Francophonie (AUF) (Canadá) 128*
4. Las políticas lingüísticas y su aplicación en la enseñanza de lenguas indígenas

■ <i>María Gloria Pereira Jacquet, Ministerio de Educación y Cultura (Paraguay)</i>	152
5. Políticas, métodos y técnicas para el desarrollo del bilingüismo en los sordos	
■ <i>Marlene de Oliveira Gotti, Responsable de Sector, Ministerio de Educación del Brasil (Brasil)</i>	162

SESIÓN 3. NORMALIZACIÓN LINGÜÍSTICA Y CIUDADANÍA

1. Creación de afinidades e impactos de la globalización en la elaboración de terminologías multilingües	
■ <i>Nuria Gregori Torada, Directora del Instituto de Literatura y Lingüística (Cuba)</i>	167
2. La normalización lingüística y terminológica, una herramienta fundamental de la comunicación y de la intercomprensión en el contexto de la diversidad cultural	
■ <i>Louis-Jean Rousseau, Office québécois de la langue française (Québec)</i>	181
3. Derechos lingüísticos de los ciudadanos	
■ <i>Julien Kilanga-Musinde, Director de Lenguas y Escritos, (OIF) (Francia)</i>	195
4. Diversidad lingüística y política de registro de las lenguas	
■ <i>Rosângela Morello, Profesora Investigadora, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e IPOL (Brasil)</i>	[texto no disponible]

PRESENTACIÓN (FUERA DE PROGRAMA)

Una aplicación de la ley sobre derechos lingüísticos:

el Catálogo de Lenguas Indígenas Mexicanas, INALI 2005

■ <i>Fernando Nava López, Director General del Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) (México)</i>	207
---	-----

SESIÓN 4. EL MULTILINGÜISMO EN LAS ORGANIZACIONES GUBERNAMENTALES, SUPRANACIONALES E INTERNACIONALES

1. El uso de la lengua o de las lenguas en las relaciones internacionales	
■ <i>Mônica Maria Guimarães SAVEDRA, Profesora Adjunta, PUC-Rio (Brasil)</i>	219
2. La traducción en la Sociedad de la Información	
■ <i>Palmira dos Santos Carvalho Pires Marrafa, Profesora, Universidade de Lisboa e Instituto Camões (Portugal)</i>	233
3. En pro de un enfoque geopolítico del multilingüismo	
■ <i>Pierre Georgeault, Director de Investigación y Administración, Conseil supérieur de la langue française (Québec)</i>	242

4. Negociaciones regionales: ¿qué idiomas privilegiar?	
■ Blanca Margarita Ovelar de Duarte, Ministra de Educación (Paraguay)	255

SESIÓN 5. POLÍTICAS EDITORIALES Y TECNOLOGÍAS PARA LA DIFUSIÓN DE LAS LENGUAS

1. Recursos lingüísticos en línea	
■ Tina Célestin, <i>Office québécois de la langue française (Quebec)</i>	261
2. El mercado de las lenguas en la edición	
■ Richard Uribe - Vice Presidente del Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (CERLALC - UNESCO) (Colombia)	275
3. El apoyo del multilingüismo a las industrias de la lengua	
■ Gabriel Huard, <i>Director del Bureau de la traduction (Canadá)</i>	291

CONCLUSIONES	301
--------------------	-----

CLAUSURA

■ Blanca Margarita Ovelar de Duarte, Ministra de Educación (Paraguay)	[texto no disponible]
■ Enilde Faulstich, Profesora, Universidade de Brasília (Brasil)	[texto no disponible]
■ Cláudio Menezes, Comunicación e Información, UNESCO	[texto no disponible]
■ Daniel González, Director de la OEI (Brasil)	[texto no disponible]
■ Danilo Marcondes de Souza Filho, Vice Rector, Asuntos Académicos, PUC-Rio	[texto no disponible]
■ Daniel Prado, Unión Latina	[texto no disponible]

PROGRAMME - SOMMAIRE

CÉRÉMONIE D'INAUGURATION

- *P. Jesus Hortal Sanchez, Recteur, PUC-Rio (Brésil) [texte non-disponible]*
- *Conrad Ouellon, Président du Conseil québécois
de la langue française (Québec) [texte non-disponible]*
- *Jean-Pierre Asselin de Beauville, Vice-recteur
de l'Agence universitaire de la Francophonie (Canada) . [texte non-disponible]*
- *Palmira dos Santos Carvalho Pires Marrafa, Professeure,
Universidade de Lisboa et Instituto Camões (Portugal) .. [texte non-disponible]*
- *Julien Kilanga-Musinde, Directeur des Langues
et de l'Écrit, OIF (France) 35*
- *Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, Représentant
du ministère de l'Éducation du Brésil [texte non-disponible]*
- *Rosália Guedes, Coordinatrice bureau OEI (Brésil) [texte non-disponible]*
- *Martha Vianna, Directrice du bureau de l'Union latine au Brésil,
en représentation du Secrétaire général de l'Union latine 37*

TABLE RONDE

Mondialisation, langues internationales, langues nationales et langues régionales
dans les Amériques : perspectives d'une politique linguistique d'intégration

- *Conrad Ouellon, Président du Conseil québécois
de la langue française (Québec) 41*
- *Gilvan Müller de Oliveira, Directeur
de l'IPOL (Brésil) [texte non-disponible]*
- *Rainer Enrique Hamel, Professeur, Universidad Autónoma
Metropolitana (Mexique) [texte non-disponible]*

SESSION 1. LA DIVERSITÉ LINGUISTIQUE ET CULTURELLE DANS LES AMÉRIQUES

1. Diversité linguistique et culturelle: dynamiques et changements comme conséquence de la mondialisation
 - *Dyane Adam, Commissaire aux langues officielles, OCOL-COLO (Canada)* 49
2. Programmes d'intercompréhension linguistique pour faciliter le plurilinguisme individuel et collectif
 - *Manuel Tost, Professeur, Universidad Autónoma de Barcelona (Espagne)* 55
3. Moyens de diffusion des langues américaines comme facteur d'intégration et de coopération
 - *Ronaldo Teixeira, Professeur et linguiste, ex-ministre d'État par intérim de l'Éducation* [texte non-disponible]
4. Convergences avec la convention sur la diversité culturelle
 - *Araceli Morales López, Ancienne ministre de la Culture (Colombie)* 67
5. Langue et consommation : présentation des produits et services dans la langue du consommateur
 - *Hiraldo Leite Pereira, Avocat spécialisé en droit du consommateur, ancien professeur, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brésil)* 82

PRÉSENTATION DE LIVRE (HORS-PROGRAMME)

Livro de Registro das Línguas: uma Política Patrimonial para as Línguas Brasileiras

- *Rosângela Morello et Gilvan Müller de Oliveira, IPOL* 107

SESSION 2. POLITIQUES ET ENSEIGNEMENT DES LANGUES

1. L'éducation bilingue et l'enseignement des langues maternelles, secondes et étrangères
 - *Naullaq Arnaquq, sous-ministre adjointe, ministère de la Culture, de la Langue, des Aînés et de la Jeunesse, Gouvernement du Nunavut (Canada)* [texte non-disponible]
2. Les politiques linguistiques et l'enseignement supérieur
 - *Fernando Nava López, Directeur général de l'Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) (Mexique)* 115
3. La diversité linguistique dans la production et la diffusion du savoir: constats et propositions
 - *Jean-Pierre Asselin de Beauville, Vice Rector de l'Agence universitaire de la Francophonie (AUF) (Canada)* 128

4. Les politiques linguistiques et leur application dans l'enseignement des langues indigènes
 - *María Gloria Pereira Jacquet, ministère de l'Éducation et de la Culture (Paraguay)*..... 152
5. Politiques, méthodes et techniques pour le développement du bilinguisme des sourds
 - *Marlene de Oliveira Gotti, Cheffe de secteur, ministère de l'Éducation du Brésil (Brésil)* 162

SESSION 3. NORMALISATION LINGUISTIQUE ET CITOYENNETÉ

1. Création d'affinités et impacts de la mondialisation sur l'élaboration de terminologies multilingues
 - *Nuria Gregori Torada, Directrice de l'Instituto de Literatura y Lingüística (Cuba)* 167
2. La normalisation linguistique et terminologique, un outil essentiel de la communication et de l'intercompréhension dans le contexte de la diversité culturelle
 - *Louis-Jean Rousseau, Office québécois de la langue française (Québec)* 181
3. Droits linguistiques des citoyens
 - *Julien Kilanga-Musinde, Directeur des Langues et de l'Écrit (OIF) (France)*..... 195
4. Diversité linguistique et politique d'enregistrement des langues
 - *Rosângela Morello, Professeure-chercheure, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP et IPOL*..... [texte non-disponible]

PRÉSENTATION DE LIVRE (HORS-PROGRAMME)

Una aplicación de la ley sobre derechos lingüísticos: el Catálogo de Lenguas Indígenas Mexicanas, INALI 2005

- *Fernando Nava López, Directeur général de l'Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) (Mexique)*..... 207

SESSION 4. LE MULTILINGUISME DANS LES ORGANISATIONS GOUVERNEMENTALES, SUPRANATIONALES ET INTERNATIONALES

1. Usage de la langue ou des langues dans les affaires internationales
 - *Mônica Maria Guimarães SAVEDRA, Professeure adjointe, PUC-Rio (Brésil)* 219
2. La traduction dans la Société de l'information
 - *Palmira dos Santos Carvalho Pires Marrafa, Professeure, Universidade de Lisboa et Instituto Camões (Portugal)* 233

3. Pour une approche géopolitique du multilinguisme	
■ <i>Pierre Georgeault, Directeur de la recherche et de l'administration,</i> <i>CSLF (Québec)</i>	242
4. Négociations régionales: quelles langues ?	
■ <i>Blanca Margarita Ovelar de Duarte, Ministre</i> <i>de l'Éducation (Paraguay)</i>	255

SESSION 5. POLITIQUES ÉDITORIALES ET TECHNOLOGIES POUR LA DIFFUSION DES LANGUES

1. Ressources linguistiques en ligne	
■ <i>Tina Célestin, Office québécois de la langue française (Québec)</i>	261
2. Le marché des langues dans l'édition	
■ <i>Richard Uribe, Vice-président du Centre régional du livre pour</i> <i>l'Amérique latine et les Caraïbes (CERLALC - UNESCO) (Colombie)</i>	275
3. Les industries de la langue à l'aide du multilinguisme	
■ <i>Gabriel Huard, Directeur du Bureau de la traduction (Canada)</i>	291

CONCLUSIONS	301
-------------------	-----

CLÔTURE

■ <i>Blanca Margarita Ovelar de Duarte, Ministre</i> <i>de l'Éducation (Paraguay)</i>	[texte non-disponible]
■ <i>Enilde Faulstich, Professeure, Universidade</i> <i>de Brasília (Brésil)</i>	[texte non-disponible]
■ <i>Cláudio Menezes, Secteur communication et information,</i> <i>Unesco</i>	[texte non-disponible]
■ <i>Daniel González, Directeur bureau OEI (Brésil)</i>	[texte non-disponible]
■ <i>Danilo Marcondes de Souza Filho, Vice-recteur,</i> <i>Assuntos Acadêmicos, PUC-Rio</i>	[texte non-disponible]
■ <i>Daniel Prado, Union latine</i>	[texte non-disponible]

PROGRAMME - INDEX

OPENING CEREMONY

- *P. Jesus Hortal Sanchez, Dean, Pontificia Universidade Católica (PUC-Rio) (Brazil) [paper not available]*
- *Conrad Ouellon, President, Conseil québécois de la langue française (Quebec) [paper not available]*
- *Jean-Pierre Asselin de Beauville, Vice-President, Agency of Francophonie Universities (AUF) (Canada) [paper not available]*
- *Palmira dos Santos Carvalheira Pires Marrafa, Professor, Universidade de Lisboa and Instituto Camões (Portugal) [paper not available]*
- *Julien Kilanga-Musinde, Director, Direction des Langues et de l'Écrit (OIF) (France) 35*
- *Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, representative of the Department of Education (Brazil) [paper not available]*
- *Rosália Guedes, Coordinator OEI Office (Brazil) [paper not available]*
- *Martha Vianna, Director, União Latina Office (Brazil), representing the Secretary-General of União Latina 37*

ROUND TABLE

Globalization, international languages, national and regional languages in the Americas: perspectives for a language policy of integration

- *Conrad Ouellon, President, Conseil québécois de la langue française (CQLF) (Quebec) 41*
- *Gilvan Müller de Oliveira, Director, IPOL (Brazil) [paper not available]*
- *Rainer Enrique Hamel, Professor, Universidad Autónoma Metropolitana (Mexico) [paper not available]*

SESSION 1. LINGUISTIC AND CULTURAL DIVERSITY IN THE AMERICAS

1. Linguistic and cultural diversity: dynamics and changes as a result of globalization
 - *Dyane Adam, Commissioner of Official Languages, OCOL-COLO (Canada)* 49
2. Programmes for linguistic inter-comprehension to facilitate individual and collective multilingualism
 - *Manuel Tost, Professor, Universidad Autónoma de Barcelona (Spain)* 55
3. Means of dissemination of American languages as a factor for integration and cooperation
 - *Ronaldo Teixeira, Professor and linguist, former Minister of Education ad interim* [paper not available]
4. Convergences with the convention on cultural diversity
 - *Araceli Morales López, former culture Minister (Colombia)* 67
5. Language and consumption: presentation of products and services in the language of the consumer
 - *Hiraldo Leite Pereira, lawyer specialist in consumer rights, former Professor, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brazil)* 82

PRESENTATION (OFF PROGRAMME)

Livro de Registro das Línguas: uma Política Patrimonial para as Línguas Brasileiras

- *Rosângela Morello and Gilvan Müller de Oliveira, IPOL* 107

SESSION 2. LANGUAGE POLICIES AND TEACHING

1. Bilingual education and teaching mother, second and foreign languages
 - *Naullaq Arnaquq, Assistant Deputy Minister, Department of Culture, Language, Elders and Youth, Government of Nunavut (Canada)* [paper not available]
2. Language policies and higher education
 - *Fernando Nava López, General Director, Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) (Mexico)* 115
3. Linguistic diversity in knowledge production and dissemination: findings and proposals
 - *Jean-Pierre Asselin de Beauville, Vice-President, Agency of Francophonie Universities (AUF) (Canada)* 128
4. Language policies and their application in the teaching of indigenous languages
 - *María Gloria Pereira Jacquet, Department of Education and Culture (Paraguay)* 152

5. Policies, methods and techniques for the development of bilingualism among persons who are deaf
 - *Marlene de Oliveira Gotti, Section Chief, Department of Education (Brazil)* 162

SESSION 3. LINGUISTIC STANDARDIZATION AND CITIZENSHIP

1. Creation of affinities and impact of globalization on the elaboration of multilingual terminologies
 - *Nuria Gregori Torada, Director, Instituto de Literatura y Lingüística (Cuba)* 167
2. Linguistic and terminological standardization, an essential tool in communication and inter-comprehension in the context of cultural diversity
 - *Louis-Jean Rousseau, Office québécois de la langue française (Quebec)* 181
3. Linguistic rights of citizens
 - *Julien Kilanga-Musinde, Direction des langues et de l'écrit (OIF) (France)* 195
4. Diversities in less-used languages: wealth or handicap?
 - *Rosângela Morello, Professor-researcher, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP & IPOL (Brazil)* [paper not available]

PRESENTATION (OFF PROGRAMME)

Una aplicación de la ley sobre derechos lingüísticos:

el Catálogo de Lenguas Indígenas Mexicanas, INALI 2005

- *Fernando Nava López, General Director, Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) (Mexico)* 207

SESSION 4. MULTILINGUALISM IN SUPRANATIONAL AND INTERNATIONAL GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS

1. Use of language or languages in international affairs
 - *Mônica Maria Guimarães Savedra, Assistant Professor, Pontifícia Universidade Católica-Rio (Brazil)* 219
2. Translation in the information society
 - *Palmira dos Santos Carvalheira Pires Marrafa, Professor, Universidade de Lisboa and Instituto Camões (Portugal)* 233
3. For a geopolitical approach to multilingualism
 - *Pierre Georgeault, Director of Research and Administration, CSLF (Quebec)* 242

4. Regional negotiations: which languages?	
■ Blanca Margarita Ovelar de Duarte, Minister of Education (Paraguay)	255

SESSION 5. PUBLISHING POLICIES AND TECHNOLOGIES TO DISSEMINATE LANGUAGES

1. Online language resources	
■ Tina Célestin, <i>Office québécois de la langue française (Quebec)</i>	261
2. The language market in publishing	
■ Richard Uribe – Vice-President, Regional Centre for Book Development in Latin America and the Caribbean (CERLALC - UNESCO) (Colombia)	275
3. Language industries in support of multilingualism	
■ Gabriel Huard, Director, Translation Bureau (Canada)	291

CONCLUSIONS	301
-------------------	-----

CLOSURE OF THE THIRD SEMINAR

■ Blanca Margarita Ovelar de Duarte, Minister of Education (Paraguay)	[paper not available]
■ Enilde Faulstich, Professor, Universidade de Brasília (Brazil)	[paper not available]
■ Cláudio Menezes, Communication and Information Sector, UNESCO	[paper not available]
■ Daniel González, representative of the OEI (Brazil)	[paper not available]
■ Danilo Marcondes de Souza Filho, Vice-President, Assuntos Acadêmicos, PUC-Rio	[paper not available]
■ Daniel Prado, União Latina	[paper not available]

INTRODUÇÃO

INTRODUCCIÓN

INTRODUCTION

INTRODUÇÃO

O III Seminário Interamericano sobre a Gestão das Línguas “As políticas lingüísticas das Américas em um mundo multipolar”, realizado no Rio de Janeiro de 29 a 31 de maio de 2006, teve como objetivo colocar em evidência a situação paradoxal de um mundo que parece avançar rumo a uma hegemonia cultural e lingüística, apesar de um cotidiano marcado pela pluralidade de riquezas lingüísticas e culturais.

Esta pluralidade, no entanto, não é igualitária. As línguas se interagem, mas algumas delas não dispõem de recursos suficientes, o que impede seus falantes de se comunicarem em todos os tipos de situação, ou as torna menos prestigiadas em determinados campos do saber.

As grandes línguas de comunicação do continente não gozam da mesma presença no âmbito científico, técnico, administrativo, educacional e na Sociedade da Informação.

Por sua vez, as chamadas línguas minoritárias ou *minorizadas* carecem de meios técnicos e financeiros que permitam sua utilização em todas as esferas da vida cotidiana.

Este seminário reuniu especialistas representativos das quatro principais línguas das Américas (inglês, francês, espanhol e português), assim como de outras línguas regionais.

E, como ponto de encontro, permitiu a estes especialistas e aos responsáveis pela tomada de decisões políticas o intercâmbio de idéias para apresentar conclusões que favoreçam a diversidade lingüística do continente e que conduzam a soluções específicas, com o apoio das organizações presentes. Foi previsto que o quarto encontro será realizado em 2008, no Canadá, país anfitrião da primeira edição do Seminário em 2002.

Estes anais apresentam as conferências em sua íntegra, salvo aquelas cujos textos não foi possível obter, apesar da insistência dos organizadores, além de dois discursos inaugurais.

Por razões de igualdade de trato dos oradores, apenas uma versão lingüística de cada conferência está sendo publicada, embora alguns participantes tenham tido a delicadeza de enviar sua conferência em dois ou

até quatro idiomas. Todas as versões lingüísticas serão publicadas no sítio do seminário:

http://dtil.unilat.org/tercer_seminario/index_pt.htm

A União Latina e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, organizadoras deste encontro, agradecem profundamente ao Conseil supérieur de la langue française, ao Instituto Camões, à Organização de Estados Ibero-americanos (OEI), à Organisation internationale de la Francophonie (OIF) e ao Ministério da Educação do Brasil por seu grande apoio. Agradecem também ao Ministério da Educação e Cultura do Paraguai, à UNESCO e à Agence universitaire de la Francophonie (AUF), pelo seu patrocínio.

Qualquer pedido de informação ou observação sobre esta publicação deve ser enviada para: dtil@unilat.org, indicando no assunto: “Anais do III Seminário Interamericano sobre a Gestão das Línguas”.

DANIEL PRADO
*Diretor de Terminologia
e Indústrias da Língua (DTIL)
União Latina*

INTRODUCCIÓN

El III Seminario Interamericano sobre la Gestión de las Lenguas “*Las políticas lingüísticas en las Américas en un mundo multipolar*”, realizado en Río de Janeiro los días 29, 30 y 31 de mayo de 2006, tuvo como propósito poner de manifiesto la paradójica situación de un mundo que, a pesar de contar con una pluralidad y una riqueza tanto a nivel lingüístico como cultural, parece avanzar hacia una hegemonía cultural y lingüística.

Sin embargo, esta pluralidad no es equitativa. Las lenguas interactúan entre ellas, pero algunas cuentan con menos recursos –impidiendo a sus locutores expresarse en todos los tipos de situaciones– o son poco valorizadas en ciertos sectores del saber.

En efecto, las grandes lenguas de comunicación del continente no gozan de la misma presencia en los ámbitos de la ciencia, la tecnología, la administración, la educación y la Sociedad de la Información. Las llamadas lenguas minoritarias o *minorizadas* padecen de la falta de medios técnicos y financieros para ser utilizadas en todas las esferas de la vida diaria.

Este seminario reunió a especialistas representativos de las cuatro lenguas principales de las Américas (inglés, francés, español y portugués), así como de otras lenguas regionales.

Y, como lugar de encuentro, permitió a dichos especialistas y a los responsables de la toma de decisiones políticas intercambiar ideas para llegar a conclusiones que favorezcan la diversidad lingüística del continente y que conduzcan a soluciones específicas que cuenten con el apoyo de las organizaciones presentes. Se ha previsto realizar el cuarto encuentro en 2008 en Canadá, país anfitrión de la primera edición del seminario en 2002.

Las presentes actas recogen la totalidad de las ponencias –salvo aquellas que a pesar de la insistencia de los organizadores no fue posible obtener– y dos discursos inaugurales.

Por razones de igualdad de trato de los oradores, solo se publica una versión lingüística de cada ponencia. No obstante, debido a que ciertos participantes tuvieron la delicadeza de hacernos llegar su ponencia en dos o hasta cuatro idiomas, se han publicado todas las versiones lingüísticas en la página Web del seminario:

http://dtil.unilat.org/tercer_seminario/index_es.htm

La Unión Latina y la *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*, organizadores de este encuentro, agradecen profundamente al *Conseil supérieur de la langue française*, al *Instituto Camões* de Portugal, a la Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), a la *Organisation internationale de la Francophonie* (OIF) y al Ministerio de Educación del Brasil, por su gran apoyo. Igualmente, agradecen al Ministerio de Educación y Cultura del Paraguay, a la UNESCO y a la *Agence universitaire de la Francophonie* (AUF), por su patrocinio.

Sírvase enviar cualquier solicitud de información u observación sobre esta publicación a la dirección dtil@unilat.org, indicando en el objeto “Actas del III Seminario Interamericano sobre la Gestión de las Lenguas”.

DANIEL PRADO
*Director de Terminología
e Industrias de la Lengua (DTIL)*
Unión Latina

INTRODUCTION

Le III Séminaire interaméricain sur la gestion des langues: « *Les politiques linguistiques au sein des Amériques dans un monde multipolaire* » a eu lieu, à Rio de Janeiro, Brésil, les 29, 30 et 31 mai 2006 pour refléter la situation paradoxale d'un monde qui semble confluer vers une hégémonie culturelle et linguistique alors que le quotidien est fait de pluralité et de richesses linguistiques et culturelles.

Cette pluralité n'est pas équitable : les langues interagissent entre elles, mais certaines sont plus démunies que d'autres pour que leurs locuteurs s'expriment en toute circonstance ou bien souffrent d'un manque de reconnaissance ou de prestige dans certains secteurs.

Les grandes langues de communication du continent ne jouissent pas de la même présence dans les domaines scientifique, technique, administratif, éducatif et dans la Société de l'information. Les langues dites minoritaires ou *minorisées* pâtissent d'un manque de moyens techniques et financiers pour être utilisées dans toutes les sphères de la vie quotidienne.

Ce séminaire a réuni des spécialistes représentatifs des quatre principales langues des Amériques (anglais, français, espagnol et portugais), ainsi que d'autres langues régionales.

Espace de rencontre, il a permis à des spécialistes des langues et à des décideurs politiques d'échanger des idées pour présenter des conclusions propres à favoriser la diversité linguistique du continent, conduisant à des solutions spécifiques, avec le soutien des organisations présentes à la manifestation. Il a été prévu que la quatrième rencontre se réalise au Canada en 2008, pays d'accueil de la première édition du séminaire en 2002.

Ces actes reprennent l'intégralité des communications, à l'exception de quelques-unes, qui malgré l'insistance des organisateurs n'ont pu être récupérées, et deux discours inauguraux.

Pour des raisons d'égalité de traitement des orateurs, une seule version linguistique de chaque communication est publiée. Certains intervenants ont en effet eu la délicatesse de proposer leur communication en deux, voire quatre langues. L'ensemble des versions linguistiques se trouve toutefois sur le site du séminaire, à l'adresse:

http://dtil.unilat.org/tercer_seminario/index_fr.htm

L'Union latine et la Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, qui ont organisé cette rencontre, remercient très chaleureusement le Conseil supérieur de la langue française, l'Instituto Camões du Portugal, l'Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), l'Organisation internationale de la Francophonie (OIF) et le ministère de l'Éducation du Brésil pour leur soutien, ainsi que le ministère de l'Éducation et de la Culture du Paraguay, l'UNESCO et l'Agence universitaire de la Francophonie (AUF) pour leur parrainage.

Toute demande d'information ou remarque sur cette publication est à adresser à dtil@unilat.org avec la mention « Actes du III Séminaire interaméricain sur la gestion des langues ».

DANIEL PRADO
*Directeur de la Direction terminologie
et industrie de la langue (Dtil)
Union latine*

INTRODUCTION

The Third Inter-American Languages Management Seminar, “*Language Policies in the Americas in a Multipolar World*”, took place in Rio de Janeiro, Brazil, on 29, 30 and 31 May 2006 in order to reflect upon the paradoxical situation of a world which seems to be converging towards cultural and linguistic hegemony whilst everyday life is made of plurality and linguistic and cultural abundance.

It is not an equitable plurality: languages do interact, but the speakers of some of them have far fewer opportunities to express themselves in them in all circumstances, or suffer from a lack of recognition or prestige in certain sectors.

The continent’s main languages of communication do not have the same presence in the fields of science, technology, administration, education or in the information society. The so-called minority or *minoritized* languages suffer from the adverse effects of a lack of technical and financial means hindering their use in all spheres of daily life.

The seminar brought together specialists representing the four main languages of the Americas (English, French, Spanish and Portuguese) and other regional languages.

As a meeting place, it enabled language specialists and policy-makers to exchange ideas so as to come up with conclusions conducive to encouraging the linguistic diversity of the continent and leading to specific solutions with the backing of the organizations present at the event. It was decided that the fourth seminar would be held in 2008 in Canada, the country that had hosted the first seminar in 2002.

These proceedings contain all the papers, with the exception of a few which the organizers, despite their best efforts, have not been able to recover, and two inaugural speeches.

In order to give equal treatment to the speakers, a single language version of each paper has been published. Some speakers were in fact sensitive enough to submit their paper in two, or even four languages. All the language versions may be found on the seminar’s website at the following address:

http://dtil.unilat.org/tercer_seminario/index_en.htm

The União Latina and the Pontifícia Universidade Católica of Rio de Janeiro, which organized the seminar, extend their warmest thanks to the Conseil supérieur de la langue française, the Instituto Camões of Portugal, the Organization of Ibero-American States, the International Organization of the Francophonie (OIF) and the Ministry of Education of Brazil for their support, as well as the Ministry of Education and Culture of Paraguay, UNESCO and the Agency of Francophonie Universities (AUF) for their sponsorship.

Any comments or requests for information regarding this publication should be addressed to dtil@unilat.org with the subject line “Proceedings of the Third Inter-American Languages Management Seminar”.

DANIEL PRADO
*Director, Terminology and Language
Industry Department (Dtil)
União Latina*

CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO

CEREMONIA DE INAUGURACIÓN

CÉRÉMONIE D'INAUGURATION

OPENING CEREMONY

Intervention de Monsieur Julien Kilanga Musinde, directeur de la Division de la langue et de la diversité linguistique

Monsieur le représentant du ministre de l'Éducation,
Monsieur le recteur,
Mesdames et Messieurs,
Distingués invités,

Prendre la parole à l'ouverture de ces assises me retrempe dans le milieu universitaire où j'ai toujours œuvré tout au long de mon parcours comme enseignant et chercheur en linguistique et comme recteur d'université. Je ne pouvais donc résister au plaisir de venir vous rencontrer ici, à Rio de Janeiro, au Brésil, cette terre ouverte sur de nouvelles chances de développement et d'épanouissement de l'humain, fondées sur la rencontre des expressions culturelles diverses qui les nourrissent. Cette terre qui aide à savourer les délices que procure la richesse des contacts postulant ainsi l'acceptation de la diversité culturelle, concept cher à la Francophonie au nom de laquelle je m'adresse à vous en cet instant précis. Voilà pourquoi, je ne puis mesurer le degré de mon émotion et de ma joie, cette joie qui aide à vivre avec un large souffle et à élargir les frontières de nos cœurs vers la solidarité, le dialogue guidé par les sentiments profonds et justes des hommes.

Je voudrais dire toute ma gratitude aux organisateurs de ce colloque dont le thème intéresse au plus haut point la Francophonie. Monsieur le secrétaire général de l'Organisation internationale de la Francophonie, le président Abdou Diouf et Monsieur l'administrateur de l'Organisation internationale de la Francophonie, Monsieur Clément Duhaime, m'ont chargé de transmettre leurs cordiales salutations aux plus hautes autorités de ce pays, au Recteur de l'université qui nous accueille ainsi qu'aux organisateurs de ce séminaire. Ils auraient bien voulu être avec nous ce matin, mais les contraintes de calendrier ne pouvaient leur laisser le temps de venir goûter les délices de cet instant solennel. C'est fort du plaisir que procure la chaleur de la circonstance et de toute mon émotion que j'ai tenu à vous livrer en cette séance d'ouverture mes

réflexions faites de mots attachés les uns aux autres comme l'ombre à la substance qui la produit.

Le thème de ce séminaire qui nous réunit aujourd'hui est significatif et se situe, au cœur des préoccupations de la Francophonie pour qui la coexistence des langues et la diversité culturelle et linguistique tiennent une place de choix dans ses missions reprises dans son cadre stratégique décennal.

Cela n'est pas fortuit car la Francophonie est basée avant tout sur la langue comme lien fondateur des pays membres. Ceci a généré un idéal de partage et de solidarité où on prend en compte les aspirations de l'homme avec ses besoins, ses attentes, ses langues et ses cultures.

Voilà pourquoi, ces assises nous convient à un banquet d'esprit ouvert à tous les souffles en posant les questions essentielles au devenir des langues du monde. La question de la gestion des langues est toujours liée à l'exigence du respect d'une large diversité culturelle et linguistique qui est une véritable marque du vécu quotidien de l'homme au sein de l'univers. En effet l'unité du genre humain ne postule-t-elle pas la diversité culturelle et son acceptation ? Il devrait être acquis que chaque peuple est producteur de culture qui est l'expression de son attitude fondamentale et les langues avec elle. L'homme ne se conçoit, et en réalité ne se réalise que dans son altérité c'est-à-dire dans la conscience aiguë que l'autre est un autre moi, un autre que moi. C'est la reconnaissance de l'autre dans sa différence complémentaire et fécondante que se définit non seulement l'humanité, mais aussi l'avenir des peuples et des nations. Et, une gestion harmonieuse des langues du monde permet un dialogue efficace entre les peuples. Je ne voudrais pas déjà engager le débat. Ce serait prématuré. C'est pourquoi, je m'arrête là en espérant que l'écho de la voix se fera entendre en filigrane au cours de ces assises.

Puissent ces réflexions aider à saisir les méandres de la question fondamentale qui nous préoccupera pendant les quelques jours d'échanges. Je souhaite plein succès à ces assises.

Je vous remercie.

Conferência inaugural

MARTHA VIANNA

Diretora da União Latina (Brasil)

representante do Secretário Geral da União Latina

A União Latina, organismo intergovernamental composto por 36 Estados de línguas românicas tem o prazer de dar as boas vindas aos participantes do III Seminário Interamericano sobre a Gestão das Línguas. O primeiro Seminário, realizado em Quebec em agosto de 2002, lançou as bases para um diálogo interamericano na matéria. O segundo, que teve lugar em Assunção em junho de 2003, reforçou a cooperação e gerou uma declaração de intenções por uma política comum em matéria de gestão das línguas.

Esta terceira edição pretende elaborar um plano de ação para ser levado a cabo progressivamente. Com efeito, está previsto que após o levantamento da situação atual feito por uma mesa redonda inicial reunindo grandes especialistas, as seções seguintes, nas quais participarão tanto especialistas quanto personalidades políticas, indiquem as metas a serem perseguidas para se promover e preservar a diversidade lingüística do continente.

Que o continente americano não ceda à tentação do monolingüismo em suas relações internacionais e na comunicação especializada; que cada habitante deste continente possa ter acesso ao saber em sua própria língua; que possa comunicar-se com o poder público do país na língua que domine melhor. A situação não é idêntica para todas as línguas do continente, mas para cada uma delas há uma solução para que seus falantes não se vejam como excluídos da sociedade em que vivem.

Nem todas as línguas – sabemos bem - poderão a curto prazo descrever todas as esferas do conhecimento. Mas devemos nos esforçar para que todo cidadão do continente americano possa se expressar em sua própria língua em todos os campos que necessite.

A União Latina espera que os participantes deste Seminário, ao final deste encontro, regressem a seus países portando compromissos. Compromissos de levar adiante tarefas que permitam preservar e promover a diversidade lingüística do continente, começando por seu país, sua região, sua organização. Tare-

fas que sensibilizem as autoridades nacionais, regionais ou internacionais para a gestão das línguas, com o objetivo de formar cidadãos conscientes da riqueza cultural e lingüística do continente e desejosos de contribuir para a promoção das línguas na América.

A União Latina deseja agradecer particularmente à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro por seu apoio espontâneo e generoso. Da mesma forma, agradecemos o patrocínio do Ministério da Educação do Brasil, do Conselho Superior da Língua Francesa do Quebec, da Organização dos Estados Iberoamericanos, do Instituto Camões e da Organização Internacional da Francofonia. Desejamos agradecer também o apoio da Unesco, do Ministério da Educação e Cultura do Paraguai e da Agência Universitária da Francofonia.

Por último, a União Latina agradece o trabalho voluntário e assíduo do Comitê de Promoção Internacional que preparou o programa deste Seminário, a começar por Enilde Faulstich, do Brasil, iniciadora da idéia, Rainer Enrique Hamel, do México, Gabriel Huard, do Canadá, Pierre Georgeault, do Quebec, Maria Carmelita Pádua Dias, do Brasil, Glória Jacquet, do Paraguai e Mary Louise Pratt, dos Estados Unidos.

Esperamos que esta reunião internacional, que já se afirma como um encontro tradicional, permita avançar em direção a um mundo respeitoso das identidades lingüísticas e culturais.

MESA-REDONDA

Globalização, línguas internacionais, línguas nacionais
e línguas regionais nas Américas: perspectivas de uma
política lingüística de integração

MESA REDONDA

Globalización, lenguas internacionales, lenguas nacionales
y lenguas regionales en las Américas: perspectivas de una
política lingüística de integración

TABLE RONDE

Mondialisation, langues internationales, langues nationales
et langues régionales dans les Amériques : perspectives d'une
politique linguistique d'intégration

ROUND TABLE

Globalization, international languages, national and
regional languages in the Americas: perspectives for
a language policy of integration

Mondialisation, langues internationales, langues nationales et langues régionales dans les Amériques : perspectives d'une politique linguistique d'intégration

Quelques réflexions sur le multilinguisme dans l'espace interaméricain

CONRAD OUELLON

Président

Conseil supérieur de la langue française du Québec

Les perspectives d'une politique linguistique d'intégration des langues dans les Amériques dans le contexte de la mondialisation peuvent être abordées sous bien des angles. J'en traiterai sous celui d'un locuteur d'une langue internationale en situation fortement minoritaire dans les Amériques. Les points de vue que je vais exposer sur quelques aspects de la question ne constituent pas la position officielle du gouvernement du Québec. Ils sont plutôt dans la ligne des positions déjà prises par le Conseil supérieur de la langue française du Québec.

En tout premier lieu, par rapport aux résolutions adoptées au Séminaire interaméricain sur la gestion des langues¹ de Québec en 2002, il semble y avoir eu relativement peu d'actions significatives d'accomplies, à l'heureuse exception de l'adoption de la Convention sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles, le 20 octobre 2005 à Paris. C'est, à n'en pas douter, une brèche dans un discours mondialiste principalement et toujours marqué par les préoccupations économiques. La convention n'entrera toutefois en vigueur qu'après sa ratification par trente États. Malgré les innombrables mérites de la convention, il reste à voir comment les mesures de protec-

¹*Séminaire interaméricain sur la gestion des langues*, Québec, août 2002, Conseil de la langue française, p. 6-9.

tion et de promotion de la diversité des expressions culturelles mises en place par les divers États signataires résisteront devant des décisions de l'Organisation mondiale du commerce ou d'autres instances supranationales à portée économique. La portée réelle de la convention dépend en grande partie du nombre d'États qui la ratifieront.

Une interrogation demeure. Cette convention aurait-elle été adoptée si la diversité linguistique en avait fait explicitement partie ? Je signale qu'il n'est fait mention qu'une seule fois du mot *langue* à l'article 6 (2) (a). On peut prétendre que la diversité linguistique fait partie implicitement de la diversité culturelle, mais si c'était le cas, pourquoi avoir pris autant de soin à éviter le mot *langue* dans le texte de la convention ? Pour un Québécois, pour une Québécoise, la culture ne peut se concevoir sans la langue, le français étant dans notre société un élément identitaire incontournable. Nous ne sommes certainement pas seuls à penser ainsi. J'en donne comme preuve les extraits suivants, tirés de la programmation du Chantier 1 de l'Organisation internationale de la Francophonie²;

«La Francophonie considère que la diversité linguistique représente la forme la plus visible de la diversité culturelle» ;

«Le respect de la diversité culturelle commence par celui de la diversité linguistique».

On peut tout de même comprendre les raisons politiques des décisions prises. La Lettre de Toronto³ – issue de la rencontre des organisations professionnelles de la culture au sein de Coalitions nationales pour la diversité de la culture qui a eu lieu à Toronto quelques mois après l'adoption de la convention – est éloquent et laisse entrevoir les difficultés à venir. Il n'en demeure pas moins que la convention constitue indéniablement un événement de première importance dans la protection du patrimoine de l'humanité. Il faut enfin signaler que le Québec et le Canada ont été des acteurs importants dans l'adoption de cette convention.

Où en sommes-nous par rapport à une situation idéale de multilinguisme dans le continent ? Qu'en est-il de la place de chaque langue dans l'espace américain ?

Considérant, d'une part, que la diversité culturelle ne réfère pas clairement à la diversité linguistique, considérant, d'autre part, que la langue ne peut être dissociée de la culture, il faudrait, idéalement, que soit proposée une convention pour la promotion et la protection de la diversité linguistique. Toutefois, de

²[www.francophonie.org/doc/programmes/2004_chantier1.pdf].

³[www.mcc.gouv.qc.ca/diversite-culturelle/ratification_convention/rc06-03-20b.html].

mon point de vue, la protection de la diversité linguistique ne peut se réduire à la sauvegarde des langues menacées. On devrait se préoccuper tout autant des populations linguistiquement minorisées. Autrement dit, quelle que soit l'importance qu'on accorde à la protection du patrimoine linguistique de l'humanité, il est tout aussi urgent de protéger les droits à leur langue des personnes en situation minoritaire dont la langue n'est par ailleurs pas mise en danger sur d'autres continents.

C'est le cas des populations francophones du Canada, minoritaires en dehors de la province de Québec. C'est aussi le cas de la population québécoise, fortement majoritaire au Québec, mais minoritaire dans l'ensemble canadien. Qui plus est, dans les Amériques, les francophones ne comptent que pour 2 % de la population totale, le Québec étant leur foyer principal. Si la langue française n'est pas menacée de disparition dans le monde, plusieurs francophones d'Amérique sont tout de même en danger de perdre leur langue.

Le Canada reconnaît deux langues officielles, l'anglais et le français. C'est dans le but de protéger les droits linguistiques des locuteurs et des locutrices de ces langues que le Canada s'est doté d'une Loi sur les langues officielles. Entre autres mesures, les anglophones ou francophones en situation minoritaire dans une province reçoivent le soutien de l'État fédéral. L'article 41 (1) précise que :

« Le gouvernement fédéral s'engage à favoriser l'épanouissement des minorités francophones et anglophones du Canada et à appuyer leur développement, ainsi qu'à promouvoir la pleine reconnaissance et l'usage du français et de l'anglais dans la société canadienne. »

Un commissaire aux langues officielles est nommé pour faire respecter cette loi.

Au Québec, province à forte majorité francophone (plus de 5,7 millions de francophones sur 7,1 millions d'habitants), le français est reconnu comme la seule langue officielle depuis 1977, année de l'adoption de la Charte de la langue française (couramment nommée, chez nous, « loi 101 »). La minorité anglophone, dont la langue n'est évidemment pas menacée, voit ses droits fondamentaux reconnus ; cependant, la Charte impose la fréquentation de l'école française aux enfants des personnes immigrantes.

Dans une perspective québécoise, la promotion du multilinguisme sur le continent américain, un objectif louable en soi, devrait respecter quelques principes. Par exemple :

- Une éventuelle convention sur la diversité linguistique ne devrait pas remettre en cause le droit d'une société comme la société québécoise de protéger sa langue, internationalement reconnue mais menacée à l'échelle

du continent, par des mesures d'aménagement linguistique et des lois à portée linguistique ;

- Tout citoyen, toute citoyenne d'un État doit se voir reconnu le droit, dans son pays, de vivre dans sa langue officielle et de l'utiliser dans la vie publique (travail, éducation, consommation, vie civique et culturelle).

Le respect et la promotion de la diversité linguistique au Québec, avec ses succès, ses erreurs, ses limites, peuvent difficilement être envisagés, compte tenu du faible poids relatif des francophones dans l'espace américain, sans concertation internationale ou continentale. Le maintien de la diversité linguistique n'est possible qu'à certaines conditions. Par exemple :

- Une indispensable solidarité entre groupes linguistiques pour que soit affirmé ou préservé le droit des États à soutenir et à promouvoir l'usage des langues dans les accords de libre-échange et les ententes commerciales. La détermination des pays de l'espace américain à exiger l'utilisation de langues comme l'espagnol, le portugais, le français dans les organisations interaméricaines, aussi bien dans les communications informatiques qu'à l'occasion de rencontres d'affaires, doit être renforcée.
- Une nécessaire réflexion sur notre habitude commune, comme groupes linguistiques, à favoriser systématiquement la langue anglaise dans les échanges internationaux, qu'ils soient de nature commerciale, scientifique ou technique. C'est une reconnaissance implicite du pouvoir de l'anglais. C'est un constat ancien, mais la situation demeure inchangée, sans que jamais ne soit sérieusement remise en cause la pertinence de maintenir cette pratique, même quand les rencontres se tiennent dans des pays non anglophones.
- Le développement des industries de la langue pour que chaque langue dispose de moyens comparables de diffuser l'innovation scientifique et l'information technique, par le développement rapide des terminologies et des aides à la traduction, entre autres.

Plus localement, prenant appui plus spécifiquement sur la situation québécoise, la protection et la promotion du multilinguisme suscitent d'autres réflexions :

- La reconnaissance de l'usage public d'une langue comme le français au Québec doit s'accompagner d'une nécessaire ouverture aux autres langues, spécialement celles en usage dans l'espace américain. Il faut passer d'une culture de peuple menacé dans sa survie, et qui avait tendance au repli sur soi, à celle d'un peuple sûr de lui, mais vigilant, prêt à s'ouvrir à d'autres langues et à faire de son bi- ou trilinguisme un atout pour son mieux-vivre.
- La promotion de la diversité signifie également le début d'une véritable réflexion sur la situation des langues autochtones en usage sur le territoire québécois. Leur protection et leur développement sont explicitement prévus dans le Préambule de la Charte de la langue française de même que leur usage en éducation, dans l'administration de la justice et en d'autres manifestations de la vie publique⁴.
- L'obligation faite aux enfants d'immigrants et d'immigrantes de fréquenter l'école française doit avoir comme corollaire la reconnaissance de la culture des personnes nouvellement arrivées qui doit être perçue comme une contribution à l'épanouissement de la culture de la société d'accueil. Il y a là un défi majeur pour une société comme le Québec dont une bonne partie de l'avenir repose sur sa capacité d'intégration en français des immigrants et des immigrantes, lesquels représenteront dans quelques années la totalité de l'accroissement de sa population active.
- La promotion du multilinguisme, dans une société officiellement unilingue, exige aussi qu'on s'intéresse au maintien des cultures d'origine des personnes nouvellement arrivées, considérant ces cultures comme un apport positif à l'ensemble de la société. L'enseignement des langues d'origine devrait faire partie de cet intérêt, si l'on considère la langue comme un élément constitutif de la culture.
- Le Québec, en plus de sa collaboration avec les autres nations d'Amérique pour la promotion du multilinguisme, doit compter sur l'appui de la Francophonie internationale pour assurer le « renforcement du français comme outil de communication et vecteur culturel et, par extension, comme

⁴[www.tlfq.ulaval.ca/AXL/amnord/quebecautocht.htm].

langue de communication internationale, d'enseignement et de support à un dynamisme intellectuel, scientifique et culturel novateur⁵ ».

Bien que ces quelques réflexions soient inspirées par la situation linguistique particulière du Québec, je pense qu'elles sont en grande partie généralisables. La promotion du multilinguisme n'est guère pensable sans la collaboration entre les peuples, plus spécialement ceux qui partagent le même espace continental et dont la langue fait partie d'un même groupe linguistique.

⁵[www.francophonie.org/oif/missions.cfm].

SESSÃO 1

A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E CULTURAL
NAS AMÉRICAS

SESIÓN 1

LA DIVERSIDAD LINGÜÍSTICA Y CULTURAL
EN LAS AMÉRICAS

SESSION 1

LA DIVERSITÉ LINGUISTIQUE ET CULTURELLE
DANS LES AMÉRIQUES

SESSION 1

LINGUISTIC AND CULTURAL DIVERSITY
IN THE AMERICAS

Diversité linguistique et culturelle : dynamiques et changements comme conséquence de la mondialisation

DYANE ADAM
Commissaire aux langues officielles
OCOL-COLO

Seul le discours prononcé fait foi

Considérant que le mandat de la Commissaire aux langues officielles est de faire la promotion du français et de l'anglais et d'assurer la reconnaissance du statut de chacune des langues officielles, la présente communication est proposée, par moitié, dans les deux langues.

Mesdames et Messieurs,

Je suis très heureuse de pouvoir participer à ce séminaire. Je ne doute pas que les communications que nous entendrons au cours des trois jours seront très stimulantes.

J'aimerais d'abord vous dire deux mots sur mon travail et sur la réalité linguistique canadienne. Je formulerai par la suite quelques observations sur la réconciliation possible de la diversité linguistique et culturelle dans les Amériques, en faisant un petit détour par l'Europe. Commençons donc notre périple.

Le rôle de la Commissaire aux langues officielles

Je suis la Commissaire aux langues officielles pour le Canada, c'est-à-dire l'*ombudsman* linguistique du gouvernement fédéral. Je suis chargée par le Parlement de prendre toutes les mesures nécessaires pour faire respecter le statut et les droits égaux de chacune des langues officielles en ce qui touche l'administration des affaires des institutions fédérales. Cela comprend notamment la promotion du français et de l'anglais dans la société canadienne.

Je suis donc un agent de changement. Je dois régulièrement expliquer à mes concitoyens que les avantages sociaux, économiques et politiques du bilinguisme sont nombreux. Essentiellement, je défends une vision de notre pays, une certaine façon de vivre ensemble. Il s'agit d'un contrat social entre nos deux grandes communautés linguistiques, fondé sur le respect et la valorisation des différences.

Le Canada, un pays de près de 10 millions de kilomètres carrés, regroupe 30 millions d'habitants. Plus de 9 millions (23 %) sont de langue française. De ceux-ci, 6,7 millions vivent au Québec. C'est dire que le Canada est en fait l'un des pays où le français est le plus parlé dans le monde après la France. Il y a plus de francophones au Canada que dans la Suisse et la Belgique réunies.

Terre d'immigration, le Canada est aussi un des pays du monde qui, toute proportion gardée, accueille le plus d'immigrants et d'immigrantes. Aujourd'hui, près d'un Canadien sur cinq n'est pas né au pays.

Parmi plus d'une centaine de langues parlées au Canada, on dénombre quelque 50 langues autochtones parlées par un nombre assez restreint d'individus. Les trois langues autochtones les plus importantes sont le cri, l'inuktitut et l'ojibway, parlés respectivement par 80 000, 29 700 et 23 500 personnes.

Neuf Canadiennes et Canadiens sur dix parlent surtout le français ou l'anglais à la maison. En fait, moins de 2 % de notre population ne parlent ni le français ni l'anglais. Bref, si le Canada est une société aux identités plurielles, c'est aussi une société mise en relations par nos deux langues officielles.

Cette réalité explique la décision du Canada d'adopter une première *Loi sur les langues officielles* en 1969 et de l'améliorer en 1988¹. Il promulguait cette même année une *Loi sur le multiculturalisme*² qui reconnaît, dans le cadre de notre bilinguisme officiel, l'égale valeur et dignité de tous les groupes culturels. Ainsi, à titre de langues officielles, le français et l'anglais, deux grandes langues de communication, encadrent et régulent un paysage culturel dynamique et changeant.

Bref, durant les dernières décennies, le Canada a fait un grand pas en avant. Il a compris que sa dualité linguistique et sa diversité culturelle sont ancrées dans les mêmes bases et sont parfaitement complémentaires. Dans chaque cas, elles alimentent les valeurs de générosité, d'égalité des chances et de respect des droits de la personne. Cette idée n'était pas un problème ou un blocage, mais bien une solution d'avenir et une ouverture sur le monde.

¹<http://lois.justice.gc.ca/fr/O-3.01>

²<http://lois.justice.gc.ca/fr/C-18.7/index.html>

La réconciliation de la diversité linguistique et culturelle dans les Amériques

Ce bref aperçu de la réalité canadienne me permet, par une voie détournée, de rejoindre plusieurs des thèmes de ce séminaire. Je m'intéresse en particulier à la réconciliation de la diversité linguistique et culturelle dans les Amériques avec le phénomène de la mondialisation.

En novembre dernier, la Commission européenne proposait à ses membres un nouveau cadre stratégique pour le multilinguisme. Le commissaire chargé de l'éducation, de la formation, de la culture et du multilinguisme, Jan Figel, déclarait : « Ce sont les langues qui font de nous des êtres humains, et la diversité linguistique de l'Europe se trouve au cœur de son identité.³ »

De même, la diversité linguistique et culturelle des Amériques se trouve au cœur de notre identité continentale. Par ailleurs, le document de la Commission européenne propose des initiatives qui ne sont pas sans rappeler certaines résolutions formulées dans le cadre des derniers séminaires interaméricains. Par exemple :

- développer les compétences linguistiques afin de favoriser la mobilité des travailleurs et la compétitivité de l'économie;
- renforcer le rôle des industries de la langue;
- renforcer le caractère multilingue des sites web;
- mettre en place des plans d'action nationaux en faveur du multilinguisme;
- investir dans la recherche à caractère linguistique et dans les nouvelles technologies de l'information et de la communication;
- améliorer encore la formation des enseignants en langues;
- favoriser l'apprentissage des langues dès le plus jeune âge et renforcer l'enseignement des matières par l'intégration d'une langue étrangère;
- et revoir les programmes de formation dans les universités de manière à mieux former les étudiants des professions linguistiques.

³<http://europa.eu.int/languages/fr/document/74>

Whether the issue is the management of languages and cultures, or even identities, in a territory, a country or a continent, the problems are essentially the same. The linguistic and cultural challenges that Canada has dealt with in the past and continues to face today are also those that now confront the Americas.

In this context, the exercise of good governance is more than simply granting a certain formal linguistic status to all the players. What will build a deep solidarity among the citizens of a country or the peoples of a continent is, above all else, the promotion of equality of opportunity while respecting identities.

For example, this is why Canada included in its language legislation not only a commitment to promote its two official languages in Canadian society, but also a commitment to foster the growth and development of its Anglophone and Francophone minorities. Moreover, last November, the Parliament of Canada clarified its intent in this regard by reinforcing the sections of the Act that deal with the equal rights of official language minorities.⁴

The Act now requires federal institutions to take *positive* measures to implement this commitment. An aggrieved citizen may turn to the courts for a remedy if this obligation is not met. What are clearly required are results.

What this means in practice is that federal departments and agencies must move well beyond the simple delivery of services in English and French where there is significant demand. They must ensure that their programs and the grants they give actively contribute to the growth and development of minority language communities.

In several cases, this means the creation of distinct programs or the use of different methods to deliver such services, cooperating with the provinces in fields of provincial or shared jurisdiction such as immigration, health, education and culture.

Since 2003, the federal government has also been implementing an *Action Plan for Official Languages*,⁵ with a budget of \$750 million over five years, to give a new impetus to our official languages.

One of the many objectives of this ambitious Action Plan is the goal of doubling the proportion of bilingual young Canadians by the year 2013. As a result, one in two young Canadians would be bilingual.

Although Canada has already done important pioneer work in the area of language teaching methods, achieving this objective will require the develop-

⁴http://www.pch.gc.ca/progs/lo-ol/legislation/bill_s1_e.cfm

⁵http://www.pco-bcp.gc.ca/olodefaut.asp?Language=E&Page=Action&doc=cover_e.htm

ment of a wide range of new pedagogical tools. In particular, this includes relying on new information technologies.

Another interesting feature of the Action Plan is the creation of a Language Technologies Research Centre.⁶ The Centre was inaugurated a little over a week ago at the Université du Québec en Outaouais. One research focus for the Centre will be the natural language processing activities of the National Research Council of Canada's Information Technology Institute.⁷

I also note in passing that the Translation Bureau⁸ of the federal government is a world leader in the field of translation and interpretation. With 1,750 employees, including 1,150 translators, interpreters and terminologists all over Canada, the Translation Bureau today provides a full range of language products and services, either interpretation, translation or multilingual services.

The Bureau's TERMIUM database,⁹ which can also be consulted in Spanish has 3.5 million entries for translation, terminology and official titles. Several initiatives have also been taken to improve the Portuguese and Spanish databases. Customers outside the public service can also subscribe to the service and access it by Internet.

I would be remiss in speaking of this if in passing I did not hasten to salute the remarkable work performed by the Office québécois de la langue française¹⁰ in the area of linguistic and terminological research.

Finally, according to a recent survey published by Statistics Canada in March 2006,¹¹ Canada's language industry, which is made up of more than 600 private sector firms that comprise Canada's language industry (including translation, training and interpretation) recorded over \$404 million in revenue in 2004. It seems clear that this industry will continue to grow rapidly.

The citizens of Canada have understood that in an era of globalization, it is exclusion, not inclusiveness, that costs money. The linguistic and cultural diversity of our country enables the building of close economic and cultural links with many countries in the Commonwealth, in La Francophonie and in other forums.

⁶http://www.crtl-ltrc.ca/index_e.htm

⁷<http://iit-iti.nrc-cnrc.gc.ca/>

⁸http://www.translationbureau.gc.ca/pwgsc_internet/en/accueil_home_e.htm

⁹<http://www.termium.gc.ca>

¹⁰<http://www.oqlf.gouv.qc.ca/english/charter/index.html>

¹¹<http://www.statcan.ca/Daily/English/060303/d060303a.htm>

Conclusion

Having said this, I am not certain that the Canadian experience in this area is entirely exportable. We all see our future as through a glass darkly. However, I am confident that once we have listened to all the presentations, we will discover a common thread running through them, a certain convergence of opinions and hopes.

What is certain is that in the Americas there are millions of Spanish, Portuguese, French and English speakers who together form a continental market that is continually growing in importance.

Jostled and spurred on by ever increasing international competition, the four main languages of the Americas have reached a turning point. They can live in isolation, indifference or conflict, or they can reinforce and respect one another for our collective good.

I and many Canadians have placed our bets on the latter choice. Our official languages, and the people of diverse origins who speak them, are the threads that make up the social fabric of our country. This representation of the Canadian social fabric is the symbol in my Office's pin. The golden fabric in the centre stands for the point of convergence of our two linguistic communities and alludes to the wealth of their dialogue as well as the richness of their diversity.

Thank you.

Programas de intercomprensión lingüística para facilitar el plurilingüismo individual y colectivo

MANUEL ANT. TOST PLANET

Universidad Autónoma de Barcelona

Vientos nuevos soplan, al parecer, en la enseñanza-aprendizaje de idiomas. La presente contribución, que solo pretende aportar algunos elementos de información útil, se inscribe precisamente en este contexto. Consta de tres partes.

En la primera, se recuerdan algunos datos que, no por ser generalmente conocidos, son menos importantes para explicar la problemática de las lenguas en Europa y América y las soluciones que se le quiere dar.

En la segunda se adelantan algunas consideraciones sobre los proyectos europeos relacionados con la llamada “comprensión recíproca”, o intercomprensión en lenguas vecinas, un nuevo enfoque de la enseñanza-aprendizaje de las lenguas extranjeras que se está experimentando actualmente en algunos ámbitos (aunque, todo sea dicho, no sin ciertas dificultades o lentitudes). Proyectos que tienen o han tenido el apoyo del Programa Sócrates de la Unión Europea.

En la tercera, se presenta el proyecto de la Unión Latina, “Itinerarios romances”, integrado asimismo en ese nuevo enfoque plurilingüe, si bien en un ámbito más amplio y con unas características singulares que, por añadidura, lo incluyen de lleno en la temática del presente seminario sobre gestión de las lenguas.

I. Marco general

Antes que nada conviene quizás recordar aquí algunos de los elementos que, sin duda, han influido en la decisión, por parte de la Unión Europea, de fomentar y subvencionar proyectos relacionados con el referido enfoque.

La Unión Europea representa en la actualidad 25 países (que pronto serán 28 o 30), 20 lenguas oficiales (de Estados miembros) y algunas más que aspiran

cuando menos a ser reconocidas como tales (el catalán, el eusquera, etc.). Esta diversidad lingüística y cultural constituye, a todas luces, una de las principales riquezas de la Unión. Para conservarla y fomentarla, es imprescindible sin embargo impulsar a la vez la enseñanza-aprendizaje generalizada de varias lenguas extranjeras (LE, en adelante), en todos los países.

En ese sentido, las políticas lingüísticas comunitarias, la movilidad profesional, el desarrollo de los intercambios a todos los niveles, incluidos los escolares y los universitarios (por ejemplo, los Programas Comenius, Erasmus, etc.), que están modificando el panorama general del conocimiento de idiomas en Europa, ya han hecho mucho en los últimos veinte años. Pero justo es también reconocer que se trata de un proceso lento y algo complicado. Aun así —y según estadísticas oficiales— hoy día, si bien el 90 % de los jóvenes europeos estudian una LE, al final de sus estudios un tercio de ellos, por lo menos, es incapaz de mantener una conversación fluida con un nativo de la lengua que han estudiado... Además, hablar de LE en plural puede ser equívoco ya que 8 de cada 10 jóvenes europeos eligen el inglés como primera lengua extranjera.

De todo esto se desprende la necesidad de buscar nuevas fórmulas para poder alcanzar uno de los objetivos de la Unión Europea, a saber, que el ciudadano europeo del futuro domine como mínimo dos LE además de su lengua materna. Y todo indica que los nuevos programas de la Unión (“Educación y Formación a lo largo de la vida” [ILLP, en las siglas inglesas]), que se están preparando para el período 2007-2013, insistirán también en ello.

1.1 Datos estadísticos

Pero conviene aportar algún dato estadístico más que, sin lugar a dudas, se habrá tomado en consideración en la Unión Europea para promover, en el marco del programa Sócrates-Lingua, los proyectos sobre intercomprensión, especialmente en lenguas romances:

Únicamente en Europa, hay...

- 63,7 millones de personas que hablan francés (o sea 14 % de europeos)
- 56,3 millones que hablan italiano (13,80 %)
- 40,4 millones, español (12,40 %)
- 10,3 millones, portugués (2,20 %)

Esto sin contar los 22 millones de europeos que hablan rumano, en un país que está en vísperas de integrarse a la Unión.

Así pues, aproximadamente **200 millones** de personas en Europa utilizan lenguas romances, con un grado de intercomprensión espontánea muy elevado. A los que hay que añadir unos cuantos millones más que tienen como lengua materna idiomas neolatinos que pueden ser verdaderos “puentes” entre algunas de las lenguas citadas: el catalán, el gallego, etc., y todos los que, aun teniendo lenguas maternas no romances, poseen conocimientos de algunas de ellas, adquiridos como LE en la institución escolar o en otros sitios.

Y, por poco que se extrapolen estos datos a todo el mundo (y ¿dónde hacerlo mejor que aquí para que se entienda?), se puede calibrar el enorme interés que debería existir en el fomento de enfoques plurales para la enseñanza de LE:

- **% unos 666 millones de personas tienen una lengua romance como lengua materna;**
- **% unos 798 millones, una lengua romance como materna o como segunda lengua;**
- **% y, en total, habría más o menos 1 000 millones de locutores de lenguas románicas en todo el mundo.**

1.2 Definiciones

Llegados a este punto, se puede hacer la pregunta esencial: ¿En qué consiste, pues, lo que se da en llamar “comprensión plurilingüe”?

Este concepto ha sido adelantado en el curso de la evolución de la enseñanza de las lenguas extranjeras a los adultos %se explica en un reciente diccionario de didáctica%. Se trata de desarrollar, con una metodología apropiada, la comprensión recíproca de locutores de lenguas genéticamente emparentadas (lenguas vecinas), como las lenguas románicas, a partir de la utilización por cada uno de su propia lengua. Las ideas fuerza de dicha metodología pueden resumirse de la manera siguiente:

- Seleccionar y jerarquizar los objetivos de aprendizaje;
- Incitar a los sujetos a apoyarse en el conjunto de sus competencias culturales tanto como en las lingüísticas, que estas hayan sido adquiridas o no en el ámbito escolar (música, viajes, frecuentaciones, etc.);

- Construir los rudimentos de una gramática de la comprensión desgajando los puntos de convergencia translingüísticos (reglas de paso) y subrayando las trampas que conviene evitar (reglas de vigilancia);
- Entrenar, así, progresivamente al alumno a dinamizar su potencial cognitivo.

En resumen, se trata, pues, de un enfoque novedoso de la enseñanza-aprendizaje de las lenguas que viene fundamentado en la definición de nuevos objetivos y finalidades, esencialmente en la adaptación más precisa a las necesidades de los alumnos y en limitación de los objetivos del aprendizaje.

Todo ello basado en el convencimiento de que el modelo implícito, vigente hasta el momento, de la enseñanza de idiomas, a saber la formación de un bilingüe activo perfecto, ha entrado en crisis. En la mayoría de los casos, no solo es difícilísimo pretender alcanzar dicha meta, sino contraproducente, especialmente para la motivación de los alumnos. Por ello se ha trabajado en dos direcciones principales: en la definición de competencias parciales, y en un mejor aprovechamiento del eje de proximidad de las lenguas¹.

Como se señala en el *Marco común europeo de referencia para las lenguas*: “Los que han aprendido una lengua también saben mucho sobre otras muchas lenguas sin que necesariamente sean conscientes de ello. El aprendizaje de otras lenguas facilita generalmente la activación de este conocimiento y aumenta la conciencia que se tiene de él. Este factor es, por tanto, digno de tenerse en cuenta y no prescindirse de él.”

II. Los proyectos europeos sobre intercomprensión en lenguas romances

En los últimos años y en distintos lugares, se ha desarrollado un número apreciable de proyectos relacionados con el concepto de intercomprensión en lenguas románicas, cada uno con sus características particulares:

¹Se entiende generalmente por **intercomprensión** la situación en la que cada cual habla su lengua y se esfuerza por comprender la o las de los demás. Se da con relativa frecuencia en la vida corriente y, en particular, en los organismos internacionales y comunitarios. La **intercomprensión en lenguas vecinas** (genética y/o tipológicamente emparentadas) es la que se remite a las principales familias lingüísticas. En Europa, las lenguas germánicas, las eslavas y las **lenguas romances**. Esta última familia es la que nos interesa aquí.

«**Intercommunicabilité romane**». Dirigido por el profesor Jørgen Schmitt-Jensen, de la Universität Aarhus (Dinamarca), este proyecto, cuyo propósito general se puede leer en el título mismo, persigue resolver los problemas de la comunicación en sentido amplio entre cuatro lenguas romances (español, portugués, italiano y rumano²), especialmente a partir del francés – y no la simple comprensión de dichas lenguas– incluyendo asimismo las culturas de dichos idiomas.

«**EuRom4**». Diseñado por lingüistas de las Universidades de Salamanca, Roma, Lisboa y Aix-en-Provence (esta última ha desempeñado también las funciones de coordinación), «EuRom4» planifica la enseñanza simultánea de tres lenguas románicas. Para España: el francés, el italiano y el portugués; para Francia: el español, el italiano y el portugués; etc. En este proyecto, únicamente se persigue la comprensión de dichas lenguas, en sus partes escrita y oral, sin plantearse la expresión o producción. Su objetivo es permitir que cualquier locutor de una de las cuatro lenguas citadas pueda leer y entender oralmente las demás tras un breve tiempo de aprendizaje.

«**EuroComRom**». Este proyecto se ha desarrollado a partir de los años 80 en la Universidad de Francfort bajo la dirección de los profesores Horst G. Klein y Tilbert D. Stegmann. Se trata de un proyecto importante, tal vez el de mayor alcance, que ya ha permitido la publicación de varias traducciones o adaptaciones de la versión alemana original, de 2001³. Estas adaptaciones han logrado además asociar al proyecto investigadores de universidades de distintos lugares de Europa. Se trata probablemente del proyecto más elaborado, sobre soporte papel, de los que han sido descritos hasta el momento: cuenta con numerosas publicaciones en distintas lenguas.

«**Galatea**». El programa de investigaciones sobre la intercomprensión en lenguas romances de «Galatea» se inició en 1991 en la Universidad Stendhal-Grenoble III, dirigido por Louise Dabène y Christian Degache, con la colaboración de Centros universitarios de Francia, España, Italia, Portugal, Suiza y Rumanía. Ha dado como resultados más patentes de una serie de CD-roms para la comprensión de las lenguas incluidas en el proyecto; lengua escrita en la mayoría de los

²El rumano fue integrado en una segunda fase.

³En la página www.eurocom-frankfurt.de se encuentra el capítulo primero de la versión alemana de *EuroComRom*, en el cual se explica con todo detalle el método utilizado por los iniciadores del proyecto y ello en doce lenguas distintas.

casos, aunque también uno, para el francés oral, concebido y llevado a cabo por la Universidad Autónoma de Barcelona [www.u-grenoble3.fr/galatea].

«**Ariadna**» / «**Minerva**». Los proyectos reunidos bajo esta denominación dual constituyen, pese a sus diferencias, un *continuum* de trabajos de investigación que van desde 1995 hasta 2003. Una de las características de estos proyectos es que han sido llevados a cabo por una red universitaria dedicada desde hace tiempo a la enseñanza de las lenguas propias de los distintos países como LE, en la que se integran las Universidades de París VIII, Mons-Hainaut (Bélgica), Siena (Italia), Lisboa, Pitesti (Rumanía), coordinadas por la Universidad Autónoma de Barcelona. Las investigaciones realizadas han permitido elaborar una serie de módulos sobre temas de la vida corriente dedicados en especial a los jóvenes que proyectan o realizan estancias en países de las lenguas implicadas, además de un módulo transversal plurilingüe, original en muchos aspectos, que completa las producciones de la segunda fase del proyecto.

«**Galanet**». Como Ariadna-Minerva, se podría también agrupar en el mismo apartado los proyectos Galatea y Galanet, ambos coordinados por la Universidad Stendhal-Grenoble 3, y que se siguen en el tiempo el uno al otro. El objeto, el soporte y el enfoque de ambos son en cambio tan diferentes que parece preferible presentarlos por separado. El objetivo general de Galanet⁴ es permitir a locutores de portugués, italiano, español y francés practicar y desarrollar la intercomprensión a través de Internet. Para ello, el proyecto pone a disposición de diferentes grupos de estudiantes una plataforma de formación a distancia que facilita la «comprensión cruzada», o sea la posibilidad de comunicarse con otros estudiantes utilizando una u otra de esas lenguas y desarrollando además la capacidad de comprender otras lenguas poco o mal conocidas [<http://galanet.free.fr>].

«**Evlang**». Los proyectos Evlang y Janua linguarum (Ja-ling) han reunido desde 1997 hasta 2001, también en el marco de Sócrates-Lingua, investigadores de cinco países (Austria, España Francia, Italia y Suiza), coordinados por la Universidad de Le Mans (Francia). Esta red se ha dedicado a la producción de documentos didácticos, a la formación de profesores, así como a la evaluación de los resultados de las experiencias de sensibilización a la diversidad lingüís-

⁴Los socios de Galanet son los siguientes: Université Stendhal-Grenoble 3 (coordinadora); Université Lumière Lyon 2; Universidade de Aveiro (Portugal); Universitat Autònoma de Barcelona; Universidad Complutense de Madrid; Università degli Studi di Cassino; Université de Mons-Hainaut.

tica y cultural, llevadas a cabo en un número apreciable de colegios en distintos países europeos. Se trata sobre todo de estimular en los alumnos las actitudes positivas hacia los demás y la construcción de competencias metalingüísticas y transversales. Niños y adolescentes constituyen el público meta de las actividades de ambos proyectos, que tienen como otra singularidad la de no limitarse a las lenguas vecinas y ampliar su campo de acción a todo tipo de idiomas, próximos o lejanos.

Otros proyectos están en curso de realización:

«**Euromania**». Para alumnos de 8 a 11 años. Lenguas: ES FR IT PT RO. Promotor: el IUFM Midi-Pyrénées. Según se indica en la presentación general de dicho proyecto, se pretende sacar partido de un “escenario didáctico global [que] ofrece elementos culturales e históricos para una aproximación afectiva de las lenguas romances a alumnos principiantes.”

«**ICE**». Para adultos. Lenguas: ES FR IT PT RO et EN DE NL. Soporte: DVD. En parte heredero del programa Eurom4, se ha dado por objetivo promover en Europa “una forma de plurilingüismo práctico y accesible”.

«**LEA**». Para profesores. Se propone elaborar un *kit* de base para la formación de docentes de lenguas. En la línea de Evlang y Ja-ling y promovido por el CELV de Graz.

Todos ellos y algunos más están en fase de elaboración. Sus resultados se comprobarán en adelante, pero su existencia demuestra de por sí el interés que ha despertado este nuevo enfoque de la enseñanza de lenguas extranjeras.

Parámetros para el análisis de los diferentes proyectos

Una lectura de todos estos proyectos pone en evidencia la complementariedad existente entre ellos, en función sobre todo de una serie de parámetros que es interesante subrayar.

Hay coincidencia casi total en lo que se refiere al público declarado de los distintos materiales: adolescentes adelantados y adultos, salvo en el caso de Evlang y Euromania que han elegido más concretamente a alumnos de primaria.

Los objetivos perseguidos son más dispares. Algunos de estos proyectos se limitan a la simple *sensibilización* (caso de Evlang, de nuevo), mientras que otros son programas íntegros de *aprendizaje* de idiomas si bien de forma limi-

tada, en función de las competencias parciales privilegiadas (Eurom4 o EuroComRom, por ejemplo). Entre los dos extremos, se observan modalidades próximas a lo que se ha dado en llamar *iniciación* a la enseñanza de idiomas.

En lo que se refiere a los soportes utilizados por las actividades o los materiales, la frontera pasa sobre todo entre «papel» y «TIC»; aunque, cuando el soporte «papel» es el básico, ello no significa que lo sea en exclusiva. En cualquier caso, hay muy pocos proyectos basados exclusivamente en Internet, aunque estos tiendan a hacerse más presentes a medida que pasa el tiempo.

El enfoque lingüístico (diacronía o sincronía) también los distingue. Solo en unos pocos casos se tiene en cuenta la dimensión diacrónica de las lenguas como elemento que puede asistir la comprensión, sobre todo aquellos que se apoyan en la *cultura gramatical* de los alumnos; en la mayoría, sin embargo, únicamente se tiene en cuenta el enfoque sincrónico de la lengua.

El alcance de los proyectos %entendido este como el número de lenguas concernidas% y la modalidad elegida (simultánea o sucesiva) también es motivo de diferenciación. La gran mayoría se limita a cuatro lenguas, mientras que algunos proyectos, como EuroComRom son mucho más ambiciosos. Otro asunto es que, desde el punto de vista didáctico, la modalidad simultánea (y más tratándose de cuatro, cinco o seis lenguas) plantea innumerables dificultades.

También se distinguen los proyectos por la ambición que albergan en términos de contenidos: la mayoría se limita a niveles elementales, aunque algunos van más allá. Lo mismo ocurre con el canal que potencia cada uno de los proyectos, la lengua escrita (sin incursiones en la oralidad) es la que ocupa prácticamente la totalidad de los proyectos; la lengua oral es objeto de actividades didácticas en pocas ocasiones.

El área cubierta por los distintos proyectos es a todas luces muy desigual, la mayoría solo tratan aspectos lingüísticos, mientras que otros incluyen también los pragmáticos y pocos añaden los socioculturales. Todo ello en función de unos centros de interés temáticos también muy variados en un número escaso de proyectos, en los que destacan los temas de la vida corriente.

Por último (y sin que esta enumeración pretenda ser exhaustiva), está el régimen de aprendizaje que preconizan (según los casos: autonomía, semiautonomía o régimen autorizado) que también distingue al conjunto de los proyectos.

III. Los «Itinerarios romances» de la Unión Latina

Dentro de este panorama general, el proyecto coordinado por la Dirección Promoción y Enseñanza de las Lenguas, de la Unión Latina, destaca por su singularidad. Y el anterior repaso de las características principales de los proyec-

tos sobre intercomprensión de lenguas romances lo pone en evidencia. En efecto, es un proyecto, encaminado a la promoción del plurilingüismo y el pluriculturalismo, innovador en muchos aspectos y con unas características que no tienen parangón en los descritos hasta ahora.

En primer lugar va dirigido a un público desatendido por los demás, inmerso por añadidura en una situación de aprendizaje particular, ya que se trata de alumnos de 9 a 12-13 años, estén o no integrados en la institución escolar.

Un rasgo peculiar de estos adolescentes es que en ellos la experiencia acumulada en materia de aprendizajes lingüísticos es todavía limitada y, muy a menudo, no han tenido la oportunidad de reflexionar sobre cuestiones de lengua porque la institución escolar no les ha ofrecido la posibilidad de tomar conciencia de sus vivencias plurilingües y pluriculturales fuera de la institución. Poseen, en cambio, una gran familiaridad con el mundo y el instrumento informático.

El proyecto pretende incidir además en unas cuantas funciones educativas circunscritas pero importantes, como pueden ser: motivar a aprender, aprender divirtiéndose o aprender a aprender. Los objetivos concretos pueden resumirse en los tres siguientes: facilitar la identificación de lenguas vecinas; hacer emerger en los alumnos las estrategias individuales utilizadas para la comprensión de mensajes en lenguas vecinas y, siempre, incitar el aprendizaje de una segunda, tercera o, inclusive, cuarta LE romance. En definitiva, se trata de ayudar a descubrir y dominar los saberes procedimentales y comportamentales necesarios para poder establecer una comunicación eficaz en una sociedad, la nuestra hoy día, plurilingüe y multicultural.

3.1 Una aplicación en línea

Las TIC se utilizan de distintas formas en los proyectos sobre intercomprensión (CD-roms, datos y aplicaciones; plataformas Internet, etc.). «IR» es sin embargo el único proyecto que presenta un material didáctico en línea, de geometría variable; esto es, susceptible de ser completado y desarrollado. Prueba del interés que ya ha despertado es, sin lugar a dudas, el hecho de que, en los últimos meses, un promedio de 10 000 personas han entrado en el sitio de la aplicación.

«IR» se compone actualmente de cinco módulos y otro más que está en fase de elaboración. Dichos módulos están constituidos por un documento de base, texto en sentido amplio (oral y escrito) y un aparato didáctico específico para cada uno de los textos. Las actividades incluidas en el aparato didáctico no agotan todas las posibilidades de trabajo sobre la intercomprensión, al contra-

rio, dejan abierta la puerta a las iniciativas individuales del profesor. Se puede considerar sea una utilización autónoma de los módulos, sea una práctica monitorizada en grupo en el aula de idiomas. Ahora bien, pese a que la utilización autónoma sea la más corriente, la más rentable desde el punto de vista pedagógico es sin duda la tutorizada, para la cual ya se han llevado a cabo formaciones específicas en distintos lugares.

Otro de los rasgos notables de «IR» es que ofrece la posibilidad de acceder en todo momento a las seis lenguas románicas del proyecto: CT, ES, FR, IT, PT, RO. Y dicha posibilidad existe tanto para la parte oral como para la parte escrita. Es más, el trabajo sobre la parte oral no se circunscribe a la oralización de los textos escritos, sino que concierne también a las actividades de aprendizaje, en especial los ejercicios de identificación y de comprensión. Cabe también añadir que la presencia del rumano y del catalán como lenguas de trabajo constituye una característica compartida por muy pocos proyectos sobre intercomprensión.

3.2 Actividades de aprendizaje esencialmente lúdicas

Como se puede comprobar, «IR» apuesta fuertemente por los aspectos diácticos, pero insiste a la vez con fuerza en el componente lúdico de las actividades programadas: identificación de las lenguas; iniciación a la reflexión gramatical (desde un punto de vista translingüístico); aproximación *elemental* a ciertos conceptos transversales básicos, como los de género, número, modalidades de frases, etc.; familiarización con algunos actos de habla, todo ello a través de juegos y manipulaciones diversas.

Se exige del alumno/utilizador que observe, reflexione, resuelva problemas... en definitiva, se le incita a actuar (según la llamada «perspectiva accional» del *Marco común de referencia para las lenguas*).

Los ámbitos de interés lingüísticos presentes en los módulos remiten a temas habitualmente tratados en el marco de la institución escolar:

- Prendas de vestir
- Alimentación
- Léxico geográfico y mundo animal
- Meteorología, naturaleza, estaciones del año

«IR» constituye, pues, un refuerzo para los aprendizajes iniciados en la escuela, si bien de modo divertido. A ese nivel, el desarrollo por parte de “monitores” eventuales no solo es posible sino recomendado.

Más allá de su relativa diversidad tipológica (cuentos, relatos, historias), los textos utilizados en «IR» pertenecen todos ellos a géneros incluidos en las lecturas juveniles habituales. Remiten, en cualquier caso, a macro categorías discursivas (narraciones, descripciones, diálogos) estudiadas en el marco de la institución escolar, sea en la clase de lengua materna sea en la de LE.

El último rasgo que cabe destacar es la iconografía de «IR», juvenil y divertida. Todos los textos están ilustrados, cabría decir: *transcritos* en imágenes, animadas en muchos casos. Dichas ilustraciones se asemejan a la técnica del dibujo animado... y ya se sabe el interés que este último despierta en los adolescentes. Las actividades de aprendizaje participan de esa misma técnica. La transcripción gráfica descrita dobla pues y, en cierta manera, completa las versiones oral y escrita.

*
* *

No nos hemos detenido aquí a exponer lo que puede significar, desde un punto de vista sociocultural en particular, un proyecto de las características de «IR». Como muy bien recuerda un texto de la Dirección Promoción y Enseñanza de Lenguas de la Unión Latina «la enseñanza/aprendizaje de una lengua es también una forma de conocimiento, de profundización de la relación que existe entre lengua y cultura. No se trata solo de adquirir otro sistema lingüístico sino también de acceder a las competencias comunicativas y cognitivas necesarias para el desarrollo de la actividad humana en ese contexto plurilingüe. El aprendizaje de lenguas extranjeras permite aprehender la identidad cultural en sus variaciones y relaciones con otro espacio, otro desarrollo y otras formas de expresión del mundo. La experiencia de la alteridad lingüística, que es cultura en sí, es el camino de la comprensión de los pueblos y la apertura al mundo». Si esto es indiscutiblemente válido para el aprendizaje de una lengua, tanto más ha de serlo cuando el propósito es plural y transversal.

Selección bibliográfica

- ***Comprendre les langues, aujourd'hui***
La TILV, éditeur. Coll. Paroles & Actes, 1995
Sanda Reinheimer & Liliane Tasmowski:
- ***Pratique des langues romanes***
L'Harmattan, 1997
VVAA, Manuel A. Tost, editor
- ***Ensenyament-aprenentatge de llengües romàniques.***
Nous enfocaments
ICE de la UAB, 1998
Horst G. Klein - Tilbert D. Stegmann:
- ***EuroComRom - Die sieben Siebe...***
Shaker Verlag, Aachen 2000
Degache, Christian (dir.) :
- ***Intercompréhension en langues romanes. De l'entraînement à la compréhension aux interactions plurilingues, de Galatea à Galanet***
Lidil, n° 28, déc. 2003, Lidilem, Univ. Stendhal, Grenoble.
- ***Le Lingue romanze. Una guida per l'intercomprensione***
a cura di Antonella Benucci
UTET Librería, Torino 2005.

Convergencias con la convención sobre la diversidad cultural

Colombia: milenario laboratorio lingüístico. Acciones para su preservación y desarrollo

ARACELI MORALES LÓPEZ

Ex Ministra de Cultura de Colombia

Antes que nada quiero agradecer la invitación de la Organización de Estados Iberoamericanos. Aprovecho esta oportunidad para recordar que el primer curso que realicé sobre Gestión Cultural fue organizado por la OEI en Lima, Perú; luego, en calidad de Ministra de Cultura de Colombia, no encontré más que receptividad y ofertas de cooperación de parte de este organismo en beneficio de mi país. De igual manera, agradezco a los organizadores: la Unión Latina y la Pontificia Universidad Católica de Río de Janeiro, al Ministerio Brasileño de Educación, al *Conseil Supérieur de la Langue Française* de Québec, a la *Organisation Internationale de la Francophonie* y al *Instituto Camões*.

Cuenta nuestro Nobel Gabriel García Márquez que en el mítico Macondo, ese pueblo remoto donde todo podía pasar, un día los habitantes comenzaron a sufrir de la extraña enfermedad del olvido y, poco a poco, se fueron olvidando hasta de cómo se llamaban. Fue entonces cuando José Arcadio Buendía comenzó a ponerle letreros a cada cosa, planta o animal, indicando su nombre y oficio, para recordar qué eran y para qué servían. En la entrada del pueblo clavaron un letrero grande que decía “Macondo” y en la plaza central pusieron otro que decía “Dios existe”. No fuera que la desmemoria contagiara también sus certezas religiosas.

Recuerdo hoy esta anécdota fantástica, en este evento de reflexión sobre las políticas lingüísticas en las Américas en un mundo multipolar, porque la enfermedad “del olvido”, a pesar de los remedios que en su tiempo aplicó el mago Melquíades, sigue, por desgracia, vigente en nuestras naciones.

A veces, con una amnesia que nos envuelve a todos, queremos derribar con los avances de la modernidad los pilares y las huellas de nuestra tradición,

de nuestra cultura, de nuestras lenguas, de lo que nos identifica como pueblos y como personas.

Nuestro desafío, como dirigentes cívicos, políticos o culturales, es evitar que la plaga del olvido contamine la médula misma de nuestro pasado que sigue viva en la diversidad lingüística de los pueblos y comunidades que albergaron los momentos cruciales de nuestro devenir.

Y, por supuesto, Río de Janeiro es un lugar maravilloso para hablar de las políticas lingüísticas en las Américas y de la cultura que nos hermana por encima de fronteras e ideologías, cumpliendo así uno de los principales objetivos de la UNIÓN LATINA como es promover y difundir la herencia común y las identidades del mundo latino.

Con el tema que nos ocupa en esta sesión sobre la diversidad lingüística y cultural en las Américas, quiero reflexionar el siguiente fragmento, escrito por Gabriel García Márquez, el cual hace referencia a la diversidad lingüística colombiana.

“En la esquina de los dos grandes océanos se extendían cuarenta mil leguas cuadradas que Colón entrevió apenas en su cuarto viaje, y que hoy lleva su nombre: Colombia. Lo habitaban desde hacía unos doce mil años varias comunidades dispersas de lenguas diferentes y culturas distintas, y con sus identidades propias bien definidas. No tenían una noción de estado, ni unidad política entre ellas, pero habían descubierto el prodigio político de vivir como iguales en las diferencias. Tenían sistemas antiguos de ciencia y educación, y una rica cosmología vinculada a sus obras orfebres geniales y alfareros inspirados. Su madurez creativa se había propuesto incorporar el arte a la vida cotidiana –que tal vez sea el destino superior de las artes– y lo consiguieron con aciertos memorables, tanto en los utensilios domésticos como en el modo de ser (...).”

Gabriel García Márquez

El anterior fragmento está inspirado en la diversidad cultural y lingüística de los grupos étnicos que ‘habitaban’ nuestro territorio a la llegada de Colón. Así descritas, podría pensarse que estas comunidades hacen parte de un pasado mítico, lejano y ausente, arrancadas del tejido cultural que caracteriza a la sociedad colombiana. Sin embargo –y a pesar de la pérdida invaluable que representó la acción devastadora sobre estos pueblos–, para fortuna nuestra, y de la humanidad en general, la realidad es otra.

Organizados a partir de patrones culturales propios, en Colombia habitan cerca de 90 pueblos indígenas que se relacionan con la vida nacional de diver-

sos modos, existiendo grupos como los de la Sierra Nevada de Santa Marta, considerados muy celosos de su cultura; otros como los *guambianos* y los *paeces* que poseen cierto grado de apropiación de la cultura occidental, pero que resguardan sus rasgos de identidad; finalmente grupos como los *pijaos*, los *pastos* y los *zenúes* que han tenido que recurrir al español como lengua, ya que en el proceso de castellanización perdieron su lengua materna¹.

Pero es claro que el legado cultural que enarbola Colombia no solo es fruto de las exploraciones protagonizadas desde tiempos inmemoriales por los pueblos indígenas de un lado al otro del continente –exploraciones motivadas por su posición privilegiada, a la salida del Istmo de Panamá–. El nuestro es uno de los países con mayor diversidad genética y cultural del mundo y tal diversidad viene acompañada de una serie de características culturales propias, en las que también confluyen los aportes indoeuropeo y africano. Este último se precisa en dos comunidades: los sanandresanos y los palenqueros².

Es interesante observar, cómo estos grupos humanos se han arraigado en diferentes regiones del país. Al respecto, el Ministerio de Cultura resalta que al norte, en la costa atlántica, habita gente extrovertida y alegre y se ha conformado una región que incluye además de negros, mulatos y blancos, comunidades indígenas como los Wayuu de la Guajira y los Kogui de la Sierra Nevada de Santa Marta. En la costa sobre el Océano Pacífico se asentaron comunidades de raza negra, pueblos de pescadores y cazadores que habitan a orillas del mar y en la selva húmeda de mayor diversidad del mundo, la del Chocó, que también es cuna de tribus indígenas como los Embera y los Noanamá. Al sureste, la exuberancia de la selva amazónica, cálida y húmeda, ha sido durante siglos el hábitat natural de numerosas agrupaciones, con sus mitos y leyendas, conformadas por grupos dedicados a la caza y la pesca, con formas de vida comunitaria y a veces nómada, como los Sibundoy, Makuna, Tukano y Tikuna. Al este, en los llanos del Orinoco y los inmensos ríos de la gran sabana, se han desarrollado sociedades basadas en la agricultura y el pastoreo y asentamientos indígenas, como los Guahibo, que todavía habitan las orillas del río Vichada. En el centro, en la cordillera de los Andes, dividida en tres ramales y densamente poblada, se albergaron sociedades con marcadas diferencias culturales y grandes capacidades para la agricultura, la alfarería y el tejido, y comunidades que

¹TRILLOS, María en *Urdimbres para conmemorar el día de las lenguas*.

²Particularmente, el legado africano tiene origen en el tráfico de esclavizados que se desarrolló en Cartagena con participación de holandeses, portugueses, franceses e ingleses; artífices de este estilo comercial en los procesos de explotación que se dieron en América para la época de la Colonia.

hoy conservan tradiciones seculares como los Guambianos, los Pijaos y los Paeces. Cada expresión regional tiene sus valores, su música, sus tradiciones y todas se funden en un carácter único de colombianidad. La expresión musical, por ejemplo, mezcla ritmos e instrumentos europeos de tradición histórica propia, con danzas y ritmos africanos como son los casos de la cumbia y el vallenato en la costa Caribe, el currulao y la jota en el pacífico, el bambuco o la guasca en el interior andino y el joropo llanero, pasando por una gama enorme de ritmos y variaciones interpretados con instrumentos propios tales como las gaitas fabricadas con cañas y cera de abejas, las marimbas, tiples y bandolas o los más sofisticados y modernos instrumentos musicales.

Y es precisamente este amplísimo marco cultural —que también alberga numerosos núcleos de inmigrantes y comunidades de gitanos llegados desde la época de la colonia y que han hecho valiosos aportes a la construcción de nuestra nacionalidad— el que me permite asegurar que somos un país privilegiado, un país mestizo, negro, indígena, blanco y mulato.

Ahora bien, no podemos pasar por alto que, de la mano de esta diversidad cultural, se erige una afortunada confluencia de lenguas, patrimonio de Colombia y de la humanidad. Las investigaciones desarrolladas en los últimos veinte años demuestran que nuestras lenguas amerindias y criollas son sistemas complejos que resguardan la identidad sociocultural de la nación y representan una de sus manifestaciones más estilizadas. Con María Trillos, infatigable investigadora de las lenguas colombianas de quien nos enriquecimos invaluablemente para desarrollar esta presentación, reitero que ellas —las lenguas— constituyen lo más humano que hemos desarrollado y que llevó milenios de una laboriosa tarea lingüística de nuestros antepasados. Al salvaguardarlas defendemos nuestra esencia culturalmente diversa, lo que nos hace ricos en visiones de mundo y maneras de ser, lo que nos posiciona como seres humanos únicos, irrepetibles, pero también iguales, ante el conglomerado de pueblos culturalmente diversos que habitan el universo.

“Cada lengua refleja una visión del mundo y una cultura particular que traduce la forma en que una comunidad lingüística ha resuelto los problemas que ha podido encontrar en su relación con el mundo y en su comprensión del universo que lo rodea. De este modo toda lengua es el medio de expresión del patrimonio cultural inmaterial de un pueblo (...) cuando una lengua muere y desaparece lo hace un aspecto irremplazable de nuestro conocimiento y de nuestra expresión del pensamiento humano y de las diferentes visiones del mundo que se pierden para siempre.”

Juan Carlos Moreno Cabrera

Este milenario laboratorio lingüístico que es Colombia, se nutre de lenguas que no solo conservan la memoria colectiva, sino que, además, develan la riqueza de las relaciones lingüísticas que se dan en el país con casos tan interesantes como el de la comunidad indígena de *los Kogui* en la Sierra Nevada de Santa Marta, quienes siguen sus ritos religiosos en teyuan –lengua sagrada–, pactan alianzas con los *wiwa* en damana, en español establecen estrategias de convivencia con el corregidor del pueblo mestizo más cercano y en familia se comunican en *koguian*. En el Vaupés, un individuo puede dominar por lo menos cuatro lenguas indígenas, además del español y del portugués; para no ser considerado incestuoso, debe escoger pareja en un grupo de habla diferente al del padre y, además, reservar el *tukano* para las transacciones comerciales con pueblos de hablas diferentes, las que se suelen manejar cotidianamente. Por otra parte, en el Archipiélago de San Andrés, descendientes de africanos viven la vida cotidiana en tres lenguas: en *creol* expresan el amor y los afectos, oran en inglés y en español hablan con los turistas y los representantes del Estado colombiano.

Pero demos un vistazo a esta diversidad lingüística caracterizada por 72 lenguas indígenas³, 2 criollas, 1 variedad de inglés caribeño, 1 variedad de portugués brasileño y 1 variedad de español americano, que singulariza al país en el contexto regional: de cara a las Antillas, donde encontramos lenguas criollas e indoeuropeas (español, inglés, francés, neerlandés) y frente a Sudamérica donde aparecen lenguas indígenas e indoeuropeas (español y portugués).

Ya había mencionado que nuestro país se erigía como un entramado pluricultural. Pues bien, fruto del mismo son las cerca de ochenta lenguas que se hablan a lo largo del territorio nacional, procedentes de los legados amerindio, criollo e indoeuropeo. La diversidad que caracteriza al conjunto de lenguas amerindias colombianas se encuentra representada por 12 familias lingüísticas diferentes: *chibcha*, de probable procedencia centroamericana; *arahuaca*, *caribe*, *quechua* y *tupí* de ascendencia suramericana; siete familias de posible origen nacional como son *chocó*, *guahibo*, *sáliba*, *macú*, *huitoto*, *bora*, *tucano*; más diez lenguas aisladas presumiblemente supérstites de igual número de familias: *andoque*, *awa-cuaiquer*, *cofán*, *guambiano*, *kamentsá*, *páez*, *ticuna*, *tinigua*, *yagua*. En principio puede considerarse que constituyen una gran variedad de lenguas y así es. Sin embargo el panorama cambia cuando se piensa en los procesos históricos que han puesto a sus hablantes en constante peligro de extinción. A priori, siendo extremadamente prudentes, la pérdida podría estimarse en más de un centenar de lenguas. Sin embargo, es necesario esperar los avances de la lingüística colombiana para la presente década⁴.

Es posible que las lenguas criollas colombianas, por su parte, se hayan originado a partir de las diferentes lenguas que entraron en contacto, tomando léxico del idioma europeo que dominara socialmente en cada caso, español o

³TRILLOS AMAYA, M. *Pasión y Vida de las Lenguas Colombianas*. Colciencias. Bogotá, 2003.

⁴Ibíd, p. 57

inglés, y reteniendo rasgos de las lenguas africanas. Hoy el palenquero y el sanandresano, por lo regular, se utilizan en situaciones de familiaridad, relaciones de amistad, negocios y demás facetas de la vida cotidiana. Finalmente, el aporte hispánico es el representado por la lengua española enriquecida con recursos propios del pueblo colombiano y con diferencias según las regiones en que se divide el país: caribe, andina, amazonía, orinoquía y costa pacífica.

Al seguirle el rastro a la distribución geográfica de estas lenguas, de acuerdo con la división política administrativa del país, encontramos que se hayan repartidas en las siguientes regiones:

PROYECCIÓN	Regiones Familias	AMAZONÍA	ORINOQUÍA	ANDES	PACÍFICO	CARIBE
CONTINENTAL	CHIBCHA		Uwa	Uwa Barí		Koguián (Teyuna) Ikan Damana (Terruna) Ette Taara Tule
	ARAWAK	Curripaco, Baniva del Isana, Kabiayari, Yucuna, Piapoco, (Tariano)	Achagua, Piapoco, Curripaco, Baniva del Guainía			Wayunaiiki
	CARIBE	Carijona				Yukpa
	QUECHUA	Inga		Inga		
REGIONAL	TUCANO	Coreguaje, Siona, (Tama), (Makaguaje), Cubeo, Pisamira, Piratapuyo, Wanano, Desano, Carapana, Tucano, Tatuyo, Taiwano, Barasana, Bará, Macuna, Tuyca, Yuruti, Siriano, Tanimuca	Wanano, Cubeo, Desano, Tucano, Piratapuyo	Coreguaje		
	SÁLIBA- PIAROA		Sáliba Piaroa			
LOCAL	GUAJIBO	Guayabero, Sikuani	Sikuani Jitnu Cuiba Guayabero			
	MACÚ- PUINAVE	Puinave, Yujup, Cacua, Nukak	Puinabe			
	UITOTO	Uitoto, Ocaina, Nonuya				
	BORA	Muinane, Bora, Miraña				
	CHOCÓ	Embera		Embera	Embera Waunana	Embera- katio
	BARBACO A	Awabít		Awabít	Awabít	
LENGUAS AISLADAS		Andoque, Cofán, Kamsá, Tinigua, Ticuna, Nasayuwe (Cocama), (Yagua), (Yuri), Neengatú	(Yaruro) Neengatú	Cofán Kamsá Nasayuwe Namtrik	Nasayuwe	
LENGUAS CRIOLLAS						Palenquer o, Creol
LENGUAS INDOEUROPEAS		Español, Portugués	Español,	Español,	Español,	Español Inglés

Tabla 6: Inventario de lenguas y familias lingüísticas colombianas: 2002

Fuente: CCELA-MPEG-ORSTOM, DNP, ICYC, ICANH, CELIKUD

Con estos datos, es necesario reconocer que la diversidad lingüística, lejos de ser un fenómeno confinado a unos pocos departamentos ‘exóticos’ constituye una realidad muy común a la situación lingüística del país actual. Pero, ¿cómo es la relación entre las lenguas y el número de hablantes?

Basándonos en las estadísticas de Planeación Nacional se puede lograr una aproximación al número de hablantes de cada lengua y se destaca, por ejemplo, que el *wayunaiki* en La Guajira, utilizado por cerca de ciento cincuenta mil personas, es la lengua amerindia más hablada del país, mientras que entre las menos habladas, estarían las de la familia *bora* con seiscientos hablantes, el *carijona* con doscientos ochenta y siete; y las que no alcanzan los cien, como el *bará*. Preocupante la situación del *pisamira* con cincuenta y cuatro hablantes y la del *taiwano* con cincuenta; y lamentable la del *tinigua*, con dos hablantes, únicos supervivientes del pueblo *tinigua*, escapados de la masacre de las caucheras de la Casa Arana.

Hoy, la morbilidad detectada pone a muchos pueblos en peligro de extinción física y con ellos indiscutiblemente sus lenguas. Este es un fenómeno que se viene configurando paulatinamente. Dejando un rastro indeleble, muchas han desaparecido sin que quedaran mínimas listas léxicas, otras superviven en condiciones precarias como el *terruna* y el *teyuan*, aún siendo celosamente protegidas por *mamas* y *sagas* (sacerdotes y sacerdotisas), en las actuales condiciones de inestabilidad que caracterizan a la Sierra Nevada de Santa Marta. De este acoso no escapan el palenquero ni el creol, ni siquiera el inglés sanandresano. Las apreciaciones de quienes hacen antropología lingüística señalan que la amenaza se ciñe sobre más del cincuenta por ciento de las lenguas, un cuarenta por ciento carece de estudios sistemáticos y para más de un veinte por ciento no se han iniciado. La preocupación mayor: los pueblos que las hablan están amenazados en su integridad física y cultural; cada día es más difícil hacer trabajo de campo por los desplazamientos poblacionales, por las condiciones de aislamiento en que están quedando las comunidades, por el conflicto armado que suele darse en el día a día de sus territorios.

Ahora bien, es sabido que son muchas las acciones que se están ejecutando en Colombia en aras de un anhelado ‘desarrollo’. Sin embargo, comparto con la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo (*Nuestra Diversidad Creativa*, 1995) que no se puede crecer de espaldas a los factores culturales y sociales que configuran la vida de un país, actuando como ruedas sueltas sin un propósito común, ya que estaríamos *reduciendo el bienestar de toda una Nación al servicio de la economía y eliminando inevitablemente la diversidad*. Al respecto, la Declaración Universal sobre Diversidad Cultural reitera:

“La diversidad cultural amplía las posibilidades de elección que se brindan a todos; es una de las fuentes del desarrollo, entendido no solamente en términos de crecimiento económico, sino también como medio de acceso a una existencia intelectual, afectiva, moral y espiritual satisfactoria.”

Artículo 3, Declaración Universal sobre Diversidad Cultural

De ahí que, ante la realidad cultural y lingüística que engalana al país – realidad que no puede ser ignorada–, llama la atención conocer la posición del Estado y qué tipo de disposiciones legales protegen nuestra diversidad, particularmente la lingüística, en el marco de la reglamentación existente.

Aceptando toda esta multiplicidad de diferencias culturales y lingüísticas que conviven en Colombia, el gobierno ha reconocido, a través de las disposiciones legales vigentes, su diversidad cultural y lingüística, asumiendo la responsabilidad de desarrollar acciones para proteger los derechos de los pueblos multiétnicos que la habitan y garantizarles derechos fundamentales, entre otros, los lingüísticos. Esta caracterización del Estado colombiano como un ente multicultural y plurilingüe, y los derechos lingüísticos y culturales consagrados en la Constitución del 91 muestran un avance importante para delinear la silueta de una Colombia mucho más democrática. Así, en la Constitución Política, el pueblo demanda que la diversidad étnica y cultural es una riqueza que el Estado está obligado a proteger y sienta el principio de que las lenguas colombianas, al igual que el español, son lenguas oficiales en los territorios donde se hablan, dando un nuevo ordenamiento jurídico a la Nación. Según registra el artículo 7 del Título I, De los Principios Fundamentales, la carta política establece: “El Estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación colombiana”; y el artículo 10, resultado de todo un proceso cultural, social, histórico y político de los pueblos indígenas, precisa: “El castellano es el idioma oficial de Colombia. Las lenguas y dialectos de los grupos étnicos son también oficiales en sus territorios. La enseñanza que se imparta en las comunidades con tradiciones lingüísticas propias será bilingüe”. En artículos subsiguientes se plantea promover a través de la educación el acceso al conocimiento, a la ciencia, a la técnica y a los demás bienes y valores de la cultura (artículo 67); en especial, el derecho a una formación que respete y desarrolle la identidad cultural de los integrantes de los grupos étnicos (artículo 68). Por otro lado, en el artículo 70 del Título II, De los Derechos, las Garantías y los Deberes, sostiene: “El Estado tiene el deber de promover y fomentar el acceso a la cultura de los colombianos en igualdad de oportunidades, por medio de la educación permanente y la

enseñanza científica, técnica, artística y profesional en todas las etapas del proceso de creación de la identidad nacional. La cultura en sus diversas manifestaciones es fundamento de la nacionalidad. El Estado reconoce la igualdad y dignidad de todas las culturas que conviven en el país. El Estado promoverá la investigación, la ciencia, el desarrollo y la difusión de los valores culturales de la Nación”. Además, ha dispuesto “el estudio y la comprensión crítica de la cultura nacional y de la diversidad étnica y cultural del país, como fundamento de la unidad nacional y de su identidad”, todo ello en el marco de la adopción del convenio 169 de la OIT mediante la Ley 21 de 1991, disposiciones que fueron reglamentadas en 1994 con la Ley General de Educación, la cual induce a desarrollar los modelos culturales presentes en el país y establece que la enseñanza de los grupos étnicos con tradiciones lingüísticas será bilingüe, con la lengua materna del educando funcionando como primera, tanto en el aula como en la escuela, y el español como segunda lengua.

Una vez más, la intención de generar procesos para la construcción de una sociedad más pacífica y equitativa, basada en el respeto mutuo, se ratificó en el compromiso asumido por Colombia como país miembro de la UNESCO al aprobar la Declaración Universal sobre Diversidad Cultural. Este compromiso supone el respeto de los derechos humanos y las libertades fundamentales, en particular los derechos de las personas que pertenecen a minorías y los de los pueblos autóctonos. Además, implica, entre otras cosas, el tomar medidas apropiadas que favorezcan el intercambio de conocimientos y de las prácticas recomendables en materia de pluralismo cultural con miras a facilitar, en sociedades diversificadas, la inclusión y la participación de las personas y de los grupos que proceden de horizontes culturales variados (objetivo 3); salvaguardar el patrimonio lingüístico de la humanidad y apoyar la expresión, la creación y la difusión en el mayor número posible de lenguas (objetivo 5); fomentar la diversidad lingüística –respetando la lengua materna– en todos los niveles de la educación, dondequiera que sea posible, y estimular el aprendizaje del plurilingüismo desde la más temprana edad (objetivo 6); y alentar, a través de la educación, una toma de conciencia del valor positivo de la diversidad cultural y mejorar, a este efecto, tanto la formulación de los programas escolares como la formación de los docentes (objetivo 7).

Pero, ¿cómo se materializa esta voluntad política del Estado?

La etnoeducación aparece como la respuesta dada por el Estado a las demandas de los pueblos indígenas del país. Siguiendo a J. Marino –reconocido antropólogo colombiano–, la institución escolar para estas comunidades se había convertido en algo así como un hijo de Noánase (en la tradición de los *kogui*, es uno de los primeros hijos de la madre espiritual, quien fue encarcelado por hacer mal uso del inmenso conocimiento y poder que poseía). El uso

dado por los misioneros a las escuelas –agrega este autor–, en la gran mayoría de los casos, traspasaba la línea del racismo y la intolerancia hacia las culturas de cada pueblo, de ahí que no sea tan exagerada la comparación que pudieran hacer los indígenas entre la escuela y Noánase.

Consagrada en la Constitución Política de 1991, en la Ley 70 de 1993, en la Ley 115 de 1994 y en los Decretos Reglamentarios 804 de 1995 y 1122 de 1998, la etnoeducación abre un nuevo espacio en el sistema educativo nacional con posibilidades ilimitadas que dependen de cómo la asuma la comunidad educativa. Se constituye, entonces, en el espacio propicio para lo diverso e implica el compromiso del gobierno nacional en la implementación de una educación que permita avanzar en la construcción, consolidación y calificación permanente de un proyecto intercultural.

Son varios los componentes desde donde se intenta abordar y desarrollar los procesos etnoeducativos: capacitación, que involucra una serie de procesos dirigidos a docentes de los grupos étnicos, agentes educativos institucionales y miembros de las comunidades; investigación, orientada a fortalecer y desarrollar la investigación, acción y participación y la organización de las comunidades; adecuación y diseño curricular, que implica la estructuración de propuestas curriculares y pedagógicas de acuerdo con los fundamentos, elementos y funciones establecidos a través del proyecto global de vida de cada pueblo; diseño, elaboración y producción de materiales educativos, fruto del trabajo de las comunidades y de los docentes; y, por último, asesoría, seguimiento y evaluación, con miras a mejorar los programas y proyectos que se adelantan en los departamentos y con los grupos étnicos.

Para fortalecer esta iniciativa, en 1995 comenzaron las Licenciaturas en Etnoeducación con el objetivo inicial de formar maestros indígenas. Simultáneamente, mediante el decreto 804, se conmina a los departamentos y municipios a recoger en sus planes sectoriales la diversidad étnica y cultural de cada entidad territorial, la cual debe reestructurar, de manera concertada, los programas y proyectos educativos con dicha realidad.

La Cátedra de Estudios Afrocolombianos se inscribe, precisamente, en el proceso de construcción conceptual y de desarrollo de la etnoeducación en Colombia. Esta, creada por la Ley 70 de 1993, tiene su concreción con el Decreto 1122 de 1998, que establece su carácter obligatorio en el área de las Ciencias Sociales en todos los establecimientos educativos estatales y privados. Si bien uno de los objetivos es el afianzamiento de la identidad de estas comunidades, también pretende que todos los colombianos conozcan los aportes de los afrocolombianos a la formación de la Nación. En la práctica esta Cátedra requiere ser socializada, sensibilizando así a los docentes y directivos para su implementación.

Acompañando estos procesos, con el apoyo del Programa de Etnoeducación Indígena del Ministerio de Educación, se han creado espacios abiertos a la reflexión sobre la participación de las lenguas en la construcción de sentidos sociales y la enseñanza-aprendizaje de estas en contextos multiculturales, entre otros aspectos. Fruto de encuentros, como seminarios, talleres y congresos –entre los que se destaca el Congreso Nacional de Etnoeducación– llevados a cabo a lo largo y ancho del territorio nacional, son los valiosos insumos con los que se cuenta en la actualidad para intentar abordar el complejo panorama de las lenguas en Colombia.

Por otro lado, no podemos desconocer el esfuerzo que se gesta desde la televisión nacional, especialmente los canales institucionales y regionales, que intentan dar cuenta de la diversidad cultural y lingüística del país, pretendiendo desarrollar el sentido de alteridad entre los colombianos y escenarios que permitan apreciar los múltiples rostros y las polifonías propias de la colombianidad. En lo que respecta a los programas radiales, el parágrafo 2 del artículo 20 de la Ley 335 de 1996, garantiza el acceso al espectro electromagnético por parte de los grupos étnicos de Colombia. En algunas comunidades ya están funcionando, con algunos altibajos, emisoras comunitarias indígenas auspiciadas por el Ministerio de Comunicaciones. En ese sentido es trascendental, si logra llegar a buen término, el programa del Ministerio de Comunicaciones y del Ministerio de Cultura que pretende hacer extensiva a otras comunidades indígenas la creación de estas emisoras.

Para los pueblos indígenas y afrocolombianos el orden jurídico aquí expuesto y las iniciativas que se están implementando representan el reconocimiento constitucional de su derecho a formas de autodeterminación que pueden sintetizarse en la conservación de su territorio, la autonomía administrativa y el respeto al derecho mayor indígena y a la especificidad lingüística y cultural, así como la facultad de darse una educación acorde con sus características culturales, cuya máxima expresión es el rasgo bilingüe e intercultural. Sin embargo, los esfuerzos adelantados hasta el momento no han sido suficientes para la consecución de los objetivos propuestos; hay todavía un camino muy largo por recorrer pues Colombia dista todavía mucho de ser entendida y vivida como multiétnica y pluricultural.

Nos enfrentamos entonces a un hiato entre la reglamentación existente y su aplicabilidad en el marco de acciones coherentes por la reivindicación de los derechos de los pueblos indígenas y afrocolombianos del país. La interculturalidad, como campo de reflexión y acción, no se ha pensado en todas sus dimensiones, condición necesaria para hacer efectivo el reconocimiento de la diversidad cultural, en el que no baste, como señala Abadio Green⁵ (2001), *reconocer*

⁵Líder nacional indígena

al otro en aquella dimensión que nos interesa o parece correcto o urgente o parecido, en tal caso, nos estaríamos viendo y proyectando a nosotros mismos en el otro, pero no viendo al otro como alguien diferente. Si la construcción de la identidad nacional hace parte de las políticas estatales, no podemos ignorar que es a partir de la comprensión del otro, de sus características y especificidades, de las formas en que se apropia de su cultura que podemos lograr tal propósito.

Para que la legislación no sea letra muerta se hace necesario, entonces, fomentar la comprensión crítica de nuestra realidad desde la creación de espacios pluralistas que den la posibilidad de escuchar voces silenciadas a lo largo de la historia: es muy poco lo que la población mestiza conoce acerca de la diversidad lingüística y cultural del país. Llama la atención, por ejemplo, el papel marginal de los estudios interculturales al interior de las universidades en las que prevalece la enseñanza y el aprendizaje de aquellos conocimientos que la cultura occidental reconoce como legítimos y que subordinan —en el mejor de los casos— las realidades cotidianas que lindan con lo multicultural. En el ámbito escolar, por ejemplo, y a pesar de las disposiciones ministeriales, aún se continúa celebrando el “Día del Idioma” o el 12 de Octubre, Día de la Raza.

“Es necesario actuar sobre las jóvenes generaciones lo más tempranamente posible, a partir de los tres o cuatro años, aunque solo sea para enseñarles que existen lenguas diferentes, para hacerles comprender la idea misma de la diversidad. Se trata de mostrar a los niños que existen maneras muy diferentes de designar a un conejo y que aquellos que no emplean la misma palabra que uno para hablar de un conejo, no son necesariamente bárbaros.”

***Nuestra Diversidad Creativa.
Informe de la Comisión Mundial
de Cultura y Desarrollo***

Por otra parte, en un proceso productivo, si surgiera una voluntad política de protección de las lenguas colombianas, el *wayunaiki*, el *nasayuwe*, el *tucano* o el *creol*, para mencionar solo cuatro, podrían desarrollarse y convertirse en lenguas del Estado, lenguas con presencia efectiva en las escuelas, las universidades, los centros administrativos y en los medios de comunicación. Serían así oficiales no en el papel, sino en la realidad de la vida nacional. En un proceso productivo, impulsando programas de lingüística de rescate, las llama-

das lenguas minoritarias como el *carijona*, el *siona* o el *pisamira*, entre muchas otras, podrían revitalizarse conjurando el peligro de extinción⁶. Bastante oportuna es la apreciación de Abelardo Ramos, quien hace hincapié en lo siguiente: “Se busca llegar a horizontes más amplios del mundo del conocimiento humano, proyectar que los idiomas indígenas trasciendan al nivel de lengua literaria, filosofía, y en general sean recursos para el desarrollo del pensamiento y la realización de la oficialidad de las lenguas en diversos ámbitos del saber. Esto implica concretar un proceso de estandarización de la escritura de cada lengua de modo que ella constituya una herramienta importante en la construcción de su proyecto de vida en función de la identidad, la autonomía, la ciencia, la tecnología, el mejoramiento de la calidad de vida”.

Se requiere, entonces, por parte del Estado y de sus instituciones, fortalecer los espacios encargados de definir, orientar y hacer el seguimiento necesario a las políticas públicas relacionadas con la diversidad lingüística y cultural. Ante todo, dar prioridad a los estudios que faciliten el diseño e implementación de políticas que concreten los derechos lingüísticos de los pueblos amerindios y afrocolombianos. En el campo de la etnoeducación, la problemática es más compleja de lo que podría pensarse. Si nos asomamos al paisaje cotidiano de las lenguas y de sus usos en las sociedades multilingües colombianas, encontramos los diversos casos de multilingüismo que se viven al interior de las comunidades indígenas o afrocolombianas, multilingüismo que no podemos desconocer a la hora de pensar en políticas lingüísticas que reivindiquen los derechos de los pueblos indígenas. Esta urdimbre de lenguas, usos, costumbres y estilos que se teje en cada una de las regiones, también tiene presencia en la escuela intercultural convirtiendo la clase en una babel donde el maestro intenta responder a la situación lo mejor que puede. Hace cerca de dos décadas, cuando se intentaba leer el aula multilingüe, aparecían mensajes confusos y respuestas poco satisfactorias. Hoy, empiezan a manifestarse procesos de planificación y principios organizativos que tienden a aliviar los conflictos pedagógicos que le generan al maestro un alumnado lingüísticamente heterogéneo, entre otras cosas, cómo se enseñan y cómo se aprenden las lenguas. Es necesario, entonces, que el Estado, en concertación con los pueblos indígenas, implemente estrategias sociales más amplias y procesos de planificación lingüística coherentes con las tendencias sociolingüísticas de cada región⁷:

⁶Ibíd., p.121

⁷TRILLOS AMAYA, M. *Participación de las Lenguas en la Construcción de Sentidos Sociales*. Bogotá, 2003

- *En lo educativo*: el apoyo efectivo del Ministerio de Educación en el desarrollo de los lineamientos generales que guíen la enseñanza de las lenguas indígenas y criollas, los procesos de planificación lingüística, el diseño de modelos pedagógicos y las estrategias didácticas que posibiliten el uso efectivo y eficiente de las lenguas en las escuelas y colegios ubicados en regiones multilingües.
- *En lo administrativo*: crear la conciencia de que los derechos culturales y lingüísticos, tanto individuales como colectivos, se concretan en el ejercicio pleno de los hablantes de las diferentes lenguas, en la posibilidad de que estas, siendo oficiales, tengan plena participación en la vida cotidiana, en el mundo de los medios de comunicación, de la administración, de la justicia y en cada uno de los ámbitos políticos y administrativos del país.
- *En lo social*: dotación de emisoras comunitarias, cuyos programas el Ministerio de Comunicación podría reorientar hacia el uso dinámico de las lenguas, e implementar, además, procesos que involucren a la prensa nacional, hablada y escrita, para impulsar una valoración positiva del patrimonio lingüístico cultural.

Y es precisamente desde esta perspectiva que contamos con el Círculo de Estudios Lingüísticos, Sociales y Culturales (CELIKUD) y el Museo de Antropología en Barranquilla, entidades apoyadas por un equipo de lingüistas y antropólogos del país y por Colciencias, organización estatal encargada de monitorear el trabajo de los investigadores y clasificar los grupos de investigación existentes en Colombia. Desde el CELIKUD se vienen desarrollando acciones para la preservación, revitalización y desarrollo de las lenguas, acciones como la creación del Observatorio de las Lenguas, que monitorea la aplicación de los principios de equidad contemplados en la Constitución Nacional. Este monitoreo permite a su vez detallar el número de hablantes de cada lengua, las percepciones lingüísticas tanto de los miembros que las hablan como de la sociedad nacional mestiza y la oficialidad de las lenguas, entre otras consideraciones. Adicionado a ello, se han creado redes de investigadores interesados en apoyar procesos de preservación y revitalización lingüística, se propone la realización de un coloquio bianual sobre derechos lingüísticos y la creación e implementación de modelos pedagógicos bilingües e interculturales que permitan el desarrollo de las lenguas. En este sentido, se hace indispensable una herramienta que permita planificar la vida de las lenguas tanto en el seno de la escuela como en la del aula misma. La propuesta es, entonces, trazar el camino

para la construcción de un Proyecto Lingüístico Nacional, alimentado por propuestas regionales y estas, a su vez, por propuestas escolares de planificación lingüística, para lo cual será necesario definir la posición de la escuela intercultural con respecto a las lenguas, partiendo del análisis de las necesidades del entorno y de las disposiciones constitucionales. En este contexto, los Proyectos Lingüísticos Escolares aparecen como el instrumento pedagógico con el que se ha de intentar asegurar una adecuada planificación didáctica de la enseñanza de las lenguas en contextos sociolingüísticos multilingües.

Lamentablemente, es mucho lo que falta por hacer y los esfuerzos desarrollados por grupos de investigación como el CELIKUD son insuficientes. Gracias a la labor de lingüistas y antropólogos contamos con los insumos necesarios para hacer lingüística de rescate, pero se necesita, ante todo, llamar la atención de los administradores involucrados que financien procesos que beneficien a las comunidades y a sus lenguas y que, a su vez, fomenten en todos los colombianos una conciencia lingüística colectiva, que ayude a preservar este patrimonio nacional y, por extensión, de la humanidad.

Estoy segura de que así como puede provocarse la muerte de las lenguas, también pueden reanimarse y revitalizarse, construyendo —como sostiene García Canclini— *“proyectos democráticos compartidos por todos sin que iguallen a todos, donde la disgregación se eleve a diversidad y las desigualdades se reduzcan a diferencias”*. En una opción por la vida existe la posibilidad de emprender acciones de revitalización lingüística, no sin antes beneficiar a los pueblos que hablan estas lenguas: *a veces se argumenta que una lengua minoritaria tiene que ser protegida para preservar la cultura que comporta. Lo contrario también se puede mantener. La cultura que comporta tiene que ser protegida en la clase para preservar la lengua minoritaria (...) proteger una lengua minoritaria en la escuela sin proteger la cultura que comporta puede ser financiar una máquina costosa de corazón-pulmón asociada a un organismo moribundo. Promover la cultura que comporta una lengua junto con la enseñanza de la lengua minoritaria puede dar una inyección de vida a esa lengua y a esa cultura*⁸. Con algunas lenguas el trabajo será difícil, pero el futuro de muchas otras sería promisorio.

⁸MORENO CABRERA, J. *La Dignidad e Igualdad de las Lenguas*. Alianza Editorial. Madrid, 2001, p.225

Língua e consumo: apresentação de produtos e serviços na língua do consumidor

HIRALDO LEITE PEREIRA

*Advogado especialista em Direitos do Consumidor
ex-professor, Universidade Federal do Rio de Janeiro*

1. Uma síntese internacional do assunto

O direito à informação está insculpido em nossa Carta Magna desde seu advento em 1988, na qual fica determinado que esse direito deve ser adequado, suficiente e claro. Este é, pois, um dos pilares do diploma consumerista.

Nas legislações mundiais, responsáveis por regular as relações de consumo, é uniforme o entendimento quanto ao direito à informação, cuja uniformidade fortalece as características universalizantes desse novo direito.

No prólogo desta discussão, está a Resolução 30/248 da Assembléia geral das Nações Unidas, de 16 de abril de 1985, que determina, em seu art. 3º, que é necessário promover o acesso dos consumidores à informação.

Os resultados do direito à informação não estão contidos, apenas, no âmbito da legislação infraconstitucional, uma vez que as constituições mais recentes de diversos países, principalmente dos países americanos, elevaram esse direito ao nível dos direitos fundamentais. Portanto, a atenção ao consumidor não diz respeito apenas à ordem privada dos sujeitos, mas irradia-se na consideração pública do campo indisponível da cidadania ativa, porque a concepção contemporânea não a vê apenas no exercício do direito oponível ao poder político, mas como peça do poder econômico.

A Constituição brasileira incluiu explicitamente a defesa do consumidor no elenco dos direitos fundamentais (art. 5º, XXXII) e, por sua destacada importância, previu que (art. 5º, XIV) é assegurado a todos o acesso à informação. Nesse mesmo sentido, a Constituição portuguesa (art. 60) estabelece que os consumidores têm direito à informação. O diálogo entre as ordens jurídicas brasileira e portuguesa vivencia interessante experiência pelo fato de terem, de um lado, origem comum, e de outro lado, serem integrantes de grupos econômicos distintos, tais como, o Mercosul e a União Européia.

Nesse sentido, convém chamar atenção para o uso das línguas na informação aos consumidores. Destaca-se, por conseguinte, que *“a legislação comunitária contém diversas disposições que regulam o emprego das línguas. Essas disposições são muito rigorosas quando se trata, por exemplo, de um produto potencialmente perigoso. A legislação relativa ao emprego das línguas visa a informar adequadamente o consumidor e a favorecer a informação multilíngüe, garantindo, ao mesmo tempo, a liberdade dos estados-membros em matéria lingüística”*¹.

Vale dizer, ainda, que, em comunicação de 10 de novembro de 1993 da Comissão Européia ao Conselho e ao Parlamento europeu, acerca das línguas para a informação dos consumidores, foi acentuado que as qualidades e as características dos produtos e serviços oferecidos é um direito.

Nessa comunicação, que propõe pistas de reflexão destinadas a reforçar a informação dos consumidores, incluem-se as seguintes disposições nacionais e comunitárias, relativas ao emprego das línguas:

- modalidades de rotulagem;
- modalidades de utilização;
- instruções de montagem;
- regras de emprego ou de utilização;
- avisos destinados a melhor informar o usuário final de um produto ou serviço.

Em função das matérias abordadas e dos objetivos visados, a legislação comunitária prevê disposições diversas. Em determinados casos, a referência ao emprego das línguas é explícita. É o que se passa relativamente aos vinhos, à comercialização de medicamentos e à rotulagem dos produtos do tabaco. Noutros casos, cabe aos estados-membros prever regras. Assim, a ROTULAGEM DOS PRODUTOS ALIMENTARES e a ROTULAGEM NUTRICIONAL deve ser feita numa língua “facilmente compreendida” pelos compradores. Pode ocorrer, ainda, que a faculdade de impor exigências lingüísticas, como SEGURANÇA DOS BRINQUEDOS, ou de produtos cosméticos, fique a critério de cada estado-membro.

Porém, na universalização lingüística, se o esforço de uniformização é manifesto nas diretivas de harmonização técnica relativas a determinados produtos

¹Cf. Allemar, em <http://www.allemar.prof.ufu.br/diel>

industriais, não existe, todavia, na legislação comunitária uma abordagem sistemática do emprego das línguas. Disso decorrem, por vezes, alguns problemas de interpretação principalmente no que se refere à noção de “língua facilmente compreendida” pelo consumidor.

Tal falta de coerência, deve-se em parte à diversidade das matérias tratadas (produtos alimentares, produtos cosméticos, viagens organizadas, segurança dos brinquedos, serviços financeiros, etc.) e aos limites da origem do produto, uma vez que as disposições que prevêm requisitos lingüísticos podem ser consideradas como um obstáculo ao princípio da livre circulação de bens e serviços. Assim, para que o sucesso seja logrado, é necessário o equilíbrio entre a salvaguarda da livre circulação, por um lado, e a saúde e a segurança dos consumidores, por outro, bem como a simplificação das disposições comunitárias, que se referem às exigências lingüísticas.

É lugar comum dizer que uma informação difícil de ler e de compreender pode ter conseqüências muito nefastas para a saúde e para a segurança do consumidor. Os produtos alimentares são um bom exemplo, pois uma má compreensão da rotulagem pode ter conseqüências graves para a saúde. Com vistas à saúde do consumidor, o *Codex Alimentarius*, programa conjunto da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) com a Organização Mundial de Saúde (OMS), responsável pela normatização dos alimentos, preconiza que nenhum alimento deve ser descrito ou apresentado de forma falsa, equívoca ou enganosa, ou de maneira que possa criar no consumidor uma impressão errônea quanto à sua natureza. Em informações extraídas de pesquisa desenvolvida por nutricionistas da Universidade de Brasília² encontramos que, de um total de 1,7 mil rótulos de alimentos analisados, 103, 98% apresentavam conteúdo correspondente à realidade, mas 19% apresentavam propagandas falsas e verdadeiras, mas enganosas. O *Codex Alimentarius* classifica as informações expressas nos rótulos de alimentos em três diferentes tipos:

- **verdadeira e não-enganosa**, a informação que expressa características que o alimento realmente possui e não leva o consumidor ao erro. Na pesquisa da UnB, as mensagens adequadas ou verdadeiras foram encontradas em 81% dos rótulos. Entre os produtos que continham mais frases verdadeiras estavam as carnes e os ovos.

²Em: Assessoria de Comunicação da Universidade de Brasília, Banco de Pauta, Brasília, 19 de maio de 2006, matéria Nutrição / **Propaganda enganosa na prateleira.**

- **verdadeira, mas enganosa**, a informação que é literalmente verdadeira, porém induz o consumidor a fazer inferências incorretas sobre o produto. A pesquisa supramencionada revela que há óleos vegetais que vêm com a mensagem “Sem colesterol” quando o correto seria falar sem colesterol, como qualquer outro óleo vegetal, pois da forma como está escrito o consumidor acredita ser a marca com esta mensagem superior às outras.
- **falsa**, a informação literalmente incorreta que engana o consumidor, como o rótulo de um xarope de milho e aromatizante, afirmando ser 100% suco, e o de um doce de goiaba afirmando ser pura fruta, quando no conteúdo de ambos foram encontrados açúcares, conservantes e aditivos. Os campeões das frases falsas foram balas, chocolates e salgadinhos.

Do mesmo modo, pode ser danosa e enganosa uma tradução adulterada. Em nota de pé-de-página de seu livro, Bessa³ narra o seguinte fato:

Uma importadora, por intermédio de seu advogado, em sua defesa no Procedimento nº 061134/96-61, argumenta que o importador pode fazer esclarecimentos adicionais sobre as qualidades de um produto, o que é verdade, desde que essa informação venha a contribuir para a aclaração sobre o produto. Porém, a investigação instaurada contra várias empresas chamava a atenção para a inclusão, no contra-rótulo, de textos inexistentes no original, prática comum, na a época, a várias distribuidoras. Por exemplo, um importador alterou a dosagem a ser ingerida de uma Vitamina, de 1 para 2 cápsulas ao dia, e ainda atribuiu ao produto “importância fundamental na recuperação de todas as células que compõem o organismo; um forte aliado imunológico impedindo a evolução de bactérias e vírus; ajuda sobremaneira o crescimento e formação do colágeno...” Nenhuma das informações constava do original.

A Comissão européia, diante dos óbices, propôs uma nova abordagem mais equilibrada para a relação com o consumidor, que deve levar em conta, entre outros, o direito dos consumidores de receberem a informação mais completa possível sobre os produtos e serviços oferecidos.

No âmbito dessa nova abordagem, a Comissão propõe 5 temas para reflexão:

- promover a informação multilíngüe;

³Em: Cristiane Roscoe Bessa, *A tradução de rótulos de comestíveis e cosméticos*, Oficina do IL / UnB, Plano Editora, 2003, p. 35.

- preservar a liberdade dos Estados-membros em exigirem o recurso à língua do país de comercialização;
- melhorar a coerência do dispositivo legislativo comunitário em matéria de emprego das línguas no domínio do consumo;
- melhorar a informação da Comissão, dos Estados-membros e dos operadores sobre as regras lingüísticas aplicáveis;
- responsabilizar os agentes econômicos (fabricantes, distribuidores etc.) por insucessos no uso de produtos.

Como ato relacionado à pertinência lingüística, todos os países devem cuidar para que os manuais e os rótulos de bens de consumo sejam redigidos corretamente na língua oficial do país.

2. Uma percepção jurídica de consumo nas Américas

Desde o início do século XX os consumidores estadunidenses já tinham à disposição uma série de leis que fixavam padrões técnicos e asseguravam, dessa forma, a qualidade dos produtos. Servem de ilustração a lei de 1901, que determina a quarentena de animais, as leis de 1901, 1906 e 1923, respectivamente, que impõem padrões de cereais, de manteiga e de artigos enlatados e as leis de 1890 e de 1906, que determinam a inspeção da carne. Por outro lado, alguns autores consideram, como marco inicial das preocupações com as relações de consumo nos tempos modernos, o discurso do presidente J. F. Kennedy, na Organização das Nações Unidas, em 1962, quando acentuou a importância de os consumidores serem ouvidos, uma vez que constituem um grupo econômico forte e que merecem maior atenção.

Enquanto na Europa o progresso se deu muito mais no sentido de tutelar o público de uma maneira geral, em detrimento de danos particulares sofridos por consumidores isolados, nos Estados Unidos o aparecimento do Direito do Consumidor processou-se a partir de uma perspectiva individualista e reparatória na proteção do indivíduo-consumidor para se alcançar a do público-consumidor.

Por causa do resultado desastroso do uso da talidomida, foi ampla a divulgação sobre crianças deformadas; a fraqueza na proteção do consumidor resultou da insuficiência da legislação existente, malgrado tivesse havido impedimento de venda da droga por algumas instituições ligadas à fiscaliza-

ção de alimentos e a produtos farmacêuticos. Esse fato motivou o crescimento da responsabilidade dos laboratórios farmacêuticos, com vistas ao controle e à segurança dos usuários de medicamentos, e, conseqüentemente, do público-consumidor.

Vale lembrar que, nas Américas, as ações de tutela jurídica tomaram pulso com a criação de normas de segurança, tendo por base a vida saudável dos consumidores. Assim, em 1972, foi criada nos Estados Unidos a *Consumers Product Safety Comission* (CPSC), uma entidade federal independente, e ainda hoje em atividade, com a função, determinada pelo Congresso, de proteger o público contra os riscos de lesões e de mortes associadas aos produtos destinados ao consumidor. E passaram a ser alvo de atenção e de normas obrigatórias de segurança alguns produtos como bicicletas, eletrodomésticos, móveis, equipamentos desportivos, vestuário, entre outros menores; porém ficaram fora da lista embarcações, aeronaves, alimentos, cosméticos, álcool, tabaco, medicamentos, armas de fogo, dispositivos médicos e automóveis.

A título de lembrança, enumeramos sucintamente ações seqüenciadas em defesa do consumidor, em outros países do continente americano:

No Chile, a proteção do consumidor está regulada pela Lei nº 19.496, de 07 de março de 1997, que derogou a Lei nº 18.223, que também estabelecia normas de proteção ao consumidor.

No Equador, a proteção do consumidor, atualmente, é regida pela “Lei de defesa do consumidor”, de 12 de setembro de 1990, regulamentada em 16 de novembro de 1991.

A Venezuela aprovou a atual “Lei de proteção ao consumidor e ao usuário” em 17 de março de 1995, quando começou a funcionar o Instituto para Defesa do Consumidor e do Usuário (INDECU)”, órgão encarregado de velar pelo cumprimento da mesma.

Já no âmbito do Mercosul, o Direito do Consumidor ainda caminha a passos lentos no que se refere ao sentido de uma verdadeira estrutura supranacional de proteção dos interesses dos países-membros. Assim sendo, cada país tem regulamentado os direitos do consumidor segundo a legislação jurídica nacional.

Desse modo, na Argentina, a proteção ao consumidor é norma constitucional, insculpida no artigo 42, que declara que os consumidores e usuários de bens e serviços têm direito à proteção de sua saúde, segurança e interesses econômicos e a uma informação adequada e veraz.

No Paraguai, a defesa do consumidor está regulada, atualmente, pela lei nº 1334, de 15/09/98. Esta lei estabelece no art. 4º, alínea “f”, que “ato de consumo é todo tipo de ato, próprio das relações de consumo, celebrado entre fornecedores e consumidores ou usuários, referentes à produção, distribuição, depósito, comercialização, arrendamento ou venda de bens móveis ou imóveis, ou referente à

contratação de serviços; o art. 5º define a relação de consumo como sendo aquela relação jurídica que se estabelece entre quem, a título oneroso, fornece um produto ou presta um serviço e quem o adquire ou utiliza como destinatário final.

No Uruguai, a proteção ao consumidor segue as mesmas linhas gerais da Lei paraguaia e está regulada pela lei nº 17.250, de 17/08/2000.

Nesse quadro regional, há que se destacar que o Paraguai e o Uruguai levaram longo tempo para aprovar uma lei de defesa do consumidor, em comparação com Brasil e Argentina.

De acordo com os propósitos desta exposição, repito que os direitos do consumidor, com destaque ao direito à informação, inserem-se nos direitos fundamentais de terceira geração e somente foram concebidos, praticamente, nas últimas décadas do século XX. Porém, no mundo atual, o monumental aparato publicitário, que lança produtos e serviços no mercado e que enxerga o consumidor sob a ótica economicista de valores, com pouca opção jurídica, muda seu olhar e examina a dimensão humana do consumidor pelas vias do seu direito, à medida que o reafirma como sujeito titular de direitos constitucionalmente protegidos, a começar pelos direitos lingüísticos, hoje amplamente reconhecido pelas sociedades que promovem as indústrias das línguas, no mundo da comunicação sociotecnológica e da interação entre povos.

3. Língua e consumo no Brasil

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) brasileiro tutela a oferta de produtos em língua portuguesa, quando no artigo 31 dispõe:

Art. 31- “A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e EM LÍNGUA PORTUGUESA sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.”

Assim sendo, por expressa determinação legal, os produtos ou serviços colocados à venda no mercado consumidor brasileiro devem apresentar todas as informações em língua portuguesa. Portanto, manuais de instrução, rótulos, bulas de remédios, termos de garantia, enfim, qualquer tipo de informação veiculada ao consumidor, entendido como o destinatário final, devem, sempre, apresentar-se no idioma pátrio. Contudo, não basta somente ter a língua respeitada. É preciso estarmos atentos à maneira como é utilizada a linguagem na transmissão da informação, uma vez que a informação deve ser clara e ostensiva, para que não

induza o consumidor ao erro, sob pena de estarmos diante de uma hipótese de publicidade enganosa, igualmente punível por lei. A esse propósito, cabe convidar os senhores para observar os fatos lingüísticos a serem apresentados adiante, na última sessão desta comunicação, denominada estudo de caso.

Antes disso, cabe lembrar que a defesa do consumidor no Brasil, embora ainda não esteja plenamente regulamentada⁴, foi erigida à condição de garantia fundamental do indivíduo (art. 5º, inc. XXXII), além de constituir-se em princípio informador da atividade econômica (art. 170, inc. V). Foi a partir de mandamento constitucional que surgiu o Código de Defesa do Consumidor, norma de ordem pública e interesse social.

Um balanço dos onze anos de aplicação da lei aponta uma realidade altamente positiva, e, no que diz respeito à proteção lingüística do consumidor brasileiro, o CDC apresenta as seguintes diretrizes:

- a) **O reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, inc. I)**
significa que as normas do CDC têm por princípio a **proteção lingüística** do consumidor brasileiro, pois a vulnerabilidade do mesmo torna-se evidente na situação em que um produto ou serviço seja adquirido em língua estrangeira, maculando seu direito de informação e impedindo-o de exercer um consumo consciente.
- b) **O direito à informação plena**, que é uma premissa basilar e está disseminado por todo o texto legal. Dessa forma, o art.6º, III, define como direito básico do consumidor “a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.” Para isso, sabemos, é de fundamental importância o uso de termos lingüísticos claros e de fácil compreensão, cujo parâmetro é o consumidor médio.
- c) **O direito à educação e divulgação para o consumo adequado (art. 6º, II)**, que dispõe que o que está à venda deve apresentar todas as informações essenciais sobre o produto ou serviço no idioma nacional. A premissa é a de que um consumidor bem informado, de forma clara e em **língua portuguesa**, terá condições de consumir adequadamente.

⁴Os resultados obtidos na pesquisa da UnB, cuja coleta de dados foi feita por 20 alunos do curso de Nutrição, serão levados ao Ministério da Saúde e devem servir de subsídios para a criação de políticas públicas e de legislação contra a rotulagem enganosa, pois advertem que “o consumidor é enganado e até hoje não há legislação que coíba frases como as apresentadas anteriormente”.

- d) A proteção contra a publicidade enganosa**, que considera como direito básico do consumidor a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços (art. 6º, inc.IV). Tal direito é tratado, ainda, pelo artigo 37, § 1º, que caracteriza como enganosa a publicidade capaz de “induzir o consumidor a erro”, qual seja o registro de informações sobre produtos ou serviços em línguas estrangeiras. Observemos que o não-atendimento à disciplina legal, no que diz respeito à publicidade enganosa caracteriza, segundo a lei, infração penal, como prevê o artigo 67 do CDC.

Também no comércio eletrônico internacional a proteção lingüística do consumidor brasileiro está em fase de regulamentação pois entendemos que, nesse caso, há uma autêntica relação de consumo. Assim, todos os princípios da lei e todas as normas referentes à oferta devem se aplicar à relação de consumo eletrônica; porém a questão lingüística, constitui-se, ainda, em um grande desafio a ser enfrentado na relação eletrônica de consumo. Possivelmente deva ser efetivada por meio de acordos para o comércio eletrônico entre os países.

4. Estudo de caso: a relação língua e consumo nas bulas de medicamentos, no Brasil.

Pela RESOLUÇÃO - RDC Nº 140, DE 29 DE MAIO DE 2003, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, inciso IV do Regulamento da ANVISA, considera que **os textos de bula de medicamentos no mercado deveriam ser reavaliados, em face da heterogeneidade das informações para o paciente e para os profissionais de saúde e determina que a bula para o profissional de saúde é documento legal sanitário que contém informações técnico-científicas, e que a bula para o paciente é documento legal sanitário; por isso essa bula deve ser disponibilizada aos usuários em linguagem apropriada, de fácil compreensão.**

Nos dois tipos de bulas – a do profissional e a do paciente - há campos comuns, idênticos. Para os fins desta exposição, apresentaremos só a parte específica da bula para o paciente; uma bula de saúde para o profissional se apresenta completa sob a forma de nota⁵. [Vejam também o banco de dados eletrônico com textos de bula no Bulário Eletrônico (<http://www.anvisa.gov.br/bulas>), que pode ser acessado tanto por profissionais de saúde, como pela população em geral, inclusive portadores de deficiência visual].

⁵Bula do Profissional de Saúde.

Para finalizar minha exposição, apresento, portanto, a parte específica da bula para o paciente, na qual podemos conferir: 1) a orientação de uso da medicação que aparece sob a forma de perguntas e respostas; 2) o nível de acessibilidade da linguagem exposta para o paciente; 3) o vocabulário das bulas. Eis o caso (os grifos são nossos):

BULA DO PACIENTE ASPIRINA INFANTIL

INFORMAÇÕES AO PACIENTE

COMO ESTE MEDICAMENTO FUNCIONA?

Aspirina® Infantil contém a **substância ativa ácido acetilsalicílico**, do grupo de substâncias antiinflamatórias **não-esteróides**, eficazes no alívio de dor, febre e inflamação.

O **ácido acetilsalicílico** inibe a formação excessiva de substâncias mensageiras da dor, as **prostaglandinas**, reduzindo assim a sensibilidade à dor.

POR QUE ESTE MEDICAMENTO FOI INDICADO?

Aspirina® Infantil é indicada para:

- o alívio de dores de intensidade leve a moderada, como dor de cabeça, dor de dente, dor de garganta, dor menstrual, dor muscular, dor nas articulações, dor nas costas, dor da artrite e
- o alívio sintomático da dor e da febre nos resfriados ou gripes.

QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?

CONTRA-INDICAÇÕES

Não tome Aspirina® Infantil se:

- for alérgico ao **ácido acetilsalicílico** ou a **salicilatos** ou a qualquer dos outros ingredientes do medicamento. Se não tiver certeza se é alérgico ao **ácido acetilsalicílico**, consulte o seu médico;
- tiver tendência para sangramentos;
- tiver úlceras do estômago ou do intestino;
- já tiver tido crise de asma induzida pela administração de **salicilatos** ou outras substâncias semelhantes;
- estiver em tratamento com **metotrexato** em doses iguais ou maiores a 15 mg por semana;
- estiver no último trimestre de gravidez.

ADVERTÊNCIAS

Nos casos seguintes, Aspirina® Infantil só deve ser usada em caso de absoluta necessidade e sob cuidados especiais. Consulte um médico se alguma das situações abaixo for seu caso ou já se aplicou no passado. O uso de Aspirina® Infantil requer cuidados especiais, por exemplo, doses mais baixas ou intervalo maior de tempo entre as doses, nas seguintes condições:

- alergia a outros **medicamentos analgésicos, antiinflamatórios e anti-reumáticos** ou presença de outras alergias;
- uso de **medicamentos anticoagulantes**; por exemplo, **heparina** e **derivados da cumarina** (exceto se a **heparina** for usada em doses baixas);
- asma brônquica;
- **distúrbios gástricos** ou **duodenais crônicos** ou **recorrentes** e **úlceras gastrintestinais**;
- mau funcionamento do fígado ou dos rins.

Gravidez e amamentação

Você deve informar a seu médico se engravidar durante o tratamento prolongado com Aspirina® Infantil.

Nos dois primeiros trimestres da gravidez, você só deverá usar Aspirina® Infantil por recomendação médica, em casos de absoluta necessidade. Você não deve tomar Aspirina® Infantil nos últimos três meses de gravidez por risco de complicações para a mãe e o bebê durante o parto.

Pequenas quantidades do ácido **acetilsalicílico** e de seus produtos de **metabolismo** passam para o leite materno. Como até o momento não se relatou nenhum efeito prejudicial para os bebês, não é necessário parar de amamentar ao se usar Aspirina® Infantil para tratar a dor ou a febre nas doses recomendadas e por períodos curtos. Se em casos excepcionais houver necessidade de tratamento prolongado ou de doses maiores (mais de 30 comprimidos por dia), deve-se considerar a possibilidade de suspender a amamentação.

Crianças

CRIANÇAS OU ADOLESCENTES NÃO DEVEM USAR ESTE MEDICAMENTO PARA CATAPORA OU SINTOMAS GRIPAIS ANTES QUE UM MÉDICO SEJA CONSULTADO SOBRE A SÍNDROME DE REYE, UMA DOENÇA RARA, MAS GRAVE, ASSOCIADA A ESTE MEDICAMENTO.

Em caso de doença febril, a ocorrência de vômito prolongado pode ser sinal de **síndrome de Reye**, uma doença, que pode ser fatal, exigindo assistência médica imediata.

PRECAUÇÕES

Pacientes que sofrem de asma, de **rinite alérgica sazonal**, de **pólipos nasais** ou de doenças crônicas do trato respiratório, principalmente se acompanhadas de sintomas de **rinite alérgica sazonal**, ou pacientes que sejam alérgicos a qualquer tipo de analgésico ou **medicamento anti-reumático**, correm risco de sofrer um ataque de asma (asma por intolerância a analgésicos). O mesmo se aplica a pacientes que apresentam alergias a outras substâncias como reações de pele, coceira e urticária.

Aspirina® Infantil não deve ser usada por muito tempo ou em doses altas sem aconselhamento de um médico ou dentista. Analgésicos usados por longos períodos e em doses altas em desacordo com as recomendações podem provocar dor de cabeça, que não deve ser tratada aumentando-se a dose do produto.

Em geral, o uso habitual de analgésicos, particularmente a combinação de vários ingredientes ativos analgésicos, podem causar dano permanente aos rins, com risco de causar insuficiência renal (**nefropatia** provocada por analgésicos).

Condução de veículos e utilização de máquinas

Aspirina® Infantil não afeta a capacidade de dirigir veículos ou operar máquinas.

INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS

Uso de Aspirina® Infantil com outros medicamentos

Algumas substâncias podem ter seu efeito alterado se tomadas com Aspirina® Infantil ou podem influenciar o seu efeito. Esses efeitos também podem ser relacionados com medicamentos tomados recentemente.

Aspirina® Infantil aumenta:

- o efeito de **medicamentos anticoagulantes** (por ex. **derivados de cumarina** e **heparina**);
- o risco de **hemorragia gastrointestinal**, se for tomada com álcool ou medicamentos que contenham **cortisona** ou seus derivados;
- o efeito de certos medicamentos usados para baixar a taxa de açúcar no sangue (**sulfoniluréias**);
- os efeitos desejados e indesejados do **metotrexato**;
- os níveis sanguíneos de **digoxina**, **barbitúricos** e **lítio**;
- os efeitos desejados e indesejados de um grupo particular de **medicamentos analgésicos/antiinflamatórios** e **anti-reumáticos não-esteróides**;

- o efeito de **sulfonamidas** e suas associações;
- o efeito do **ácido valproico**, um medicamento usado no tratamento de **epilepsia**.

Aspirina® Infantil diminui a ação de:

- certos medicamentos que aumentam a excreção de urina (**antagonistas de aldosterona e diuréticos de alça**);
- medicamentos para baixar a pressão arterial;
- medicamentos para o **tratamento da gota**, que aumentam a **excreção de ácido úrico** (por ex. **probenecida, sulfimpirazona**).

Portanto, Aspirina® Infantil não deverá ser usada sem orientação médica junto com uma das substâncias citadas acima.

Deve-se evitar tomar bebidas alcoólicas durante o uso de Aspirina® Infantil.

INFORME AO MÉDICO OU CIRURGIÃO-DENTISTA O APARECIMENTO DE REAÇÕES INDESEJÁVEIS, SE VOCÊ ESTÁ FAZENDO USO DE ALGUM OUTRO MEDICAMENTO OU SE ESTIVER TOMANDO ASPIRINA® INFANTIL ANTES DE QUALQUER CIRURGIA.

COMO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?

ASPECTO FÍSICO

Aspirina® Infantil é um comprimido redondo de cor rosa.

CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS

Aspirina® Infantil é um comprimido com leve cheiro adocicado.

DOSAGEM

Crianças de:

6 meses a 1 ano: ½ a 1 comprimido

1 a 3 anos: 1 comprimido

4 a 6 anos: 2 comprimidos

7 a 9 anos: 3 comprimidos

Acima de 9 anos: 4 comprimidos

Estas doses podem ser repetidas em intervalos de 4 a 8 horas, se necessário, até um máximo de 3 doses por dia.

Para crianças maiores recomendam-se outras apresentações de Aspirina® com concentrações maiores de **ácido acetilsalicílico**.

Em pacientes com mau funcionamento do fígado ou dos rins, as doses devem ser diminuídas ou o intervalo entre elas aumentado.

COMO USAR

Tome Aspirina® Infantil com líquido, e se possível após a ingestão de alimentos. Não tome Aspirina® Infantil com o estômago vazio.

Duração do tratamento

Aspirina® Infantil é indicada para o alívio de sintomas ocasionais. Não trate dor ou febre com Aspirina® Infantil por mais de 3 ou 4 dias sem consultar seu médico ou dentista.

SIGA CORRETAMENTE O MODO DE USAR. NÃO DESAPARECENDO OS SINTOMAS, PROCURE ORIENTAÇÃO MÉDICA OU DE SEU CIRURGIÃO-DENTISTA. NÃO USE MEDICAMENTO COM PRAZO DE VALIDADE VENCIDO. ANTES DE USAR, OBSERVE O ASPECTO DO MEDICAMENTO.

QUAIS OS MALES QUE ESTE MEDICAMENTO PODE CAUSAR?

Como qualquer medicamento, Aspirina® Infantil pode provocar os seguintes efeitos indesejáveis:

Efeitos comuns: dor no estômago e **sangramento gastrointestinal leve** (micro-hemorragias).

Efeitos ocasionais: náuseas, vômitos e diarreia.

Casos raros: podem ocorrer sangramentos e úlceras do estômago, reações alérgicas em que aparece dificuldade para respirar e reações na pele, principalmente em pacientes asmáticos e anemia após o uso prolongado, devida a **sangramento oculto do estômago** ou intestino.

Casos isolados: podem ocorrer alterações da função do fígado e dos rins, queda do nível de açúcar no sangue e reações cutâneas graves.

Doses baixas de **ácido acetilsalicílico** reduzem a excreção de ácido úrico e isso pode desencadear ataque de gota em pacientes suscetíveis.

O uso prolongado pode causar distúrbios do sistema nervoso central, como dores de cabeça, tonturas, zumbidos, alterações da visão, sonolência ou anemia devida à **deficiência de ferro**.

Se ocorrer qualquer uma dessas reações indesejáveis, ou ao primeiro sinal de alergia, deve-se parar de tomar Aspirina® Infantil. Informe o médico, que decidirá quais medidas devem ser adotadas.

Se notar fezes pretas, informe o médico imediatamente, pois é sinal de séria hemorragia no estômago.

O QUE FAZER SE ALGUÉM USAR UMA GRANDE QUANTIDADE DESTE MEDICAMENTO DE UMA SÓ VEZ?

Se alguém tomar uma dose muito grande, poderão ocorrer efeitos indesejáveis como tonturas e zumbido, sobretudo em crianças e idosos. Esses sintomas podem indicar envenenamento grave.

No caso de superdose, contate seu médico, que decidirá sobre as medidas necessárias de acordo com a gravidade da intoxicação. Se possível, leve a embalagem com os comprimidos.

ONDE E COMO DEVO GUARDAR ESTE MEDICAMENTO?

Os comprimidos devem ser guardados na embalagem original, em temperatura ambiente (15-30°C). Os comprimidos devem ser protegidos da umidade; portanto só devem ser retirados da embalagem na hora de tomar.

TODO MEDICAMENTO DEVE SER MANTIDO FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS.

Data da última atualização dessa bula: 30/08/2004

Notas

Espaço reservado para críticas e sugestões futuras, da academia, profissionais de saúde e sociedade em geral.

O destaque que demos a alguns termos desta bula serve para dizer que i) a linguagem com que a bula foi vazada só é entendida por um leitor que tenha um nível de médio para alto de compreensão da língua portuguesa; ii) a linguagem só é entendida por um leitor que tenha conhecimento da linguagem técnica e científica empregada no texto; iii) a terminologia da bula do paciente, para que seja compreendida, exige uma busca do significado dos termos técnicos e científicos em outras bases de dados.

5. Conclusão

De fato, o momento em que vivemos focaliza a informação como Direito do Consumidor, uma vez que as normas criadas para os fins devidos tutelam os interesses legítimos dos consumidores. No mercado consumerista, a informação e o dever de informar tornam realizável o direito de escolha e autonomia do consumidor, fortemente reduzida pelos modos contemporâneos de atividade econômica massificada, despersonalizada e mundializada. Nesse contexto, o esforço para a apresentação de produtos e serviços em português tende a

fortalecer a relação entre língua e consumo porque deixa à mercê do consumidor a capacidade de pensar e agir livremente, de comprar e de usufruir com a liberdade que seu dinheiro lhe permitir. Por outro lado, essa escolha ainda é conflituosa porque o assunto “língua versus consumo” ainda não chegou à formação escolar, o que significa que a “língua” com que o mercado vende seus produtos ainda não é ensinada na escola.

Referências bibliográficas

ALLEMAR, Aguinaldo. Breves anotações sobre a tutela estatal à relação de consumo no direito estrangeiro: [HTTP://WWW.ALLEMAR.PROF.UFU.BR/DIEL](http://www.allemar.prof.ufu.br/diel)

LOBO, Paulo Luiz Neto. Revista de Direito do Consumidor, vol.37, jan/mar de 2001, págs. 59/76

OLIVEIRA, Amanda Flavio de. Os direitos lingüísticos dos consumidores brasileiros, Departamento de Proteção e Defesa do consumidor, Ministério da Justiça; em I Seminário de Gestão das Línguas, Quebec/Canadá, 2002

Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, 7. ed., 2001, ed. comentada pelos autores do anteprojeto. Sítio: [http:// europa.eu/index_pt.htm](http://europa.eu/index_pt.htm)

BULA DO PROFISSIONAL DE SAÚDE

ASPIRINA INFANTIL

Princípio Ativo

Ácido Acetilsalicílico

Medicamentos genéricos

Ácido Acetilsalicílico (EMS); Ácido Acetilsalicílico (Greenpharma); Ácido Acetilsalicílico (Neovita)

Outros medicamentos com o mesmo princípio ativo

AAS (Sanofi-Synthelabo); ASSedatil (Vitapan); Aceticil (Cazi); Ácido Acetilsalicílico (Lafepe); Alidor (Aventis Pharma); Analgesin (Teuto); Antifebrin (Royton); As-Med (Medquímica); Bufferin (Bristol-MyersSquibb); Cimaas (Cimed); Cordiox (Medley); Dausmed (Usmed); Ecasil (Biolab Sanus); EMS comprimidos de Ácido Acetilsalicílico (EMS); FunedÁcido Acetilsalicílico (Funed); Furp-Ácido Acetilsalicílico (FURP); Grip-Stop (Ima); Hipotermal (Sanval); IquegoÁcido Acetilsalicílico (Iquego); Melhoral (DM); Salicetil (Brasterápica); Salicil (Ducto); Salicin (Greenpharma); Saliprin (Geolab); Salitil (cifarma); Somalgin (SigmaPharma)

Padrão para texto de Bula

Aspirina Infantil (Bayer)

IDENTIFICAÇÃO DO MEDICAMENTO

Bayer S.A.

Aspirina® Infantil

ácido acetilsalicílico

FORMAS FARMACÊUTICAS E APRESENTAÇÕES

USO PEDIÁTRICO

USO ORAL

Aspirina® Infantil é apresentada na forma de comprimidos com 100 mg de ácido acetilsalicílico em embalagens de 20 e 100 comprimidos.

COMPOSIÇÃO

Cada comprimido contém 100 mg de ácido acetilsalicílico.

Componentes inertes: sacarina, amido, aroma, celulose microcristalina e corante.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

CARACTERÍSTICAS FARMACOLÓGICAS

O ácido acetilsalicílico pertence ao grupo de fármacos antiinflamatórios não-esteróides, com propriedades analgésicas, antipiréticas e antiinflamatórias. Seu mecanismo de ação baseia-se na inibição irreversível da enzima ciclooxigenase, implicada na síntese das prostaglandinas.

O ácido acetilsalicílico é usado em doses orais de 0,3 a 1 g para o alívio da dor e nas afecções febris menores, tais como resfriados e gripes, para redução da temperatura e alívio das dores musculares e das articulações.

Também é usado nos distúrbios inflamatórios agudos e crônicos, tais como artrite reumatóide, osteoartrite e espondilite anquilosante. Nessas afecções usam-se em geral doses altas, no total de 4 a 8 g diários, em doses divididas.

O ácido acetilsalicílico também inibe a agregação plaquetária, bloqueando a síntese do tromboxano A2 nas plaquetas. Por esta razão é usado em várias indicações relativas ao sistema vascular, geralmente em doses diárias de 75 a 300 mg.

PROPRIEDADES FARMACOCINÉTICAS

Após a administração oral, o ácido acetilsalicílico é rápida e completamente absorvido pelo trato gastrointestinal. Durante e após a absorção, o ácido acetilsalicílico é convertido em ácido salicílico, seu principal metabólito ativo. Os níveis plasmáticos máximos do ácido acetilsalicílico são atingidos após 10 a 20 minutos e os do ácido salicílico após 0,3 a 2 horas.

Tanto o ácido acetilsalicílico como o ácido salicílico ligam-se amplamente às proteínas plasmáticas e são rapidamente distribuídos a todas as partes do organismo. O ácido salicílico aparece no leite materno e atravessa a placenta.

O ácido salicílico é eliminado principalmente por metabolismo hepático; os metabólitos incluem o ácido salicílicúrico, o glicuronídeo salicilfenólico, o glicuronídeo salicilacético, o ácido gentísico e o ácido gentisúrico.

A cinética da eliminação do ácido salicílico depende da dose, uma vez que o metabolismo é limitado pela capacidade das enzimas hepáticas. Desse modo, a meia-vida de eliminação varia de 2 a 3 horas após doses baixas até cerca de 15 horas com doses altas. O ácido salicílico e seus metabólitos são excretados principalmente por via renal.

DADOS DE SEGURANÇA PRÉ-CLÍNICOS

O perfil de segurança pré-clínico do ácido acetilsalicílico está bem documentado. Nos testes com animais, os salicilatos causaram dano renal, mas não outras lesões orgânicas.

O ácido acetilsalicílico foi adequadamente testado quanto à mutagenicidade e carcinogenicidade; não foi observado nenhum indício relevante de potencial mutagênico ou carcinogênico.

RESULTADOS DE EFICÁCIA

O ácido acetilsalicílico vem sendo usado como analgésico e antipirético por centenas de milhares de pessoas desde a sua descoberta há mais de cem anos. A despeito da sua idade, o ácido acetilsalicílico ainda é o padrão para comparação e avaliação de novas substâncias e uma das drogas mais amplamente estudadas. Conseqüentemente, não é possível listar todas as pesquisas que provam sua eficácia clínica. As indicações incluem o alívio sintomático de dores leves a moderadas, como cefaléia, dor de dente, dor de garganta relacionada a resfriados, dor nas costas, dores musculares e nas juntas; dismenorréia e também febre em resfriados comuns.

INDICAÇÕES

- Para o alívio sintomático da cefaléia, odontalgia, dor de garganta, dismenorréia, mialgia ou artralgia, lombalgia e dor artrítica de pequena intensidade.
- No resfriado comum ou na gripe, para o alívio sintomático da dor e da febre.

CONTRA-INDICAÇÕES

- Úlceras pépticas ativas.
- Diátese hemorrágica.
- Hipersensibilidade ao ácido acetilsalicílico, a outros salicilatos ou a qualquer outro componente da fórmula do produto.
- História de asma induzida pela administração de salicilatos ou substâncias com ação similar, principalmente fármacos antiinflamatórios não-esteróides.
- Combinação com metotrexato em dose de 15 mg/semana ou mais.
- Último trimestre de gravidez.

MODO DE USAR E CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO DEPOIS DE ABERTO

Para uso oral. Tomar os comprimidos de preferência após as refeições, com bastante líquido. O produto deve ser mantido em condições de temperatura ambiente (15-30°C), dentro da embalagem original.

POSOLOGIA

Crianças de:

6 meses a 1 ano: ½ a 1 comprimido

1 a 3 anos: 1 comprimido

4 a 6 anos: 2 comprimidos

7 a 9 anos: 3 comprimidos

Acima de 9 anos: 4 comprimidos

Estas doses podem ser repetidas em intervalos de 4 a 8 horas, se necessário, até um máximo de 3 doses por dia.

Para crianças maiores recomendam-se outras apresentações de Aspirina® com maiores concentrações de ácido acetilsalicílico.

ADVERTÊNCIAS

- Tratamento simultâneo com anticoagulantes.
- História de úlceras gastrintestinais, inclusive úlcera crônica ou recidivante, ou história de sangramentos gastrintestinais.
- Disfunção renal.
- Disfunção hepática.
- Hipersensibilidade a fármacos antiinflamatórios ou anti-reumáticos, ou a outros alérgenos.

CRIANÇAS OU ADOLESCENTES NÃO DEVEM USAR ESTE MEDICAMENTO PARA CATAPORA OU SINTOMAS GRIPAIS ANTES QUE UM MÉDICO SEJA CONSULTADO SOBRE A SÍNDROME DE REYE, UMA DOENÇA RARA, MAS GRAVE, ASSOCIADA A ESTE MEDICAMENTO.

O ácido acetilsalicílico pode desencadear broncoespasmo e induzir ataques de asma ou outras reações de hipersensibilidade. Os fatores de risco são a presença de asma brônquica, febre do feno, pólipos nasais ou doença respiratória crônica. Esse conceito aplica-se também aos pacientes que demonstram reações alérgicas (por exemplo, reações cutâneas, prurido e urticária) a outras substâncias.

Devido ao efeito de inibição da agregação plaquetária, o ácido acetilsalicílico pode levar ao aumento do sangramento durante e após intervenções cirúrgicas (inclusive cirurgias de pequeno porte, como as extrações dentárias).

Em doses baixas, o ácido acetilsalicílico reduz a excreção do ácido úrico. Essa redução pode desencadear gota em pacientes com tendência a excreção diminuída de ácido úrico.

Gravidez e lactação

Gravidez

Em alguns estudos epidemiológicos, o uso de salicilatos nos 3 primeiros meses de gravidez foi associado a risco elevado de malformações (fenda palatina, malformações cardíacas). Após doses terapêuticas normais, esse risco parece ser baixo: um estudo prospectivo com exposição de cerca de 32.000 pares mãe-filho não revelou nenhuma associação com um índice elevado de malformações.

Durante a gravidez, os salicilatos devem ser tomados somente após rigorosa avaliação de risco-benefício.

Nos últimos 3 meses de gravidez, a administração de salicilatos em altas doses (>300 mg por dia) pode levar a um prolongamento do período gestacional, fechamento prematuro do ductus arteriosus e a inibição das contrações uterinas. Observou-se uma tendência a aumento de hemorragia tanto na mãe como na criança.

A administração de ácido acetilsalicílico em altas doses (>300 mg por dia) pouco antes do nascimento pode conduzir a hemorragias intracranianas, particularmente em bebês prematuros.

Lactação

Os salicilatos e seus metabólitos passam para o leite materno em pequenas quantidades. Como não foram observados até o momento efeitos adversos no lactente após uso eventual, em geral é desnecessária a interrupção da amamentação. Entretanto, com o uso regular ou ingestões de altas doses, a amamentação deve ser descontinuada precocemente.

Capacidade para dirigir veículos e usar máquinas

Não se observaram efeitos sobre a capacidade de dirigir veículos e operar máquinas.

USO EM IDOSOS, CRIANÇAS E OUTROS GRUPOS DE RISCO

Não há necessidade de recomendações especiais para o uso do produto em idosos, crianças ou pacientes de grupos de risco, desde que observadas as advertências, precauções e posologia mencionadas acima.

INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS

Interações contra-indicadas:

Metotrexato em doses de 15 mg/semana ou mais:

Aumento da toxicidade hematológica do metotrexato (diminuição da depuração renal do metotrexato por agentes antiinflamatórios em geral e deslocamento do metotrexato de sua ligação na proteína plasmática pelos salicilatos).

Combinações que requerem precauções para o uso:

Metotrexato em doses inferiores a 15 mg/semana:

Aumento da toxicidade hematológica do metotrexato (diminuição da depuração renal do metotrexato por agentes antiinflamatórios em geral e deslocamento do metotrexato de sua ligação na proteína plasmática pelos salicilatos).

Anticoagulantes, por exemplo, cumarina e heparina:

Aumento do risco de sangramento em razão da inibição da função plaquetária, dano à mucosa gastroduodenal e deslocamento dos anticoagulantes orais de seus locais de ligação com as proteínas plasmáticas.

Outros fármacos antiinflamatórios não esteróides com salicilatos em altas doses (maior ou igual a 3 g/dia):

Aumento do risco de úlceras e sangramento gastrointestinal devido a efeito sinérgico.

Uricosúricos como a benzobromarona e a probenecida:

Diminuição do efeito uricosúrico (competição na eliminação tubular renal do ácido úrico).

Digoxina:

Aumento das concentrações plasmáticas de digoxina em função da diminuição da excreção renal.

Barbitúricos e lítio:

Aumento das concentrações plasmáticas de barbitúricos e lítio.

Antidiabéticos, p.ex. insulina e sulfoniluréias:

Aumento do efeito hipoglicêmico por altas doses do ácido acetilsalicílico via ação hipoglicêmica do ácido acetilsalicílico e deslocamento da sulfoniluréia de seu local de ligação nas proteínas plasmáticas.

Trombolíticos/ outros agentes antiplaquetários, p.ex. ticlopidina:

Aumento do risco de sangramento.

Sulfonamidas e suas associações:

Aumento do efeito de sulfonamidas e suas associações.

Diuréticos em combinação com ácido acetilsalicílico em doses de 3 g/dia ou mais:

Diminuição da filtração glomerular, via síntese diminuída da prostaglandina renal.

Glicocorticóides sistêmicos, exceto hidrocortisona usada como terapia de reposição na doença de Addison:

Diminuição dos níveis de salicilato plasmático durante o tratamento com corticosteróides e risco de superdose de salicilato após interrupção do tratamento, por aumento da eliminação de salicilatos pelos corticosteróides.

Inibidores da enzima conversora de angiotensina (ECA):

Em doses de 3 g/dia e mais, diminuição da filtração glomerular por inibição das prostaglandinas vasodilatadoras. Além disso, diminuição do efeito anti-hipertensivo.

Ácido valpróico:

Aumento da toxicidade do ácido valpróico devido ao deslocamento dos locais de ligação com as proteínas.

Álcool:

Aumento do dano à mucosa gastrointestinal e prolongamento do tempo de sangramento devido a efeitos aditivos de ácido acetilsalicílico e álcool.

REAÇÕES ADVERSAS A MEDICAMENTOS

Efeitos gastrintestinais:

Dor abdominal, azia, náusea, vômito.

Hemorragia gastrointestinal oculta ou evidente (hematêmese, melena) que pode causar anemia por deficiência de ferro. Esse tipo de sangramento é mais comum quando a posologia é maior.

Úlcera e perfuração gastroduodenal.

Foram descritos casos isolados de perturbações da função hepática (aumento da transaminase).

Efeitos sobre o sistema nervoso central:

Tontura e zumbido, que geralmente indicam superdose.

Efeitos hematológicos:

Devido ao efeito sobre a agregação plaquetária, o ácido acetilsalicílico pode ser associado com aumento do risco de sangramento.

Reações de hipersensibilidade:

Por exemplo urticária, reações cutâneas, reações anafiláticas, asma e edema de Quincke.

SUPERDOSE

A intoxicação em idosos e sobretudo em crianças pequenas (superdose terapêutica ou envenenamento accidental, que é freqüente) deve ser temida, pois pode ser fatal.

Sintomatologia:

Intoxicação moderada:

- Zumbido, sensação de perda da audição, dor de cabeça, vertigem e confusão mental. Esses sintomas podem ser controlados com a redução da posologia.

Intoxicação grave:

- Febre, hiperventilação, cetose, alcalose respiratória, acidose metabólica, coma, choque cardiovascular, insuficiência respiratória, hipoglicemia acentuada.

Tratamento de emergência:

- Transferência imediata a uma unidade hospitalar especializada.
- Lavagem gástrica, administração de carvão ativado, controle do equilíbrio ácido-base.
- Diurese alcalina para obter um pH da urina entre 7,5 e 8. Deve-se considerar diurese alcalina forçada quando a concentração de salicilato no plasma for maior que 500 mg/litro (3,6 mmol/litro) em adultos ou 300 mg/litro (2,2 mmol/litro) em crianças.
- Possibilidade de hemodiálise em intoxicação grave.
- Perdas líquidas devem ser repostas.
- Tratamento sintomático.

ARMAZENAGEM

Conservar os comprimidos na sua embalagem original, em temperatura ambiente, entre 15-30°C. Proteger da umidade.

DIZERES LEGAIS

Registro M.S.: 1.0429.0002.018-1

Registro M.S.: 1.0429.0002.022-4

Farmacêutico(a) responsável: Shidue Ishitani - CRF/SP-5683

Fabricado por Bayer S.A., Pilar, Bs. As., Argentina

Importado e Distribuído por Bayer S.A.

Rua Domingos Jorge, 1.000 - São Paulo, SP

CNPJ 14.372.981/0001-02

Atendimento ao Consumidor: 0800-121010

VENDA SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA

Lote, datas de fabricação e validade: vide cartucho.

**APRESENTAÇÃO DE LIVRO
(PARALELA AO PROGRAMA)**

**PRESENTACIÓN
(FUERA DE PROGRAMA)**

**PRÉSENTATION DE LIVRE
(HORS-PROGRAMME)**

**PRESENTATION
(OFF PROGRAMME)**

Livro de Registro das Línguas: uma Política Patrimonial para as Línguas Brasileiras

ROSÂNGELA MORELLO¹

GILVAN MÜLLER DE OLIVEIRA²

Histórico

A política para a diversidade das línguas é tema recente no Brasil. Sob o ideário de *um povo, uma nação, uma língua*, o Estado brasileiro desenvolveu uma política lingüística centrada na língua portuguesa como língua oficial e nacional. Ligada à própria conformação da Nacionalidade Brasileira, essa posição monolinguista se erigiu no período colonial com o Diretório dos Índios (1757), que obrigava o uso da língua portuguesa no Estado do Grão Pará e Maranhão em detrimento da língua geral, de base tupi (língua indígena) em franca utilização naquele momento, e se atualiza na história do país, seja através de medidas de controle das línguas, como as campanhas de nacionalização da década de 1930³, seja pela manutenção de políticas educacionais voltadas massivamente ao ensino e uso da língua portuguesa.

O resultado dessa posição foi o extermínio de inúmeras línguas. Calcula-se que em 1500 se falavam no que é hoje o território brasileiro cerca de 1.080

¹Rosângela Morello é pesquisadora no Laboratório de Estudos Urbanos/LABEUB da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP.

²Gilvan Müller de Oliveira é professor na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e atual coordenador do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística/IPOL.

³Segundo Oliveira (2005), nenhum país da América Latina manteve tanta coerência entre o Diretório dos Índios do Marquês de Pombal - de 1753 - de um lado, e as 143 páginas de legislação anti-línguas produzido entre 1911 e 1945, recentemente compiladas pelo IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística, e que atingiu seu ponto alto na chamada 'Campanha de Nacionalização do Ensino' do Estado Novo varguista.

línguas, das quais restaram hoje 190. 85% das línguas desapareceram sem deixar vestígios, já que eram línguas ágrafas, isto é, sem escrita, como aliás a maioria das línguas do mundo.

Temos hoje um país em que “são faladas cerca de 210 línguas por cerca de um milhão de cidadãos brasileiros que não têm o português como língua materna, e que nem por isso são menos brasileiros. Cerca de 190 línguas são autóctones, isto é, línguas indígenas de vários troncos lingüísticos, como o Apurinã, o Xoklêng, o Iatê, e cerca de 20 são línguas alóctones, isto é, de imigração, que compartilham nosso dever nacional ao lado das línguas indígenas e da língua oficial há 200 anos, como é o caso do alemão, do italiano, do japonês” (Oliveira: 2005).

É certo que a existência dessas línguas coloca o Brasil entre os oito países que concentram mais da metade das línguas do globo, ao lado de Papua Nova-Guiné, Indonésia, Nigéria, Índia, México, Camarões, Austrália. No entanto, criar condições para que essa pluralidade de línguas continue existindo requer políticas de reconhecimento das línguas e de valorização de sua presença.

A Constituição de 1988 foi um passo importante nessa direção, no que tange às línguas indígenas, atribuindo ao índio o estatuto de cidadão brasileiro, que tem direito a sua língua e a sua cultura. No entanto, ela silencia sobre as línguas alóctones. Além disso, a ecologia das relações sociais, entre elas as lingüísticas, abriga, hoje, demandas e questões advindas da presença das tecnologias de linguagem que requerem um novo posicionamento do Estado e da sociedade civil, e, portanto, novas formas de ação política frente a essa situação.

É no diálogo com essa configuração social que situamos o debate sobre as políticas de registro, e que tem como centro o pedido de criação de um Livro de Registro das Línguas como patrimônio imaterial, dentro do Programa de Registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Ministério da Cultura do Brasil (MINC). Estabelecer uma política de registro nesses termos tem, portanto, por objetivo, como dissemos, aprofundar a definição de um espaço de atuação política do Estado em conjunto com as sociedades civis fomentando um fórum de debate e de proposição de ações no campo das políticas lingüísticas em, ao menos, três linhas de atuação:

1. A promoção do direito às línguas;
2. A instalação de políticas de registro e circulação das línguas e
3. A elaboração de equipamentos - instrumentos e dispositivos – articulados às políticas lingüísticas.

1. A promoção do direito às línguas

A política de registro das línguas reforça a afirmação de que os cidadãos falantes das línguas brasileiras têm o direito a mantê-las, em conformidade com o que reza a Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, elaborada sob os auspícios da UNESCO (Barcelona, 1996), direito este reconhecido aos índios pela constituição de 1988. Mas contemplá-la pela abertura de um Livro de Registro que resguarde as línguas como **patrimônio imaterial da nação**, estende esse direito a todos os brasileiros falantes de todas as línguas. E o amplia, na medida em que tratando de registro de **línguas brasileiras**, abrange todas as línguas, e não somente as indígenas.

Até então, o direito à língua, reconhecido aos índios, está centrado no direito ao ensino, sustentado por uma pedagogia de alfabetização e produção de material didático de cunho escolar. É certo que essa produção instrumentaliza o ensino de línguas e a formação de profissionais especializados para atuar nas suas comunidades. Mas seu funcionamento tende a se esgotar no próprio circuito do sistema de ensino, isto é, retorna para o meio que o originou, com baixa ressonância em outras relações de produção. Seu valor de instrumento lingüístico, no sentido em que um instrumento modifica a ecologia da comunicação humana, como propõe Aurox (1990), quase sempre não se potencializa.

O registro, por sua vez, produz um novo circuito de significação social dessa produção, interagindo com as tecnologias de linguagem. Nessa interação, os sentidos e as formas de registro devem ser negociados, construídos. Nesse processo, a língua deixa de ser mero objeto/conteúdo de ensino para se tornar instrumento de leitura e compreensão do mundo, de posicionamento dos sujeitos, de produção de argumentos e de tecnologias.

2. A instalação de políticas de registro e circulação das línguas

Portanto, e primeiramente, uma política de registro implica discutir os sentidos de registro: registrar o quê? Como? Para quê? Ela inclui, assim, a elaboração de formas possíveis para realizar os registros - considerando formatos impressos e em multimídia - visando os produtos desejados (ainda que provisórios) e a produção de condições para sua significação. O manuseio e a construção de equipamentos necessários ao registro fazem parte do trabalho. Por isso, o registro significa, em princípio, **produção e vinculação do saber lingüístico**.

Pela natureza do vínculo, que é social, o estatuto dos saberes produzidos e registrados deve ser compreendido em relação às diversas instâncias legítima-

doras. Essa é a razão pela qual se convocou um Seminário Legislativo sobre a Criação do Livro de Registro das Línguas, realizado em março de 2006, em Brasília, com o objetivo de qualificar a demanda, convocando os falantes a debaterem a definição das formas de registro e dos modos de participação das instituições. Contando com representantes de seis línguas brasileiras, além de representantes de instituições e especialistas, esse seminário definiu a criação de um grupo de trabalho interinstitucional para elaboração da política que deve sustentar o programa.

Pelos desdobramentos que essa política de registro produz na sociedade, uma das conseqüências é que o direito às línguas, como preceito universal, se *localiza na história*: os falantes se tornam os beneficiários e os responsáveis por construir as condições para que suas línguas circulem e se legitimem através da proposição de instrumentos e dispositivos não mais submetidos apenas ao domínio de saberes especializados.

A perspectiva do registro também fortalece o lastro das relações sociais e as formas de representação das comunidades lingüísticas. A este respeito, e a título de exemplo, foram encaminhados alguns pedidos (5) para registro do Talian (língua de imigrantes Italianos) ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o que caracteriza ações pontuais na direção de nossa proposta. No entanto, seu acolhimento e desenvolvimento dentro de uma política de registro reorganiza o estatuto de representação desta língua, na medida em que esta, como qualquer outra, deve ser capaz de especificar-se como uma língua valorando – e modificando, se for o caso – suas demandas face às de outras comunidades lingüísticas. Verificamos, desse modo, que a política de registro tem um potencial organizador das comunidades lingüísticas, porque estas deverão se nomear e negociarem entre si e com as instâncias administrativas e políticas produtoras de equipamentos (instrumentos e dispositivos) as condições desejadas.

A dinâmica da construção de uma representação negociada desencadeia um processo em que o debate é ação política. O debate significa um espaço em que o sujeito falante é instado a encontrar e formular sua fala, e as vias de ação sobre sua realidade.

3. A elaboração de equipamentos - instrumentos e dispositivos – articulados às políticas lingüísticas.

As ações necessárias para o registro das línguas se fundamentam, como se viu, em debates sobre o estatuto dessas línguas, sobre as possibilidades de produzir seus registros, de potencializar seus modos de circulação, e de promo-

ver suas múltiplas articulações com outros saberes, inclusive, o das tecnologias e os que tomam parte nas redes de conhecimento digital.

Essas ações seguem primeiramente duas direções articuladas: 1: as de garantir a base material para o registro e 2: as de tornar essa base material objeto de conhecimento nas línguas, e não apenas um suporte, ou um depósito de línguas.

No que diz respeito às sociedades do conhecimento, a preocupação declarada, por exemplo, por Pimenta (2005) sobre a necessidade de fomentar a diversidade, porque “ela assegura ao planeta as melhores possibilidades de se adaptar e sobreviver” e o uso “das novas tecnologias de maneira ativa, com produção de conteúdo próprio e não apenas de absorção do que é feito pelos outros” vem ao encontro dessas ações.

No entanto, é preciso ir além da ocupação do espaço com conteúdos ativos e socialmente significativos, e articular o que pensamos ser da natureza dos **equipamentos tecnológicos** como um **espaço de articulação** que abriga os **instrumentos** - que são a base material do registro -, e os **dispositivos** - que são ações no sentido de garantir a formulação do objeto das políticas. Essas ações encampam, por certo, iniciativas em várias frentes como é o caso da tradução nas línguas e entre elas, da legalização das línguas e suas práticas, dos mecanismos de participação dos falantes nas instâncias representativas e deliberadoras das políticas públicas⁴.

Nossa idéia é que a política de registro implica em uma **equipagem das línguas**, porque promove o espaço de articulação entre instrumento e dispositivo. Por meio dela, as iniciativas de sustentação de políticas visando o plurilinguismo no Brasil, como a Lei Municipal de co-oficialização de três línguas indígenas (Tucano, Nhengatu e Baniwa), no Município de São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro, Amazonas, assinada em 2002 e o Programa Binacional de Escolas Bilíngües de Fronteira, implementado pelos Ministérios da Educação do Brasil e da Argentina, nesse ano de 2005, podem ter novas perspectivas: ações de implementação de medidas para circulação e valoração das línguas, produção de arquivos para produção e circulação de conhecimento⁵. Vale lembrar, nesse sentido, que essa política de registro de conhecimento começa a ser

⁴Em uma análise das Diretrizes do Programa Sociedade da Informação, do Governo Federal do Brasil, de 1999, mostramos que as políticas de tecnologia operam sobre e reproduzem uma divisão entre Educação e Educação para a Sociedade da Informação, acarretando diferentes modos de uso, tipos de conhecimento e formas de acesso do sujeito ao conhecimento. Cf. Morello, R. “Política Científica e Linguagens da Tecnologia”, em Morello, R. (org.), *Giros na Cidade*, Editora Labeurb/Unicamp, Campinas, 2004.

⁵Para mais informações sobre esse conjunto de iniciativas, consulte www.ipol.org.br

implementada em duas direções: para as Escolas Bilíngües de Fronteira, com apoio do Ministério da Educação (MEC), através do e-proinfo (uma plataforma para ensino à distância); para as políticas de usos da línguas em São Gabriel da Cachoeira, como apoio da UNICEF.

Se pensarmos a questão do multilinguismo na rede da sociedade do conhecimento digital a partir da perspectiva dessa política de registro, veremos que é fundamental a participação dos falantes das línguas na formulação dos saberes lingüísticos que entram ou não na rede.

Estabelecemos, assim, uma abertura de diálogo entre as instâncias formuladoras das políticas lingüísticas e tecnológicas dos Estados e das sociedades civis, para de novo perguntar: de que modos é possível articular a equipagem das línguas às políticas de conhecimento das sociedades digitais? Como ou qual registro conduz às políticas de conhecimento? E que políticas são essas? Se os sentidos de conhecimento, registro e políticas se opacificam, não é porque carecem de uma boa definição, *a priori*. Mas porque os remetemos à agentividade das comunidades lingüísticas, responsáveis por reverter seus sentidos e demandas em forma de produtos concretos, onde registrar não significa uma retirada da língua de suas mãos, mas o registro a cada vez, das implicações políticas de se escolher uns sentidos e, em seu reverso, esquecer outros. De outros.

SESSÃO 2
POLÍTICAS E ENSINO DE LÍNGUAS

SESIÓN 2
POLÍTICAS Y ENSEÑANZA DE LAS LENGUAS

SESSION 2
POLITIQUES ET ENSEIGNEMENT DES LANGUES

SESSION 2
LANGUAGE POLICIES AND TEACHING

Las políticas lingüísticas y la enseñanza superior

El papel de la nueva legislación mexicana en la enseñanza de las lenguas indígenas a nivel superior¹

E. FERNANDO NAVA L.

Dir. Gral. del Instituto Nacional de Lenguas Indígenas, México

1. Introducción

En los dos primeros seminarios interamericanos sobre la gestión de las lenguas (Québec, Canadá, 2002; y Asunción, Paraguay, 2003), las lenguas autóctonas –y criollas– de este continente fueron aludidas desde distintos puntos de vista. En el presente trabajo, organizado en cuatro partes, se concentra la atención en los temas relativos a la enseñanza de aquellas en el nivel superior, uno de los enfoques a partir del cual fueron referidas dichas lenguas, considerando las políticas públicas que en materia de lenguas indígenas podrían aplicarse de conformidad con la Ley General de Derechos Lingüísticos de los Pueblos Indígenas, nuevo marco legislativo mexicano que se presenta de manera general, junto con el Instituto Nacional de Lenguas Indígenas, en la segunda parte de este texto. Nos parece pertinente entonces iniciar nuestra participación recordando algunas de las resoluciones y recomendaciones derivadas de aquellos seminarios, acompañadas de reflexiones con las que se comiencen a presentar las ideas sobre políticas lingüísticas que se desarrollarán en el presente documento. En la parte tres de este escrito se relacionan algunas situaciones en las que hoy en día se lleva a cabo la enseñanza de las lenguas indígenas a nivel superior en México; mientras que la última parte está dedicada a las directrices de las políticas lingüísticas y al rol que respecto a ellas juega la nueva legislación mexicana aplicable en la materia.

¹Se agradece la participación de Gabriela H. Doode, del INALI, en la elaboración de este artículo.

Respecto del Primer Seminario Interamericano sobre la gestión de las lenguas, en la *Resolución 3. Las políticas de aprendizaje de las lenguas extranjeras* se señala: “a los Estados y gobiernos involucrados la necesidad: de apoyar y desarrollar las políticas y los programas de enseñanza obligatoria al menos de las segundas lenguas o lenguas extranjeras en la educación escolar”. En el caso mexicano, lo anterior tiene una correspondencia inmediata, por un lado, con la enseñanza del castellano como segunda lengua a toda la población que habla lengua indígena como lengua materna; y por otro, con la enseñanza de las respectivas lenguas indígenas –según proceda– como segunda lengua a los distintos sectores de la población que hablan castellano como lengua materna. Es muy importante en este contexto no olvidar las obligaciones de los Estados y gobiernos correspondientes a la enseñanza de las lenguas indígenas como primera lengua a sus hablantes, tal como se comenta a continuación.

En la *Resolución 4. Las políticas lingüísticas en materia de lenguas autóctonas y criollas*, se expresa “que la responsabilidad del reconocimiento, del desarrollo y de la promoción del uso de las lenguas autóctonas y criollas debe emanar de los Estados y gobiernos involucrados”; así mismo, se hace ahí “un llamado sobre la necesidad de:

- a. crear las condiciones jurídicas necesarias para un reconocimiento de las lenguas autóctonas y criollas;
- b. apoyar la investigación e implementar programas que persigan el conocimiento y uso de las lenguas autóctonas y criollas;
- c. implementar políticas que apunten hacia una mejor enseñanza en las lenguas autóctonas y criollas, así como una mejor enseñanza de estas lenguas.”

Como ya fue referido, México cuenta con una nueva ley cuya competencia, en general, se corresponde con los elementos centrales de esta cuarta resolución que considera entre sus atribuciones la atención a estos tres puntos; el paso siguiente es la promulgación y aplicación del plan y acción de políticas públicas acordes con dicho instrumento. De manera complementaria, dicha normativa establece bases que favorecen la puesta en práctica de la ayuda manifiesta en la misma Resolución 4 cuando se convida “a los organismos interamericanos involucrados a apoyar a los Estados y gobiernos en cuanto a sus políticas de valoración de las lenguas autóctonas y criollas.”

A su vez, en la *Resolución 6. Afirmación de la diversidad lingüística y promoción de la diversidad cultural* se recoge la preocupación de que los

Estados y los gobiernos del continente, tanto como las instancias involucradas, no adquieran compromisos que puedan “limitar sus prerrogativas en la promoción de la diversidad cultural y lingüística”. Y por lo que corresponde a dicha promoción, así como a “la creación de un ‘instrumento internacional’ que asegure el derecho de los Estados y gobiernos a elaborar libremente sus políticas lingüísticas y culturales y a tomar las medidas que les competan”, la ya aludida Ley General de Derechos Lingüísticos de los Pueblos Indígenas bien podría ser un elemento vigente (que no un *proyecto*) de referencia.

Por lo que concierne a los objetivos del Segundo Seminario Interamericano sobre la Gestión de Lenguas, a saber, “facilitar un espacio para el debate sobre políticas lingüísticas y culturales que garanticen el respeto y la valoración de las lenguas y de la diversidad cultural de nuestro continente” y “proponer estrategias para el fortalecimiento y la promoción de las lenguas y culturas del continente”, también la Ley General de Derechos Lingüísticos de los Pueblos Indígenas puede ser un referente concreto.

Por su parte, este Segundo Seminario hace clara referencia a contextos en donde esta Ley mexicana deberá tener aplicaciones específicas. Tal es el caso de la Recomendación 6, que reza así: “Acentuar la promoción del derecho de los ciudadanos a ser informados, trabajar, consumir y vivir en los idiomas utilizados en sus territorios respectivos y exhortar a los gobiernos a tomar las medidas necesarias para ello, exigiendo, entre otras medidas, el etiquetaje multilingüe de productos provenientes del extranjero”; en paralelo o aun más justo, equitativo, urgente y necesario, es que en México el etiquetaje multilingüe se realice respecto de las mercancías producidas por los mismos emporios comerciales del país. Lo mismo ocurre con la Recomendación 10, la que habla de “impulsar medidas para el uso efectivo de las cuatro lenguas oficiales en los ámbitos de negociación y de trabajo de los organismos internacionales del continente y estimular el empleo de las demás lenguas americanas en dichos ámbitos”; respecto de lo cual la lengua maya —de la península de Yucatán— parece ser la más idónea, por su demografía de más de tres cuartos de millón de usuarios, el perfil profesional de varios de sus hablantes y las condiciones socioculturales en que dicha lengua se encuentra. Y, finalmente, por lo que toca a la Recomendación 11, que a la letra dice “fomentar el desarrollo de las industrias de la lengua, en particular, el de sistemas multilingües de traducción automatizada, a fin de dotar a las lenguas del continente de recursos tecnológicos que les permitan participar plenamente en Internet y en otros ámbitos prestigiosos y diversificados de alcance mundial, así como incrementar su empleo en materiales educativos, todo lo cual contribuirá a contrarrestar la tendencia a la hegemonía de una sola lengua (el inglés, en particular) en dichos ámbitos”, se percibe, en México, la enorme necesidad de la confluencia de esfuerzos y recur-

sos, para satisfacer no solo las necesidades tecnológicas –dotación de computadoras, instalación de redes, capacitación para su uso, etc.– sino también las de la investigación lingüística básica y aplicada de **todas las lenguas indígenas**, de los estudios sociolingüísticos, de planeación educativa, donde urge dejar atrás la concepción de *una* educación indígena por la de *distintas* educaciones indígenas, entre otras muchas necesidades más.

2. La Ley General de Derechos Lingüísticos de los Pueblos Indígenas

La Ley General de Derechos Lingüísticos de los Pueblos Indígenas fue publicada en el Diario Oficial de la Federación el 13 de marzo de 2003. Esta tiene por objeto regular el reconocimiento y protección de los derechos lingüísticos individuales y colectivos de los pueblos y comunidades indígenas, así como la promoción del uso y desarrollo de las lenguas indígenas. En concordancia con lo anterior, esta Ley considera la creación del Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) que tiene por objeto promover el fortalecimiento, la preservación y el desarrollo de las lenguas indígenas que se hablan en el territorio nacional; promover el conocimiento y el disfrute de la riqueza cultural de la Nación –en especial la riqueza lingüística–; y asesorar a los tres órdenes de gobierno para articular las políticas públicas necesarias en la materia (Artículo 14). Por su parte, el INALI dio inicio a sus funciones el mes de enero de 2005, dedicando gran parte de su primer año de existencia, como es lógico suponer, a los trámites necesarios para su plena conformación institucional, y produciendo el *Catálogo de Lenguas Indígenas Mexicanas; Cartografía Contemporánea de sus Asentamientos Históricos*, como la obra institucional más relevante de tal periodo². En el segundo semestre del año 2006 será entregado al Consejo Nacional del INALI –su máximo órgano de gobierno, presidido por el Secretario de Educación Pública– el Programa Institucional (2006-2010), para su estudio y aprobación; dicho documento contiene, entre otros asuntos, las ideas en que se apoyan los esbozos y propuestas de políticas públicas contenidas en el presente texto.

Por lo que respecta a nuestro tema de interés: la enseñanza de las lenguas indígenas a nivel superior, la Ley General de Derechos Lingüísticos de los Pueblos Indígenas, expresa lo siguiente en su Artículo 11: “Las autoridades educativas federales y de las entidades federativas, garantizarán que la población indígena tenga acceso a la educación obligatoria, bilingüe e intercultural,

²Se trata de un compendio de 152 cartas, de 90 x 70 cm.

y adoptarán las medidas necesarias para que en el sistema educativo se asegure el respeto a la dignidad e identidad de las personas, independientemente de su lengua. Asimismo, **en los niveles medio y superior, se fomentará la interculturalidad, el multilingüismo y el respeto a la diversidad y los derechos lingüísticos**³. En este respecto, el INALI ha interpretado, en particular, que el fomento del multilingüismo a nivel superior debe tener como uno de sus vehículos de operación la enseñanza de las lenguas indígenas, precisamente. De ahí que algunos de los casos de planes y programas con enfoque multilingüe e intercultural referidos en la tercera parte del presente escrito –planteados o desarrollados por diversas instituciones educativas mexicanas– van acompañados de comentarios tocantes a una u otra de las políticas públicas que en materia de lenguas indígenas podrían orientar la respectiva actividad.

3. Las lenguas indígenas y la educación superior⁴

En la presente sección se citan, después de comentar algunos de los lineamientos generales del Plan Nacional de Educación 2001-2006, parte de la currícula y de los planes escolares de instituciones educativas mexicanas de nivel superior, en los que puede identificarse la enseñanza de las lenguas indígenas o alguna actividad vinculada con ello; como ha sido advertido, estas citas aparecen complementadas con notas relativas a la o las políticas lingüísticas que el INALI pondría en operación, respectivamente. Las instituciones referidas pertenecen tanto al ámbito público como al privado y han sido dispuestas en un orden alfabético en relación con su nombre; se trata no de un recuento exhaustivo, sino de una muestra con alto grado de representatividad. Cabe anticipar que, en el contexto mexicano, una constante en el nivel educativo superior es la existencia en la mayoría de las escuelas –por no decir que en todas– de programas de enseñanza de lengua inglesa, cuyas grandes proporciones y favorables características en nada pueden compararse con lo que se dedica a las lenguas autóctonas del país.

Por principio de cuentas, la Secretaría de Educación Pública (SEP), mediante el Plan Nacional de Educación 2001-2006, expresó su preocupación por ensanchar en dicho período la cobertura del sistema educativo, con equidad y calidad. Dentro de esta generalidad, es coherente pensar en la atención, tambi-

³La última parte se ha destacado conforme los propósitos de esta presentación.

⁴Respecto del contenido de la presente parte, se recomienda ampliamente la consulta del texto compilado por María de Lourdes Casillas Muñoz y Laura Santini Villar.

én general –aunque sin demérito de la calidad–, a las lenguas indígenas y, en lo particular, baste referir, en términos justamente equitativos, la necesidad de que a todo programa relativo a la enseñanza de la lengua castellana debe corresponder uno para cada una de las lenguas indígenas. En dicho encuadre genérico, a las instituciones de educación superior que han incorporado el enfoque intercultural les corresponde conducirse bajo la llamada “visión de lengua y cultura”; esto es impensable si no queda considerada la enseñanza de las lenguas indígenas en dicha “visión”.

- 3.1 En el Centro Universitario Regional del Totonacapan, organización privada del estado de Veracruz, en torno a la licenciatura en Pedagogía, están considerados contenidos de enseñanza con temas tales como la lengua indígena, la cultura local y los conocimientos tradicionales, aunque dichos temas se desarrollan de manera extracurriculares debido a la normatividad federal. No obstante, la enseñanza de la lengua totonaca –la tradicional de la región– se procura que sea obligatoria o, al menos, optativa en la currícula. Los profesionistas en etnolingüística que pertenecen al grupo totonaco participaron en el diseño del programa de enseñanza de esta lengua, en el que está integrada la difusión de la cultura totonaca de manera paralela a los contenidos sintáctico-gramaticales.
- 3.2 La Maestría en Lingüística Indoamericana, del Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, institución gubernamental, tiene como uno de sus principales objetivos la formación de lingüistas especializados en el estudio de las lenguas indígenas indoamericanas. Será deseable que algunos de ellos llegaran a titularse con propuestas de cursos para la enseñanza de su respectiva lengua indígena.
- 3.3 El Programa de Apoyo a Estudiantes Indígenas en Instituciones de Educación Superior, de la Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior de la República Mexicana (ANUIES), también gubernamental, estimula la superación académica de individuos que, como el caso anterior, bien podrían proponer la elaboración de cursos de enseñanza de su lengua como tema de sus proyectos.
- 3.4 El Programa Universitario México Nación Multicultural, de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), tiene el propó-

sito de aplicar en todas sus escuelas y facultades un proceso de enseñanza-aprendizaje sustentado en la multiculturalidad. Una vez que esto se encuentre más desarrollado, será indispensable la existencia de programas de enseñanza de lenguas indígenas en todos los ámbitos en que dicha práctica es o ha venido siendo común respecto de la enseñanza del castellano o las lenguas extranjeras. En dicha fase, será deseable que el Centro de Enseñanza de Lenguas Extranjeras, dependencia de la misma UNAM, incrementa las ofertas relativas a la formación de profesores dedicados a la enseñanza de lenguas indígenas, lo que ha venido haciendo de manera esporádica.

- 3.5 La Unidad Académica de la Zona Maya, perteneciente a la Universidad de Quintana Roo, subsidiada por el gobierno de dicho estado, tiene el proyecto de presentar, entre otras ofertas curriculares, la terminal “Comunicación indígena”. Esta propuesta requiere, ineludiblemente, la consideración de algún ejercicio de enseñanza de la lengua maya, la propia y ampliamente hablada en la región.
- 3.6 La Universidad Autónoma Indígena de México, es una institución gubernamental situada en Mochicahui, El Fuerte, Sinaloa. El diseño curricular ahí aplicado articula lengua y cultura, así como conocimientos tradicionales; a su vez, se procura acercar la experiencia ancestral con los elementos que ofrece la modernidad.
- 3.7 La Universidad Comunitaria de San Luís Potosí, institución también gubernamental ubicada en el estado de San Luís Potosí, tiene un modelo educativo que tiene el propósito de apoyar el desarrollo de las lenguas y las culturas *náhuatl*, *tének* –o *huasteca*– y *xi’uy* –o *pame*–, las tradicionales de la región; a su vez, pretende también favorecer el desarrollo étnico regional. En particular, ofrece entre otras carreras la de Lenguas Indígenas, además de que en sus planes de estudios se incluyen cursos de las tres lenguas indígenas antes referidas, que son las que predominan en la región.
- 3.8 La Coordinación General de Educación Intercultural y Bilingüe, de la Secretaría de Educación Pública, inició la planeación y puso en marcha las *universidades interculturales*. Entre los objetivos generales de este tipo de universidad amerita destacarse aquí dos: por un lado, el que procura llegar a contar con la educación de enfoque

intercultural impartida para toda la población nacional, y no únicamente para la población indígena; esto presupone, desde luego, la existencia de programas de enseñanza de lenguas indígenas consideradas, entre otras posibles modalidades, como segundas lenguas. Y por otro lado, el que corresponde al incremento intrínseco de la oferta educativa pertinente para los pueblos indígenas en todos los niveles, considerando, por supuesto, los esquemas de educación media, media superior, y superior, tanto como la formación de docentes y la educación de adultos; lo anterior también subsume —o debe hacerlo— la oferta de cursos para la enseñanza de las lenguas, estructurados conforme con los respectivos niveles. En forma paralela a lo anterior, se planea una especialización en educación intercultural bilingüe con la que, entre otras de sus metas, se pretende cubrir el hueco existente en México de profesores formados para enseñar su respectiva lengua indígena.

Entre las carreras consideradas a nivel de licenciatura dentro del esquema de *Universidad Intercultural* refiramos ahora, en primera instancia, la de *Lengua y Cultura*, en la que se formarán traductores lengua indígena-castellano y viceversa, y se generarán elementos de apoyo para la Educación Intercultural Bilingüe impartida en lengua indígena y aplicada en el Bachillerato. En segunda instancia, la de *Comunicación Intercultural Bilingüe*, que capacitará profesionales dedicados a la revitalización y desarrollo de su respectiva lengua indígena.

En sí, este modelo de *universidades interculturales* prevé, entre otros aspectos, la inclusión de un Centro de Investigación sobre Lengua y Cultura, con influencia sobre todos los planes y programas académicos; un Centro de Enseñanza de Lenguas, donde se fomente la enseñanza de las respectivas lenguas regionales con la finalidad de revitalizarlas o desarrollarlas; un Taller de Expresión y Comunicación en Lengua Propia, con el que se persigue estimular el uso cotidiano de la lengua en forma oral y escrita; y un área de Ciencias Sociales y Humanidades, para generar agentes profesionales dedicados al rescate y la revitalización de las lenguas y las culturas indígenas. Ninguna de las carreras, como ninguno de estos aspectos previstos —no solo el segundo de ellos—, puede estar desvinculado de un programa de enseñanza de lenguas indígenas.

- 3.9 La Universidad Intercultural de Chiapas, organismo gubernamental, inició el mes de agosto del año 2005 el programa académico propio a la Licenciatura en Lengua y Cultura, una de las profesiones surgidas a partir de las necesidades de los contextos multiculturales y plurilingües del Estado mexicano. Tal programa tiene el propósito de formar profesionales que se apliquen al estudio y la revaloración de las identidades culturales y lingüísticas relativas a los contextos multiculturales e interculturales –las más de las veces conflictivas– en Chiapas. Dicha licenciatura es pues una respuesta a los reclamos que en contra de la ideología globalizante presentan las sociedades indígenas y no indígenas de la región. Fue concebida en la lógica de promover procesos sociales que permitan el reconocimiento de las diversas expresiones socioculturales de los pueblos indígenas a nivel regional, nacional e internacional, y tiene la pretensión de capacitar a los estudiantes en la elaboración de propuestas que lleven al desarrollo de las distintas lenguas y expresiones culturales de los pueblos indígenas, marco en que no podrán faltar las opciones de los cursos de tales idiomas en el nivel de la enseñanza superior.
- 3.10 La Universidad Intercultural del Estado de México, entidad igualmente gubernamental, comprende, entre otras, la Licenciatura en Lengua y Cultura. El objetivo de esta licenciatura es propiciar el desarrollo de las competencias comunicativas en la lengua indígena –la lengua materna de los estudiantes–, así como promover el dominio de una segunda lengua. Se pretende que los egresados alcancen un alto grado de dominio para expresarse en distintas lenguas, y desarrollen la capacidad de llegar a ser intérpretes y traductores. Una preocupación central de esta Universidad es conservar la cosmovisión indígena mediante el uso cotidiano de la lengua materna; para ello, los cursos de lenguas indígenas que le corresponda atender, precisamente en el contexto de la educación superior, incluirán la cosmovisión dentro de su temática curricular.
- 3.11 La Universidad Pedagógica Nacional, de la Secretaría de Educación Pública, participa en la formación de maestros para el medio indígena mediante dos programas: la Licenciatura en Educación Indígena y la Licenciatura en Educación Preescolar y Primaria para el Medio Indígena. El primer programa incluye dentro de su mapa curricular un Taller de lecto-escritura en lengua materna, así como la asignatura Estrategias para el desarrollo pluricultural de la lengua oral y escrita;

y, en lo general, esta institución cuenta con el Programa de Atención a Estudiantes Indígenas, que tiene como objetivo fortalecer habilidades comunicativas, tanto en la lengua materna indígena, como en el castellano o la segunda lengua. No obstante, los objetivos de ambas licenciaturas, la formación de profesionales capaces de producir proyectos o propuestas pedagógicas acordes con diversidad lingüística nacional, los egresados de cualquiera de estos dos programas no han elaborado métodos o cursos para la enseñanza de las lenguas indígenas, quizá porque en su proceso formativo poco fue lo que se dedicó al tema de la enseñanza/aprendizaje de primeras o segundas lenguas, o porque en la perspectiva de dichos estudiantes el ejercicio docente es la opción terminal dominante, si no es la única.

- 3.12 La Universidad Veracruzana Intercultural, institución gubernamental con cuatro sedes en el estado de Veracruz, comprende el Programa Transversal de Lengua y Cultura que subsume la atención a las lenguas y las culturas indígenas en cada una de las licenciaturas que ofrece. Con dicho enfoque transversal se busca apoyar la permanencia y difusión de las lenguas y culturas indígenas en la formación de profesionistas indígenas y no indígenas. En ese contexto se contempla la enseñanza de lenguas indígenas, la aplicación de métodos que permitan el desarrollo de habilidades comunicativas en segundas lenguas, así como el reconocimiento, valoración y difusión de las lenguas y culturas indígenas. Por lo que toca en particular a los cursos de lenguas indígenas, estos consideran adecuarse a los pueblos y comunidades de Veracruz, dentro de lo cual cabe mencionar la presencia de lenguas *nahuas*, *totonacas*, *mixe-zoqueanas*, entre otras. Con dichos cursos se pretende promover el uso y desarrollo de tales lenguas.

Existe el plan de que cada Sede Regional cuente con una Unidad de Servicios Documentales e Informáticos, con servicios bibliotecológicos, informáticos y de auto-acceso, el último de los cuales permitirá a los usuarios consultar materiales en lenguas indígenas con lo que se busca promover el autoaprendizaje de estos idiomas. De igual manera, se contempla la promoción de un modelo curricular llamado Experiencias Educativas, con el que se pretende el desarrollo, estudio, enseñanza, preservación, fortalecimiento y difusión del uso de las lenguas, culturas y conocimientos de los pueblos y comunidades indígenas de la región.

Finalmente, valga mencionar en este recuento las actividades del grupo Chahahualtznin, integrado por alumnos hablantes de lenguas indígenas de la

Universidad Autónoma Agrícola Antonio Narro, en Coahuila, quienes en un marco extraescolar se han dado a la tarea de enseñar algunas de las lenguas indígenas que ellos mismos hablan. Esta iniciativa, como otras similares, requiere de una asesoría en términos de conocimiento gramatical de las lenguas y de elementos didáctico-pedagógicos para su mejor transmisión.

4. El Instituto Nacional de Lenguas Indígenas y las políticas públicas en materia lingüística relativas a los idiomas indígenas en el contexto de la educación superior

En la parte precedente se hizo referencia a varios casos —que deben conocerse— en que las lenguas indígenas participan en los programas académicos del nivel superior de la educación en México, ya sea como materia de enseñanza en los respectivos planes curriculares, o como vehículo para la transmisión de diversos contenidos, o bien como típico para el desarrollo de distintos tipos de investigación, entre las más recurrentes opciones. Ciertamente es también que en todos los casos la presencia de las lenguas indígenas tiene una explicación, una razón de ser, que corresponde —grosso modo— a los móviles que una parte de la sociedad ha puesto en marcha con miras al reconocimiento, valoración y esfuerzos de potenciar las culturas —y lenguas— indígenas y los derechos culturales de sus practicantes.

Este panorama representa para el Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) una base conceptual y un referente diagnóstico —independientemente de los logros o tropiezos—, es decir, un insumo particular en torno al proceso de elaboración de su respectivo Plan Institucional (2006-2010). Y, entre otros factores, de la consideración y análisis de dicho panorama surgen las siguientes ideas de trabajo que en su momento serán estructuradas y difundidas como parte de las políticas públicas en materia de lenguas indígenas relativas a su enseñanza en el ámbito de la educación superior en México. No está por demás decir que entre los núcleos orientadores de la praxis del INALI se encuentran el reconocimiento y fortalecimiento de la diversidad lingüística; el uso equitativo de las lenguas nacionales (es decir, las lenguas indígenas, el castellano y la o las lenguas de señas de los sordos); y el cumplimiento de los derechos lingüísticos individuales y colectivos de los pueblos y comunidades indígenas.

Cualquiera que sea la modalidad o la forma en que la enseñanza de las lenguas indígenas se presente en la educación superior, un principio rector en torno a ello debe ser la investigación básica y aplicada relativa a cada lengua indígena; estamos hablando en particular de las investigaciones que produzcan los conocimientos propios a los sistemas lingüísticos como tales —en sus registros fonológico, morfosintáctico, semántico, etcétera—, principalmente, así como a las condiciones

socioculturales en que dichos sistemas encuentran su producción y su sana —o accidentada— reproducción. Esto conduce, insalvablemente, a la necesidad de llevar a cabo estudios de genealogía lingüística y dialectología. En este sentido, es de todos conocida esta otra necesidad: la de aproximarnos a saber cuántas lenguas indígenas se hablan actualmente en el país, y cuántas variantes dialectales podrían reconocerse respecto de cada una de las lenguas identificadas. Los estudios dialectológicos no pueden faltar, por ejemplo, en los procesos más serios y coherentes de homogenización lingüística que ha venido siendo una demanda propia de algunas comunidades de hablantes de lenguas indígenas.

Concomitante a lo anterior, al INALI le corresponde participar en los esfuerzos de los científicos del lenguaje por aclarar que la tendencia conocida generalmente como *homogeneización lingüística* corresponde y solo es plausiblemente aplicable a los códigos o registros de comunicación no orales e indirectos de los sistemas lingüísticos, por ejemplo, los alfabetos, las reglas de convenciones ortográficas, los estilos escritos, principalmente; por lo demás, todo ello naturalmente consustancial al contexto de la educación superior. En otras palabras, la única homogeneizable es la lengua escrita, no así la lengua hablada. Además de que el INALI, en torno a las correspondientes políticas públicas en materia de lenguas indígenas, procurará participar en los referidos procesos de homogeneización de la escritura de las lenguas indígenas con las comunidades hablantes de lengua indígena, al mismo tiempo que programará la aplicación escalonada de dicha homogenización en esferas de atención prioritaria, como son la educación —en todos sus niveles—, la salud, la justicia y la misma administración pública.

No menos importante es avanzar en la sensibilización de la población en general en cuanto a que esta reconozca y comprenda la diferencia entre cultura —o pueblo— indígena y lengua indígena. Esto es: al interior de la relativa unidad cultural de un pueblo indígena, como el *zapoteco*, el *mixteco*, el *totonaco* y otros —como el mismo pueblo *nahua*—, existe tal grado de diversidad lingüística que se vuelve absolutamente necesario el reconocimiento de lenguas plenamente diferenciadas. Un programa universitario de enseñanza de cualquiera de las lenguas indígenas nacionales no podrá llegar muy lejos si arrastra este tipo de confusiones.

Otro de los retos a enfrentar —que requiere pues de una política lingüístico-educativa en particular— es el de impedir que los modelos educativos interculturales, notablemente presentes en varias de las experiencias reseñadas en la tercera parte de este documento, reproduzcan el predominio de la lengua castellana y la cultura occidental sobre las lenguas y culturas indígenas. Un indicador de que esto último es una realidad lo obtenemos de la simple comparación, respecto de un mismo grado escolar en el subsistema de educación básico, por ejemplo, de la cantidad —y temática— de los libros en castellano (el libro de matemáticas, el libro de historia, el libro de geografía, el libro de ciencias natu-

rales, etcétera) frente a la cantidad de libros en lengua indígena (un solo libro, el *Libro único*); para no hablar de la cantidad de horas día-semana-mes destinadas a las prácticas docentes desarrolladas en castellano, en contraste con las horas correspondientes al trabajo con la lengua indígena.

Y a pesar de que no es un asunto pleno del campo de la enseñanza de las lenguas indígenas, queremos cerrar estas líneas con una idea que el INALI irá desarrollando respecto del valor curricular dado —o hasta hoy en día, las más de las veces negado— en las universidades a las lenguas indígenas. Nos referimos a la simple fórmula de que los hablantes de lengua indígena egresados de cualquier carrera tengan reconocida su condición de individuos bilingües (usuarios de una lengua indígena y del castellano) y con ello el reconocimiento en su perfil de egreso del dominio de una segunda lengua —el castellano, sin el cual no hubieran podido realizar sus estudios—; con ello la lengua indígena obtendría un reconocimiento curricular inmediato en el nivel educativo superior, situación que también produciría resonancia positiva en la enseñanza de las lenguas indígenas en dicho contexto.

Referencias

- Casillas Muñoz, Ma. de Lourdes & Laura Santini Villar (compiladoras), Educación superior para los pueblos indígenas de América Latina. Memorias del Segundo Encuentro Regional. México, Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y El Caribe & Coordinación General de Educación Intercultural Bilingüe-SEP, 2004.
- Gutiérrez Vázquez, Juan Manuel, La Universidad Indígena Intercultural de Michoacán. Ideas para una universidad diferente. Morelia, Mich., Universidad Indígena Intercultural de Michoacán, 2004.
- Hamel, Rainer Enrique, Las políticas lingüísticas para la promoción de las lenguas indígenas y criollas. Documento presentado en el Segundo seminario interamericano sobre la gestión de las lenguas; Asunción, Paraguay, junio de 2003; ms.
- Lara, Luis Fernando & Felipe Garrido (editores), Escritura y alfabetización. México, Ediciones del Ermitaño, 1986.
- Programa Nacional de Educación 2001-2006. México, Gobierno de la República, 2001.
- Valiñas C., Leopoldo, “Problemas en la alfabetización de las lenguas indígenas”, en Lara & Garrido (eds.), Escritura y alfabetización, p. 102-112.

La diversité linguistique dans la production et la diffusion du savoir : constats et propositions

JEAN-PIERRE ASSELIN DE BEAUVILLE ET P. CHARDENET
Agence universitaire de la Francophonie

Dans un article publié récemment¹, nous écrivions « La dynamique de la diversité linguistique ne doit pas nous faire oublier que pour que soit assuré, sur le long terme, un bon niveau de diversification linguistique, il est essentiel qu'au cours du temps, et donc sur des échelles de temps plus courtes, perdure suffisamment d'hétérogénéité culturelle afin de pouvoir nourrir de façon permanente le processus de diversification. À cette dernière échelle de temps, qui correspond globalement à la durée de quelques vies humaines, il est donc important de prendre des mesures de valorisation par une mise en relations des cultures locales et régionales, dans chaque pays, pour que le processus de survie de la diversité culturelle et linguistique à long terme puisse se poursuivre. ». En ce qui concerne la dynamique des langues, il nous semble, en outre, vain de se lamenter à propos de l'évolution des langues vivantes. Cette attitude serait, en effet, voisine de celle qui consisterait, pour un être humain, à passer son temps à craindre sa mort inéluctable... Le destin des langues, comme celui des Hommes, est de vivre, d'évoluer au contact d'autres cultures et, probablement, de mourir un jour², en laissant, sinon une descendance, au moins un héritage génétique... Les défis en matière de dynamique des langues nous paraissent d'une autre nature. Ils concernent, en particulier, la durée de vie de la langue (que l'on souhaitera allonger le plus possible), celui du maintien d'un certain niveau « d'équilibre » au cours de l'évolution de la langue. Cet « équilibre » étant mesuré par le volume des « emprunts » issus des langues étrangères, par la créativité de ses locuteurs et, d'autre part, par les « dons » de

¹«Quelle dynamique pour la diversité linguistique», *Riveneuve-Continent*, n°3, 24 novembre 2005.

²Claude Hagège, «Combat pour le français», Editions O. Jacob, Paris, 2006, p235.

la langue vers les autres langues avec lesquelles elle entre en contact. « L'évolution équilibrée d'une langue » correspondrait à l'établissement d'une sorte de rapport productif entre les « emprunts » et les « dons » qui nous paraît significatif d'un rapport harmonieux entre les valeurs d'usage des langues en question³.

Plus loin dans ce même article⁴, nous concluons « dans le processus actuel de globalisation des structures universitaires qui doit permettre de faciliter les flux réels (matériels) et virtuels (immatériels), il est de première importance que les universités posent clairement leur stratégie du point de vue des langues. Pas seulement et de façon réactive aux langues du marché, en créant des services linguistiques universitaires, mais aussi et surtout en posant totalement la question des politiques linguistiques universitaires dans les contextes de recherche et d'enseignement ».

Cet article fait suite au précédent⁵ et vise à définir, de façon aussi concrète que possible et à un moindre coût, les politiques linguistiques universitaires (enseignement supérieur et recherche) susceptibles d'être mises en œuvre en vue de maintenir sur le long terme un niveau appréciable de diversité linguistique productive.

Le contexte: la faiblesse des politiques linguistiques universitaires

En préambule, signalons quelques événements qui nous paraissent faire sens au regard du thème de cet article:

- les États et Gouvernements du monde se sont rassemblés au sein de l'UNESCO pour signer, à Paris le 20 octobre 2005, après deux années d'intenses négociations, à la quasi-unanimité moins deux abstentions (Les États-Unis d'Amérique et Israël), une «Convention sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles»;
- l'Organisation internationale de la Francophonie, les 14 et 15 juin 2001 adoptait à Cotonou à l'occasion de la 3e conférence ministérielle sur la culture, une déclaration sur la diversité culturelle;

³On pourra aussi consulter Claude Hagège, p. 40 et suivantes.

⁴«Quelle dynamique pour la diversité linguistique», *Riveneuve-Continent*, n°3, 24 novembre 2005.

⁵«Quelle dynamique pour la diversité linguistique», *Riveneuve-Continent*, n°3, 24 novembre 2005.

- le Conseil de l'Europe adoptait le 7 décembre 2000, une «Déclaration sur la diversité culturelle». Le pluralisme linguistique et l'égalité des langues sont d'ailleurs des principes consubstantiels à l'Union européenne, définis par voie réglementaire dès 1958;
- le «Festival francophone en France» rend, pendant toute l'année 2006, un hommage exceptionnel aux cultures francophones du monde. À propos de cette manifestation, le Secrétaire général de l'Organisation internationale de la Francophonie, Monsieur Abdou Diouf, déclarait dans une interview récente⁶ «Il faut que ce festival soit l'occasion de démontrer que la Francophonie au XXI^e siècle est porteuse d'une dynamique forte en faveur d'une mondialisation humaine, maîtrisée, qui refuse l'écrasement des identités, des cultures, des langues, de la création, de la pensée».

À ces quelques événements, dont la liste est loin d'être exhaustive, on pourrait ajouter bien d'autres initiatives allant dans le même sens, telle par exemple, que « l'Avant-projet de déclaration des droits culturels » du « Groupe de Fribourg » en 1998, ou encore « l'Accord international sur la diversité culturelle » du « Groupe de consultations sectorielles sur le commerce extérieur (GCS-CE) - Industries culturelles » en septembre 2002, ou la création en 2005 de « l'Observatoire européen du plurilinguisme »⁷...

Dans cet environnement il est surprenant que les universitaires et les scientifiques dans le monde ne soient pas plus conscients du rôle important qui devrait être le leur dans la promotion de la diversité culturelle et linguistique. Si aujourd'hui, on aborde cette question avec un universitaire, quelle que soit sa nationalité, particulièrement dans les domaines des sciences exactes ou naturelles, tout lui semble joué : le plus souvent, la seule voie qui retienne son attention est celle de communiquer en anglais, du moins dans les colloques internationaux et dans les grandes revues scientifiques. Un spécialiste de ces questions, Enrique Hamel⁸ de l'Université autonome de Mexico, n'hésite pas à écrire « *El uso de las lenguas en el campo científico realmente parece constituir un*

⁶Lettre d'information «Francoffonies», n°27, 26 janvier 2006.

⁷<http://assisesplurilinguisme.affinitiz.com>

⁸«*El español como lengua de las ciencias frente a la globalización del inglés. Diagnóstico y propuestas de acción para una política iberoamericana del lenguaje en las ciencias*», Actes du Congreso internacional sobre las lenguas neolatinas en la comunicación especializada, Union Latine et Colegio de México, México, D. F., 28-29 novembre 2002 (http://dtiil.unilat.org/cong_com_esp/comunicaciones_es/hamel.htm#a).

tabú o una mancha blanca en los mapas de lo problemas » (traduction : l'emploi des langues dans les domaines scientifiques semble réellement constituer un tabou ou une tâche blanche sur la carte des problèmes). Si l'on examine l'usage des langues dans le champ de la publication et de la communication scientifique, la plupart des auteurs (voir E. Hamel⁶ ou Ammon et Ulrich⁹, par exemple) s'accordent pour considérer que dans les Sciences exactes et naturelles c'est l'anglais hyperdominant qui exerce un monopole de fait, alors qu'en Sciences humaines et sociales, cette domination disparaît au profit d'une plus forte présence des langues vernaculaires superdominantes comme, par exemple, le français, l'espagnol, etc. (y compris l'anglais). Cette observation nous semble devoir être mise en relation avec le niveau de complexité des phénomènes étudiés. Celui de la réalité dans les Sciences sociales et humaines où les objets sont représentés par des faits de discours complexes, se prête moins à une expression écrite ou orale dans une langue mal maîtrisée que les phénomènes abordés en Sciences exactes et naturelles qui sont susceptibles d'être plus aisément modélisés par des langages symboliques (mathématiques, etc.) et aussi, plus facilement décrit dans une langue moins bien connue. C'est pourquoi on retrouverait, plus souvent, un usage plus systématique des langues maternelles des chercheurs dans le champ des sciences sociales et humaines qu'en Sciences exactes et naturelles où l'emploi de la *lingua franca*, qu'est l'anglais actuellement, est plus fréquent comme « joncteur » entre séquences de langages symboliques. Cependant, même pour les sciences exactes et naturelles, l'emploi d'une langue non symbolique reste nécessaire au niveau de la formulation des idées et des concepts, la modélisation symbolique n'intervenant, éventuellement, que dans un second temps.

L'urgence de la question linguistique est pourtant aujourd'hui accrue par l'accélération continue de la mondialisation des échanges qui force de plus en plus à l'interaction de personnes ne parlant pas la même langue et qui fragilise chaque jour un peu plus la plupart des langues au profit de LA langue hyperdominante actuelle, à savoir l'anglais ou plutôt l'anglo-américain, mais peut-être demain dans une autre langue ou dans une restriction spécialisée issue de l'anglais¹⁰. Il faudrait

⁹«On the disadvantages of non-native speakers of English in international communication and possibilities of relief», Tonkin, Humphrey (Ed.), *Language in the 21st century*, Amsterdam: John Benjamins, 2003.

¹⁰JC Beacco, M. Byram, «Guide pour l'élaboration des politiques linguistiques éducatives en Europe – De la diversité linguistique à l'éducation plurilingue», Conseil de l'Europe, Strasbourg (France), avril 2003, p. 27.

aussi rappeler que le choix d'une langue de communication n'est jamais « ethnoculturellement » neutre¹¹.

À notre connaissance, mis à part des accords interuniversitaires et certains programmes européens, un des rares exemples de mise en valeur de la diversité culturelle et linguistique dans le monde universitaire est le fait de l'Agence universitaire de la Francophonie (AUF), un réseau d'établissements universitaires, opérateur de l'Organisation internationale de la Francophonie (OIF), qui rassemble à ce jour 576 établissements répartis dans 67 pays sur tous les continents. Il est à noter que parmi ces 576 établissements, 86 sont situés dans des pays non-membres de l'OIF. L'AUF a mis en place au profit de la coopération scientifique entre les établissements universitaires du Nord et du Sud un ensemble de cinq programmes dont l'un des principaux s'intitule « Langue française, diversité culturelle et linguistique ». Les objectifs de ce programme sont : renforcer l'enseignement du français et en améliorer les conditions d'apprentissage dans ses relations aux autres langues ; promouvoir la diversité culturelle et le pluralisme linguistique ; accroître la collaboration avec les autres aires linguistiques partenaires ; renforcer l'espace international de recherche en français dans des cultures de savoir et d'enseignement variées. À travers ce programme, l'AUF met principalement en œuvre les actions de programme suivantes : appui à la formation de formateurs ; appui aux formations bi- ou multilingues ; soutien aux départements universitaires de français dans le monde ; appui aux réseaux multilatéraux de chercheurs et aux réseaux multilatéraux institutionnels ; mise en place d'outils en coopération avec les autres aires linguistiques, etc. Le lecteur désireux de mieux connaître les programmes et l'AUF pourra visiter le site Web : www.auf.org. En dehors de cette institution, il semble que la plupart des politiques linguistiques mises en place dans le monde universitaire soient relatives à la défense d'une langue (par exemple, le français au Canada-Québec ou en France ou le catalan en Catalogne, l'espagnol dans les pays hispanophones, etc.) ou à la promotion d'un bilinguisme constitué d'une langue superdominante et de la langue hyperdominante, soit l'anglais actuellement. Nous sommes encore loin de prendre en compte dans les filières bilingues, les créoles, par exemple, qui constituent pourtant des langues à part entière dont l'équipement terminologique ne demande qu'à être complété ; pas plus que n'est valorisé sur le continent américain, comme éducation bilingue, les couples espagnol-portugais, voire portugais-italien, dont on sait, cependant, pour cette dernière langue, qu'elle est constitutive de grands pôles urbains

¹¹Pierre Georgeault et Michel Pagé, «Le français, langue de la diversité québécoise», éd. Québec Amérique inc., 2006, p. 116 et suivantes.

(Buenos Aires, Sao Paulo, Caracas, New York, Toronto, etc.). Cependant, pour être complet, il faut noter que la réflexion sur ces questions, lorsqu'elle touche aux rapports entre langues hyperdominantes et superdominantes, n'est pas totalement absente du monde universitaire, comme en témoigne l'organisation de plusieurs colloques (Colloque « Sciences et langues en Europe », Paris, 14-16 novembre 1994 ; Colloque « Le français et les langues scientifiques de demain », Montréal, 19-21 mars 1996 ; Colloque « Quelles langues pour la science ? », Paris, 1989, Éditeurs Bernard Cassen et al., Paris, éd. La découverte, 1990, 263 pages ; Colloque « L'avenir du français dans les publications et les communications scientifiques et techniques », Montréal, 1^{er} au 3 novembre 1981 ; les congrès successifs de la Fédération internationale des professeurs de français, etc. Il faut aussi relever la mise en place à l'université de Lausanne en 2003 de l'une des premières commissions de politique linguistique universitaire en Europe. Cette commission se proposait d'étudier l'effet des langues sur la constitution de la connaissance scientifique, sur la mobilité des étudiants et chercheurs et sur l'employabilité des futurs diplômés à l'échelle européenne. D'autres documents viennent témoigner de la réflexion universitaire sur ce thème, telle la thèse de doctorat de Isabelle Mathé sur « Le plurilinguisme à l'université »¹². Dans cette thèse l'auteur étudie comment les échanges internationaux d'étudiants, en créant une hétérogénéité culturelle et linguistique croissante au sein des universités, modifient l'environnement universitaire. Elle évoque aussi quelques pistes susceptibles de mettre à profit les compétences linguistiques des étudiants en faveur de l'internationalisation des universités. Néanmoins, l'application des résultats de ces réflexions à la mise en place de politiques linguistiques dans les universités demeure à ce jour peu développée¹³. On peut faire ici l'hypothèse d'une faiblesse (probablement faute d'initiative politique) entre des démarches de savoir qui se développent sur l'aménagement linguistique en général, et des démarches d'ingénierie linguistique adaptée aux différents terrains sociaux où se manifestent les relations entre les langues : organisations (administrations, entreprises, associations), média, éducation, science.

Autre point à considérer, celui des représentations sociales des rôles des langues et des enjeux de l'aménagement de leurs relations. On ne reviendra pas sur les liens complexes individus-langues, qui s'expriment parfois très fort et

¹²«*Mehrsprachigkeit an der Universität – Eine empirische, Untersuchung mit plurilingualen Studierenden an Wiener Universitäten*», université de Vienne, thèse de doctorat, 2005.

¹³Pierre Frath, «Plaidoyer pour une véritable politique des langues pour les non-spécialistes à l'université », *Les langues modernes*, n°4, 2005.

qui alimentent les polémiques sur tel ou tel emploi, telle ou telle réforme, mais qui paradoxalement, semblent peu actifs lorsqu'il s'agit de rapports de position entre les langues (l'offre de langues étrangères dans le système scolaire français par exemple, est bien moins mobilisatrice que la réforme de l'orthographe). Cependant, on peut considérer que le discours social sur les langues contribue à façonner ces représentations qui constituent un filtre par lequel passe la majorité des discours, dont ceux des établissements.

L'analyse linguistique a mis en évidence comment certaines formes venaient à constituer des rhétoriques à travers le maniement d'opérations sur le discours. Conscientes, elles relèvent du rôle politique du langage (de l'argumentation à la manipulation), inconscientes, elles révèlent la mise en place d'un discours social qui s'impose et impose sa réalité par l'installation d'un état de fait. Voyons ci-dessous le texte en ligne¹⁴ de la Faculté polytechnique de Mons (Belgique) concernant la sélection des étudiants à l'entrée.

TEST D'ÉVALUATION EN LANGUES

La Faculté polytechnique est consciente de l'impact d'une bonne **maîtrise de la langue anglaise** dans le village mondial de l'entreprise. Aussi, l'étudiant est préparé et sensibilisé aux stratégies menant à l'obtention d'un score élevé au **TOEIC** (Test of English for International Communication), examen certifiant de renommée internationale, à présenter en fin de cycle de Bachelier.

Pendant les journées d'accueil, le niveau de chacun est évalué lors d'un test représentatif du **TOEIC**, sous la forme d'un questionnaire à choix multiple portant sur la compréhension à l'audition, la compréhension à la lecture et l'usage de la langue.

Le score obtenu est indicatif et a pour objectif d'**orienter l'étudiant** vers un groupe de niveau d'apprentissage adéquat, ceci dans le souci d'un **accompagnement pédagogique efficace**.

Comment un pluriel annoncé (« Test d'évaluation en langues ») est réduit en un monde singulier (« bonne maîtrise de la langue anglaise ») où le candidat étudiant qui serait à la fois francophone, néerlandophone, russophone, sinophone et lusophone n'aurait pas de valeur dans le « village mondial de l'entreprise ». Cette synecdoque qui consiste à assigner à la langue hyperdominante, un pouvoir de représentation de toutes les autres est maintenant ancrée dans le discours social sur l'enseignement des langues, dans un rapport étrangement paradoxal avec celui, souvent parallèle sur le plurilinguisme. Ainsi, sur une autre page, le même établissement indique :

¹⁴<http://www.fpm.ac.be/FPMsHome/fr/Student/PremiersPas/TestEvalLangues.htm>

« Nul ne peut ignorer aujourd'hui l'importance de la connaissance des langues étrangères dans la vie professionnelle. Pour l'ingénieur, la connaissance de l'anglais en particulier est primordiale, quels que soient l'orientation ou le secteur de son activité ; quant au néerlandais, pour toute carrière menée dans notre pays, il est évidemment indispensable. »¹⁵

Autrement dit, le monde se diviserait entre une localisation qui implique une ou deux langues restreintes à cet espace et une mondialisation limitée à la langue hyperdominante. Sur quelle analyse et quels arguments se fonde alors ensuite, l'offre de langues en deuxième cycle ?

« Les cours de langues sont depuis lors obligatoires en candidature (néerlandais ou anglais) de 1980 à 2004 ou en bachelier (anglais) à partir de septembre 2004, et optionnels en deuxième cycle (anglais, néerlandais, allemand et espagnol). »¹⁶

Il n'est pas question ici de dénoncer cet établissement, le discours social en général et universitaire en particulier, témoigne par sa « richesse » en ce domaine, d'une pauvreté de réflexion de politique linguistique. Cette mise en exemple, nous sert ici à montrer ce qu'il serait possible de faire, simplement en modifiant certaines postures banalisées et les discours reproduits par « pensée copiée-collée ». Nous retrouvons ici une illustration de ce que nous écrivions plus haut, dans ce même paragraphe, à savoir que le discours politique est souvent contredit par l'observation des faits. On pourrait citer bien d'autres exemples de cette incohérence entre les faits observés et les politiques affichées. Ainsi, l'École polytechnique fédérale de Lausanne d'une part, adhère à l'AUF, une organisation multilatérale en faveur du plurilinguisme et, d'autre part, impose la langue anglaise comme unique langue étrangère d'enseignement¹⁷ ou encore l'École de technologie supérieure (ETS) de Montréal, une constituante du réseau de l'université du Québec qui annonce dans le préambule de son document de Politique linguistique¹⁸ « l'ETS, comme établissement public de langue française, attache la plus haute importance à l'usage du français, langue officielle du Québec et à la qualité de la langue écrite et parlée. À titre

¹⁵<http://langues.fpms.ac.be/>

¹⁶*Ibid.*

¹⁷Charles, Xavier Durand, «If it's not English, it's not worth reading», *Language problems and language planning*, 2005.

¹⁸<http://www.etsmtl.ca/sg/Politique/francais.pdf>

d'institution québécoise, elle endosse pleinement l'esprit et les objectifs de la Charte de la langue française ». Cependant, à l'article 3.1 de ce même document, il est indiqué que « les professeurs et les chercheurs livrent leurs communications scientifiques dans la langue dans laquelle il est naturel de le faire compte tenu de leur discipline, de leurs réseaux scientifiques, lectorats et auditoires ». De fait, lorsqu'on examine le répertoire des communications scientifiques des laboratoires de cet établissement, la quasi-totalité des documents est rédigée en anglais...

En France, les universités ont souvent mis en place des « cursus internationaux » qui se limitent le plus souvent à des cursus en anglais¹⁹ comme si l'anglais seul suffisait à définir le caractère international d'une formation.

Les principes de base d'une politique linguistique universitaire

Aujourd'hui, un consensus semble s'établir sur les différents choix politiques possibles dans le domaine de l'enseignement en relation avec la diversité linguistique. Comme François Grin²⁰ de l'Université de Genève, nous résumons ces possibilités en trois scénarios:

- le scénario « Apprentissage généralisé d'une langue artificielle » (semblable au scénario « Espéranto » de F. Grin);
- le scénario « Apprentissage généralisé de l'anglais » (qui correspond au scénario « Tout-à-l'anglais » de F. Grin);
- le scénario « Apprentissage généralisé plurilingue » (qualifié de scénario « Plurilingue » par F. Grin).

D'autres possibilités pourraient, bien sûr être évoquées (par exemple, un scénario « Tout-au-mandarin » ou plus généralement « Tout-à-langue X »), cependant elles apparaissent moins crédibles que les trois précédentes. Étant donné le parti pris de rester pragmatique et réaliste qui est celui de cet article, nous nous limiterons donc à ces trois options. Ces scénarios ont, en outre,

¹⁹Pierre Frath, «Plaidoyer pour une véritable politique des langues pour les non-spécialistes à l'université», *Les langues modernes*, n°4, 2005.

²⁰Rapport du Haut conseil de l'évaluation de l'école n° 19, septembre 2005, «L'enseignement des langues étrangères comme politique publique».

l'avantage de correspondre à ceux qui sont généralement retenus dans les différentes instances où il est question de politique linguistique.

Le premier scénario correspond à une politique linguistique qui imposerait à tous les élèves et étudiants d'apprendre une même langue artificielle (Espéranto par exemple), comme première langue étrangère en plus de leur langue maternelle. Dans cette hypothèse, d'autres langues étrangères pourraient être enseignées, mais à des degrés moindres.

Le second scénario correspond à celui qui est actuellement pratiqué dans de nombreux pays, à savoir qu'en plus de la langue maternelle, les apprenants recevraient obligatoirement une formation à l'anglais comme première langue étrangère. On peut imaginer, dans cette stratégie qu'une ou plusieurs autres langues étrangères soient enseignées comme seconde ou troisième langue... mais l'essentiel ici est que la première langue étrangère enseignée est l'anglais, les autres langues, en dehors de la langue maternelle, ayant un second rôle dans l'apprentissage.

Le troisième scénario, impose aux apprenants une formation équilibrée dans au moins deux langues étrangères (on verra plus loin pourquoi une seule langue étrangère nous paraît insuffisante), le choix de ces deux langues étant aussi large que possible et laissé, dans une certaine mesure, au choix de l'apprenant. Ce scénario, non seulement ne privilégie pas l'anglais (sans pour autant l'exclure) mais prévoit aussi des niveaux de formation équivalents dans les deux, ou plus de deux, langues étrangères ce qui est différent du scénario numéro deux dans lequel l'anglais est la seule langue étrangère privilégiée.

Nous examinerons successivement les avantages et inconvénients de ces trois scénarios et nous le ferons à la lumière de quelques principes de base qui nous semblent pouvoir servir de guides en cette matière et que nous définissons ci-dessous.

Le premier de ces principes est un **principe d'équité** qui vise à placer les locuteurs, quelle que soit leur langue maternelle, dans des situations d'apprentissage et d'usage des langues aussi équivalentes que possible. En matière de langue de communication scientifique par exemple, il est clair qu'actuellement la prévalence de la langue anglaise viole ce principe. En effet, une personne de langue maternelle anglaise aura moins d'efforts à produire pour communiquer dans cette langue qu'un jeune francophone qui aura lui-même moins d'efforts à produire que le jeune haïtien de langue officielle française, mais de langue maternelle créole, pour accéder au monde de la connaissance, puis pour produire ensuite des savoirs dans une troisième langue, l'anglais, par exemple. En outre, l'immersion du jeune anglophone dans un contexte culturel anglophone lui procurera un avantage considérable dans le champ de l'expression écrite et orale sur le francophone vivant dans un envi-

ronnement francophone. La « justice linguistique » présente aussi un aspect plus intrinsèque, indépendant du locuteur, et qui pourrait être énoncé sous la forme suivante « il n'y a pas de petites ou de grandes langues, toutes les langues se valent »²¹. Sous ce dernier angle, ce sont les cultures, dont les langues sont les vecteurs²², qui sont mises en avant et, de la même façon, on peut considérer qu'il n'y a pas de « guerre des langues » mais des rapports de position dus aux usages faits par les locuteurs.

Il faut enfin, s'interroger sur l'injustice constituée par le fait que la plupart des publications (papier ou électronique) des grandes institutions internationales (Banque mondiale, Fond monétaire international, Organisation des Nations unies, etc.) sont rédigées en anglais. Il en résulte que les étudiants anglophones ont un accès direct à ces documents alors que ce n'est pas le cas pour les francophones. En conséquence, ces derniers se trouvent privés d'un important volume d'information qui traite souvent de questions essentielles pour notre monde : démocratie, gouvernance, développement, environnement. En outre, ces informations sont des voies d'accès direct à des droits et à des ressources (bourses d'études, financement de projets de recherche, etc.).

Cela nous permet d'introduire le second principe qui, à notre avis, devrait guider la mise en place de politiques linguistiques, notamment pour l'enseignement. Il s'agit **du principe de valorisation active de la diversité culturelle et linguistique**. Ce principe est d'ailleurs inscrit dans la Convention de l'UNESCO citée plus haut sous le titre « Principe de l'égale dignité et du respect de toutes les cultures », mais à ce niveau il n'a que fonction de référence. Compte tenu des éléments donnés en introduction de cet article, il ne paraît pas nécessaire d'insister sur l'importance de ce principe au plan éthique, mais plutôt d'en relever les implications productives qui conduiront les interlocuteurs scientifiques à pratiquer le plurilinguisme. Les cultures du monde sont des réserves importantes de connaissances, de savoir-faire et de savoir-être qui, si elles étaient mieux connues (en particulier les cultures des pays du Sud), permettraient sans doute d'améliorer la qualité de vie de l'espèce humaine. Même dans le domaine de la recherche scientifique la diversité culturelle n'est pas sans conséquence, comme le note, par exemple, Michel André²³ « celle-ci (la science) est universelle dans ses objectifs et ses résultats, mais des « Écoles

²¹Michèle Gendreau-Massaloux, interview à RFI, 18 janvier 2006.

²²Claude Hagège, « Combat pour le français », Editions O. Jacob, Paris, 2006, p235.

²³« Un cadre pour la réflexion et le débat sur la science et la technologie à l'échelle européenne » dans Sciences et langues en Europe, École des hautes études en sciences sociales, 1996, p. 265-270.

nationales » existent : l'École française de mathématiques ; l'École allemande de physique au début de ce siècle ; l'École anglaise de biologie moléculaire, etc., et l'on peut légitimement se poser la question de l'influence possible de la culture des scientifiques sur l'activité des chercheurs ». Les difficultés plus récentes, de l'École française d'analyse des données à se faire reconnaître aux États-Unis d'Amérique peuvent aussi être considérées comme un effet de la culture sur la Science. Nous avons relevé dans notre précédent article²⁴ sur la dynamique de la diversité linguistique la prise de position du mathématicien français Laurent Lafforgue²⁵ selon lequel, c'est dans la mesure où l'École française de mathématiques est restée attachée au français qu'elle a conservé son originalité et sa force. *A contrario*, il attribue l'affaiblissement d'autres disciplines scientifiques en France au délaissement linguistique. Claude Allègre²⁶, réfute cet argument en écrivant que L. Lafforgue « a simplement oublié de préciser que les mathématiques s'expriment dans un langage symbolique universel et international et donc, que le problème des publications mathématiques n'a rien à voir avec celui des publications en sciences ». Cette façon de penser nous semble très réductrice. En effet, elle sous-entend que la subjectivité et la complexité des mathématiques sont entièrement exprimables dans un langage symbolique. Et pourtant, le physicien français Louis de Broglie²⁷ écrivait « même dans les pages les plus hérissées de formules, le texte en langue ordinaire garde toute son importance et permet seul de suivre dans toutes ses finesses la pensée de l'auteur et d'apercevoir la portée véritable des résultats qu'il expose [...]. Seul le langage ordinaire permet de formuler des idées vraiment neuves et de justifier leur introduction par des suppositions et des analogies [...] d'en faire apercevoir comme dans une pénombre les nuances et les prolongements possibles ». Dominique Pestre²⁸ écrit pour sa part que « séparer la langue en soi des pratiques de la science posées comme extérieures (afin d'en étudier l'interaction) revient en effet à traiter la langue indépendamment de ses usages, indépendamment de ses imbrications et ramifications avec l'ensemble de nos systèmes d'action – à poser aussi les pratiques linguistiques comme analytiquement séparables des autres systèmes de pratiques. Dans

²⁴«Quelle dynamique pour la diversité linguistique», *Riveneuve-Continent*, n°3, 24 novembre 2005.

²⁵«Le français au service des sciences», *Pour la science*, mars 2005.

²⁶«Dictionnaire amoureux de la science», éd. Plon, 2005, page 619.

²⁷«Sur les sentiers de la science», Albin Michel, Paris, 1960, pages 391-401.

²⁸«Langages, cultures et pratiques. Les sciences physiques des derniers siècles et leurs contextes», *Sciences et Langues en Europe*, p. 127-137.

les deux cas, j'ai des doutes sur la validité de ces propositions et la possibilité de les opérationnaliser ». Plus loin, dans le même article il illustre son propos à partir d'exemples pris dans les domaines de la philosophie et des sciences physiques : corrélation entre la naissance de la philosophie naturelle (pratiques matérielles, instrumentales et sociales originales donnant une place centrale au « fait d'expérience » dans l'économie des connaissances) au Royaume-Uni et aux Pays-Bas et les contextes religieux, culturels et politiques de ces deux pays. Dans le même ordre de pensée, il explique la suprématie de la physique française au début du XIX^e siècle, par le contexte culturel français de l'époque caractérisé par la suprématie du verbe et du système sur l'approche empirique (voir par exemple les poids respectifs du discours et des travaux pratiques dans l'enseignement de la physique dans les facultés des sciences en France), par le poids de la philosophie et par la permanence de la qualité de l'école mathématique.

On pourrait ajouter l'exemple de l'opposition des dynamiques entre la langue d'Indonésie, le bahasa indonesia, et le malais dont elle est issue depuis 1928. Le sociologue Ignas Kleden²⁹ précise que la rapidité avec laquelle la langue indonésienne a été aménagée aux niveaux lexical et syntaxique, a permis de remplir des fonctions de communication quotidienne, mais aussi de représenter des concepts et des arguments dans les échanges scientifiques, ce qui n'est pas le cas avec la langue de Malaisie dont les locuteurs empruntent à l'anglais dans ces situations.

Le troisième principe, qui a été mis en exergue par François Grin³⁰ est un **principe d'efficience**. Il s'agit ici d'analyser les politiques linguistiques à la lumière de l'allocation des ressources. Cette notion liée à l'économie des langues impose, toujours selon F. Grin, que la notion d'efficience soit prise au sens large, en tenant compte non seulement des valeurs marchandes, mais aussi des valeurs non marchandes. Comme cela est souligné dans le rapport, la nouveauté du cadre d'analyse et l'absence de données ad hoc, rendent les estimations en matière d'efficience approximatives. Cette méthode a toutefois permis d'estimer (voir le rapport sus-cité) que les pays anglophones, du seul fait de « l'hégémonie » de la langue anglaise bénéficient d'environ 17 à 18 milliards d'euros de gains par année (vente de divers services : enseignement de l'anglais, traduction et interprétation, édition et révision de textes, fournitures de matériels pédagogiques, etc.) !

²⁹Cité dans Eddna, C., Pattisina, Putur Fajar Arcana, Susi Iwat, «L'indonésien malmené par l'anglais», *Courier International* n°783, du 3 au 9 novembre 2005, p. 37.

³⁰Rapport du Haut conseil de l'évaluation de l'école n° 19, septembre 2005, «L'enseignement des langues étrangères comme politique publique».

La comparaison de ces trois scénarios à partir d'un modèle combinant deux « forces » : « l'utilisabilité » (plus le nombre d'interlocuteurs potentiels avec lesquels une langue permet d'échanger est élevé et plus son utilisabilité est grande) et le « maximin » (un ensemble d'interlocuteurs de langue maternelle différente aura tendance à communiquer dans la langue pour laquelle le niveau minimal parmi tous les interlocuteurs est maximal) a permis à F. Grin de conclure que c'est le scénario « Espéranto » qui apparaît comme le plus avantageux. Le scénario « Plurilingue », s'il était accompagné de mesures d'accompagnements (réglementation, traduction, interprétation, etc.) pourrait devenir viable malgré son instabilité (possible érosion linguistique en faveur de l'anglais). Le scénario « Tout-à-l'anglais » étant le pire des trois. Ces conclusions sont assorties de nuances permettant de trancher, pour le court et moyen terme en faveur du scénario « Plurilingue », le scénario « Espéranto » étant recommandé pour une stratégie à long terme (au mois sur une génération).

Si maintenant, nous examinons ces trois scénarios à la lumière des seuls trois principes définis ci-dessus, il apparaît facilement que c'est le scénario « Apprentissage généralisé plurilingue » qui l'emporte. En effet, la stratégie d'« apprentissage généralisé d'une langue artificielle » même si elle est, sans conteste, la plus économique sur le plan des coûts ne nous semble pas résister à ce que nous avons désigné dans notre article précédent³¹ par « mythe de l'unicité ». Selon ce mythe, on peut se demander si le processus de création de langues artificielles n'aboutit pas finalement à une nécessité de diversification linguistique qui serait supérieure à celle de l'unification linguistique. Cette hypothèse nous paraît réaliste si l'on se penche sur l'histoire des langues internationales ou langues artificielles. Celle-ci nous révèle en effet, comme l'écrit par exemple Anne Rasmussen³² que « [...] l'on peut dénombrer au moins cent seize systèmes de langues créés de 1880 à 1914, en s'en tenant aux projets publiés ». On peut rapprocher cette analyse à celle de Jean-Michel Benayoun, chargé de mission politique des langues à l'université Paris VII qui écrit³³ « La langue unique revient à l'affaiblissement et au déclin de celle-ci. Elle n'existe pas, car l'uniformisation linguistique est combattue en son sein par les phénomènes naturels d'appropriation par les individus et les communautés. Ce sont des guerres qu'il est vain de mener ». Il est légitime de se demander si,

³¹«Quelle dynamique pour la diversité linguisti», *Riveneuve-Continent*, n°3, 24 novembre 2005.

³²«A la recherche d'une langue internationale de la science, 1880-1914», *Sciences et langues en Europe*, p. 139-155.

³³Jean-Michel Benayoun, «De la politique linguistique à la cohésion sociale», *Les langues modernes*, n°4, 2005.

dans ce contexte, il ne serait pas finalement très coûteux de tenter d'imposer au monde universitaire une langue artificielle, l'espéranto ou tout autre langue, compte tenu des phénomènes de résistance et de diversification linguistique qui risquent de se mettre en action ? Nul ne peut prédire l'avenir avec certitude et les réflexions ci-dessus ne doivent pas être interprétées comme une condamnation définitive des langues artificielles. Il reste, en effet, toujours possible d'inclure une ou plusieurs de ces langues artificielles dans la formation d'un locuteur plurilingue et, de la sorte, de pouvoir bénéficier des possibilités offertes, particulièrement en matière de traduction vers cette langue non naturelle, de textes écrits dans les langues naturelles. Le point faible de ces langues demeurera, malgré tout leur intérêt, qu'elles ne sont pas porteuses en elles-mêmes de cultures et se trouvent donc moins à même de pouvoir représenter le monde dans toute sa complexité, sauf à évoluer au contact des autres langues et se diversifier, ce qui nous ramènerait au point de départ. Ce qui est en question ici n'est pas la qualité de telle ou telle langue dite artificielle (certaines sont construites de façon très logique et tendent véritablement vers le langage de haut niveau par réduction du nombre de signes que les langues dites naturelles, perdent au cours de processus centenaires), mais l'incapacité qu'il y a à produire à la fois un système simple et un système porteur des richesses productives de toutes les composantes des langues du monde : ainsi, le système des langues à tons renvoie-t-il à une représentation du monde différente des langues phonétiques, tout comme les langues à idéogrammes organisent le discours sur le monde d'une façon différente des langues alphabétiques.

L'omniprésence contemporaine du scénario « d'apprentissage généralisé de l'anglais » nous paraît dangereuse pour des raisons maintenant bien connues et dont nous avons fait état dans notre article précédent³⁴. Sa simplicité de mise en œuvre n'est qu'apparente et comme cela a été montré par F. Grin³⁵ notamment, il engendre des injustices flagrantes au profit des pays et des locuteurs anglophones et, à ce titre, viole le principe d'équité. À terme, on pourrait aussi s'interroger sur les risques d'uniformisation de la pensée qui sont les prolongements naturels de ce choix linguistique. Un communiqué de presse de l'université de Lausanne en date du 12 novembre 2003, indique, par exemple, « qu'une expérience menée récemment en Allemagne a montré qu'un observateur anglophone ou germanophone ne décrivait pas de la même manière

³⁴ «Quelle dynamique pour la diversité linguistique», *Riveneuve-Continent*, n°3, 24 novembre 2005.

³⁵ Rapport du Haut conseil de l'évaluation de l'école n° 19, septembre 2005, «L'enseignement des langues étrangères comme politique publique».

la séquence filmée du déplacement d'un cycliste : la description du premier se concentrait sur le mouvement en cours de déplacement, celle du second sur le lieu visé par ce mouvement. Autrement dit, la construction du discours scientifique, propre à chaque culture linguistique, a un effet manifeste sur les objets de connaissance. Négocier les mots d'une langue à l'autre, soumettre l'objet scientifique au doute de la traduction apparaissent dès lors comme des gages contre la superficialité conceptuelle ». Ce scénario se trouve donc en opposition avec le principe de valorisation de la diversité culturelle et linguistique. Un autre argument nous semble devoir être écarté dans la justification de ce scénario : c'est celui de l'assimilation qui est parfois faite du rôle de la langue anglaise aujourd'hui avec celui joué par le latin autrefois. Dans les deux cas, en effet, il s'agit bien de constater que ces deux langues jouent le rôle de lingua franca en matière particulièrement de communication et de publication scientifique, ceci pendant deux époques distinctes. Cependant, si l'on compare les contextes linguistiques des époques en cause, cette assimilation ne nous semble pas tenir. On admet aujourd'hui que le latin a été utilisé comme langue des sciences jusque vers le milieu du XVIII^e siècle (voir par exemple Ann Blair³⁶). En 1746, par exemple, la réforme de l'Académie des sciences de Berlin remplace ses publications latines par des « Mémoires en français ». A. Dürer, dans les années 1520, a produit le premier traité en langue allemande sur les sections coniques qui soit connu. En France, c'est officiellement la Révolution de 1789 qui introduit le français comme langue d'enseignement dans les universités même si on peut mettre en évidence certaines tentatives de « vernacularisation des sciences » dès le XVI^e siècle (Ambroise Paré en médecine en 1585, Bernard Palissy en 1580, etc.). En 1560, le Français Jacques Peletier traduit en latin son ouvrage « L'Algèbre » paru en français en 1554 ce qui dénote bien l'importance du latin par rapport au français à cette époque. La raison essentielle de la « domination » du latin sur les langues vernaculaires jusque vers le milieu du XVIII^e siècle est, qu'à cette époque, les langues vernaculaires ne disposent pas encore de toute la terminologie scientifique nécessaire. Elles n'acquerront cette dimension qu'avec leur utilisation pour l'enseignement supérieur, soit au cours du XVIII^e siècle. La situation aujourd'hui est tout autre. L'anglais n'est plus de nos jours la seule langue capable d'exprimer la connaissance et les concepts scientifiques, ce rôle peut être joué par une multitude de langues et, particulièrement par la plupart des langues utilisées pour la formation supérieure.

³⁶ «La persistance du latin comme langue de science à la fin de la Renaissance» dans «Sciences et langues en Europe», École des hautes études en sciences sociales, 1996, p. 21-42.

À la lumière de ces trois principes, c'est donc le scénario « Apprentissage généralisé plurilingue » qui nous paraît devoir être retenu. Rappelons, en outre, que selon notre conception de la dynamique de la diversité linguistique³⁷ c'est une stratégie susceptible d'assurer à plus long terme le maintien d'un niveau de diversité suffisant. Rappelons également que ce scénario peut inclure l'apprentissage d'une ou de plusieurs langues artificielles réduisant à deux les scénarios possibles. Notons également que le parlement européen a aussi fait le choix politique d'un « multilinguisme maîtrisé » pour garantir une couverture linguistique totale dans des conditions rationnelles et à un coût raisonnable³⁸. Il faut cependant convenir que cette stratégie multilingue n'est pas simple à mettre en pratique. Par exemple, l'Union européenne (qui au 1^{er} mai 2004 comptait déjà vingt langues officielles) envisage essentiellement deux voies :

- La première est fondée sur un système de « langues fixes » pour lesquelles l'interprétation et la traduction seraient systématiques. Mais le choix de ces « langues fixes » est extrêmement délicat et suscite déjà des oppositions très vives des pays dont les langues ne seraient pas retenues.
- La seconde repose sur une logique de marché selon laquelle chaque pays doit payer pour utiliser sa langue. Plusieurs modalités d'application sont envisageables (droit de tirage pour chaque pays, paiement à la demande, etc.).

Parmi les difficultés à gérer ce scénario, il faut aussi signaler les dérives observées du bilinguisme que, pour notre part, nous distinguerons du multilinguisme (nous réserverons le terme de « multilinguisme » aux cas où interviennent trois ou plus de trois langues différentes). Le bilinguisme ne nous semble pas permettre d'atteindre un niveau de diversité linguistique suffisant, car, lorsqu'une langue, autre que l'anglais, se trouve placée en concurrence avec la seule langue anglaise (a fortiori si cette langue est minoritaire comme c'est, par exemple, le cas du français au Canada-Québec), la tendance observée est une tentation permanente des locuteurs (même francophones) à utiliser l'anglais. En outre, les locuteurs anglophones ne sont que très peu motivés à faire l'effort d'apprendre l'autre langue (voir par exemple, les difficultés à faire apprendre le français aux canadiens anglophones alors même que le pays est officiellement

³⁷«Quelle dynamique pour la diversité linguistique», *Riveneuve-Continent*, n°3, 24 novembre 2005.

³⁸Rapport de Michel Herbillon à l'Assemblée nationale française, 16 juillet 2003.

bilingue (anglais-français). On pourrait imaginer qu'un tel contexte, bilingue, mais équilibré (dans lequel les nombres de locuteurs de chacune des deux langues seraient proches) soit plus favorable à la langue placée en concurrence avec l'anglais dans le couple. Nous pensons, cependant, que l'hégémonie mondiale de la langue anglaise viendrait malgré tout déséquilibrer le binôme linguistique en faveur de l'anglais. Au Liban, par exemple, l'existence d'une forte émigration résidant dans des pays de cultures diverses, entraîne que le recours à l'anglais apparaît presque naturel pour les libanais³⁹. Nous avons aussi remarqué que dans un tel contexte, certains émigrants, même lorsqu'ils connaissent le français, s'ils ont aussi appris l'anglais, ont tendance à privilégier l'emploi de l'anglais sans doute parce que dans leur pays d'origine, l'anglais était la langue internationale la plus enseignée...

Ces considérations semblent en accord avec un article paru dans la revue *Nature*⁴⁰ qui prédit l'instabilité du bilinguisme, celle-ci pouvant être atténuée lorsque les langues en contact présentent une certaine similarité⁴¹.

Propositions en faveur d'un enseignement supérieur multilingue

Comme indiqué plus haut, notre objectif ici est de formuler quelques propositions concrètes et aussi peu coûteuses que possible en vue de favoriser le développement du scénario multilingue (au sens défini ci-dessus) au sein des établissements d'enseignement supérieur et de recherche.

Commençons donc par considérer la question de l'enseignement. L'objectif étant d'améliorer les compétences plurilingues des étudiants et des professeurs. La première idée qui vient à l'esprit est celle de l'insertion dans les différents cursus universitaires et, ceci à tous les niveaux d'enseignement, de cours de langues étrangères qui ne soient pas limités à la seule langue anglaise. Comme nous l'avons indiqué plus avant, il est souhaitable ici de permettre aux étudiants de manier au moins deux langues étrangères en plus de leur langue maternelle. Si l'on désire que cet apprentissage puisse se faire à moindre coût et alors qu'il n'est possible, ni d'allonger les volumes horaires, ni d'étendre le parcours de formation, il faut envisager des solutions en termes d'ingénierie linguistique et

³⁹«Liban: la lente érosion de la langue française», *Le Monde de l'éducation*, n°344, février 2006.

⁴⁰Daniel Abrahams et Steven Strogatz, *Modelling the dynamics of language death*, *Nature*, vol. 424, n°2, 2003.

⁴¹Jorge Mira, Angel Paredes, «*Interlinguistic similarity and language death dynamics* *Europhysics Letters*», 2005.

de formation. D'abord, en se fondant sur le développement des mobilités régionales et internationales, il est urgent de faire en sorte que certaines parties des enseignements du cursus se donnent dans les langues étrangères préalablement choisies, constituant ainsi des filières multilingues. À titre d'exemple, dans un cursus de Master donné dans une université française on pourrait imaginer que l'on fasse appel à des spécialistes anglophones pour une partie des enseignements, à des spécialistes hispanophones pour une autre partie de ceux-ci, les « espérantistes » ou les adeptes d'une autre langue artificielle, pouvant également être concernés. Ce type de dispositif est déjà largement utilisé dans les grandes écoles et instituts spécialisés en Europe, alors qu'il est quasi absent des universités⁴², mais souvent focalisé uniquement sur l'anglais. Autre exemple concret à l'appui de cette forme d'enseignement en France : le site « Emilangues »⁴³, site d'appui pour les sections européennes ou de langues orientales, mais consacré à l'enseignement primaire et secondaire. Afin de diminuer les coûts afférents, ces appels à des spécialistes étrangers pourraient se faire sur la base d'échanges de professeurs, les anglophones, par exemple, venant enseigner en France pour un temps, tandis que certains enseignants français pourraient partir enseigner en français, pour une durée limitée dans des pays étrangers (ce qu'il est déjà possible de faire pour des périodes courtes au sein des programmes Erasmus pour l'Europe et Erasmus Mundus pour le monde). Chaque université pourrait ainsi, de façon indépendante, déterminer à travers son offre, une stratégie multilingue de formation, mettant ainsi en valeur des langues et des savoirs diffusés dans le sous-ensemble de langues étrangères qu'elle entend privilégier. L'université Paris VII - Denis Diderot semble être une des rares universités à avoir mis en place une politique de ce type. Dans cette université, les étudiants peuvent apprendre et/ou se perfectionner en allemand, anglais, arabe, espagnol, français, italien et russe au sein même de l'université ou en convention avec des établissements partenaires²⁶. Ce dispositif pourrait en outre bénéficier d'un élargissement de l'offre linguistique par l'appui des étudiants étrangers inscrits dans un établissement, ceux-ci pouvant apporter leurs compétences linguistiques et leurs connaissances bibliographiques dans leur langue, dans le cadre d'équipes de projet de formation par « tandems ou linguistiques »⁴⁴. Il y aurait là, de plus, un moyen

⁴²«Langues vivantes: question de méthodes. L'échappée des grandes écoles», *Le Monde de l'éducation*, n°344, février 2006

⁴³www.emilangues.education.fr

⁴⁴Plusieurs configurations seraient possibles: régime symétrique d'appui réciproque à l'apprentissage de la langue de l'autre; régime asymétrique qui permet à chacun de s'exprimer dans sa langue, mais de n'obtenir de traduction que dans un nombre restreint de langues dites «actives».

de rémunérer modiquement les étudiants étrangers qui souvent sont à la recherche de financement pour mener à bien leurs études à l'étranger. On pourrait même aller plus loin et imaginer que les dispositifs de bourses⁴⁵ intègrent cette démarche en imposant aux boursiers l'obligation de donner un certain volume d'heures d'appui linguistique dans ces équipes, pendant la durée de leur mobilité.

En complément de ces dispositifs, nous avons remis en fin de proposition, celle de l'enseignement/apprentissage direct des langues dans le cursus, qui est toujours mise en avant comme facteur de plurilinguisme, mais toujours, finalement banalisé, réduit à une offre au mieux comparable à celle de l'enseignement secondaire. Il devrait être possible de faire appel simultanément à:

- des approches multilingues comme celle de l'entraînement à l'intercompréhension qui permet à chacun de s'exprimer dans sa langue sans parler couramment les langues étrangères d'un même groupe linguistique en cause dans les échanges;
- des approches de compétences sélectives comme la compréhension écrite ou orale dans telle ou telle langue, ou la production limitée à tel ou tel type de discours (informatif, descriptif, argumentatif).

Pour être validé, l'ensemble de ces moyens ne doit pas se limiter à des activités optionnelles, mais s'inscrire dans les parcours de formation qui sont au centre des réformes universitaires fondées sur le processus Bologne-Sorbonne. Il est donc primordial, que l'expérience linguistique dans ses approches formelles et non formelles fasse l'objet d'évaluations au sein du processus qualifiant de la formation, non seulement sous la forme d'une certification de compétences en langue, mais aussi à travers une biographie linguistique de formation faisant état de compétences variables représentées par les travaux, les échanges, les missions qui ont constitué le rapport de l'étudiant aux langues et aux savoirs dans ces langues.

Sur le plan de la **recherche et de la communication scientifique (y compris la publication)** la croissance de la diversité linguistique pourrait être obtenue au moyen d'approches dont nous donnons un aperçu ci-dessous:

- au sein des laboratoires, les méthodes d'intercompréhension et l'emploi d'une langue artificielle devraient être favorisés pour la communication orale entre les chercheurs;

⁴⁵Bourses nationales, bourses européennes (Erasmus), bourses multilatérales (Agence universitaire de la Francophonie, Agence interaméricaine pour la coopération et le développement (AICD), Organisation des États Ibéro-américains).

- pour les communications orales dans les manifestations scientifiques, la même approche d'intercompréhension devrait être choisie. Il devrait aussi être fait appel, lorsque les moyens le permettent, à la traduction simultanée. Les ressources des écoles de traducteurs et d'interprètes seraient ici d'un grand secours en vue de limiter les coûts;
- pour les publications écrites, une publication en langue anglaise, qu'elle soit sous forme papier ou électronique, ne devrait être validée par les instances chargées de l'évaluation d'un chercheur, qu'à la seule condition qu'elle soit accompagnée de la publication dans une autre langue du même document. Cette façon de faire aurait l'avantage de ne pas priver les chercheurs de communiquer en anglais, s'ils le souhaitent, mais aussi de soutenir les revues qui publient dans d'autres langues que l'anglais ou encore les revues plurilingues. Bien entendu les textes écrits dans une langue artificielle seraient assimilés à des textes écrits dans une langue autre que l'anglais. Ce processus serait aussi susceptible de contribuer au développement des outils logiciels de traduction automatique. Enfin, une retombée possible de cette façon de faire serait l'élaboration, là où elle est absente, de la terminologie scientifique spécialisée, sa diffusion et son emploi;
- Claude Hagège⁴⁶, propose que les chercheurs rédigent leurs articles dans leur langue maternelle et qu'au moment où ils présentent oralement leur travail devant un public international, soit souvent dans la langue anglaise, « ils citent clairement et explicitement, au besoin avec insistance, la publication en français sur laquelle se fonde la communication orale, afin d'attirer l'attention des participants intéressés, et de les conduire à prendre connaissance d'un travail auquel des étrangers sauront bien avoir accès, malgré l'obstacle prétendu de la langue, qu'ils déclarent, souvent avec mauvaise foi, ne pas connaître assez ».

Il va de soi, que la production culturelle et scientifique doit être soutenue et accompagnée par une politique de mise en place et de soutien à la diffusion de ces œuvres. Dans le monde scientifique et universitaire, cela signifie qu'il faut favoriser la création de revues scientifiques francophones ou plurilingues de qualité. Dans le domaine des arts de la scène, par exemple, il conviendra de faciliter la mise en place

⁴⁶Claude Hagège, «Combat pour le français», éditions O. Jacob, Paris, 2006, p. 226 et suivantes.

de réseaux de diffusion des œuvres (salles de spectacles, galeries d'exposition, etc.). Faute de cela, même les productions les plus remarquables courent le risque d'être ignorées de la plupart du monde en étant victimes d'une sorte de « nationalisme » qui tend à ignorer tout ce qui n'est pas produit dans la zone d'influence de ces médias. Les exemples illustratifs de cette situation sont légion dans l'environnement universitaire francophone. Nous en citons quelques-uns ci-dessous (correspondance privée avec le professeur Ludovic Lebart, École nationale supérieure des télécommunications de Paris, 3 février 2006):

- en 1951, le polonais K. Florek⁴⁷ publie en français un algorithme de calcul de l'arbre de longueur minimal d'un graphe cent fois plus rapide qu'une procédure proposée par « l'États-Unien américain » J.B. Kruskal⁴⁸ en 1956 (soit cinq ans plus tard). La contribution de Florek et al. est demeurée pratiquement ignorée dans la littérature scientifique anglophone;
- en 2001, trois « Américains » T. Hastie, R. Tibshirami et J. Friedman⁴⁹, publient en anglais un livre, devenu rapidement un « best seller » en apprentissage statistique. Ils traitent dans cet ouvrage de « l'analyse en composantes indépendantes », une méthode fondamentale d'analyse du signal découverte par les universitaires français J. Hérault et C. Jutten⁵⁰, puis développée par deux autres Français : P. Comon⁵¹ et J. Cardoso⁵² en 1989. Aucun de ces auteurs francophones n'est cependant cité dans le livre en question. Pire, les auteurs anglophones disent s'inspirer d'une synthèse bibliographique anglophone écrite par un scientifique finlandais A. Hyvarinen⁵³. Or, Hyvarinen cite tous les découvreurs français dans sa synthèse!

⁴⁷K. Florek, J. Lucaszewicz, J. Perkal, H. Steinhaus and S. Zubrzycki, *Sur la liaison et la division des points d'un ensemble*, Colloquium Mathematicae, 2: 282-285, 1951.

⁴⁸*On the shortest spanning subtree of a graph and the travelling salesman problem*. Proc. Am. Math. Soc. 7(1) p48-50, Feb 1956.

⁴⁹*The Elements of Statistical Learning, Data Mining, Inference, and Prediction*. Springer, New York, 2001.

⁵⁰*Space or time adaptative signal processing by neural networks models*, International Conference on Neural Network for Computing, Snowbird (Utah, USA), pp 206-211, 1986; C. Jutten, *Calcul neuromimétique et traitement du signal, analyse en composantes indépendantes*, Thèse de doctorat, INPG, Université de Grenoble, 1987.

⁵¹*Separation of sources using higher-order cumulants*. SPIE Vol. 1152, Advanced Algorithms and Architectures for Signal Processing IV, San Diego (CA), USA, August 8-10, 1989.

⁵²*Source separation using higher order moments*, Proc. ICASSP'89, Glasgow, p. 2109-2112, may 1989

⁵³*Survey on independent component analysis*, Neural Computing Surveys, 2: 94-128, 1999

Conclusion

À nos yeux la défense de la diversité culturelle prime sur la promotion de la diversité linguistique. En effet, il n'existe pas de langue naturelle (par opposition à artificielle) sans une culture sous-jacente et, la langue est généralement considérée comme un vecteur de cette culture⁵⁴ un peu comme la fumée est une émanation du feu. Notre thèse est la suivante : c'est d'abord et avant tout la culture qu'il faut protéger, soit les productions culturelles (y compris scientifiques) si l'on souhaite que la langue attachée à cette culture reste vivante, créative et se développe. Il nous semble erroné de vouloir mettre en exergue la défense d'une langue tout en n'accordant pas assez d'importance au développement culturel⁵⁵. C'est un peu comme si on choisissait de produire de la fumée tout en laissant s'éteindre le feu qui alimente cette fumée. Il est évident d'ailleurs que la réciproque est vraie : une langue est d'autant plus utilisée (à l'oral et à l'écrit) que les productions culturelles dans cette langue sont nombreuses. Le créole des Antilles françaises reste vivace, bien qu'il soit confronté à un environnement où la langue française est dominante, en grande partie parce que la production culturelle en langue créole (littérature, musique, cinéma, etc.) est une réalité... A contrario, une langue qui serait confrontée à une autre langue dominante et qui ne serait pas « supportée » par suffisamment de productions culturelles serait menacée à terme de disparition. Le latin, par exemple, est devenu une langue morte à partir du moment où cette langue, mise en contact, par les conquêtes territoriales de l'empire romain, avec des langues régionales (gaulois, german, etc.) s'est alors mise à évoluer pour donner naissance aux langues romanes (français, espagnol, italien, portugais, etc.). À compter de cette époque, les productions culturelles, européennes en particulier, ont été exprimées dans les nouvelles langues vernaculaires, tarissant de ce fait les productions en latin.

La production d'œuvres culturelles dans la langue associée à une culture joue donc à nos yeux un rôle fondamental pour qu'une langue puisse perdurer et se développer. La culture scientifique étant surtout le fait des universitaires, des chercheurs, des ingénieurs et des techniciens, leur participation à la promotion de la langue et, en conséquence, de la diversité culturelle et linguistique est une clé de la réussite en ce domaine. Cependant, on comprendra aisément que si ces scientifiques et universitaires choisissent (comme cela est souvent

⁵⁴Claude Hagège, «Combat pour le français», Editions O. Jacob, Paris, 2006, p. 37.

⁵⁵«On the disadvantages of non-native speakers of English in international communication and possibilities of relief», Tonkin, Humphrey (Ed.), *Language in the 21st century*, Amsterdam : John Benjamins, 2003, p. 137.

le cas actuellement) de produire leurs œuvres (livres, articles, logiciels, brevets, contenus électroniques, etc.) dans une langue qui n'est pas celle attachée à leur culture d'origine alors, leur langue maternelle se trouvera menacée de dégradation et de disparition. C'est ainsi que lorsque les chercheurs francophones, par exemple, acceptent de publier ou de communiquer dans la langue anglaise au lieu de le faire en français, ils contribuent, qu'ils le veuillent ou non, à l'affaiblissement de leur culture et donc de leur langue. **Plus on produira de contenus culturels et scientifiques en français et mieux la langue française se portera dans le monde.** Cela paraît une évidence et pourtant cette simple idée n'est pas acceptée par de nombreux francophones universitaires ou non. Cet aveuglement les rend objectivement complices de la perte de rayonnement de la langue française.

Ces quelques constats et propositions montrent cependant, que la « révolution plurilingue » ne pourra pas se faire sans une volonté affichée des autorités politiques et universitaires en faveur de la mise en place de ce changement. Nous pensons que le maintien du statu quo dans ce domaine ferait courir les plus grands dangers à la diversité linguistique dans le monde, et par là même, à l'humanité qui se nourrit culturellement de cette diversité. En effet, n'oublions pas que chaque langue est porteuse, en elle-même, d'une représentation du monde.

Las políticas lingüísticas y su aplicación en la enseñanza de lenguas indígenas

La educación bilingüe intercultural castellano-guaraní en el Paraguay

MARÍA GLORIA PEREIRA JACQUET
Ministerio de Educación y Cultura del Paraguay

En el Paraguay coexisten varias lenguas: 17 lenguas indígenas, varias lenguas de inmigrantes (alemanes, brasileños, japoneses, coreanos, chinos, judíos, árabes, etc.) y las lenguas oficiales del país: castellano y guaraní. Siendo una nación plurilingüe y pluricultural, el Paraguay tiene, entre todas, dos lenguas predominantes: castellano y guaraní.

La gran mayoría de la población paraguaya no indígena ha asumido la lengua guaraní como lengua de comunicación cotidiana. El guaraní paraguayo es lengua indígena, diferente, sin embargo, de las variedades habladas por las etnias guaraníes. Es lengua franca para la mayoría de ellas, y les permite comunicarse entre sí y con los mestizos o “paraguayos”.

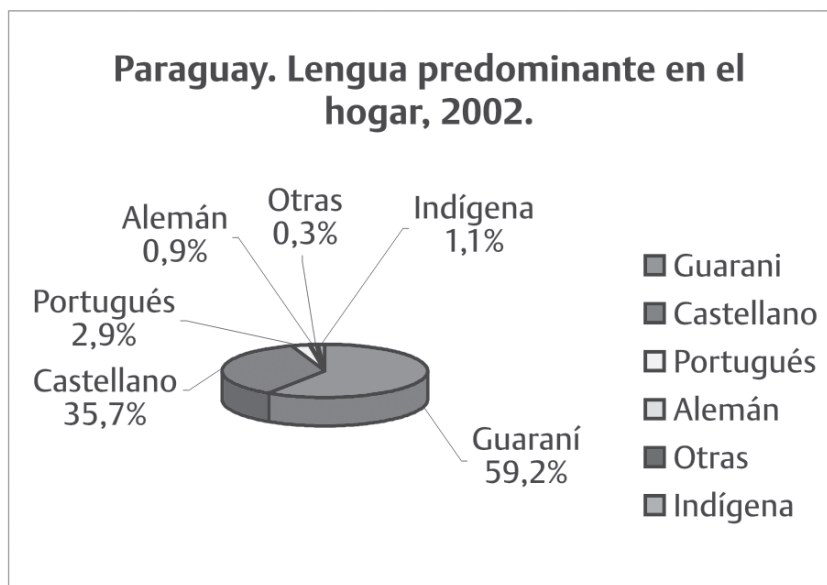
VARIEDADES DE LENGUA GUARANÍ EN TERRITORIO PARAGUAYO

- AVA
- MBYA
- TAVYTERA
- ACHE
- GUARANIÑANDÉVA (tapiete)
- GUARANI OCCIDENTAL
- GUARANI PARAGUAYO

El guaraní paraguayo, aunque es asociado frecuentemente al ambiente rural, al analfabetismo y a la pobreza, en la realidad es hablado por la gran mayoría

de los paraguayos, sin distinción de ninguna índole: niños, jóvenes, adultos de cualquier condición social, cultural o económica. A pesar de eso, fue excluido del sistema educativo formal por mucho tiempo. Siendo lengua mayoritaria, ha sido minorizada.

DATOS ACTUALES DEL CENSO NACIONAL Y SUS IMPLICANCIAS



La lengua guaraní es una lengua muy viva. Los reveladores datos del Censo Nacional no reflejan del todo la fuerte presencia del guaraní, aun en las zonas urbanas de las capitales departamentales. El guaraní avanza, y lo hace en la medida en que sus hablantes se posicionan en lugares estratégicos. Desde la mirada de la presencia “oficial” y pública del guaraní diez años atrás, sin duda ha ganado espacios.

Con la Reforma de la Constitución Nacional, en 1992, el estatus legal del guaraní se equipara al del castellano y ambas pasan a ser lenguas oficiales. En ese momento se inicia un proceso de recuperación social del guaraní, cuyo primer paso contempló su inclusión en el sistema educativo formal. Se empezó entonces a debatir con mayor fuerza en toda la sociedad acerca de la manera de concretar la educación bilingüe castellano-guaraní. Diecisiete congresos regionales y dos nacionales han reafirmado con fuerza la necesidad de una reforma

educativa luego de una larga dictadura, y que esta reforma contemple la educación bilingüe como eje central.

Es así como en el año 1994 se decidió implementar la educación bilingüe de mantenimiento, cuyas modalidades de aplicación fueron dos: para los que iniciarían su alfabetización en guaraní (modalidad guaraníhablante) y para los que tuvieran el castellano como lengua de partida (modalidad hispanohablante). En los programas educativos ya estaban preestablecidos los porcentajes obligatorios de enseñanza en una lengua y en otra, en relación con los contenidos a ser desarrollados, para los nueve grados obligatorios de la Educación Escolar Básica. La opción ha sido adoptar una modalidad bilingüe con ambas lenguas oficiales como lenguas enseñadas y de enseñanza. Esta última opción, en relación con el guaraní, ha consistido simplemente oficializar su uso oral ya que en todas las investigaciones se ha evidenciado siempre que la lengua guaraní ha sido utilizada a lo largo de todo el proceso de castellanización que se vivió antes de la reforma, como lengua de comprensión de los contenidos del aula. Esto se sigue dando aún hoy, en muchos casos.

Hoy, sin abandonar la opción ya asumida de bilingüismo de mantenimiento y de utilizar las dos lenguas como lenguas enseñadas y de enseñanza, se ha optado por flexibilizar la aplicación del diseño en cuanto a los porcentajes establecidos de antemano en el diseño oficial. La estrategia es apostar por la formación del docente, la sensibilización de la comunidad educativa en pleno, especialmente los padres de familia, en un proceso de cinco etapas al cabo de las cuales la comunidad educativa plantea un **proyecto educativo de la institución** con estrategias de utilización efectiva de ambas lenguas en los procesos educativos, la comunicación en la escuela, con la comunidad, etc. Con este trabajo cercano en el cual se alfabetiza en la escritura y se crean hábitos de lectura en guaraní, los resultados son sorprendentes. De hecho, en el interior (zonas rurales), lo más difícil es hacer que se apropien del castellano. Los perfiles de salida para cada nivel y ciclo no han cambiado, pese a los ajustes curriculares realizados a lo largo de los años de implementación de la Reforma Educativa. De modo que la meta es siempre lograr la instalación del bilingüismo castellano-guaraní en los estudiantes al finalizar la EEB. El problema de la aplicación de acciones para el logro de las metas propuestas no es simple. La realidad es muy compleja y por más que apostemos por una formación de mayor nivel en los docentes y tratemos de generar un compromiso con los resultados de la escuela, el MEC sigue trabajando en solitario el tema de bilingüismo, con esfuerzos basados en el compromiso personal de quienes implementan las políticas educativas en el terreno. La sociedad civil se maneja en guaraní casi todo el tiempo, pero solo en la oralidad. No logramos convencer del todo a los estudiantes del enorme valor del guaraní cuando acude a su

municipio y no es escuchado ni valorado en esa lengua en la cual se está formando en la escuela, por ejemplo. Es injusta la sociedad al centrar su atención casi exclusivamente a la forma escolarizada del bilingüismo, porque el destino de este se juega principalmente en otros espacios.

La experiencia primera, la de dos modalidades (guaranihablantes e hispanohablantes) se ha implementado a nivel nacional. En los inicios, la modalidad guaranihablante se implementó primeramente en 180 escuelas, luego se extendió a más y gradualmente fue decayendo por diversas razones. Lo que persiste —y con fuerza— en todas las escuelas es la implementación de **ambas lenguas oficiales como lenguas enseñadas**. En todas las escuelas del país, incluyendo las escuelas capitalinas privadas para ricos se enseña la lengua guaraní. Las dificultades mayores con esta propuesta inicial se dieron con la utilización ESCRITA del guaraní para la enseñanza de matemáticas, ciencias, sociales, etc. Puede cualquiera visitar cualquier centro educativo de cualquier parte del país y verá que, efectivamente, en el sistema educativo se está aprendiendo a leer y escribir en ambas lenguas oficiales. Y todavía, en muchos de ellos, la gran mayoría, en realidad, sigue utilizando la lengua guaraní en la oralidad para afianzar los contenidos expresados en castellano. Este es un tema que merece ser analizado en forma independiente porque no se encuentra explicación analizando solamente uno de los elementos del sistema educativo (¿falta de materiales? ¿escasa formación del docente? ¿percepciones sobre la funcionalidad del guaraní? etc.). Ante tantas variables que entran en juego, el MEC no ha abandonado el modelo anterior, pero se ha centrado en visualizar los aspectos más positivos de la propuesta generando un trabajo cercano con unas cuantas escuelas en las que los docentes han recibido formación en lingüística, psicolingüística, sociolingüística, autoestima, elaboración de materiales, etc., y se ha trabajado con los padres de familia paso a paso en las decisiones que serán asumidas desde la escuela. Es esta experiencia la realizada concretamente, probada y experimentada desde 2001 en quince escuelas y extendida posteriormente a 1 000 (mil) escuelas rurales que la están implementando en fases de aplicación diferentes. Esto afecta a 29 áreas educativas en 30 zonas de supervisión.

CARACTERÍSTICAS DEL DISEÑO BILINGÜE CASTELLANO-GUARANÍ DEL PARAGUAY

1. *Planteado con el diseño de Mantenimiento*, lo que implica un tratamiento diferenciado de las lenguas, dando mayor énfasis a la lengua materna en los procesos iniciales e incorporando paulatina y sistemáticamente la

segunda lengua, sin perder el uso de la lengua materna mientras dure el proceso educativo.

2. Con un proceso planificado de enseñanza en dos lenguas, lo que significa que la educación bilingüe no se limita solamente a la enseñanza de las dos lenguas oficiales como lenguas enseñadas, sino que implica la utilización de ambas lenguas como vehículos de transmisión de contenidos de las otras áreas del conocimiento en su función de lenguas de enseñanza.
3. Las lenguas castellana y guaraní abordan contenidos de la cultura local y de la cultura universal, sin distinción.

LA EDUCACIÓN INTERCULTURAL BILINGÜE CASTELLANO-GUARANÍ: BASES

- Los postulados de calidad y equidad del sistema educativo: Con su exigencia de utilizar preferentemente la lengua materna en la educación, la recomendación de la UNESCO de 1953 presenta al mismo tiempo un motivo para la educación bilingüe. En el punto 2 de su resolución exige que cada niño inicie su educación formal en su lengua materna, porque “El mejor medio para la enseñanza de un niño es su lengua materna”. Respetar y usar la lengua materna del niño en los procesos educativos es necesario si queremos una educación pertinente que, además, considere a todos por igual, sin exclusiones por diferentes razones y menos por su lengua materna.
- Los usos lingüísticos en Paraguay: Los datos proporcionados por el Censo Nacional de Población y Viviendas sobre la distribución del uso de las lenguas en el país que daba cuenta de un uso mayoritario de las lenguas castellana y guaraní por la mayoría de la población paraguaya. Una mayoría de niños y niñas se encuentran en exposición directa a ambas lenguas desde la primera infancia y, en muchos casos, las adquieren simultáneamente.
- La apuesta por el capital cultural: La lengua y la cultura constituyen el paradigma humano más fundamental y proporcionan una manera de comprender el mundo, es decir una cosmovisión que guarda relación con la riqueza cultural expresada también a través de la lengua.

EDUCACIÓN INTERCULTURAL BILINGÜE DE ESCUELAS INDÍGENAS

- Esta modalidad ha implementado la Educación Bilingüe desde el año 1979, con dos de los 17 grupos étnicos existentes.
- Implica, además, un proceso intenso de recuperación de las lenguas originarias.
- Actualmente, los 17 pueblos tienen su diseño curricular bilingüe, algunos de mantenimiento y otros de transición.
- Desde el año 2002 se inicia un programa de fortalecimiento para 9 de las 17 lenguas con apoyo para implementar en forma más efectiva el enfoque intercultural.
- La gran mayoría de los indígenas son multilingües y se comunican con los “paraguayos” en guaraní paraguayo.

MARCO LEGAL DE LA PROPUESTA BILINGÜE CASTELLANO-GUARANÍ

En el caso de Paraguay, existen diferentes normativas legales que marcan el rumbo de las políticas lingüísticas. Entre ellas:

- La Constitución Nacional en su artículo 140 expresa: “El Paraguay es un país pluricultural y bilingüe. Son idiomas oficiales el castellano y el guaraní. La ley establecerá las modalidades de utilización de uno y otro. Las lenguas indígenas, así como las de las otras minorías, forman parte del patrimonio cultural de la Nación”.
- El artículo 77 de la Constitución Nacional textualmente dice “La enseñanza en los comienzos del proceso escolar se realizará en la lengua oficial materna del educando. Se instruirá, así mismo, en el conocimiento y en el empleo de ambos idiomas oficiales de la República. En el caso de las minorías étnicas cuya lengua materna no sea el guaraní, se podrá elegir uno de los dos idiomas oficiales.”
- La Ley 28/92 constituye una reglamentación de la disposición constitucional y establece que las dos lenguas oficiales, el castellano y el guaraní

ní, deberán ser utilizadas en todos los niveles del sistema educativo paraguayo: el nivel de la educación escolar básica, el nivel medio y el nivel terciario y universitario.

- La Ley General de Educación en su artículo 31 establece que la enseñanza se realizará en la lengua oficial materna del educando desde los comienzos del proceso escolar. La otra lengua se enseñará desde el inicio de la educación escolar básica con el tratamiento didáctico propio de una segunda lengua.

Como una de las metas ha sido que en el año 2015 los paraguayos y las paraguayas de 15 años logren la capacidad de comunicarse en castellano y guaraní (MEC.1992. Paraguay 2020. Plan Estratégico de la Reforma Educativa).

DESAFÍOS DURANTE LA IMPLEMENTACIÓN DE LA PROPUESTA BILINGÜE CASTELLANO-GUARANÍ DE LA REFORMA EDUCATIVA PARAGUAYA

- *Normalización y normativización (Oralidad Vs. Escritura) y modernización para su uso como lengua de instrucción.* Preparar el guaraní para la vida moderna; equiparlo terminológicamente para su uso funcional no es tarea propia de la escuela, sin embargo el MEC de Paraguay se ha visto ante la necesidad de tomar decisiones al respecto dada la necesidad de adecuar la lengua para su uso formal en la escuela, en los materiales educativos, en la formación de los maestros. Esto ha requerido mucha creatividad dado el uso funcional y práctico del guaraní durante siglos en la escuela en su forma oral, pero escasa presencia de la forma escrita del guaraní para su uso más allá de lo literario.
- *Producción de materiales educativos - Formación docente continua*
- *Estrategias de enseñanza de las lenguas*

GUARANÍ PARA LA MODERNIDAD: SOLUCIONES PRÁCTICAS

El MEC ha enfrentado los desafíos anteriores desarrollando la lengua guaraní básicamente con el siguiente esquema:

1. Creaciones neológicas autóctonas: elaboradas con raíces originarias de la lengua en la búsqueda de que sean de fácil comprensión y asimilación y guarden relación con la riqueza cultural de la lengua:

■ **De Forma**

- Mbo'ehao (escuela)
- Ta'angambyry (televisión)
- Moñe'ê (leer)

■ **De Sentido (resemantización)**

- Jasy (luna / mes)
- Hai (proceso de marcado, con un elemento filoso, en la piel de un enfermo como parte de su proceso de curación / escribir)
- Mbogueha (apagar / borrar)

2. Préstamos:

■ **Integrados**

- Demokrásia
- Eksponénte
- Pentagrâma
- Fotosíntesis

■ **No integrados (Xénismos)**

- Shopping
- Internet
- Whisky

LA SITUACIÓN ACTUAL

- Escuelas con proyectos bilingües propios, adaptados a su contexto y con un sistema de acompañamiento a los padres y docentes.

- Incorporación de la lengua guaraní a los proyectos curriculares de escuelas privadas de la élite.
- Sistema nacional de evaluación del proceso educativo con ítems bilingües.
- Todos los estudiantes del sistema educativo nacional, leen y escriben en ambas lenguas al término de la escolarización obligatoria.
- Textos bilingües para la EEB, para todos los grados y todas las áreas.
- Continuidad de la educación bilingüe en la educación media. Textos que adquiere el MEC, con contenidos en ambas lenguas oficiales.
- Carreras universitarias de prestigio con incorporación de la lengua guaraní como lengua enseñada (derecho, medicina, economía, etc.).
- Guaraní como requisito obligatorio para candidatos que serán contratados por el Estado como docentes, en todos los niveles educativos.
- Guaraní, lengua de prestigio en el arte y las nuevas tecnologías.
- Publicación de nuevos periódicos en guaraní.
- Auge de algunas industrias culturales: poemarios, traducciones de obras universales y de músicas del cancionero popular latinoamericano, teatro, audiovisual, etc.
- Uso más frecuente de la lengua guaraní en los actos oficiales del Estado (diversos ministerios).
- Mayor prestigio social del guaraní en la sociedad en líneas generales.
- Formación docente inicial con enfoque bilingüe.
- Formación de recursos humanos para la EIB:
- Magíster en Lingüística Aplicada (Becas)
- Especialización en EIB

- Licenciatura en Lengua Guaraní con énfasis en Educación Bilingüe
- Profesorados en Lengua y Cultura Guaraní (sector privado)
- Maestría en Educación Rural, con énfasis en Interculturalidad (Becas)
- Proyectos de ley encaminados a la creación de una instancia regente de las políticas lingüísticas en el Paraguay
- Creación de la RECIM (Red de Cooperación Intercultural Multilingüe) con Perú, Guatemala, Bolivia y Paraguay como sede permanente en vistas a su liderazgo en el tema de educación bilingüe en la región

PROPUESTAS

- Paraguay ofrece su experiencia en educación bilingüe a los demás países y propone intercambio de docentes en la región.
- Articular acciones con los países de la región para el desarrollo y la modernización de las lenguas indígenas.
- Promover que las lenguas indígenas adquieran rango oficial en sus respectivos países.
- Invitación a los países interesados a sumarse a la red RECIM creada con el propósito de aglutinar a los países bilingües para enfrentar juntos los desafíos que esto implica.

Políticas, métodos e técnicas de desenvolvimento do bilingüismo dos surdos

MARLENE DE OLIVEIRA GOTTI

Assessora Técnica

Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação

O Brasil luta pela inclusão escolar e social de todos os cidadãos, independente de sua raça, cor, classe social, diferenças, inclusive as lingüísticas. Para tanto tem desenvolvido políticas públicas que visam o atendimento educacional a crianças, adolescentes, jovens e adultos, a partir de levantamento de dados, de planejamento de ações que possam ser institucionalizadas, como as que se referem às pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

As pessoas surdas, geralmente, utilizam a língua de sinais para se comunicar, mas raramente a adquirem por meio do contato com seus familiares. Assim, diferentemente das demais línguas que são repassadas de pai para filhos numa perspectiva vertical, a língua de sinais é repassada de pessoa surda à pessoa surda, numa perspectiva horizontal, fato que demonstra a importância da escola na aquisição e aprendizado das línguas por parte das crianças com surdez.

No Brasil, o número de pessoas com surdez é muito alto. De acordo com os dados populacionais coletados pelo IBGE/2000, o Brasil tem mais de 5.750.809 pessoas com problemas relacionados à surdez. Já os dados do Censo Escolar/2005 registraram a matrícula de 66.261 alunos surdos ou com deficiência auditiva na Educação Básica e os dados do Censo da Educação Superior/2004 registraram a matrícula de apenas 974 alunos com deficiência auditiva, numa clara demonstração de que a exclusão escolar é o indicador da realidade vivenciada pelos surdos de nosso País, que passou séculos desconsiderando a existência da língua de sinais utilizada por esse segmento populacional.

É importante frisar que a diferença entre esses dados do IBGE e os dados do INEP/MEC é indicativa de que foram incluídos nos dados do IBGE os idosos, os que tiveram problemas de saúde auditiva, os excluídos do sistema educacional e os que ainda não ingressaram nas escolas.

Para modificar a realidade existente, os movimentos sociais e educacionais, a partir de demandas da comunidade surda e de pesquisas realizadas pelas universidades brasileiras, encaminharam ao Congresso Nacional o pedido de reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Em 24 de abril de 2002, o Brasil reconheceu a Libras como instrumento legal de comunicação e expressão, pela Lei 10.436. Essa lei determina que o Poder Público deve garantir e apoiar o uso e a difusão da Libras, que os sistemas públicos de saúde devem garantir o atendimento e tratamento às pessoas com surdez, que os sistemas educacionais devem incluir Libras, como disciplina nos cursos superiores de formação de professor e de fonoaudiólogos e que a Libras não deve substituir a Língua Portuguesa na modalidade escrita (porque é língua oficial do País).

O Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou a Lei 10.436/02, também denominada Lei de Libras, tratando dos aspectos relativos à inclusão de Libras nos cursos superiores, à formação de professores para o ensino de Libras, à formação de tradutores e intérpretes de Libras, à atuação do Serviço Único de Saúde – SUS, à capacitação de servidores públicos para o uso da Libras ou sua interpretação e à dotação orçamentária para garantir as ações previstas no Decreto 5626/05.

A partir da Lei e do Decreto de Libras a oferta de educação bilíngüe passa a ser organizada pelos sistemas de ensino, como direito dos alunos surdos, fundamental ao exercício da cidadania, de modo a viabilizar-lhes o acesso aos conteúdos curriculares, levando em consideração, nesse caso, que a leitura e escrita não dependem da oralidade.

Os educadores surdos passam a ser modelos de identificação lingüístico-cultural, exercendo papéis significativos na comunidade escolar.

A Libras como 1ª língua e a Língua Portuguesa, como 2ª língua, constituem complementação curricular específica a ser desenvolvida nas mesmas escolas em que o aluno com surdez está matriculado. Os sistemas de ensino devem, a partir de 2006, organizar classes ou escolas bilíngües, abertas a surdos e ouvintes; viabilizar cursos de qualificação profissional dos professores; organizar serviços de tradutor e intérprete de Libras para atuação nas classes que têm surdos nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio, educação profissional e educação superior.

As Instituições Federais de Ensino Superior devem incluir Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professor e de fonoaudiólogo, cumprindo prazos e percentuais determinados pela legislação; abrir vaga para professor de Libras; garantir os serviços de tradutor e intérprete de Libras nos exames seletivos, nas atividades curriculares e extracurriculares. As Instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal deverão buscar implementar o disposto na legislação.

O Ministério da Educação do Brasil/Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP vem desenvolvendo ações em parceria com universidades, estados, municípios e organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda para promover e executar cursos de formação continuada de professores, surdos e ouvintes, por meio de programas como o *Interiorizando Libras*, que até o final de 2006, promoverá cursos de Libras, cursos de Ensino de Língua Portuguesa como segunda língua, cursos de tradução e interpretação de Libras em praticamente todos os estados brasileiros. Além disso, o MEC/SEESP implantou em todos os estados, salas de recursos multifuncionais e Centros de formação de profissionais da educação e de apoio às pessoas com surdez – CAS; distribuiu material didático bilíngüe, como o Dicionário Ilustrado Trilíngüe (Libras/Português/Inglês), os CDs Clássicos da Literatura em Libras e, brevemente, encaminhará o primeiro livro digital em Libras, de alfabetização, para as escolas com matrículas de alunos surdos.

O Ministério apoiou a criação do primeiro curso superior, bilíngüe, no Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, que formará professores, surdos e ouvintes, para atuar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; apoiou a criação do primeiro curso de graduação em Letras/Libras na Universidade Federal de Santa Catarina, que tem mais oito pólos nas distintas regiões brasileiras (Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação Tecnológica e Profissional de Goiás, Instituto Nacional de Educação dos Surdos). A Universidade de Brasília tem o primeiro curso de graduação em Língua Portuguesa como segunda língua do País, com ênfase no Português para surdos.

Programas de diferentes Secretarias do Ministério da Educação do Brasil estão sendo desenvolvidos, bem como das autarquias como o FNDE, a CAPES e o INEP, viabilizando a questão de acessibilidade dos alunos surdos ou com deficiência auditiva à comunicação, à informação e à educação.

Em breve, o MEC promoverá o primeiro exame nacional para viabilizar a certificação de proficiência em Libras e a proficiência em tradução e interpretação da Libras-Língua Portuguesa, nível superior e nível médio.

Libras é um instrumento lingüístico de projeção nacional e de inclusão escolar e social das pessoas surdas ou com deficiência auditiva. O Brasil destaca-se, na América Latina, por este projeto educacional que desenvolve o uso da língua de sinais “falada” pelos cidadãos brasileiros, surdos e ouvintes. O uso da língua determina o poder de um povo. Língua é Poder. Com o registro da Língua Brasileira de Sinais, os surdos que a utilizam, pela primeira vez em sua história, são reconhecidos como cidadãos plenos.

SESSÃO 3
NORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA E CIDADANIA

SESIÓN 3
NORMALIZACIÓN LINGÜÍSTICA Y CIUDADANÍA

SESSION 3
NORMALISATION LINGUISTIQUE ET CITOYENNETÉ

SESSION 3
LINGUISTIC STANDARDIZATION AND CITIZENSHIP

Creación de afinidades e impactos de la globalización en la elaboración de terminologías multilingües

NURIA GREGORI TORADA

*Instituto de Literatura y Lingüística José A. Portuondo Valdor
Academia Cubana de la Lengua*

Ante todo, deseo agradecer a los organizadores del III Seminario Interamericano de Gestión de las Lenguas, y muy en especial a Unión Latina y a la Organización de Estados Iberoamericanos, por la oportunidad que me han brindado al invitarme a compartir con ustedes para debatir sobre temas tan apremiantes para nuestro continente como el de la integración y el respeto a la diversidad cultural y lingüística y, juntos, marchar a la búsqueda de soluciones.

El tema que me propusieron abordar es Creación de afinidades e impactos de la globalización en la elaboración de terminologías multilingües, el cual agradezco mucho, pues me permitió profundizar en temas que hasta la fecha lo había hecho de forma tangencial.

Introducción

Un término recorre el mundo, probablemente sea uno de los términos de las ciencias sociales más frecuentes, debatidos, polisémicos y, por lo tanto, complejos que aparecen hoy en la red de redes, en los medios de difusión, en los encuentros académicos y en las grandes manifestaciones populares: **GLOBA-LIZACIÓN**. El término apareció, por primera vez en inglés en 1961 en el Webster's Third New International Dictionary y en la década de los años 80 se extendió por todo el mundo en casi todos los idiomas, apareciendo también en español como alternativos o distintivos los términos: **MUNDIALIZACIÓN**, **INTERNACIONALIZACIÓN** y, más recientemente, **PLANETARIZACIÓN**.

Un conocido economista ha expresado que existen “varios cientos de definiciones” de “globalización”, lo que le ha hecho decir a otro que Globalización

significa “lo que cada uno entiende por globalización”, lo cual no deja de ser exagerado sin tener algo de cierto.

Aunque la definición no lo es todo, pero todo implica definición, quizás esta complejidad en su enunciación que ostenta el término se deba a que la globalización presenta dos caras, dos visiones. Una, la globalización propiamente dicha, con el apellido de neoliberal, la del flujo de capital que sale de los centros tradicionales de poder de Europa y América del Norte, y la creación de procesos mundiales, extraterritoriales de producción, comercio y diseminación de la información que tiene muchos aspectos negativos, pero que, al mismo tiempo, ha engendrado la aparición también de aspectos positivos, los que abogan porque se trabaje de manera activa sobre ellos pues pueden ser favorablemente aprovechados. Esta última acepción es la que se refiere a esos aspectos positivos de su existencia real histórica como fenómeno concreto, entendible, e incluso necesario, y que algunos autores prefieren llamar mundialización, internacionalización o planetarización para diferenciarla de la primera.

Como proceso multidimensional hay que analizarlo multidisciplinariamente. Los economistas lo relacionan con un mercado global, para los historiadores se trata de una época dominada por el capitalismo global, entendido este como un sistema de organización social y económica. Los sociólogos la interpretan como la convergencia de preferencias sociales, en lo referente a estilos de vida y valores sociales; en las ciencias políticas, se alude al deterioro gradual del Estado-nación. En el aspecto lingüístico, los especialistas la interpretan como el riesgo de la supremacía de una lengua por sobre las demás y la defensa de la riqueza y diversidad cultural y lingüística del mundo, objetivo vital para la especie humana, puesto que cada lengua aporta a la cultura de la humanidad una concepción diferente y singular del mundo. Este bagaje cultural e ideológico no es superfluo. Va ligado ni más ni menos al bien máximo de la preservación de la especie.

Aunque el término es de reciente creación, el proceso que identifica no es nuevo, pues la primera globalización se produjo en la prehistoria, cuando la especie humana, a partir del foco africano, se dispersó por todo el planeta. Fue precisamente en el curso de esa diáspora, que duró siglos, lo que la diferencia notablemente de la actual por su inmediatez, que se produjo la extraordinaria diversidad y riqueza de culturas y lenguas que disfrutamos hoy. Los procesos de globalización son complementarios con los procesos de integración que se llevan a cabo a escala regional, continental y mundial.

La primera globalización produjo lo que la actual, varios milenios después, aspira a integrar pero, ¿cómo? Esa es la cuestión.

La integración lingüística de las Américas: De una lengua compañera del Imperio a varias lenguas compañeras de la integración solidaria

Según datos de Naciones Unidas, en América vive el 14 % de la población mundial, es decir alrededor de 800 millones personas. Es el continente que posee el más alto índice de crecimiento de población anual.

A pesar de más de 500 años de existencia de políticas lingüísticas explícitas o implícitas encaminadas a la homogeneización lingüística y cultural, en el continente se hablan todavía hoy, con mayor o menor vitalidad, desde Alaska hasta la Patagonia, alrededor de 1 000 lenguas¹ que presentan una rica diversidad genética y características diferenciadas que incluye, desde peligros de inminente desaparición hasta una gran vitalidad. Pero en América no solo desaparecieron, sino que también surgieron nuevas lenguas, como resultado del mestizaje entre indoamericanos, europeos y africanos: las lenguas criollas. El 95 %, aproximadamente, de la población del continente tiene como lengua materna una de las cuatro grandes lenguas: español, inglés, portugués o francés.

Las lenguas amerindias y las criollas poseen en común que están marcadas por una fuerte estigmatización que las considera lenguas bárbaras, atrasadas, incapaces para ser utilizadas en la cultura, el pensamiento filosófico, la ciencia y la tecnología. Lo que las acerca mucho con las valoraciones que en un día también se expresaron, y en ocasiones algunos retoman, sobre el español y el portugués, por solo mencionar dos ejemplos.

De los 35 países que integran el continente solo 7 lenguas tienen el carácter de oficiales: el inglés (14), el español (18), el francés (Canadá y Haití), el portugués (Brasil), el criollo haitiano (Haití), el guaraní (Paraguay) y el neerlandés (Surinam). Mientras que tienen el estatus de lenguas cooficiales regionales el quechua, en Perú, Ecuador y Bolivia, y, en este último, el aymará. En Canadá el Inuktitut y 7 lenguas indígenas más poseen estatus jurídico diferenciado.

La situación lingüística actual es el resultado de los cambios en las políticas lingüísticas que hace apenas 30 años comenzaron a producirse en algunos países de la Región (Perú, Colombia, Paraguay, Panamá, México, Bolivia, Haití, Venezuela, Guatemala, Canadá) pues, hasta entonces, no se había hecho el reconocimiento explícito por los Estados ni expresado la necesidad de protección a esa diversidad étnica y cultural y, por supuesto, ninguna de las lenguas amerindias o de los criollos tenía estatus de oficial ni cooficial.

¹El número de lenguas siempre hay que verlo con mucha cautela, pues no se han realizado los censos necesarios y hay muchas lenguas que aparecen en diferentes territorios con otro nombre.

En los organismos interamericanos son lenguas oficiales y de trabajo el inglés, el español, el francés y el portugués; aunque no siempre hay una presencia equitativa de las cuatro en estas organizaciones, ya que en algunas ocasiones el portugués y el francés no están presentes.

La necesidad de tomar en cuenta los asuntos lingüísticos en los tratados de integración se plantearon por primera vez durante la celebración de la Conferencia Parlamentaria de las Américas (COPA), celebrada en 1997 en Québec, Canadá, cuando al realizarse un análisis de los documentos en los convenios tanto bilaterales como regionales se constató la ausencia de las cuestiones lingüísticas en los mismos, aunque las negociaciones se produjeran entre países donde se hablaban lenguas diferentes. Sin embargo, los procesos de globalización y de integración económica demuestran que los temas lingüísticos plantean nuevos desafíos tanto para los ciudadanos como para las organizaciones y los Estados.

Quizás esa marcada ausencia, o aparente indiferencia hacia las cuestiones lingüísticas, se deba a un criterio reduccionista que considera el unilingüismo como algo natural y necesario, razonamiento que se sustenta en su supuesta facilidad y eficacia para la comunicación, al mismo tiempo que se le otorga tácitamente el estatus de “lengua única” al inglés, símbolo lingüístico de la globalización².

Sin embargo, el actual proceso de integración continental constituye un marco propicio para incrementar la diversidad lingüística de las Américas y emprender acciones colectivas a su favor, tanto en el caso de medidas destinadas a las organizaciones interamericanas, como a las empresas y a todos los miembros de la sociedad. Las áreas de intervención son amplias y requieren la activa participación de todos los sectores del continente. Los procesos de integración pueden abrir el camino a nuevas colaboraciones y a nuevas formas de solidaridad que promuevan el multilingüismo en las organizaciones interamericanas y desarrollen el plurilingüismo entre todos sus ciudadanos.

Así lo consideró la Asociación de Estados del Caribe, que agrupa a 24 países con 48 millones de personas que hablan español, francés, inglés, neerlandés y criollos, al plantear la necesidad de “eliminar las barreras lingüísticas en la región, mejorando la competencia de los habitantes del Caribe a través del

²Mientras tanto, según datos del censo de Estados Unidos, el número de personas que hablan otras lenguas diferentes se ha incrementado notablemente. El 18% del total de la población mayor de 5 años (47 millones) no habla inglés. Según la Modern Language Association, cerca de la mitad de los residentes de Nueva York no hablan inglés como primera lengua. El español se convirtió en la lengua más hablada en 1/4 de la ciudad, además del italiano.

conocimiento de una segunda o una tercera lengua” (español, francés, inglés), programándose varias acciones para poder alcanzar ese ambicioso objetivo.

Los países que integran el bloque de MERCOSUR, acordaron la enseñanza del portugués como segunda lengua en Argentina, Uruguay y Paraguay, y del español como segunda lengua en Brasil. Mientras que el tratado de cooperación Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA), suscrito entre Cuba, Venezuela y Bolivia, acaba de incluir una nueva forma de integración, de enorme trascendencia para el desarrollo de cualquier país: la alfabetización de más de 1 millón de personas en Bolivia en cuatro idiomas, a saber, español, aymará, quechua y guaraní, utilizando el método de alfabetización cubano Yo, sí puedo³ que ya ha sido aplicado con eficacia en más de 20 países en América, Oceanía y África. Junto a Cuba y Venezuela participarán otros países latinoamericanos.

Por otra parte, el gobierno boliviano ha establecido que los funcionarios del Estado, los maestros y los profesores universitarios, los embajadores y los cónsules de ese país tendrán que hablar ineludiblemente una de las lenguas autóctonas (aymará, quechua o guaraní), en un proceso que será gradual pero obligatorio, porque la mayoría de los bolivianos las usan en su comunicación cotidiana y porque existe hoy en Bolivia la voluntad política para llevarlo a la realidad.

Una lengua es un dialecto, con un ejército detrás...

¡Cuántas veces no hemos repetido esa frase por lo certera que es!

Pero, en este caso, no me refiero, por supuesto, a un ejército colonial o imperialista que **imponga** una lengua, sino a un ejército de especialistas que **disponga** de los recursos necesarios para realizar la planificación lingüística y terminológica de su lengua y ponerla al nivel del desarrollo actual de la ciencia y de la tecnología para que puedan ser usadas por sus hablantes y por hablantes de otras lenguas en cualquiera de los ámbitos de la vida de una sociedad moderna; que permita a sus hablantes relacionarse nacional e internacionalmente en su propia lengua.

Estamos de acuerdo en que todas las lenguas son potencialmente aptas para expresarlo todo. Sin embargo, en la realidad, no todas han alcanzado el mismo desarrollo porque no todas han dispuesto ni disponen de los mismos recursos.

³Método cubano de alfabetización que utiliza los medios audiovisuales.

Hablar de terminología significa preocuparse por la integración lingüística y, con ella, de los pueblos que las hablan.

Las lenguas especializadas son piezas clave para valorar la aptitud y vitalidad de una lengua como vehículo de comunicación. Para ello, una lengua debe disponer de una terminología moderna, de creación o de préstamo, que le permita referirse a todos los conceptos nuevos que la evolución de las sociedades y el desarrollo de la tecnología requieren⁴.

La terminología y la neología constituyen una cuestión crucial que facilita la apropiación de nuestras lenguas de nuevas realidades por las grandes mayorías y debe seguir siendo una prioridad.

La normalización de la terminología debe estar presente en todos los casos necesarios. Esta se inscribe en una combinatoria de objetivos en el conjunto de la concretización de una política lingüística que defina la acción de organizaciones encargadas de la puesta en marcha de estas políticas.

Sin una planificación adecuada de la terminología, la comunicación especializada va a encontrar serias dificultades y aparecerá entonces el riesgo de que los intercambios se realicen en una sola lengua y eso, sin duda, no será culpa ni del imperialismo ni de la globalización, sino de nosotros, los hablantes de otras lenguas, que pudiendo hacer no hacemos.

Para contar con terminología debemos estar decididos a actuar, a identificar las necesidades de nuestras sociedades y estar listos para denominar las nuevas realidades en estrecha asociación e integración.

A pesar de la preeminencia internacional que ha tenido el inglés a partir de la II Guerra Mundial, cuya presencia se ha incrementado notablemente en los últimos años con el surgimiento de las nuevas tecnologías de la información y los procesos de globalización, no se puede negar que se han manifestado cambios positivos en el francés y el español, no así tanto en el portugués, en el mundo de la globalización. Presencia que se debe, fundamentalmente, no tan solo al gran número de países y personas que las hablan como lenguas maternas, sino a las múltiples acciones de política y de planeación lingüísticas, que se han venido realizando y realizan desde diferentes organizaciones, comisiones gubernamentales o academias de la lengua que lo han favorecido.

Hay en América tres mundos muy diferentes con respecto a la terminología, de una parte está Canadá con sus políticas terminológicas bien defi-

⁴Una demostración de esto es cómo el Vaticano que utiliza el latín como lengua oficial en sus documentos, labora en las tareas de planificación de esta lengua “muerta” creando nuevas palabras en latín, para poder utilizar en sus documentos los neologismos de la ciencia y de la tecnología.

nidas, un trabajo sostenido y de reconocido prestigio profesional, por el otro lado el mundo hispanohablante y lusófono, y, finalmente, las lenguas amerindias y criollas.

Es incuestionable que en los países iberoamericanos no ha existido, hasta la fecha, una política terminológica ni organismos terminológicos para el español y el portugués como lenguas especializadas, ni elementos de coordinación, como no fueran redes voluntarias de cooperación para estandarizar las distintas variantes del español y el portugués.

Ya desde la segunda mitad de los años 80 del pasado siglo, don Rafael Lapesa, en un artículo esclarecedor, expresaba su preocupación y advertía sobre “el peligro de la posible diferenciación del vocabulario científico y técnico como consecuencia de la distinta sustitución de unos mismos términos extranjeros en los diferentes ámbitos del mundo hispánico. Es decir, la urgente necesidad de establecer una política hispánica sobre neologismos técnicos y científicos”⁵. Pues, la Real Academia Española, aunque tiene desde 1977 una Comisión de Vocabulario Técnico y de Léxico de Ciencias Humanas y estableció la cooperación con otras Academias para el vocabulario científico, no era suficiente para las necesidades actuales que la normalización terminológica requiere.

Es por eso que la creación, el 27 de enero pasado, de la Comisión Lingüística para la Terminología Española (**COLTE**), convocada por la Real Academia Española (**RAE**) y la Asociación Española de Terminología (**AETER**), y en la que además participan el **Instituto Cervantes**, la **Fundación del Español Urgente (Fundéu)**, la **Comisión Europea** y expertos de las universidades de **Salamanca** y **Alcalá de Henares**, constituye un trascendental viraje de 360° en la inestable situación en que se encuentra la terminología española.

Esta Comisión, bajo la presidencia de la **RAE** y la secretaría de **AETER**, se encargará de elaborar criterios lingüísticos relacionados con los lenguajes especializados de la ciencia y la tecnología. Su actividad se enmarca en el desarrollo de un proyecto más ambicioso por el que se pretende dotar a la terminología en español de una plataforma de acceso y consulta. Para ello, se ha llegado ya a acuerdos con entidades e instituciones como la **ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN (AENOR)**, el **Departamento de español de la Dirección General de Traducción de la Comisión Europea**, el **Centro Virtual Cervantes** y el **Instituto Universitario de Lingüística aplicada (IULA)** de la

⁵Lapesa, Rafael. *La Real Academia Española pasado, realidad, presente y futuro en Boletín de la Real Academia Española*, t LXVIII, cuaderno CCXLII, sept-dic., Madrid, 1987, pp.327-346.

Universidad Pompeu Fabra, con el fin de convertir sus fondos en bases de datos accesibles.

Se constituirán también comités técnicos de expertos por especialidades que discutirán y evaluarán las propuestas terminológicas.

La Comisión COLTE se encargará fundamentalmente de establecer las bases metodológicas para la tarea de adopción y adaptación de préstamos de otras lenguas y de fijar criterios para la creación de neologismos terminológicos en español.

Una vez que estén consolidadas sus líneas de actuación, se integrarán las entidades, instituciones y organizaciones de América relacionadas con la terminología científica y técnica, lo cual permitirá incorporar los recursos y propuestas para el español procedentes de ambos lados del Atlántico.

Por supuesto, los resultados de la creación de COLTE y la integración con instituciones de América serán decisivos para el futuro de la lengua española y para el afianzamiento de la diversidad lingüística en el continente y en el mundo, pero, además, resultarán muy beneficiosos pues toda decisión relativa a una lengua tiene repercusiones (positivas y/o negativas), en este caso positivas, sobre las otras lenguas con las que cohabita o con las que se han establecido alianzas como son los casos del portugués y del francés.

A la integración exitosa favorecerá, sin duda, la experiencia adquirida sobre todo en este último lustro por la Asociación de Academias de la Lengua Española en los proyectos interacadémicos conjuntos realizados y en proceso como el Diccionario Panhispánico de Dudas, la Nueva Gramática, el Diccionario Común, etc.

La aplicación de la Nueva Política Panhispánica requería de financiamiento y equipos que no todas las academias tenían, para lo cual la RAE dotó de una ayuda financiera a las academias hispanoamericanas para la compra de equipos de cómputo, programas, instalación de Internet y correo electrónico, y se acordó la formación de lexicógrafos, para lo cual fue creada la Escuela de Lexicografía Hispánica de la RAE que abrió la posibilidad que en cada una de las 22 Academias que integran la Asociación cuente, al menos, con un lexicógrafo. A lo que se suma:

- La existencia de la red electrónica interacadémica;
- El gran Banco de datos que incluye el corpus diacrónico del español (CORDE) y el corpus de referencia del español actual (CREA), que cuentan hoy con alrededor de 400 millones de palabras y acepciones desde los orígenes de la lengua española hasta nuestros días, en los que los textos escritores y orales de Hispanoamérica superan los 100 millones y en el que colaboran las 21 academias.

- La creación del Observatorio del Neologismo, que diariamente gracias a un poderoso programa informático, revisa toda la prensa en español difundida por Internet y señala todas aquellas palabras (con sus respectivos contextos e información clasificatoria de diverso tipo) que no se encuentran en el Diccionario de la Real Academia Española.

La actuación de la Comisión COLTE favorecerá significativamente a la **unidad, no a la uniformidad** terminológica hispanohablante y puede contribuir también a la lusófona.

Los impactos de estas transformaciones abren el camino a una mayor toma de conciencia de la diversidad lingüística y cultural de América, a un reconocimiento de la coexistencia de las lenguas, al igual que a la necesidad de implementar una nueva política lingüística continental y de planificación de la enseñanza, tanto de las lenguas propias⁶ como de las lenguas extranjeras; a una planificación del estatus y del corpus de las lenguas, no solo de las 4 lenguas oficiales (español, francés, portugués, inglés) sino también de las lenguas amerindias y criollas que desde hace 500 años cohabitan juntas en un mismo territorio y se han enriquecido mutuamente.

Por otra parte, el hecho de contar en nuestro continente con estas 3 lenguas de gran extensión y difusión contribuirá, si así lo queremos realmente, al fortalecimiento de las lenguas amerindias y criollas ya que entender la diversidad lingüística en América simplemente como NO SOLO INGLÉS, continúa siendo una visión reduccionista de la situación lingüística real de América, pues – como bien afirma Rainer Enrique Hamel– “el reconocimiento de la diversidad lingüística y cultural en América es inconcebible sin las lenguas y culturas amerindias y criollas. No basta con defender la equidad con la presencia del español, el francés y el portugués frente al inglés, sino también el de las otras lenguas que cohabitan con éstas en cada territorio.”

Si de conjunto no ponemos en marcha iniciativas y alianzas estratégicas que no solo busquen el reconocimiento y promuevan el respeto y la valoración positiva hacia la diversidad lingüística y lo que ella entraña, sino que realicen acciones concretas que hagan eso realidad, estaríamos solamente emborronando cuartillas.

Si nuestros objetivos son realmente formar ciudadanos plurilingües, mantener el multilingüismo en las organizaciones interamericanas, en el etiquetado y las instrucciones de uso, y en el comercio electrónico, es imprescindible la

⁶Por lenguas propias nos referimos tanto a las lenguas española, francesa, portuguesa como a las lenguas amerindias y criollas que se hablan en cada país.

elaboración de terminologías multilingües indispensables para formar en los ciudadanos de América la competencia terminológica necesaria que los haga capaces de poder vivir y trabajar en un mundo multilingüe, multicultural y multipolar, partiendo de su lengua materna. Sin embargo, todos conocemos la falta de receptividad en las instancias administrativas de algunos Estados y las justificaciones económicas –la mayoría de las veces reales– que se esgrimen para no poner en marcha proyectos de terminologías multilingües que permitan reunir los recursos dispersos y desarrollar nuevas posibilidades, con las que hacer frente a los requerimientos de la comunicación especializada y de las industrias, cuya materia prima es la lengua. Sin tener en cuenta que “es más eficaz producir y gestionar la terminología que corregir los errores que se producen si no se dispone de ella; así resulta rentable elaborar la terminología antes de proceder a cualquier trabajo de traducción, de redacción, etc. Esto que parece tan evidente, no es necesariamente la realidad que enfrentan todos los profesionales de la lengua y, además, es necesario que las empresas, la administración pública o el Estado se hagan cargo de la situación y proporcionen a sus especialistas los recursos apropiados”⁷.

Es por eso que se hace cada vez más ineludible la integración entre instituciones, especialistas y traductores de los “tres mundos terminológicos” del continente si queremos alcanzar juntos estadios superiores de desarrollo.

Existe ya un proyecto piloto terminológico multilingüe, resultado de la asociación profesional amistosa del Centro Lexterm de la Universidad de Brasilia, el Colegio de México, el *Translation Bureau of Canada* y el *Office québécois de la langue française de Québec*: el Vocabulario cuadrilingüe de comercio electrónico (español, francés, inglés y portugués), que incluye las 60 entradas más relevantes que se usan en la actualidad en esta área de intercambio, con definiciones y, en ocasiones, sinónimos.

Es de destacar que aunque en la obra no se anexan marcas geográficas a los términos, se aclara en la introducción que la investigación terminológica en español refleja el uso del español de México, del inglés y el francés de América del Norte y del portugués de Brasil. Este proyecto se generó durante la celebración del I Seminario Interamericano sobre la Gestión de las Lenguas por iniciativa de la Sra. Nicole René del *Office québécois de la langue française* y del Sr. Gabriel Huard del *Translation Bureau of the Government of Canada*, en agosto de 2002, y se publicó en el año 2005.

⁷Celestin ,Tina: La terminología como recurso para asegurar procesos de calidad en la gestión de las lenguas. en II Seminario Interamericano sobre gestión de las lenguas. Asunción, Paraguay, 2003.

Este tipo de cooperación terminológica ofrece la posibilidad de hallar soluciones con mayor efectividad y rapidez a los problemas terminológicos que se les presentan a los terminólogos con frecuencia en el proceso de creación, adaptación o préstamo de nuevos términos en diferentes campos del conocimiento; y de hecho a la implementación de una Política Lingüística y Terminológica para las Américas.

La Sección de Lexicografía Especializada Monolingüe, del Instituto de Literatura y Lingüística José Antonio Portuondo Valdor, emprendió, a solicitud de la Unión Nacional de Juristas de Cuba (UNJC), organización no gubernamental que agrupa abogados, jueces, fiscales y profesores universitarios, un proyecto sobre la terminología jurídica en Cuba: el Diccionario de términos jurídicos, que contó con la colaboración de sus especialistas, quienes de forma sistemática, para facilitar el trabajo personal y, por lo general, sin reconocer principios metodológicos básicos en la elaboración de diccionarios especializados, han estado durante décadas recopilando términos, conscientes de la necesidad de describir los términos del Derecho usados en Cuba.

Es bien sabido que de todos los lenguajes de especialidad es el de Derecho, posiblemente, el de menor facilidad para la universalidad lo que se debe, fundamentalmente, a que los códigos jurídicos son un producto de la tradición y las particularidades culturales y jurídicas de cada país. Por lo que constituye un verdadero reto para quienes se enfrenten a su elaboración establecer equivalencias en esta área de especialidad debido a los factores culturales y a las fuentes que influyen en la codificación del Derecho en los diferentes países, lo que algunos especialistas en terminología simplifican al referirse a áreas de tradición romana y otras de origen anglosajón.

Cumpliendo un acuerdo del II Congreso, se dieron los primeros pasos en el diseño y elaboración del *Diccionario de Jurística*, neologismo este último que tiende a imponerse entre los especialistas, a pesar de que en un inicio no tuvo mucha aceptación y que refleja la interacción del Derecho y la Informática. La elección de este primer Diccionario partió de los participantes en el II Congreso de la Sociedad Cubana de Derecho e Informática, quienes demandaron la necesidad de un diccionario que uniera a estas dos especialidades, una de ellas, la informática, en pleno surgimiento y expansión, y que al mismo tiempo que posee características nacionales presenta una tendencia a la internacionalización.

Hoy presentamos aquí este producto y lo ponemos a disposición de todos los que quieran asociarse a nosotros para realizar un Diccionario de Jurística multilingüe que será de gran utilidad.

Es imprescindible la incorporación de las lenguas indígenas y los criollos que hoy son lenguas oficiales o cooficiales de sus Estados como el guaraní,

el quechua, el aymará y el criollo haitiano, en la elaboración de los proyectos de diccionarios multilingües, y así ofrecerles las herramientas necesarias a los especialistas de estas lenguas para que puedan llevar a cabo las tareas de planificación terminológica de sus lenguas, así como en la formación de especialistas. Para ello es indispensable, en primer lugar, el apoyo de sus Estados y la cooperación del resto de los Estados del continente, así como la cooperación de las diferentes organizaciones internacionales como la UNESCO, el Proyecto Atlantis, Linguapax, etc., que puedan facilitarles los recursos necesarios para realizarlo.

El inglés ¿Amenaza?

La integración de las organizaciones afines francófonas, lusófonas e hispanohablantes no deberá considerarse, porque no lo constituye, una cruzada contra el inglés. No se trata de dictar prohibiciones a los nuevos términos en inglés que surjan por las nuevas realidades, por los avances de la ciencia y de la tecnología. Sino de determinar cada uno de nosotros lo que debemos hacer para mantener el multilingüismo y el multiculturalismo. Los cambios acelerados que ocasionan los intercambios económicos y científico-técnicos, y el desarrollo creciente de las nuevas tecnologías de la información demandan una mayor celeridad en los procesos de normalización actuales.

Hoy aparece un nuevo producto o un nuevo equipo con un nombre que le han asignado sus creadores, por regla general, de los grandes centros de poder económico de la ciencia y la tecnología mundiales, norteamericanos, japoneses, chinos, alemanes, y en ese mismo instante empiezan a diseminarse los nuevos términos por el mundo entero por todos los medios de difusión. Los planificadores de las otras lenguas, aunque estén muy atentos, tienen que tomar muy rápidas decisiones, pero más rápido vuela hoy el nuevo término por el ciberespacio con el que fue bautizado por sus creadores.

En el caso del español y del resto de las lenguas romances, nos resulta muy fácil intercambiar el vocabulario del francés, del portugués, del italiano, del catalán (que además cuenta con una excelente organización en torno a la terminología: TERMCAT) porque son lenguas afines, y si se trata de lenguas genéticamente distintas tomarlas del latín. Pero tampoco podemos cerrarnos para evitar a toda costa la influencia anglosajona, ni de otra procedencia, como en ocasiones se propugna, y caer en una también muy poco deseable autarquía de vocabulario y purismo a ultranza.

No se trata de establecer una guerra contra el inglés, porque además, la vida nos demuestra que algo que se establece y que se acepta por los hablantes

difícilmente una ley podrá cambiarlo. Por ejemplo: chat y chatear “charla, conversación entre personas conectadas a Internet”, aunque existe en español cibercharla y ciberplática. Podemos crear estos términos por creación propia buscando que sean atractivos, fáciles de retener como lo son en su lengua de origen, para que logren afirmarse los términos propuestos.

Para poner un solo ejemplo, se hace extremadamente difícil que **punteo aorto-coronario pueda sustituir a by-pass**; y que **lector óptico sustituya a scanner**, por lo que es mejor adaptarlos del inglés, como producido con los recientes términos incorporados al español⁸: interfaz, escáner, baipás, cederón, disquete.

Estimados colegas y amigos, estas son las propuestas que traemos a su consideración:

- Elaborar una Política Lingüística para América que incluya una Política Terminológica dentro de un marco institucional común.
- Desarrollar la cooperación en la elaboración de terminologías multilingües para enfrentar y solucionar conjuntamente con mayor efectividad y rapidez los problemas terminológicos que se nos presentan a las instituciones francófonas, lusófonas e hispanohablantes, lenguas afines, y a las lenguas amerindias y criollas que se incorporen, en la creación, adaptación o préstamo de nuevos términos en diferentes campos del conocimiento.
- Identificar prioridades y elaborar un banco de proyectos de terminologías multilingües en diferentes campos del conocimiento.

Confío en que algunas de estas propuestas que he presentado estarán al alcance de todos. En el caso en que se llegue a un acuerdo para realizar un proyecto real de cooperación en el marco de una red internacional, Cuba, representada por diversas instituciones y organizaciones, estará como siempre dispuesta a colaborar con sus hermanos de América en la defensa de su diversidad cultural y lingüística.

Muito Obrigada.

⁸Por acuerdos internacionales, las unidades de medida de circulación internacional, para evitar confusión y posibles errores, se emplean normalmente como extranjerismos crudos, con su pronunciación y ortografía originarias. Como byte- (pron en inglés báit) aunque en español sería “octeto”.

Referencias Bibliográficas:

Asociación de Academias de la Lengua Española: *Nuevo Diccionario Panhispánico de Dudas*. Santillana, Madrid, 2005.

Calvet Louis-Jean: *Globalización, lenguas y políticas lingüísticas*. Synergie Chile, número 1 Santiago, 2005.

Camacho Aurora, América Menéndez Pryce y Yarina Amoroso: *Diccionario de Jurísmática*. GECYT, La Habana, 2004 (cederrón).

Celestin ,Tina: *La terminología como recurso para asegurar procesos de calidad en la gestión de las lenguas*. En II Seminario Interamericano sobre gestión de las lenguas. Asunción, Paraguay, 2003.

Conseil de la langue française: *Implicaciones y desafíos lingüísticos de la integración de las Américas*. Québec, Marzo de 2001.

Hamel, Rainer Enrique: Cooperación, diversidad y paz. *Coloquio de los Tres Espacios Lingüísticos*. México, 2-4 de abril de 2003.

Lapesa, Rafael: *La Real Academia Española pasado, realidad, presente y futuro*. En Boletín de la Real Academia Española, t. LXVIII, cuaderno CCXLII, sept-dic., Madrid, 1987, pp.327-346.

Vocabulario cuadrilingüe de Comercio Electrónico (español, francés, inglés y portugués), Québec, 2004.

La normalisation terminologique, un outil essentiel de la communication et de l'intercompréhension, dans le contexte de la diversité culturelle

LOUIS-JEAN ROUSSEAU

Office québécois de la langue française

1. Introduction

Depuis plusieurs années, et plus particulièrement depuis la tenue du tout premier *Séminaire interaméricain sur la gestion des langues* tenu à Québec en 2002, nous poursuivons, chacun d'entre nous, nos réflexions sur la question de la diversité culturelle et linguistique. Nous avons, grâce à différentes études, approfondi les multiples facettes de la diversité culturelle, de sa signification et de ses implications politiques et sociales. Ces réflexions ont complété, en les élargissant et en les diversifiant, les résultats des travaux menés par les organisations des *Trois espaces linguistiques* (Hispanophonie, Francophonie, Lusophonie), de même que les travaux qui ont préparé l'adoption par l'UNESCO de la *Convention sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles*.

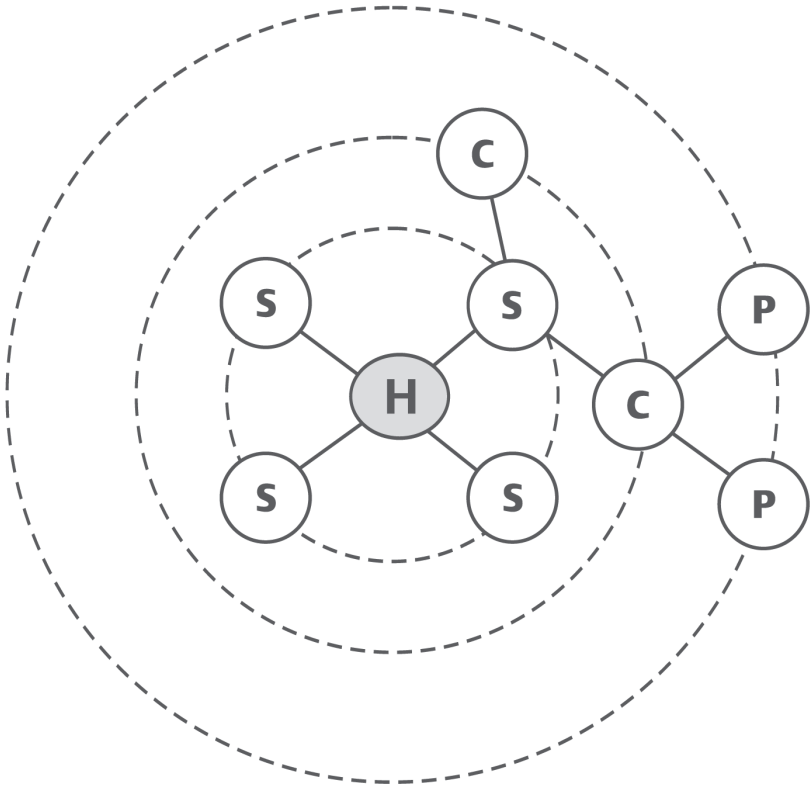
En fait, comme l'ont démontré les différentes manifestations organisées entre 2001 et 2004 par les Trois espaces linguistiques – plus particulièrement le colloque de Mexico d'avril 2003, intitulé « Coopération, diversité et paix » ainsi que le colloque organisé dans le cadre du Forum des cultures de Barcelone en 2004 et qui portait sur les « Espaces géo culturels dans la mondialisation » –, le concept de « diversité culturelle » est beaucoup plus large que l'objet visé par la convention de l'Unesco. Je crois qu'il faut encore, au cours de ce troisième séminaire, rappeler que le concept de culture inclut la composante linguistique. Il importe de l'affirmer formellement, dans les textes et dans les déclarations sur la diversité culturelle, car la langue n'est-elle pas la manifestation la plus évidente de la culture ? Cela va sans dire, me répondrez-vous, mais je pense que cela va mieux en le disant !

La déclaration et le plan de travail adoptés à Cotonou en 2001 par les ministres de la Culture des États et gouvernements membres de l'Organisation internationale de la Francophonie sont éloquentes à ce sujet. Ce plan de travail préconise notamment la mise en place de politiques linguistiques et de structures appropriées favorisant le développement harmonisé des langues et le maintien de leur usage. La question des politiques linguistiques est familière à chacun d'entre nous, d'autant plus que la plupart des pays représentés ici se sont dotés d'une politique linguistique, à l'instar de la majorité des pays membres des Nations Unies. En fait, pour être plus précis, 287 États et territoires répartis dans plus de 180 pays ont promulgué une politique visant à promouvoir une ou plusieurs langues.

Il m'apparaît opportun de rappeler ici, dans cet atelier portant sur le thème « Normalisation linguistique et citoyenneté », que la question linguistique doit être considérée une composante essentielle de ce que l'on appelle le développement durable, c'est-à-dire un développement qui prend en compte de façon indissociable et harmonieuse, les dimensions de l'économique, de l'environnement et de la société. Un véritable développement doit permettre à une société de s'épanouir, et cela suppose qu'il reconnaisse la valeur irremplaçable des éléments culturels de cette société, dont au premier titre la langue. La langue, outil des échanges quotidiens, outil d'appréhension et de dénomination du réel, outil d'élaboration et de transfert des connaissances, outil de communication et de dialogue des cultures, média de coopération technique.

Vue dans la perspective continentale des Amériques, la question de la diversité culturelle et linguistique implique le multilinguisme comme réponse au « tout en anglais » qui menace les autres langues à des degrés divers. Mais l'adoption du principe du multilinguisme ne fait pas l'unanimité, ni en Europe, ni dans les Amériques, ni à l'échelle internationale. Les grandes langues de communication, y compris l'espagnol, le français et le portugais, voient leur usage décliner ou être menacé dans de nombreux domaines, notamment celui des sciences et des techniques et celui des échanges commerciaux, au profit de l'anglais qui joue de plus en plus un rôle de *lingua franca*. Pour reprendre ici le modèle gravitationnel appliqué aux langues par Louis-Jean Calvet¹, nous avons au centre l'anglais (H = langue hypercentrale) et, dans un second cercle, les autres langues internationales parlées en Amérique, l'espagnol, le français et le portugais (S = langues supercentrales).

¹Calvet, Louis-Jean – *Pour une écologie des langues du monde*. Paris, Plon, 1999. 304 p.



Modèle gravitationnel

Dans le combat pour la diversité linguistique, nous devons avoir comme objectif de maintenir, à tout le moins, nos langues à ce niveau.

Les décisions de politique linguistique prises à l'échelle internationale ont des conséquences sur la vie quotidienne des citoyens, sur leur sécurité culturelle et sur leur sécurité linguistique. Pour illustrer ces conséquences, j'ai choisi de parler du domaine de la normalisation et de ses incidences sur la vie citoyenne.

2. Le pouvoir des normes

Chacun d'entre nous est familier à plus d'un titre avec l'univers de la normalisation technique, ne serait-ce que pour avoir observé sur les produits les

plus courants du commerce le logo de l'un ou l'autre des organismes de normalisation. Difficile de ne pas les remarquer ! Depuis plusieurs années en effet, on assiste à une production pléthorique des normes techniques, qu'il s'agisse de normes internationales, de normes régionales ou de normes nationales, établies par les organismes officiels constitués et mandatés pour élaborer et implanter des normes, tels l'ISO², la CEI³, mais aussi l'ANSI, le DIN⁴, l'ABNT⁵, le CCN⁶, l'AFNOR⁷, l'AENOR⁸, l'INN⁹, etc.

Mais à ces normes officielles s'ajoutent les nombreuses normes *de facto*, élaborées par des organisations autres que les organismes officiels de normalisation. Certaines normes peuvent en effet être établies *de facto* par un consortium d'entreprises, par un consortium de vendeurs, par un regroupement de concepteurs de produits, par une grande entreprise informatique, par un groupe d'utilisateurs, par une association professionnelle, etc. Dans le contexte où les échanges s'internationalisent et où se multiplient les technologies nouvelles, la normalisation prend un nouvel essor. Elle est désormais perçue comme un outil indispensable dans les échanges commerciaux.

Pour donner quelques chiffres, je mentionnerais que le Réseau mondial des services de la normalisation compte plus de 30 organisations de normalisation et que le nombre de normes, règlements techniques et autres documents normatifs produits par ces organisations est estimé à environ 700 000, selon l'Organisation internationale de normalisation. Et ce nombre ne tient pas compte des normes nationales, qui peuvent être la reproduction de normes internationales, ni des normes dérivées de normes internationales ou des normes spécifiques. À elle seule, l'ISO diffuse actuellement près de 15 000 normes actives, ce qui représente 531 324 pages de textes¹⁰.

Par ailleurs, bon nombre des organisations membres du Réseau mondial des services de la normalisation chapeautent à leur tour plusieurs organisations nationales et internationales, formant ainsi un immense ensemble pyrami-

²Organisation internationale de normalisation.

³Commission électrotechnique internationale.

⁴Deutsche Institut für Normung (Allemagne).

⁵Associação Brasileira de Normas técnicas.

⁶Conseil canadien des normes.

⁷Association française de normalisation.

⁸Asociación Española de Normalización y Certificación.

⁹Instituto nacional de normalización (Chili).

¹⁰Source: Rapport annuel de l'ISO pour 2004.

dal de normalisation. Par exemple, l'ANSI¹¹, qui malgré son nom est elle-même une organisation internationale, regroupe un ensemble de 275 associations et organismes nationaux et internationaux accrédités pour l'élaboration de normes dans tous les domaines de l'activité industrielle.

Les grands groupes industriels prennent une part très active à cette activité de normalisation, qui devient ainsi un outil stratégique leur permettant d'accéder plus facilement aux marchés mondiaux, d'exercer une influence sur les choix technologiques, même d'anticiper sur les évolutions de la technologie, ...ou tout simplement de défendre leurs produits! Cet immense corpus de normes techniques a une importance considérable sur la communication spécialisée, ainsi que sur la transmission des connaissances et des technologies. La norme technique constitue en effet un document de référence, utilisé principalement dans les échanges scientifiques et commerciaux et, d'une façon générale, dans tout le système de production et de consommation. Tous les secteurs de l'industrie ont appris à vivre avec des normes de qualité, des normes de résistance, des normes de dimensionnement, des normes de tolérance, des normes de sécurité et, bien entendu, des normes terminologiques.

Le caractère référentiel des documents normatifs s'étend aux données techniques qu'ils contiennent tout comme à la langue qu'ils véhiculent, y compris les termes choisis pour désigner ces données techniques. L'élaboration et l'adoption des normes techniques sont des processus complexes et, la norme, une fois adoptée, est admise volontairement par les usagers, même lorsque son usage n'est pas obligatoire.

Cette fidélité des usagers à la norme tient au fait que chaque norme est le résultat d'un consensus parmi les représentants des usagers qui l'ont élaborée, mais aussi parce qu'il s'agit du produit d'un organisme faisant autorité.

De plus, les normes techniques ont souvent force de loi, dans la mesure où de nombreuses lois et règlements des différents gouvernements font une référence explicite à telle ou telle norme technique. Ainsi, un jugement de la Cour suprême du Canada a déjà tranché sur le fait qu'une norme citée comme élément de conformité dans une loi faisait partie de ladite loi¹². Mais, d'une manière générale, l'usage des normes techniques s'impose par la loi du marché. En effet, lorsqu'un organisme ou qu'une entreprise fait référence à une norme donnée dans un appel d'offres, il se trouve à imposer à l'offrant le respect de cette norme.

¹¹American National Standard Institution.

¹²Édith Bédard et Jacques Maurais, «Réflexions sur la normalisation linguistique au Québec», *La norme linguistique*, Québec-Paris, Conseil de la langue française/Le Robert, 1983, 850 p.

3. La langue des normes

Le monde de la normalisation technique internationale, tout en prétendant à un certain multilinguisme officiel, pratique en réalité un multilinguisme bien limité. Ainsi, et ce sera mon principal exemple, les grandes organisations que sont l'ISO et la CEI ont depuis longtemps adopté une politique concernant la langue de la normalisation. Dans leurs directives de travail communes, l'ISO et la CEI préconisent l'usage de trois langues officielles, l'anglais, le français et le russe. Voici quelques extraits de ces directives:



Politique générale concernant l'emploi des langues à l'ISO et à la CEI¹³

L'expression et la communication dans la vie internationale

Dans le domaine international, il est courant d'utiliser au moins deux langues. L'usage de deux langues est avantageux pour plusieurs raisons, notamment:

- l'expression d'un même concept dans deux langues, dont la grammaire et la syntaxe diffèrent, permet d'en accroître la clarté et la précision ;
- quand des accords interviennent sur un texte préparé dans une seule langue, des difficultés risquent de surgir lorsqu'il s'agit d'exprimer ce texte dans une autre langue. (...)
- pour obtenir le rendement maximal des réunions internationales, il importe que les accords réalisés soient sans équivoque et ne risquent pas d'être remis en cause pour des malentendus d'ordre linguistique ; (...)
- l'expression d'un concept dans d'autres langues que les langues choisies devient plus facile et plus rigoureuse dès lors que l'on dispose déjà de deux versions parfaitement harmonisées.

¹³Le texte qui suit est extrait des Directives ISO/CEI sur les procédures pour les travaux techniques.

Emploi des langues dans les travaux techniques

Les langues officielles sont l'anglais, le français et le russe.

Les travaux de comités techniques et la correspondance peuvent être effectués dans l'une ou plusieurs des langues mentionnées ci-dessus considérées comme les plus appropriées. (...).

Normes internationales

Les Normes internationales sont publiées par l'ISO et la CEI en anglais et en français. Ces versions d'une même Norme internationale sont équivalentes et elles ont la même valeur originale.

Il est avantageux d'exprimer le contenu technique des normes en anglais et en français dès les premiers stades de la rédaction afin que ces deux versions soient étudiées, modifiées et adoptées simultanément, assurant à tout moment leur équivalence linguistique. (...)

Lorsqu'il est prévu de publier une Norme internationale contenant des termes ou des textes dans d'autres langues que les langues officielles, les organismes nationaux dont les langues nationales sont concernées sont chargés du choix des termes ou de la rédaction des textes prévus dans ces langues.

Cette politique linguistique pourrait être perçue comme exemplaire, du moins pour ce qui concerne le français et l'anglais, et même pour d'autres langues, puisqu'il y est question de normes en version multilingue.

Cependant, dans la pratique, les comités techniques qui fonctionnent en mode bilingue sont très peu nombreux et le plus souvent, les documents sont rédigés en anglais. Pour des raisons dites d'efficacité et de coûts, les discussions se déroulent en anglais et ce n'est qu'après coup que les documents sont traduits en français, lors d'étapes intermédiaires ou à l'étape finale.

Cette pratique mitigée du bilinguisme est malheureusement reconnue par l'ensemble des organisations membres de l'ISO, y compris par l'Association française de normalisation. Ainsi, lors d'un colloque tenu à l'UNESCO en 2001, le directeur général de l'AFNOR, M. A. Bryden déclarait : « L'organisation pratique des travaux de normalisation – délai

de production des normes, etc. – impose l'anglais comme langue de référence »¹⁴.

Le multilinguisme de la normalisation technique repose, on le voit bien, essentiellement sur la traduction des documents normatifs, avant ou après leur adoption.

Cette traduction des normes est jugée nécessaire à plus d'un titre. Ainsi, au cours du même colloque cité ci-dessus, M. Ramón Naz, directeur général de l'AENOR déclarait : « L'importance de la normalisation pour le commerce international se révèle considérable, dans la mesure où son objectif fondamental consiste à faciliter la circulation des produits. Par conséquent, l'utilisateur doit comprendre clairement la norme, la traduction de cette dernière constituant la meilleure garantie du respect de cette exigence »¹⁵.

De même, le Directeur international du DIN, M. Ernst-Peter Zietzen, affirmait que, en matière de normalisation, « tous les milieux intéressés doivent être en mesure de comprendre les normes et de contribuer à leur élaboration – et par suite, de s'exprimer dans leur langue maternelle, sachant que les PME et les administrations ne peuvent souvent s'exprimer que dans la langue nationale »¹⁶.

Au Québec, comme au Canada, on peut constater qu'une bonne partie des normes techniques en usage dans le commerce, l'industrie et même souvent l'Administration sont en langue anglaise. En effet, la plupart des organismes accrédités par le Conseil canadien des normes, à l'exception des organisations gouvernementales, élaborent leurs normes en anglais. Dans un certain nombre de cas, des efforts louables sont faits pour assurer la traduction d'une partie de ces normes, mais la version française est souvent publiée bien après la version anglaise, à cause des délais de traduction. Avec comme conséquence que, au moment où cette version française est publiée, la version anglaise est déjà le plus souvent en usage chez les francophones, qui jugent alors inutile de changer de texte de référence.

Malgré des moyens importants consacrés à la traduction, cette tendance à la prédominance des textes normatifs en langue anglaise s'accroît dans le contexte de l'ALÉNA. La création d'un éventuel marché unique en Amérique du Nord rend nécessaire, comme c'est déjà le cas en Europe, l'harmonisation des normes techniques en usage. En effet, le Canada, les États-Unis et le Mexique ont choisi de ne pas recourir à des mesures normatives qui pourraient créer

¹⁴*Normalisation et défi du multilinguisme*, Paris, AFNOR, 2001. p. 21.

¹⁵Idem, p. 17.

¹⁶Idem, p. 15.

des obstacles commerciaux. L'harmonisation des normes se fait en partie par l'adoption de normes internationales et en partie par la préparation de normes compatibles. Cependant, cette compatibilité prend souvent la forme de la reconnaissance réciproque des normes et des documents dérivés. Dans de nombreux cas, l'harmonisation normative se fait au Canada par la reconnaissance de normes américaines. Dans les faits, les usagers francophones devront inévitablement recourir à des normes en langue anglaise, à moins qu'elles ne soient traduites ou qu'il s'agisse d'une norme internationale existant déjà en français.

Les conséquences sur la promotion et le développement du français comme langue de travail au Québec sont importantes. Le recours massif accru à des normes conçues et rédigées en langue anglaise est de nature à nuire au français comme langue de travail et comme langue du commerce et des affaires, d'autant plus que de nombreuses normes non traduites en français font partie intégrante, par référence, des lois canadiennes et québécoises.

Cet exemple de la situation au Québec et au Canada illustre probablement bien ce qui peut se passer avec d'autres langues, et il serait intéressant de comparer cette situation avec ce qui se passe pour le portugais et pour l'espagnol.

La conclusion qui s'impose est qu'il est essentiel de promouvoir l'adoption de politiques linguistiques relatives à la disponibilité des normes et autres documents normatifs dans les langues nationales afin de donner au public accès à l'information normative dont il a besoin dans la langue qu'il utilise quotidiennement.

À l'échelle de l'ISO et de la CEI, la traduction en français des normes est dans une large mesure, assurée par l'Association française de normalisation et par certains organismes canadiens de normalisation, dans la mesure où ces normes sont adoptées comme normes nationales. Tout n'est pas traduit en français pour des raisons de coûts et de rapidité. Les normes internationales sont revues systématiquement tous les cinq ans, et leur nombre, nous l'avons vu, rend nécessaire des choix stratégiques. On traduit en priorité les normes les plus importantes, soit celles qui sont utilisées par le plus grand nombre d'utilisateurs ou qui touchent le grand public, ou encore celles qui ont une incidence importante sur la santé et la sécurité du public.

Par ailleurs, il y aurait sans doute lieu de mieux assurer la diffusion des documents normatifs qui existent dans les différentes langues qui nous intéressent ici afin de rentabiliser les investissements qui sont faits pour en assurer la traduction. Il conviendrait de constituer des sites portails spécialisés sur les normes techniques afin de mieux faire connaître ce qui existe et d'en promouvoir l'usage. Ici, les organismes de normalisation régionaux et nationaux ont un important rôle à jouer à cet égard.

4. La normalisation terminologique

La normalisation technique, nous l'avons vu, repose sur les besoins d'échange et de communication. Les normes internationales contribuent au développement de produits et de services efficaces et de qualité. Elles assurent la compatibilité des produits avec les exigences des consommateurs et les exigences de santé et de sécurité dans le monde du travail. Leur bonne compréhension est essentielle dans cette perspective.

L'élaboration pléthorique de normes techniques dans tous les domaines a pour conséquence la diffusion de centaines de milliers de pages dans lesquelles sont utilisés des milliers de termes techniques. C'est la raison pour laquelle toute activité de normalisation technique s'accompagne généralement d'un volet terminologique essentiel à l'intelligibilité des normes, qu'il s'agisse du texte original ou de la traduction dans d'autres langues. Dans ce contexte, les comités techniques des organismes de normalisation produisent trois catégories de normes:

- les normes techniques, qui consistent en un discours scientifique et technique qui utilise des terminologies spécifiques;
- les sections terminologiques des normes techniques, qui résultent des discussions relatives à la définition des concepts utilisés dans les normes;
- les normes terminologiques, qui diffusent le résultat des travaux des comités de terminologie créés au sein des comités techniques, lesquels sont chargés d'élaborer le vocabulaire des différents domaines visés par les travaux techniques.

L'élaboration de normes terminologiques a pour objectif de garantir l'intercompréhension entre les spécialistes des domaines traités par la normalisation technique, au-delà des usages terminologiques diversifiés qui peuvent exister. Il s'agit de s'assurer de la compréhension effective de la norme par chaque lecteur, ce qui signifie que les intentions des rédacteurs de la norme soient comprises et que les concepts véhiculés dans les textes puissent être reconnus par les lecteurs. Dans cette perspective, la qualité de la communication spécialisée (et cela inclut la traduction) dépend en grande partie de la qualité et de la précision du travail terminologique qui accompagne l'élaboration des normes.

C'est la raison pour laquelle des normes relatives aux principes et méthodes de la terminologie ont été établies et sont largement diffusées par différents moyens dans les milieux professionnels de la normalisation technique et de la traduction. Il existe au sein de l'ISO un comité technique spécialisé (le CT 37) dans les questions de terminologie et des ressources linguistiques¹⁷. Ce comité technique est notamment chargé d'élaborer des normes sur les principes et méthodes de la terminologie qui sont de plus en plus utilisées dans la collecte le traitement et la diffusion des terminologies.



Comité technique 37:

Terminologie, autres ressources langagières et contenus

Mission: Normalisation des principes, méthodes et applications relatives à la terminologie, autres ressources langagières et contenus dans les contextes de la communication multilingue et de la diversité culturelle.

Comité:	Titre:
TC 37/SC 1	Principes et méthodes
TC 37/SC 2	Méthodes de travail terminographiques et lexicographiques
TC 37/SC 3	Systèmes de gestion de la terminologie, de la connaissance et du contenu
TC 37/SC 4	Gestion des ressources linguistiques

¹⁷Il s'agit du Comité technique 37 de l'ISO intitulé «Terminologie, autres ressources langagières et contenu».

Sous-comité 1: Principes et méthodes

Groupes de travail:	Titre:
TC 37/SC 1/WG 2	Harmonisation de la terminologie
TC 37/SC 1/WG 3	Principes, méthodes et vocabulaire
TC 37/SC 1/WG 4	Socioterminologie
TC 37/SC 1/WG 5	Modélisation des concepts dans le travail terminologique

Le document fondamental en matière de principes et de méthodes est la norme ISO 704 intitulée justement « Travail terminologique – Principes et méthodes ». L'objectif principal de ce document est d'offrir aux comités de normalisation terminologique et aux autres spécialistes de la terminologie un cadre méthodologique pour l'élaboration et la diffusion des terminologies, notamment en ce qui concerne l'identification, l'analyse et la modélisation des concepts, de même qu'à leur définition ainsi qu'au choix des termes les plus appropriés dans les différentes langues pour assurer l'intercompréhension.

Cependant, en cette matière, force est de constater que même dans une seule langue comme l'anglais, l'espagnol le français et le portugais, les usages terminologiques peuvent varier d'un pays à l'autre, ce qui rend difficile le choix d'un terme unique pour désigner un concept donné. Il en va de même parfois en ce qui a trait à la définition des concepts eux-mêmes, dans la mesure où les concepts se forment et se définissent toujours dans un contexte culturel particulier et que la formation des concepts est liée aux modes d'appréhension du réel et aux modes d'apprentissage et d'élaboration du savoir. Comment alors, dans ces conditions, s'assurer que la normalisation terminologique tiendra compte de cette diversité « linguistico-culturelle », en permettant à chacun de s'y retrouver ?

Pendant longtemps, les différents spécialistes de la terminologie ont préconisé l'usage d'un terme unique pour désigner chaque concept individuel d'une langue donnée. L'ISO elle-même avait déjà publié dans les années soixante une norme intitulée l'« Unification internationale des concepts et des termes » et qui faisait autorité.

Toutefois l'introduction des méthodes de la sociolinguistique dans la terminologie et l'intérêt grandissant pour le concept de diversité culturelle et

linguistique a permis l'émergence d'une nouvelle conception de la normalisation terminologique dans laquelle le travail d'harmonisation terminologique se fonde justement sur la description et la reconnaissance des usages des différentes communautés de locuteurs.

Ainsi, le Comité technique 37 travaille actuellement à la mise à jour de sa norme ISO 860 sur l'harmonisation des concepts et des termes. Dans cette perspective, tout en cherchant à réduire les écarts et les différences inutiles, l'harmonisation des termes conduira soit à la désignation, dans des langues différentes, d'un même concept par des termes qui reflètent des caractères identiques ou similaires, soit à l'établissement de l'équivalence entre deux ou plusieurs termes ou à la reconnaissance d'une synonymie et d'une variation terminologique dans une même langue. Cette approche respecte la diversité et les usages établis tout en assurant l'intercompréhension, dans la mesure où les différences sont décrites et reconnues.

Ces deux documents normatifs seront d'ailleurs accompagnés d'un autre document méthodologique intitulé Guide pratique pour la socioterminologie. Ce Guide aura pour objectif d'élaborer des orientations méthodologiques pour l'interprétation et l'usage des autres documents normatifs du CT 37 dans la perspective de la diversité culturelle et linguistique. Le Guide vise à répondre aux exigences du marché linguistique qui oscillent entre le pôle de la localisation et celui de l'intercompréhension et à promouvoir cette nouvelle conception de la normalisation et de l'harmonisation terminologique qui tient compte du social linguistique. Dans ce guide, il sera notamment question de:

- Concepts de base en socioterminologie
 - Socioterminologie
 - Aménagement linguistique
 - Aménagement terminologique
- Principes généraux du travail terminologique
- Normalisation
 - Les normes linguistiques et terminologiques

- La normalisation terminologique comme partie intégrante des politiques linguistiques
- Socioterminologie et localisation
- Politiques linguistiques et terminologiques
- Principes méthodologiques
 - L'harmonisation terminologique
 - Néologie

Il m'apparaît important que, dès leur publication en anglais et en français par l'ISO, ces documents méthodologiques puissent être traduits et adaptés dans d'autres langues comme l'espagnol et le portugais, de manière à diffuser le plus largement possible ces méthodes de travail destinées à mieux conduire le travail de normalisation terminologique, au service de la communication spécialisée et de l'intercompréhension des communautés linguistiques.

Droits linguistiques des citoyens

JULIEN KILANGA MUSINDE

*Directeur de la langue française et de la diversité linguistique
l'Organisation internationale de la Francophonie*

C'est un plaisir pour moi et un honneur de me trouver ici, à Rio de Janeiro, au Brésil, sur cette terre, héritière des civilisations les plus anciennes, située au carrefour de l'Afrique et de l'Occident, de par son histoire. Vous comprenez combien je mesure le poids de la responsabilité qui m'est confiée de parler en ces lieux d'un sujet apparemment inoffensif sur « **les droits linguistiques des citoyens** ». Mais, on ne peut aborder diverses dimensions de cette question sans être perplexe au regard de la complexité des problèmes qu'elle soulève. Je le ferai paresseusement et avec beaucoup de modestie, croyez-le bien, tout en essayant de poser des problèmes plutôt que d'apporter des certitudes, donner des éléments du débat sans mettre en exergue l'illusion que quiconque a des solutions par rapport aux problèmes complexes auxquels nous avons à faire face.

Fort de toutes ces considérations, j'ai accepté volontiers de vous livrer mes réflexions faites de mots attachés les uns aux autres comme l'ombre à la substance qui la produit.

Droits linguistiques des citoyens. Trois mots pleins mais aussi une conjonction de réalités et de rapports définis par une toile de fond philosophique de leurs contenus respectifs. Voilà qui détermine l'articulation de notre réflexion:

- Une donnée fondamentale: la langue.
- Droits des groupes de locuteurs ou droit des langues ?
- Droits linguistiques des citoyens: une question de gestion des langues en contexte plurilingue.
- Droits linguistiques des citoyens : quelle perspective pour la Francophonie ?

1. Une donnée fondamentale: la langue

La langue est un élément majeur dans l'aventure humaine. C'est pour l'homme l'instrument qui lui permet de communiquer avec les autres, de s'informer, de s'instruire, d'appréhender le monde et de tenter d'y jouer un rôle citoyen. Elle est l'âme de la culture, à la fois moteur et produit de la culture. Elle se trouve inscrite dans la conscience identitaire qui caractérise tout peuple et toute civilisation. C'est d'elle que dépend l'intégration sociale de son locuteur et sa participation au développement local et du monde. Pour que le droit règne, il faut que chacun comprenne la langue du droit. C'est pour cette raison et parce que la langue confère le pouvoir que l'État doit s'en préoccuper. Le respect de la liberté linguistique, la maîtrise de la langue maternelle, l'accès aux langues étrangères, le développement des outils de normalisation, la transparence des textes administratifs, juridiques ou commerciaux.

En résumé, on peut dire que la langue est d'une réelle importance pour le développement de l'individu. Elle exerce une influence déterminante sur le développement cognitif et affectif de l'enfant impliquant toute la personne dans son intelligence, son comportement pour le relier à son environnement. Elle constitue le pivot de son identité culturelle. « Rien n'est donc plus dangereux que de chercher à rompre le cordon maternel qui relie un homme à sa langue. Lorsqu'il est rompu ou gravement perturbé, cela se répercute désastreusement sur l'ensemble de sa Personnalité. »¹ Tout ceci justifie amplement le respect dû à toutes les langues du monde et la nécessité d'une action destinée à les protéger de l'extermination. Ainsi donc, préserver les langues, c'est préserver son identité.

2. Droit de groupes de locuteurs ou droits des langues?

Parler de droits linguistiques des citoyens renvoient à la fois à l'idée du droit qu'a tout locuteur d'user de sa langue et du droit de toute langue à être préservée. *La Charte universelle des droits langagiers fondamentaux de la personne*² rédigée en 1993 par la Fédération internationale des professeurs de Langues vivantes à l'attention de l'UNESCO décrit bien les droits langagiers de la personne:

- toute personne a le droit d'acquérir sa langue maternelle;

¹Raymond Renard, Une éthique pour la Francophonie. Questions de politique linguistique, Mons, Éditions du CIPA, 2006, p.44.

²Cité par Raymond Renard, op. cit. p.149

- toute personne a le droit d'acquérir la langue officielle ou au moins une des langues officielles du pays responsable de l'enseignement qu'elle reçoit;
- toute personne a le droit de recevoir l'aide spéciale pour surmonter son analphabétisme ou toute autre forme de handicap linguistique;
- toute personne a le droit d'apprendre les langues de son choix;
- toute personne a le droit à la liberté d'expression dans n'importe qu'elle langue;
- tout jeune a le droit de recevoir l'enseignement de la langue avec laquelle lui-même ou sa famille s'identifie le plus;
- toute personne a droit à l'enseignement d'au moins une langue supplémentaire, afin d'étendre ses horizons sociaux, culturels, éducatifs et intellectuels et de promouvoir ainsi la bonne entente entre gens de culture et de nations différentes;
- le droit d'utiliser, parler, lire ou écrire une langue, de l'apprendre, l'enseigner ou d'y accéder ne peut être délibérément opprimé ou interdit;
- des mesures seront prises en faveur des personnes à qui ces droits et libertés n'ont pas encore été accordés, et ce par le truchement de l'enseignement familial, communautaire, secondaire, supérieur ou pour adultes.

Pour préserver des milliers de langues et de cultures devant la menace grandissante, plus de cent ONG ont signé en 1996 à Barcelone une *Déclaration universelle des droits linguistiques*³. Ceci est la preuve de la prise de conscience du danger grandissant que fait courir au patrimoine culturel de l'humanité le processus d'homogénéisation lié à la globalisation.

Mais comment dès lors appliquer les bons principes énoncés relatifs aux droits linguistiques des citoyens dans un monde multilingue où toutes les langues se développent naturellement, assurent le développement harmonieux et instituent l'identité profonde de ceux qui les parlent? Comment résoudre les

³Cité par Raymond Renard, op. cit. p.149

problèmes de gestion des situations plurilingues sans porter atteinte aux droits linguistiques des citoyens ? Nous pouvons examiner cette question à la lumière des actions préconisées à cet effet dans l'espace francophone.

3. Droits linguistiques des citoyens: quelle perspective pour l'espace francophone ?

«La langue est la clé de la cité. En ce début du millénaire où les humanismes religieux et laïques perdent de jour en jour leur pouvoir d'orienter les conduites humaines, le vide éthique nous apparaît dans toute sa béance (...). Or, une citoyenneté responsable - qui soit donc partageable - passe non seulement par la liberté de penser par soi-même mais aussi par la liberté de parler une langue où pouvoir être soi-même, une langue à partir de laquelle une communication authentique, agissante, (...) entre les personnes et les cultures devienne possible. Est-il besoin de le dire aussi, une telle vision des choses appelle à la mobilisation de toutes les forces vives du monde francophone »⁴.

La question des droits linguistiques des citoyens se pose dans le contexte des langues en contact avec le français dans l'espace francophone. Ces langues sont maternelles quand elles sont premières. Nombre de personnes dans les pays de l'espace francophone du Sud, particulièrement les jeunes, ont pour langue maternelle, le français ou une langue véhiculaire, c'est-à-dire une langue d'intercommunication, d'usage courant, cohabitant avec le français. Dans ce cas s'établit une distinction entre langue officielle et langues nationales bien que ces dernières soient rarement internationales et habituellement transnationales. Pourquoi les qualifier de partenaires ? La politique linguistique francophone, fondée sur le partenariat a fait prévaloir la notion des langues partenaires, entendue comme langues qui coexistent avec la langue française, comme elles le sont éventuellement entre elles, avec laquelle sont aménagées les relations de complémentarité et de coopération fonctionnelles, dans le respect des politiques linguistiques existantes. En principe, chaque langue a ses langues partenaires avec lesquelles elle entretient ces types de rapport. Dans la version maximale, il existerait au moins trois sortes de langues partenaires au français:

- d'abord des langues transcontinentales organisées en aires linguistiques avec lesquelles des alliances interlinguistiques sont possibles, comme l'arabe, le portugais, l'espagnol et l'anglais;

⁴Raymond Renard, op. cit. p.386.

- ensuite, les langues écrites de l'espace francophone, qui sont dans un rapport de convivialité avec le français comme le bulgare et le vietnamien;
- enfin, des langues africaines et créoles dont l'effort d'aménagement dépend pour une large part de son partenariat avec les anciennes langues coloniales, le français particulièrement pour l'espace francophone qui nous concerne. C'est cette dernière catégorie qui concerne les langues d'intercommunication, appelées, dans le langage courant « langues nationales».

Pour la Francophonie, les langues nationales, prioritaires, sont celles qui sont transnationales. Suivant en cela le plan d'aménagement linguistique de la Francophonie (1993)⁵, dans le cadre de la valorisation de ces langues, en raison de leur importance et de leur complémentarité avec le français, l'appui à ces langues par la Francophonie repose sur trois grandes motivations:

- politiquement, la Francophonie, prônant le respect de la diversité culturelle et linguistique, ne peut se permettre d'être indifférente à l'égard de ces langues multiples, vecteurs des cultures et des traditions, qui font partie de son paysage linguistique. Une attitude d'indifférence serait d'autant plus coupable, sinon fatale pour ces langues, que celles-ci, encore essentiellement orales, n'ont pu encore conquérir leur droit de cité dans l'environnement de l'écrit et le cyberspace;
- sociologiquement, il s'agit de langues encore toujours utiles, intervenant dans la chaîne de communication. Elles constituent même le passage obligé pour communiquer avec les couches populaires. Situées en position de partenariat avec la langue française elles rendent possible la maximisation de la circulation des idées, des produits culturels et des contenus éducationnels. Leur mise en valeur est aussi de nature à favoriser les velléités de démocratisation, en rendant possible la participation de toutes les couches sociales à la vie citoyenne (les campagnes électorales se déroulent le plus souvent en langues nationales);
- pédagogiquement, l'apprentissage d'une nouvelle langue passe par la maîtrise des structures linguistiques de la langue maternelle. Le mémo-

⁵Proposition pour un plan d'aménagement linguistique (espace francophone du Sud), Paris, ACCT, 1993, PP.25-28

randum des ministres en charge de l'éducation, en marge des États généraux de l'enseignement du français en Afrique subsaharienne francophone (Libreville, mars 2003), le souligne : « la prise en compte des langues nationales dans le cursus d'enseignement est bénéfique pour le français et (...) que cette question ne peut être écartée dans toute réflexion portant sur l'enseignement du français dans l'ensemble des cycles de formation formelle et non formelle »⁶.

De manière générale, il est admis qu'il est plus facile d'apprendre à lire et à écrire une langue étrangère quand on est déjà alphabétisé dans sa propre langue et d'autre part, qu'il est souhaitable que le système linguistique premier soit fixé avant de passer à l'acquisition d'un second, même si, en outre, on admet le point de vue *chomskyen* selon lequel toutes les langues sont identiques à une profondeur de structures suffisante ou de façon plus proche dans la langue source et dans la langue cible aux divers plans. Au regard de toutes ces considérations, la Francophonie, pour consolider le partenariat du français avec ces différentes langues nationales sous contrainte des aléas de l'oralité, doit à court et à moyen terme les aider à avoir accès à l'environnement lettré et numérique et enrichir leurs registres lexicaux, grâce à des terminologies spécialisées, pour les rendre capables de servir pleinement d'instruments de communication, en complément du français. Les actions devraient être axées sur les approches linguistique, informatique et politique.⁷

4.1. *Approche linguistique*

Les études linguistiques de base doivent être poursuivies même si l'on dispose déjà d'informations techniques sur la fonctionnalité des langues du fait des études antérieures. Il faut soutenir les efforts d'aménagement de ces langues de manière à faciliter leur utilisation concrète par l'harmonisation de l'orthographe et sa standardisation. Il faut poursuivre l'élaboration des docu-

⁶P. DUMONT, Rapport général des États généraux de l'enseignement du français en Afrique subsaharienne francophone, Libreville, 2003.

⁷Voir J. Kilanga Musinde, Rapport de mission à Bamako (du 5 au 7 mai 2005) après la participation à la rencontre consultative préparatoire pour un séminaire sur le partenariat entre l'Africanophonie, l'Anglophonie, la Francophonie, l'Hispanophonie et la Lusophonie et la réunion thématique de l'UNESCO pour le Sommet mondial sur la Société de l'information sur le thème «Multilinguisme pour la diversité culturelle et la participation de tous dans le cyberspace».

ments de référence et la réalisation d'une collection de dictionnaires plurilingues et la production d'outils didactiques.

4.2. Approche informatique

Poursuivre le traitement informatique de ces langues pour combler les effets de la fracture numérique entre le Nord et le Sud. L'alphabet normalisé au niveau de l'approche linguistique devrait être présenté à la Commission technique d'Unicode, l'Organisation internationale de la Francophonie en étant membre. La synthèse sur les alphabets permettra de proposer la création d'un nouveau bloc au sein de l'Unicode, de faire des rajouts sur les blocs existants, de présenter officiellement l'alphabet africain en caractères latins (ISO) en vue de la mise en place des glyphes et la normalisation des caractères. Pour l'encodage, il faut une mise en place des synergies internes à la Francophonie pour la numérisation et la création des sites en langues partenaires, localisation de logiciels de base en langues africaines et la participation aux rencontres des logiciels libres pour assurer la présence des langues partenaires auprès de la communauté des logiciels libres.

4.3. Approche politique

Recueillir l'alphabet de chaque pays pour validation politique.

C'est pour assurer l'appui à toutes ces actions que l'Organisation internationale de la Francophonie a prévu dans sa programmation quadriennale deux projets:

1. Améliorer l'aménagement du français et des langues partenaires et les politiques linguistiques.

Ce projet vise à contribuer aux actions de gestion et de développement du français et des langues partenaires en collaboration avec les États et gouvernements et avec les autres acteurs concernés, de manière à ce que ces langues demeurent et deviennent aptes à assurer les fonctions qui leur sont assignées ou qu'on souhaite leur assigner et soutenir le développement du français et la modernisation des langues partenaires en vue de leur utilisation dans divers contextes, notamment l'éducation.

2. Améliorer le traitement numérique des langues à des fins d'exploitation dans les systèmes techniques.

Ce projet vise à réduire les obstacles techniques au traitement informatique des langues partenaires du français afin d'éviter qu'ils soient un facteur d'exclusion de la société de l'information pour les populations des pays francophones en développement et promouvoir ainsi les échanges et la coopération entre les langues partenaires du français en vue de promouvoir les synergies pour l'intégration de la diversité linguistique dans les nouveaux services inhérents au développement humain.

Pour conclure

Nous sommes tous conscients que la langue est le reflet de la culture d'un peuple. La langue et avec elle la culture qu'elle véhicule, fait l'homme. D'elle dépend son propre développement et sa participation au développement. Autant de considérations qui fondent la nécessité d'assurer la protection de toutes langues et de garantir le droit aux langues pour tout citoyen d'un pays. Mais le monde est plurilingue.

La gestion des situations plurilingues conduit souvent à des choix douloureux et exige un effort réel et un coût. Dans le cas d'un pays plurilingue, il se pose souvent le problème de choix d'une langue nationale ou officielle ou encore une langue de contact intercommunautaire dans une entité politique plurilingue. Or tous les choix ne se valent pas. Le recours à une langue qui a la plus grande extension sociale facilite des échanges intercommunautaires. On peut soit exiger que les sujets se dotent tous de compétences bilingues, soit exiger que l'administration soit bilingue. Comme on le voit, lors du choix d'une solution, deux questions sont posées : quel est le coût de la solution envisagée ? Qui doit le supporter ? D'abord, le coût varie selon les situations : le bilinguisme institutionnel est d'autant plus coûteux que le nombre des langues officielles est élevé. Ensuite, ceux qui supportent la charge du bilinguisme ne sont pas les mêmes dans tous les cas de figure : l'ensemble des citoyens ou seuls les agents de l'administration selon le type de bilinguisme. De plus, les exigences du moindre coût matériel peuvent entrer en conflit avec l'exercice des *droits inaliénables de l'être humain ou du citoyen*. L'effort consenti dans les situations plurilingues ne se ramène pas à la seule dimension matérielle, et qu'elle revêt aussi et surtout un caractère moral. Au niveau matériel, la communication plurilingue suppose qu'on assure pour l'apprentissage des moyens financiers en rapport avec le nombre des langues en cause. Mais sous l'aspect moral, le problème est que, pour tout groupe social, la pratique d'une langue qui n'est pas la sienne propre, implique un effort. Aujourd'hui, le principe semble acquis que l'usage de la langue maternelle est un droit inaliénable de

l'être humain. Si l'on admet ce principe, on ne peut faire valoir la différence du nombre des locuteurs comme argument pour établir rangs et hiérarchies entre les langues d'une entité politique.

Comme on le voit, reconnaître l'utilité du plurilinguisme est une chose. Mais le concrétiser sur le terrain est malaisé et requiert des décideurs, beaucoup de prudence, de compréhension et de tolérance. Une politique linguistique qui vise à tout régenter tout de suite risque de manquer son but. Il faut, au regard de l'immensité des tâches, opérer des choix en établissant des priorités dans le parcours de tout aménagement linguistique. La question des droits linguistiques des citoyens est examinée ici à la lumière de la coexistence du français avec les autres langues partenaires dans l'espace francophone où, la Francophonie, préoccupée par l'idée du partenariat des langues, a mis au point des projets susceptibles d'assurer une juste gestion des langues dans cette aire linguistique.

**APRESENTAÇÃO DE LIVRO
(PARALELA AO PROGRAMA)**

**PRESENTACIÓN
(FUERA DE PROGRAMA)**

**PRÉSENTATION DE LIVRE
(HORS-PROGRAMME)**

**PRESENTATION
(OFF PROGRAMME)**

Una aplicación de la ley sobre derechos lingüísticos: el Catálogo de Lenguas Indígenas Mexicanas, INALI 2005

Cartografía contemporánea de sus asentamientos históricos

E. FERNANDO NAVA L. (INALI)

GABRIELA H. DOODE (INALI)

RESUMEN

Durante 2005, su primer año en funciones, una de las actividades centrales del Instituto Nacional de Lenguas Indígenas fue la elaboración del *Catálogo de lenguas indígenas mexicanas: Cartografía contemporánea de sus asentamientos históricos*. Por un lado, dicha obra tiene su fundamento legal en la Ley General de Derechos Lingüísticos de los Pueblos Indígenas, vigente a partir del 13 marzo de 2003; por otro lado, la información sociodemográfica del *Catálogo* se basa en los datos recabados en el XII Censo General de Población y Vivienda 2000, levantado y publicado por el Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI). Finalmente, los datos relativos a la catalogación y clasificación de las lenguas indígenas proceden de investigaciones de historiadores, antropólogos, lingüistas y filólogos como Lorenzo Hervás y Panduro (S. XVIII) hasta aquellas de estudiosos del siglo XX, como Miguel Othón de Mendizábal, Leonardo Manrique y Lyle Campbell, por mencionar algunos.

El objetivo fundamental del presente catálogo es fomentar el conocimiento, el reconocimiento y la valoración de las culturas y lenguas indígenas habladas dentro de las fronteras del territorio mexicano –mediante un acercamiento geográfico y con información sociodemográfica contemporánea a las regiones de uso ancestral de las lenguas nunca antes realizado al detalle que ahora se presenta–, ello de acuerdo con lo establecido en el artículo 14 de la mencionada Ley.

DESCRIPCIÓN DE LA OBRA

1. Las localidades

El *Catálogo de lenguas indígenas mexicanas* en ésta su versión cartográfica se encuentra integrado por 152 cartas. La primera de ellas corresponde a la presentación de la obra, que incluye los antecedentes y los planteamientos generales del trabajo, así como el índice de los 58 nombres con los que históricamente han sido referidas las lenguas indígenas de México y a partir de los cuales se realizó el propio catálogo (véase la Tabla 1); no obstante, es importante advertir desde ahora que en México no hay sólo 58 lenguas indígenas, pues si bien algunos de esos nombres designan una sola lengua (por ejemplo el nombre histórico *chichimeca* hace referencia a un solo idioma: el ézar), otros de esos nombres designan a conjuntos de lenguas (por ejemplo el nombre *zapoteco* hace referencia a los idiomas: *diidxazá* –zapoteco del Istmo–, *dizé* –zapoteco de la Sierra Sur– y *diidza xon* –zapoteco de Yojoivi–, por citar unos cuantos). Por su parte, la última carta contiene la bibliografía utilizada para la investigación de cada una de las lenguas, así como las referencias comunes a todas ellas y los agradecimientos dados a los especialistas consultados ex profeso.

Índice de las cartas del Catálogo		
1	Lenguas amuzgas	Carta única
2	Lenguas coras/ naayeri	Carta única
3	Lengua cucapá	Carta única
4	Lenguas cuicatecas	Carta única
5	Lenguas chatinas/ cha'tñan	Carta única
6	Lengua chichimeca Jonaz/ éza'r	Carta única
7	Lenguas chinantecas	Carta única
8	Lengua chocholteca/ ngigua	Carta única
9-13	Lenguas ch'oles/ lak ty'an	Cinco cartas
14	Lenguas chontales de Oaxaca/ slijuala xanuc	Carta única
15	Lengua chontal de Tabasco/ yokot'an	Carta única
16	Lengua chuj/ koti'	Carta única
17	Lengua guarijío/ wariho	Carta única

18	Lengua huave/ ombeayiüts	Carta única
19-21	Lenguas huastecas/ tének	Tres cartas
22-23	Lengua huichol/ wixárika	Dos cartas
24	Lengua ixcateca	Carta única
25	Lengua jacalteca/ popti'	Carta única
26	Lengua kanjobal/ q'anjob'al	Carta única
27	Lengua kikapú/ kikaapoa	Carta única
28	Lengua kiliwa/ ko'lew	Carta única
29	Lengua kumiai/ tipai	Carta única
30	Lengua lacandón	Carta única
31	Lengua mam/ qyool	Carta única
32	Lengua matlatzinca/ bot'una	Carta única
33-40	Lengua maya/ maaya t'aan	Ocho cartas
41-44	Lengua mayo/ mayonokki	Cuatro cartas
45-46	Lengua mazahua/ jñatjo	Dos cartas
47-48	Lenguas mazatecas	Dos cartas
49	Lenguas mixes	Carta única
50	Lenguas mixe-popolucas	Carta única
51-59	Lenguas mixtecas/ tu'un savi	Nueve cartas
60	Lengua mototzintleca/ mochó	Carta única
61-82	Lenguas nahuas	Veintidós cartas
83-93	Lenguas otomíes/ hñähñu	Once cartas
94	Lengua pai pai/ jaspuy pai	Carta única
95	Lenguas pames	Carta única
96	Lengua pápago/ tohono o'otham	Carta única
97	Lengua pima/ 'obnok	Carta única
98	Lenguas popolocas/ nguiva	Carta única
99	Lengua seri/ konkaak	Carta única
100-109	Lenguas tarahumaras/ ralámuli	Diez cartas
110	Lengua tarasca/ p'urhepecha	Carta única
111	Lengua teco/ q-yool	Carta única
112	Lenguas tepehuas	Carta única

113	Lengua tepehuano del norte/ ódami	Carta única
114-115	Lengua tepehuano del sur/ o'dam	Dos cartas
116	Lengua tlahuica/ pjiekakjoo	Carta única
117-118	Lengua tlapaneca/ me'phaa	Dos cartas
119	Lengua tojolabal/ tojol ab'al	Carta única
120-122	Lenguas totonacas/ tutunaku	Tres cartas
123	Lenguas triques	Carta única
124-130	Lenguas tzeltales/ bats'il k'op	Siete cartas
131-135	Lenguas tzotziles/ bats'i k'op	Cinco cartas
136	Lengua yaqui/ hiaknooki	Carta única
137-146	Lenguas zapotecas	Diez cartas
147-149	Lenguas zoques	Tres cartas
150	Lenguas zoque-popolucas	Carta única

Tabla 1. Índice de nombres históricos de las lenguas, precedidos del o los correspondientes números de cartas en la colección y seguidos de la información que indica si tal caso pudo ser cubierto por una o más cartas en el *Catálogo*.

En la presente obra quedaron plasmadas 19 888 localidades a lo largo de 150 cartas; en general, se trata de las localidades caracterizadas por el hecho de que en ellas a partir del 5 % de sus habitantes mayores de 5 años de edad declararon hablar la respectiva lengua indígena de la región. Si bien un buen número de lenguas –o conjunto de lenguas– pudo quedar representado en una sola carta, debido a lo reducido de su territorio actual o al escaso número de asentamientos registrados, por ejemplo el *kiliwa*, el *kikapú*, el *ixcateco* y el *matlatzinca*, o los conjuntos de las lenguas *chinantecas* y *mixes* (todos ellos representados, respectivamente, en 1 carta), para mostrar sus respectivos asentamientos el grupo de lenguas *nahuas* fue el caso que requirió el mayor número de cartas (22), seguido de casos como el de las lenguas *otomí* (11 cartas), las lenguas *mixtecas* (9 cartas) o la lengua maya (8 cartas), y otras tantas lenguas pues para las cuales fue necesaria más de una carta para representar su ocupación territorial actual.

En lo que respecta a la metodología empleada para elaborar la cartografía, se utilizó el Marco Geoestadístico Nacional 2000 y el XII Censo General de Población y Vivienda 2000 (ambos elementos producidos por el INEGI), quedando los asentamientos históricos señalados por los siguientes parámetros: a) el tamaño de la localidad, manifiesto por el número total de habitantes por asenta-

miento, diferenciado por cuatro categorías, cada una de ellas marcada por su respectivo símbolo geométrico (véase la Tabla 2); b) la vitalidad del uso de la lengua, manifiesto por el porcentaje de hablantes de lengua indígena por asentamiento, diferenciado por cuatro categorías, cada una de ellas marcada por su respectivo color (véase la Tabla 3). No obstante, hubo doce casos en los cuales no fue posible plasmar en las respectivas cartas el total de las localidades debido a las características de sus patrones de asentamiento; en particular, lo anterior corresponde a grandes cantidades de localidades de tamaño menor (de 1 a 100 personas) concentradas en áreas de terreno relativamente pequeñas, lo que condujo a establecer distintos márgenes en el tamaño de las localidades consignadas en los mapas (por ejemplo, para la lengua *huichol*, las cartas muestran las localidades de cinco y más habitantes, quedando excluidas de la representación las que van de uno a cuatro habitantes; véase la Tabla 4).

Población total (Número de habitantes)	
	1 – 100
	101 – 500
	501 – 1000
	> 1000

Tabla 2. Tamaño de las localidades
(según la población total)

Porcentaje de población hablante de lengua indígena (HLI)	
	5-25
	25.1 – 50
	50.1 – 75
	75.1 – 100

Tabla 3. Porcentaje de HLI (color amarillo para el primer rango, naranja para el segundo, rojo para el tercero y violeta para el cuarto)

Lenguas bajo criterios numéricos y porcentuales excepcionales
Huichol, a partir de 5 HLI
Huasteco, a partir de 25 HLI
Maya, a partir de 20 HLI
Mazateco, a partir de 50 HLI
Mixteco, a partir de 20 HLI
Náhuatl, a partir de 100 HLI
Tarahumara, a partir de 10 HLI
Tepehuano del sur, a partir de 10 HLI
Totonaco, a partir de 5 HLI
Tzeltal, a partir de 50 HLI
Tzotzil, a partir de 100 HLI
Zapoteco, a partir de 10 HLI

Tabla 4. Casos en que se estableció, respectivamente, un tamaño de localidad representada en particular.

Por su parte, el *Catálogo de lenguas indígenas mexicanas* logró plasmar un porcentaje considerablemente significativo de la población atendida, lo anterior considerando las cifras ofrecidas para cada lengua por el INEGI relativas a la población total hablante de lengua indígena en México. Veamos algunos ejemplos en la Tabla 5:

Lengua(s)	Población INAI	%Población INEGI	%Población representada
Lenguas amuzgas	36 384	41 455	87,77
Lenguas chatinas/cha'tñan	37 089	40 722	91,08
Lenguas ch'oles/lak'ty'an	144 153	161 766	89,11
Lengua chontal de Tabasco/yokot'an	26 618	39 428	67,51
Lengua chuj/koti'	527	1 796	29,34

Lengua guarijío/ wariho	1 209	1 671	72,35
Lengua huave/ ombeayüts	12 435	14 224	87,42
Lenguas huastecas/ tének	124 089	150 257	82,58
Lengua lacandón	562	635	88,50
Lengua maya/ maaya't'aan	768 874	799 696	96,15
Lengua mayo/ mayonokki	28 342	31 513	89,94
Lengua mototzintleca/ mochó	146	174	83,91
Lenguas nahuas	970 391	1 448 936	66,97
Lenguas pames	7 359	8 312	88,53
Lengua tlahuica/ p'jekakjoo	398	466	85,41
Lengua tlapaneca/ me'phaa	83 863	99 389	84,38
Lengua tojolabal/ tojol ab'al	34 417	37 986	90,60
Lenguas tzeltales/ bats'il k'op	249 843	284 826	87,72
Lenguas tzotziles/ bats'i k'op	244 183	297 561	82,06
Lengua yaqui/ hiakinooki	10 925	13 317	82,04
Lenguas zapotecas	362 920	452 887	80,13

Tabla 5. Porcentaje de HLI representados en las cartas.

2 Los nombres históricos de las lenguas y las autodenominaciones

Como fue advertido al inicio de este documento, para la elaboración de la presente obra se tomaron como base 58 nombres de uso histórico, algunos de los cuales hacen referencia a varias lenguas, razón por la cual el nombre se ha manejado en plural; el resto hace referencia a lenguas individuales y en consecuencia sus nombres se presentan en singular. Por ejemplo, nombres como *chuj*, *chontal de Tabasco* y *chichimeco jonaz* hacen referencia, respectivamente, a lenguas unitarias, mientras que otros como *amuzgas*, *coras* y *chinantecas* se refieren a grupos de lenguas (más de una lengua). Ahora bien, en las cartas quedaron consignados tanto los nombres históricos, generalmente impuestos “desde fuera”, como las denominaciones que cada grupo étnico utiliza para referirse a su propia lengua. Por ejemplo, *mixteco* es el nombre impuesto desde fuera, en tanto que *tu'un savi* y otras más de 15 formas son las autodenominaciones empleadas por este grupo.

Cabe mencionar aquí que tanto las lenguas indígenas como otras lenguas del mundo (por ejemplo, el chino) están expuestas a un fenómeno de nomenclatura semejante: aquel donde varias lenguas son referidas (y conceptualmente agrupadas) bajo un mismo nombre. En México, tal es la situación en la que se encuentran las lenguas *mazatecas*, *otomíes*, *pames* y *zapotecas*, por mencionar solo algunas.

3 La metodología lingüística

La investigación lingüística que sustenta el presente trabajo se basó esencialmente en tres criterios: el tipológico, el geográfico y el genealógico. A partir de estos se plantea la existencia de siete familias lingüísticas (véase la Tabla 6) y cinco lenguas aisladas (véase la Tabla 7) habladas en el territorio nacional. Más aun, de conformidad con las fronteras internacionales modernas, cuatro de esas familias lingüísticas, e incluso algunas de sus lenguas en particular, hoy en día presentan una ubicación binacional (véase la Tabla 8).

Familias lingüísticas
Algonquina
Cochimí-Yumana
Maya
Mixe-Zoque
Oto-Mangue
Totonaca
Yuto-Nahua

Tabla 6. Familias lingüísticas

Lenguas aisladas
Chontal de Oaxaca (2 lenguas)
Huave
Tarasco
Seri

Tabla 7. Lenguas aisladas

Lengua binacional	Familia
Kumiai (hablada en México y en los E. U. A.)	Cochimí-Yumana
O'odam (Id.)	Yuto-Nahua
Yaqui (Id.)	
Cluj (hablada en México y en Guatemala)	Maya
Mam (Id.)	

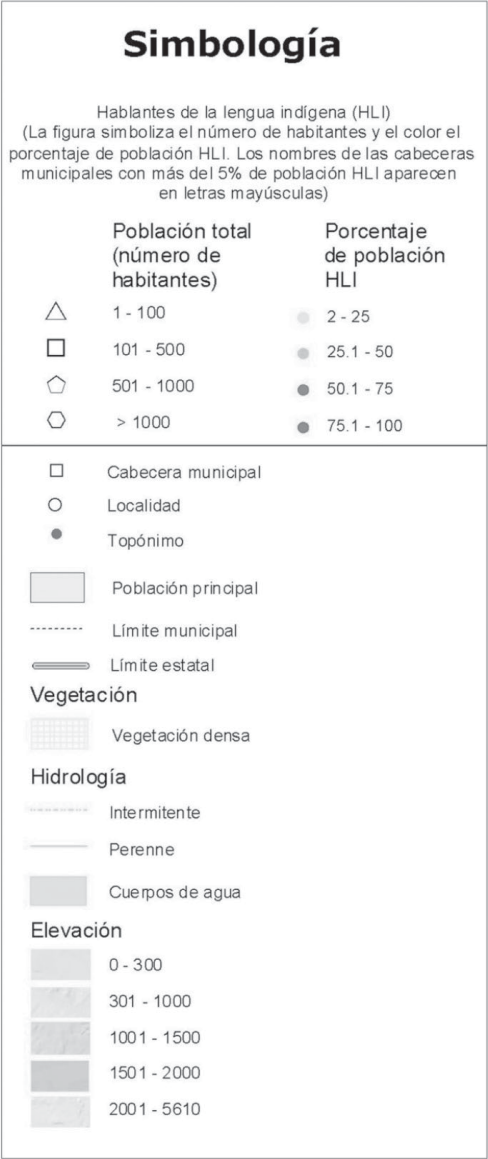
Tabla 8. Lenguas binacionales

4 La descripción del contenido

Además de quedar plasmadas las localidades que rebasaron el 5 % de HLI (en la mayoría de los casos), otros datos cartográficos relevantes también fueron incorporados en los mapas, a saber: vegetación densa, hidrografía, elevaciones, zonas urbanas y otras localidades importantes, así como la división política (municipal, estatal e internacional).

Por otro lado, para cada caso se presenta un cuadro que resume los siguientes aspectos: los nombres de la(s) lengua(s), considerando tanto el término histórico como al menos alguna de las autodenominaciones; la genealogía lingüística, considerando la familia y el grupo al cual pertenece(n) la(s) lengua(s); la ubicación geográfica del asentamiento histórico y la colindancia con otra u otras lenguas; y finalmente la información demográfica, destacándose el número total de personas de 5 años y más que hablan la lengua en cuestión a nivel nacional, así como el de los hablantes de esa misma lengua, que habitan en las localidades representadas en la carta. De la misma manera, se consigna un mapa de la República Mexicana en que se destaca la zona cubierta por la o las cartas por lengua(s), así como otra información editorial (como es el crédito compartido entre el INALI y la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, para la realización cartográfica de la obra).

Finalmente, cada carta cuenta con un cuadro que presenta la simbología de todos los elementos representados (véase la Tabla 9).



Escala Gráfica



Tabla 9. Simbología empleada en las cartas

SESSÃO 4
O MULTILINGÜISMO NAS ORGANIZAÇÕES
GOVERNAMENTAIS, SUPRANACIONAIS E INTERNACIONAIS

SESIÓN 4
EL MULTILINGÜISMO EN LAS ORGANIZACIONES
GOVERNAMENTALES, SUPRANACIONALES
E INTERNACIONALES

SESSION 4
LE MULTILINGUISME DANS LES ORGANISATIONS
GOUVERNEMENTALES, SUPRANATIONALES
ET INTERNATIONALES

SESSION 4
MULTILINGUALISM IN SUPRANATIONAL AND
INTERNATIONAL GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS

Uso da língua ou das línguas nas transações comerciais internacionais

MÔNICA MARIA GUIMARÃES SAVEDRA
Puc-Rio

1. Línguas internacionais e relações internacionais

O desejo de uma língua universal acompanha a história do homem. Desde o mito da torre de Babel à proposta do Esperanto, vislumbra-se o sonho de uma língua única. Nesta perspectiva minimalista, os defensores de uma língua única acreditam ser a diversidade de línguas a causa dos problemas da humanidade. Parecem ignorar que língua e cultura não se desvinculam e que uma língua única pode restringir a visão de mundo de seus locutores; tanto no que pensam, como no que valorizam e acreditam. Alguns estudiosos consideram que uma língua única pode ser elemento de economia no que se refere a gastos com os serviços de tradução e interpretação (Cf. Fettes 1966, p. 119 ao tratar da ineficiência do sistema nas reuniões da ONU), chegando até a defender o uso de uma língua única como fator de política pública. Piron (1994) afirma ser paradoxal destinar tantos recursos para traduções nas línguas oficiais, enquanto as atividades de primeira importância da ONU, como a manutenção da paz, a saúde e a promoção dos direitos humanos, recebem tão poucos fundos.

Segundo dados disponíveis no Ethnologue (2006)¹, existem atualmente em torno de 6.700 línguas faladas em 200 países, o que representaria 33 línguas, aproximadamente, por cada país. Se tomarmos a distribuição destas línguas por continente, teríamos 33% na Ásia, 30% na África, 19% no Pacífico, 15% nas Américas 3% na Europa. Se considerarmos as 10 línguas mais faladas no mundo, a partir do número de usuários, o chinês lidera com aproximadamente 1 bilhão de falantes, seguido do inglês com 800 milhões, do hindu com 700 milhões, do

¹Gordon, Raymond G., Jr. (ed.), 2006. Ethnologue: Languages of the World, Fifteenth edition. Dallas, Tex.: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com/>

espanhol com 400 milhões, do russo com 300 milhões, do árabe e do bengali com 250 milhões cada, do português com 200 milhões, do malaio e do francês com 160 milhões, do japonês com 130 milhões e finalmente do alemão com 125 milhões de usuários. Se considerarmos as 10 línguas “mais oficiais”, ou seja, as 10 línguas reconhecidas como oficiais pelo maior número de países, a liderança é do inglês (45 países), seguido do francês (30 países), do árabe (25 países), do espanhol (20 países), do português (8 países), do alemão (5 países), do malaio (4 países), do chinês (3 países), do russo (3 países) e finalmente do hindí (2). Mas, ainda se considerarmos a proporção entre o número de línguas e usuários, identificamos que mais de 100 milhões de usuários falam 8, o que representa um percentual de 0,13%; entre 100 e 10 milhões, 72 línguas (1,2%); entre 10 milhões e 1 milhão de usuários, 239 línguas (3,0%); entre 1 milhão e 100.000 usuários, 795 (13,1%); entre 100.000 e 10.000 usuários, 1605 (26,5%); entre 10.000 e 1000 usuários, 17.821 línguas (29,4%); entre 1.000 e 100 usuários, 1075 (17,7%); entre 100 e 10, 302 línguas (5%) e, finalmente, entre 10 e 1 usuário, 181 línguas, representando 3%.

Verificamos que nenhuma destas distribuições servem de parâmetro para definição das línguas nos organismos internacionais, posto que direitos lingüísticos são discutidos a partir da configuração de blocos regionais (organizações supra-nacionais) como a União Européia (EU) e o Mercosul.

No âmbito da diversidade lingüística identificada na UE, existem estudos empíricos que indicam que apenas o francês e o inglês efetivamente funcionam como línguas oficiais e de trabalho nos assuntos internos da União (Cf. Schlossmacher 1997). Nestes estudos ficou comprovado que o inglês predomina como o meio de comunicação com o estrangeiro (por ex., com os países da AECL- Associação Européia de Comércio Livre e mesmo com os ex-países comunistas, onde o alemão era tradicionalmente forte). Este quadro é confirmado na obra de Quell (1997). A proficiência em francês e inglês é uma condição para uma participação adequada em decisões políticas, até mesmo no Parlamento Europeu, onde há mais serviços de interpretação e onde se utilizam mais línguas, ao menos em sessões plenárias do Parlamento. Questionada se seria necessário um regulamento para um novo sistema de línguas de trabalho, a grande maioria (78%) dos burocratas empregados na UE respondeu que eles lhe dariam boas-vindas, enquanto o número de parlamentares que assim pensam é muito menor. No contexto analisado nestas pesquisas, percebemos que são tipicamente os membros dos grupos de línguas “pequenas” que (por ex., o dinamarquês e o português) não querem mudanças, supostamente pelo risco de que suas línguas sejam mais marginalizadas do que já o são. A mesma análise também mostra uma grande proporção de pessoas que desejam que o alemão seja usado como a língua com a mais alta priorida-

de e *status*, em vez do sistema com apenas o inglês ou apenas o francês e o inglês como línguas de trabalho.

Na verdade, estes estudos revelam que ao longo dos últimos vinte e cinco anos, o inglês adquiriu na UE o *status* de uma língua supra-nacional, comparável a sua posição na ONU e em muitos estados pós-coloniais, o que reflete seu papel como língua da americanização e da “macdonaldização”. Isso tem, para a ecologia das línguas da UE, conseqüências que provavelmente se tornarão cada vez mais visíveis nas décadas futuras. O inglês tem uma posição hegemônica como língua internacional, a que o direito internacional, inclusive as leis de direitos humanos, não têm meios de se opor, o que quer que esteja declarado em pactos de inaceitabilidade de discriminação com base na língua, como bem pontuado no texto de Skutnabb-Kangas e Phillipson (1994b).

Estas investigações do final do século passado revelam que o inglês impõe-se como língua oficial internacional, acompanhando revoluções na tecnologia e na comunicação e refletindo o poder político, econômico e militar. No entanto, os resultados deixam claro que a definição de política(s) lingüística(s) para o uso e funcionamento das línguas em organizações internacionais e supra-nacionais ainda é incipiente, como demonstrado em Schlossmacher (1997) e Phillipson (2000).

A partir de dados mais atuais sobre o planejamento lingüístico na UE², constatamos que: a) o inglês é a língua mais “falada” na UE. É língua materna de 16% da população européia, falado suficientemente bem para manter uma conversa por mais de 31% dos cidadãos da UE; b) com exceção do inglês, a ordem de uso das demais línguas segue a mesma ordem de frequência do número de habitantes; c) o alemão é a língua materna de 24% dos cidadãos da UE e é suficientemente bem falado como “segunda” língua por 8% dos cidadãos da EU; d) O francês é falado por 28% da população, dos quais mais de metade são falantes nativos; e) O italiano é a quarta língua mais conhecida - embora conte tantos falantes nativos como o francês, a proporção de falantes não nativos é significativamente menor (2%); f) 15% da população da UE fala espanhol (11% como língua materna e 4% como língua estrangeira).

Este panorama mostra que metade da Europa já é multilíngüe .45% dos cidadãos europeus pode participar numa conversa numa língua diferente da sua língua materna, mesmo que com grandes variações nas situações lingüísticas de diferentes Estados-Membros. Em Luxemburgo, por exemplo, praticamente todos falam mais de uma língua suficientemente bem para manter uma conversa . O que também pode ser identificado nos Países Baixos, Dinamarca e

²http://ec.europa.eu/public_opinion/index_fr.htm

Suécia. No Reino Unido, Irlanda e Portugal identifica-se a menor probabilidade de uso de outra língua. Apenas um terço da população afirma que utiliza mais de uma língua na comunicação cotidiana.

Quanto ao uso das línguas maternas, as pesquisas mostram que além da sua língua materna, cerca de 3 em 4 pessoas nos Países Baixos, Dinamarca (77%) e Suécia (75%) falam suficientemente bem o inglês para participar numa conversa. Em Luxemburgo 86% da população usa o francês com fluência para participar de uma conversa. O mesmo vale para 38% da população da Bélgica. Em ambos os países, o francês é uma das línguas oficiais. Em Luxemburgo, 77% das pessoas que não consideram o alemão como língua materna falam-no suficientemente bem para participar de uma conversa. Nos Países Baixos (59%) e na Dinamarca (49%) também há muitas pessoas que dominam o alemão. Em comparação com a situação identificada em 1990, a proporção de pessoas que dominam suficientemente o inglês para participar de uma conversa aumentou na maior parte dos Estados-Membros. O aumento foi registrado com mais intensidade nos Países Baixos (+15%), Grécia (+13%), Bélgica, Dinamarca e Itália (+9%).

Estudos recentes no âmbito do Mercosul, apontam a inexistência de políticas linguísticas para a planificação do uso de línguas oficiais, de trabalho, de educação (Cf. SAVEDRA, 2003, 2004, 2005). Deste modo, faz-se necessário delimitar o(s) bloco(s) político-regional e linguístico que estamos discutindo neste seminário sobre *Gestão de línguas num contexto interamericano*.

Se consideramos o bloco regional da América Latina, que compreende todos os países do continente americano que falam espanhol, português ou francês, bem como outros idiomas derivados do latim, centraremos o debate no uso e domínio de línguas nos países da América do Sul³, da América Central e do México, único país da América do Norte considerado como parte da América Latina.

A maioria dos países da América Latina apresentam um caráter plurilíngüe e multiétnico, de grandes dimensões quanto ao número de línguas e falantes, que remonta-se à época pré-colombiana. Sua evolução deu-se num processo de conquista-colonização-independência. Na América Latina, havia mais de 2000 dialetos tribais antes da onda de colonização que impôs as línguas espanhola e portuguesa. De todos aqueles, cerca de 800 sobrevivem ainda até hoje, mas estão em vias de extinção, dos quais apenas os dialetos nahuatl, maya, quechua, aymara e guarani continuam resistindo apesar do perigo de extinção.

³Apesar de regiões como o Suriname, a Guiana britânica não terem o português, o espanhol ou o francês como línguas oficiais)

Entretanto, a discussão sobre a gestão das línguas neste seminário é mais ampla que o contexto da América Latina. Estamos tratando do uso de línguas em contexto *interamericano*. O que alberga a discussão de políticas e planificações lingüísticas do contexto da UE, do Mercosul, da NAFTA, da ALCA. O debate sobre a definição de ações que equilibrem a presença dos idiomas oficiais nas Américas e que fortaleçam as demais línguas faladas no continente é a tônica dominante da discussão.

A língua é uma ferramenta de comunicação; tudo o que está relacionado à língua representa a matéria-prima cultural. Por isso enfatizamos o perigo que representa para as culturas de línguas minoritárias, a hegemonia de determinada língua no contexto de uma integração econômica dos Estados das Américas. Esta hegemonia pode vir a contribuir para a perda de identidade cultural – identidade ainda não afirmada em muitos casos – mas também para uma uniformização dos valores. Assim, para a integração econômica das Américas, será muito importante salientar a questão do respeito das culturas e línguas. Por isso defendemos o direito ao plurilingüismo, a partir de uma perspectiva pluriculturalista. Não consideramos o multilingüismo como fator de desintegração, mas sim de enriquecimento. Aprovamos a luta pelas identidades culturais, pelo direito ao multiculturalismo, defendendo línguas minoritárias. Trabalhar em prol da diversidade cultural e lingüística na América é fator de enriquecimento cultural, porquanto todas as línguas merecem um espaço de comunicação na sociedade democrática.

A primeira edição deste Seminário ocorreu em Québec (Canadá), em agosto de 2002, por iniciativa dos governos de Québec e do Canadá; ela foi reafirmada em junho de 2003 em Assunção (Paraguai), na segunda edição, por iniciativa do Ministério de Educação paraguaio. Neste terceiro encontro, reafirmamos a necessidade de considerarmos a diversidade lingüística como ponto de base para a defesa de uma ecologia lingüística no contexto (inter) americano. Neste sentido reafirmamos o decidido pelos participantes do II Seminário Interamericano sobre a Gestão das Línguas (2003):

- a) *fomentar as pesquisas sobre a diversidade lingüística e a dinâmica das línguas nas Américas, especialmente no que diz respeito à análise de problemas e à proposta de soluções relativas ao respeito da diversidade lingüística e do multilingüismo oficial nas instituições interamericanas;*
- b) *apoiar as iniciativas da Unidade de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de outros organismos que visem a promoção, o respeito e a difusão da diversidade lingüística e cultural do Continente.*

- c) *ressaltar, junto às autoridades competentes, as vantagens econômicas resultantes de uma abordagem multilíngüe no campo dos negócios e sobretudo no campo da cultura;*
- d) *reconhecer a igualdade entre as quatro línguas e buscar mecanismos que permitam garantir a igualdade de tratamento em relação às línguas oficiais nas organizações supranacionais.*

Na verdade, o conceito de língua internacional não é absoluto. Uma língua internacional pode ser a língua veicular utilizada entre diferentes países, ou a língua reconhecida como oficial ou de trabalho em organizações internacionais como EU, ONU, UNESCO. A partir da distinção proposta em Calvet (1999) entre *in vivo* e *in vitro*, podemos afirmar que existem línguas internacionais dentro de práticas sociais e outras que são decretos ou leis. Assim, teremos: línguas internacionais *in vivo* e línguas internacionais *in vitro*, respectivamente. As línguas internacionais *in vitro* são por exemplo, as línguas oficiais da ONU: inglês, francês, espanhol, árabe, russo, chinês. Estas não são necessariamente as línguas mais faladas no mundo, nem as oficiais dentro do maior número de países. Elas são as línguas de poder (*vainqueur de la guerre*).

A avaliação do peso relativo das línguas é, sobretudo, uma relação de poder. E, neste contexto são definidos os regimentos lingüísticos nas relações internacionais. Estes regimentos são variados: As 6 línguas oficiais da ONU⁴

⁴A **língua oficial** é, na definição dada pela UNESCO, “a língua utilizada no quadro das diversas atividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais” de um estado soberano ou território. É a língua consagrada na lei (através da constituição ou de lei ordinária), ou apenas pela via do costume, de um país, estado ou outro território como a língua adoptada nesse país, estado ou território. A língua oficial (ou línguas oficiais), cuja escolha depende de razões políticas, deve ser a língua utilizada em todos os atos oficiais do poder público, quer de direito externo (tratados e convenções internacionais), quer de direito interno (constituição, leis ordinárias, actos políticos, sentenças judiciais, actos administrativos, discursos oficiais, etc.). A língua oficial será, em princípio, a língua falada (se só houver uma) ou uma das línguas faladas (se houver várias) pela população de cada estado ou território. Só cerca de metade dos países do mundo têm línguas oficiais expressas na lei. Alguns têm só uma língua oficial, caso de Portugal, do Brasil; outros têm mais do que uma, casos de Timor-Leste, país em que são oficiais o português e o tétum, ou, fora do espaço lusófono, de países como a Bélgica, Suíça, África do Sul ou Paraguai, entre outros. Alguns países atribuem ainda estatuto de língua oficial a certas línguas em partes do seu território. Essas línguas são **línguas co-oficiais** nessas áreas, coexistindo aí com a(s) língua(s) oficial(is) do país. É o caso, em Espanha, do galego (na Galiza), do basco (no País Basco e em Navarra) e do catalão (na Catalunha, Baleares e Comunidade Valenciana) e é o caso do português e do inglês na República Popular da China,

inglês, francês, chinês, russo, espanhol e árabe) não são necessariamente as 6 mais faladas no mundo (*chinês, inglês, hindu, espanhol, russo, árabe e bengali*), nem as 6 “mais oficiais” (*inglês, francês, espanhol, árabe e alemão*). O mesmo comentário é válido para a UNESCO, que adota duas línguas de trabalho (*inglês e francês*) e quatro línguas oficiais (*espanhol, chinês, russo e árabe*). No bloco da União européia identificamos atualmente 20 línguas oficiais para os 25 países membros.

As quatro principais línguas do continente (espanhol, francês, inglês e português) não têm o mesmo grau de difusão em todas as instituições interamericanas, nas negociações internacionais, e menos ainda em outros setores de interesse para os cidadãos do continente (internet, ciência e tecnologia, meios de comunicação), além de não serem difundidas em setores ainda mais críticos como a educação, justiça, saúde, administração pública, etc. produtos e serviços, etc. Por outro lado, apesar de algumas das línguas indígenas e crioulas da região terem estatuto oficial ou contarem com proteção em alguns Estados ou regiões (como no Haiti, Paraguai ou Peru, por exemplo), a maior parte delas está em extinção.

Considerando língua como patrimônio cultural da humanidade, reafirmamos a importância do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*⁵ que, num exame pioneiro das políticas de identidade em todo o mundo, assume que as liberdades culturais devem ser compreendidas como direitos humanos básicos e como necessidades para o desenvolvimento das sociedades, cada vez mais diversificadas, do século XXI. Numa ampla análise das questões da identidade em dezenas de comunidades e nações, este relatório analisa muitas e diferentes abordagens políticas das nações e comunidades multiculturais, desde planos de educação bilíngüe e de ação afirmativa até sistemas inovadores de representação proporcional e de federalismo. Os autores defendem que *todas as pessoas têm o direito de manter a sua identidade étnica, lingüística e religiosa*. Afirmam ainda que *a adoção de políticas que reconheçam e protejam essas identidades é a única abordagem sustentável do desenvolvimento em sociedades diversificadas. A globalização econômica não pode ter êxito, a menos que as liberdades culturais também sejam respeitadas e protegidas*, dizem os

⁵Relatório, *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*, lançado em Bruxelas (15 de julho de 2004) numa cerimônia pública com a presença do **primeiro-ministro Guy Verhofstadt** e do administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), **Mark Malloch Brown**. O Relatório foi liderado pela Directora do Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, **Sakiko Fukuda-Parr**, e sua redactora principal; o primeiro capítulo é da autoria de **Amartya Sen**, vencedor do Prémio Nobel da Economia de 1998 e um dos padrinhos dos Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD.

autores do Relatório e desejamos ainda a afirmação de que *a resistência xenófoba à diversidade cultural deve ser abordada e ultrapassada*.

2. Dimensões de uso e domínio na definição de tipologia lingüística para as línguas: a defesa de uma perspectiva ecolingüística

Numa releitura de estudos desenvolvidos anteriormente sobre línguas *de e em* contato (Cf. Savedra, 1994 e 2003 e 2006), propomos a discussão sobre o uso das línguas nos organismos internacionais no âmbito de uma tipologia sociolingüística própria para o contexto interamericano. A partir do referencial taxonômico aplicado por Ammon (2003, op.cit.) para a EU, propomos a identificação do uso e domínio lingüístico dos interlocutores, em contextos multilíngües, para nortear a proposta de planificação do plurilingüismo em situações de contato. No caso específico aqui discutido, o uso de línguas nas transações internacionais no contexto plurilíngüe das Américas.

O número de línguas que identificamos como utilizadas no mundo pode ser tratado tanto no âmbito de uma perspectiva geográfica (na repartição por continentes, por países, por número de locutores) como no âmbito de uma perspectiva política (na repartição por línguas oficiais, línguas de trabalho, línguas de minorias, de ensino). Como resultado do primeiro grupo podemos ainda citar as línguas autóctonas, alóctonas e de fronteira. No segundo grupo situam-se mais especificamente as línguas de prestígios diversos. A verdade é que os contatos lingüísticos são múltiplos, freqüentes e diversificados. São línguas e variedades de línguas, faladas e escritas que divergem quanto ao prestígio e quanto ao domínio de uso por ambiente comunicativo.

Defendemos uma **ecologia lingüística** para as Américas, que considere muitos níveis (individual, regional, social, mundial), a partir de muitos domínios (cultural, econômico, político etc.). Em suma, que defenda os idiomas do continente.

Mas, o que entendemos por ecologia lingüística?

Calvet (1999) precisa o conceito de ecolingüística com base no conceito de ecologia. Assim como esta preserva os diferentes níveis da vida (comunidades biológicas, biótipos, biotopos), aquela também suporta diferentes níveis de análise. No quadro da abordagem ecolingüística, propõe um modelo de organização mundial das relações entre línguas. Parte da premissa de que as línguas são interligadas por pares de bilíngües e que o sistema dos bilingüismos, ou seja, seus graus permitem apresentar suas relações em termos gravitacionais e, ainda por um pouco de ordem na grande desordem babeliana que parece caracterizar o mundo.

O autor defende ainda que ao redor de uma língua hipercentral (o inglês) cujos locutores têm uma grande tendência ao monolingüismo, gravitam uma dezena de línguas supercentrais (francês, espanhol, árabe, chinês, hindu, malaio, ...) , que quando esses locutores são bilíngües, adquirem a língua hipercentral ou uma língua do mesmo nível, supercentral. Em torno destas línguas supercentrais gravitam entre cem e duzentas línguas centrais que por sua vez são o centro gravitacional der 4 a 5 mil línguas periféricas.

Em cada um dos níveis deste sistema manifestam-se 2 tendências: uma para um bilingüismo horizontal (aquisição de uma língua do mesmo nível que a sua) e outra em direção a um bilingüismo vertical (aquisição de uma língua de nível superior). Estas duas tendências na verdade constituem o cimento do modelo gravitacional, defendido pelo autor.

Esta organização, um tanto estatística das línguas do mundo, não é uma hierarquização das línguas, mas sim uma configuração a partir de um princípio organizador. E, o resultado desta configuração verifica-se praticamente todos os dias.

Um bilíngüe tukano/português no Brasil por exemplo é, em 99% dos casos de primeira língua tukano; um bilíngüe bambara/francês no Mali caracteriza-se sempre como usuário do francês como primeira língua, etc... Poderíamos multiplicar os exemplos, infinitamente, mas estes bastam para nos mostrar que o cimento desta organização governamental testemunha a relação de força!

A organização mundial das relações entre as línguas que o modelo gravitacional de Calvet pretende explicar é uma espécie de fotografia de um processo que movimenta relações de força. O inglês é atualmente o centro, a língua hipercentral, mas é claro que esta situação pode evoluir e que uma outra língua pode, no futuro, tomar este lugar.

Assim, sugerimos que o objetivo das políticas lingüísticas deve ser a gestão da projeção desta configuração em uma porção de território (país, região, bloco regional).

Um dos pontos mais discutidos no início deste século para elaboração de políticas lingüísticas refere-se ao reconhecimento da diversidade cultural e lingüística e à propagação do plurilingüismo.

Como exemplos de proteção lingüística em nível internacional havidos nos últimos anos destacam, entre outros:

- os resultados do ano europeu das línguas (2001);
- a declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural, assinada em novembro de 2001 ..que trata da *identidade, diversidade e pluralismo* como patrimônio comum da humanidade; como diversidade cultural e fator de desenvolvimento;

- as ações do projeto STIL (**Estatuto Internacional das línguas dos 3 Estados Lingüísticos**)
- Os três seminários interamericano sobre gestão das línguas. (Québec, agosto de 2002, e Assunção, junho de 2003 e Rio de Janeiro, maio de 2006
- As ações de organizações como : OIF (Organisation internationale de la Francophonie); AUF (Agence universitaire de la Francophonie), CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa); OEI (Organização de Estados Ibero-americanos); UL (União Latina), SEGIB (Secretaria Geral Ibero-Americana).

O Ano Europeu das Línguas (2001) foi organizado pela União Européia e pelo Conselho da Europa, tendo participado 45 países europeus. Principais mensagens do Ano Europeu das Línguas.

- A Europa é e será sempre multilingüe;
- A aprendizagem de línguas oferece novas oportunidades;
- Aprender línguas está ao alcance de todos

O objetivo da Comissão foi criar uma União Européia onde todos os cidadãos falem várias línguas. Todos aqueles que terminam a escolaridade obrigatória deverão ser capazes de comunicar em, pelo menos, duas línguas européias para além da sua língua materna e deverão estar aptos a servirem-se desse conhecimento ao longo de toda a vida. O Ano Europeu representa um passo decisivo neste sentido. Às línguas e à aprendizagem de línguas é agora conferida uma importância sem precedentes na Europa. Todos os Estados-Membros participaram ativamente no AEL e manifestaram o seu empenho na promoção da diversidade lingüística e da aprendizagem de línguas. O Parlamento Europeu apoiou a iniciativa com igual entusiasmo. Os programas europeus, designadamente o Socrates e o Leonardo da Vinci, deram já uma enorme contribuição para o fomento do multilinguismo. Continuarão a incentivar a aprendizagem de outras línguas e a financiar projetos para melhorar a qualidade dos materiais didáticos. Continuarão a possibilitar a alunos, formadores e jovens a vivência de experiências em outros países e outras línguas que não os seus.

No que se refere à Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural, assinada em novembro de 2001, destacamos o proposto em seu artigo 10: “... é necessário reforçar a cooperação e a solidariedade internacionais destinadas a permitir que todos os países, em particular os países em desenvolvimento e os países em transição, estabeleçam indústrias culturais viáveis e competitivas nos

planos nacional e internacional”. As responsabilidades da UNESCO neste âmbito ficam bem pontuadas no artigo 12: “*a) promover a incorporação dos princípios enunciados na presente Declaração nas estratégias de desenvolvimento elaboradas no seio das diversas entidades intergovernamentais; b) servir de instância de referência e de articulação entre os Estados, os organismos internacionais governamentais e não-governamentais, a sociedade civil e o setor privado para a elaboração conjunta de conceitos, objetivos e políticas em favor da diversidade cultural; c) dar seguimento a suas atividades normativas, de sensibilização e de desenvolvimento de capacidades nos âmbitos relacionados com a presente Declaração dentro de suas esferas de competência; d) facilitar a aplicação do Plano de Ação, cujas linhas gerais se encontram apenas à presente Declaração*”. Como consequências do exposto, destacamos ainda as seguintes atribuições:

- Fomentar a diversidade lingüística - respeitando a língua materna - em todos os níveis da educação, onde quer que seja possível, e estimular a aprendizagem do plurilingüismo desde a mais jovem idade.
- Promover, por meio da educação, uma tomada de consciência do valor positivo da diversidade cultural e aperfeiçoar, com esse fim, tanto a formulação dos programas escolares como a formação dos docentes.
- Respeitar e proteger os sistemas de conhecimento tradicionais, especialmente os das populações autóctones; reconhecer a contribuição dos conhecimentos tradicionais para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais e favorecer as sinergias entre a ciência moderna e os conhecimentos locais.

No que se refere as ações do projeto STIL (**Estatuto Internacional das línguas dos 3EL**), **destacamos** a realização de ações comuns aos Três Espaços Lingüísticos⁶ a favor da manutenção e do desenvolvimento do estatuto e do uso das línguas na vida internacional e, mais especificamente, no âmbito das

⁶As organizações dos Três Espaços Lingüísticos partilham a preocupação por defender e promover as línguas faladas nos seus respectivos territórios, à medida que estas são expressão de identidade, testemunha da riqueza cultural dos povos e condição para o diálogo democrático e para a transferência de conhecimentos. A vontade de unir os seus esforços para garantir o respeito pela diversidade lingüística e cultural supõe, para cada uma delas, reconsiderar a própria cultura de trabalho na área das línguas: o desafio agora é integrar o desenvolvimento do plurilingüismo, como objectivo principal e como prática quotidiana, à defesa e à promoção da(s) própria(s) línguas.

organizações internacionais. Concretamente, trata-se de colocar em prática ações que assegurem a presença do espanhol, do francês e do português nas organizações internacionais. Este projeto pretende atuar tanto a longo prazo como a curto prazo na implementação de ações concretas de cooperação entre as organizações dos TEL no campo das organizações internacionais.⁷

Ressaltamos, finalmente, o papel da União Latina, organização intergovernamental que reúne 36 Estados de idioma oficial neolatino e cuja vocação é promover e difundir os idiomas e as culturas de seus países membros – 20 dos quais se encontram no continente americano – bem como modernizar as línguas desses países através das atividades de sua Diretoria de Terminologia e Indústrias da Língua (DTIL). Destacamos aqui sua participação na elaboração dos Os três seminários sobre gestão das línguas, que objetivam definir ações que equilibrem a presença dos idiomas oficiais dos países da América e que fortaleçam a dos outros idiomas falados no continente.

Este breve panorama conduz às seguintes constatações:

- A planificação lingüística é decorrente de situações políticas, que são relações transitivas de poder;
- A vontade de intervenção na forma ou no status de uma língua não é suficiente. Faz-se necessário ter meios, ou obter meios para intervir;
- A cada nível de organização gravitacional das línguas do mundo, as soluções devem ser pensadas particularmente: a cada situação encontramos problemas diferentes, que necessitam de soluções diferentes.

Como recomendações finais gostaríamos de propor que:

- a) A definição de planificações lingüísticas devem considerar políticas lingüísticas que retratam uma soma positiva (*propostas de plurilingüismo*)

⁷Os Três Espaços Lingüísticos compreendem um extenso conjunto de povos, línguas e culturas que somam mais de 1200 milhões de homens e mulheres, e as suas organizações representam 80 Estados e governos presentes em todos os continentes. Ela iniciou-se a 20 de Março de 2001 com a organização em Paris, por ocasião do Dia Internacional da Francofonia, do primeiro encontro dos Três Espaços Lingüísticos. Os estados membros são: Andorra - Angola - Argentina - Bolívia - Brasil - Cabo Verde - Chile - Colômbia - Costa de Marfim - Costa Rica - Cuba - Equador - Espanha - Filipinas - França - Guatemala - Guiné-Bissau - Haiti - Honduras - Itália - México - Mônaco - Moçambique - Nicarágua - Panamá - Paraguai - Peru, Portugal - República Dominicana - República da Moldávia - Romênia - São Marinho - Santa Sé - São Tomé e Príncipe - Senegal - Timor-Leste - Uruguai - Venezuela.

- b) As diversidades lingüísticas devem ser consideradas, a partir do domínio funcional de uso, não somente em uma *diversidade horizontal*, mas, principalmente, em uma *diversidade vertical*, no âmbito das relações de umas línguas com outras, a partir de diferentes domínios de uso lingüístico, em diferentes situações e espaços de comunicação

Referências Bibliográficas

- AMMON, Ulrich. Sprachenpolitik in Europa – unter dem vorrangigen Aspekt von Deutsch als Fremdsprache. *Revista Palavra 11*. Rio de Janeiro, Editora Trarepa, 2003
- CALVET, L-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.
- FETTES, M “Inside the tower of words: the institutional functions of language at the United Nations”. In Léger (org.) 1996, 115-134.
- PHILLIPSON, R.. *Linguistic imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- PHILLIPSON, R. & SKUTNABB-KANGAS. “Language rights in postcolonial Africa.” In Skutnabb-Kangas e Phillipson (org.) 1994, 335-345.
- . “English only worldwide, or language ecology.” *TESOL Quarterly*, número especial sobre política lingüística, 30, nº 3 (1996): 429-452.
- PIRON, C.. *Le défi des langues: du gâchis au bon sens* (O desafio das línguas: da má gestão ao bom senso). Paris: L’Harmattan, 1994.
- PÜTZ, M. (org.). *Language choices: Conditions, constraints and consequences*. Amsterdam: John Benjamins, 1997.
- QUELL, C. Language choice in multilingual institutions: A case study at the European Commision with particular reference to the role of English, French and German as working languages. *Multilingua* 16, nº 1 (1997): 57-76.
- SAVEDRA, M.M.G. Dimensões de bilingüidade em contextos educacionais bilíngües: fatores de impacto na política e planificação lingüística. IN: RONCARATI, C. & Abraçado, J. *Português brasileiro: contacto lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003 (a).

_____. Política lingüística no Brasil e no Mercosul: o ensino de primeiras e segundas línguas em um bloco regional. *Revista Palavra*, n.11, 2003 (b), (39-54).

_____. Política e planificação lingüística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. IN: MOZZILLO et al. (org. .O plurilinguismo no contexto educacional. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2005 (112-132)

SCHLOSSMACHER, M. *Die Amtssprachen in den Organen der Europäischen Gemeinschaft*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1997.

SKUTNABB-KANGAS, T. e PHILLIPSON, R. (org.). *Linguistic human rights: overcoming linguistic discrimination*. Berlin: Mouton de Gruyter (versão brochada 1995), 1994a.

SKUTNABB-KANGAS, T. e PHILLIPSON, R. "Linguistic human rights, past and present." In Skutnabb-Kangas e Phillipson 1994a, 71-110, 1994b.

-. "Language rights in postcolonial Africa." In Skutnabb-Kangas e Phillipson 1994a, 335-345, 1994c. Simonsen, Dag.

A Tradução na Sociedade da Informação

PALMIRA MARRAFA

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

Departamento de Linguística Geral e Românica e

Grupo de Computação do Conhecimento-Léxico Gramatical (CLUL)

Instituto Camões

1. Introdução

Todas as línguas e todas as culturas de todas as comunidades devem ter um tratamento equitativo e não discriminatório, nos meios de comunicação em todo o mundo.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, Artº 38

Os termos *Sociedade de Informação*, *Tecnologias de Informação*, *Tecnologias de Comunicação* são hoje de uso corrente para milhões de falantes, ainda que com uma denotação com contornos mal definidos para muitos.

Essa imprecisão, a despeito do que possa significar, não prejudica, contudo, a facilidade e a rapidez com que disseminamos e recebemos informação ou comunicamos, em tempo real, com o outro lado do mundo.

Nunca como agora nos cruzámos tão facilmente com outras gentes, outras culturas, outras fontes de conhecimento, numa rede em expansão exponencial. Mas também, nunca como agora, surgiram tantas dúvidas quanto ao impacto de tais cruzamentos nas nossas identidades como povos e como indivíduos, para não falar, que não caberia aqui, no minorar ou acentuar das desigualdades sociais a nível mundial. Tais dúvidas encontrarão fundamento, além do mais, no facto de os *bits* e os *bytes* que chegam até nós miraculosa e imperiosamente se transformarem em linguagem natural, mas, lamentavelmente, em situação de iniquidade para as diferentes línguas.

Esta situação faz temer imperialismos, reacende nacionalismos exacerbados e reaviva ideais de construção de “línguas” socialmente neutras. Geralmente com fortes motivações ideológicas e fraca sustentação científica e técnica, estes posicionamentos vêm a sua eficiência reduzida a quase nada.

E, no entanto, muito há a fazer para contrariar a acima referida iniquidade.

Não teria sentido pretender discutir neste âmbito a vastíssima problemática relacionada com as questões aludidas, ou sequer uma abordagem com soluções, programáticas que fossem, dos numerosos problemas que caem no escopo do título deste trabalho.

Os objectivos são, pois, simultaneamente menos e mais ambiciosos. Menos, porque se circunscreve drasticamente a temática. Mais, porque se trazem à tona caminhos concretos e sustentados.

Assim, na secção **1 Sociedade de Informação, Informação Intercultural e Tradução**, discutem-se brevemente os fenómenos de interculturalidade e de multilinguismo que contextualizam a tradução na sociedade de informação; na secção **2 Tecnologias de Informação Linguística e Tradução**, evidencia-se a relevância das tecnologias de informação linguística para a tradução, no contexto geral da preservação e da promoção dos patrimónios linguísticos e culturais; finalmente, em **3 Tecnologias de Informação Linguística do Português na Internet**, apresentam-se alguns projectos de desenvolvimento de tecnologias de informação para o Português. A concluir, **4 Considerações finais**.

1 Sociedade de Informação, Informação Intercultural e Tradução

O chamado ciberespaço trouxe às sociedades humanas transformações aos mais diversos níveis, sendo ainda cedo para avaliar o seu alcance profundo (para uma discussão sobre a matéria, cf. Castells (1996) e Alberts, D. S. e Daniel S. Papp (1998), entre outros).

Em todo o caso, todos sabemos que as distâncias se encurtaram, as fronteiras se esbateram, as trocas de conhecimento e tecnologia passaram a transferências “de escala”, passe a imagem economicista.

Nunca antes comunicámos tanto. Graças em grande medida ao intensíssimo tráfego informacional que a imensa auto-estrada que é a Internet permite.

Cabe, contudo, salientar aqui que por ela não passam todas as cerca de 6000 línguas que se falam actualmente no mundo. Nem sequer a maioria. Muito longe disso.

É hoje assunção comum que o Inglês é a língua dominante, que entrava o uso das restantes. A despeito do facto de tal assunção carecer de confronto com evidências que mostrem que a mesma tem aderência à realidade, o certo é que a língua franca da era do digital é hoje tida por muitos como uma ameaça para as outras línguas, minoritárias ou não.

O sucesso editorial de *Linguistic Imperialism* (Philipson (1992)) poderá ser visto como um dos muitos indícios de preocupação com essa virtual ameaça.

Um pouco por todo o mundo não anglófono o fantasma de que o Inglês se torne a língua universal tem dado origem a reacções de todo o tipo. São conhecidas as tensões na União Europeia relacionadas com a escolha das chamadas línguas *pivot* (actualmente, o Inglês, o Francês, o Alemão, o Espanhol e o Polaco); são conhecidas as declarações do presidente da Associação Alemã das Línguas, expressando o seu receio de que o Inglês venha a relegar o Alemão para o tempo “dos avós”; é conhecido o incidente protocolar provocado por Jacques Chirac numa reunião de trabalho da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Conselho da Europa, que interpelou o presidente da União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa, Ernest-Antoine Seillière, por este fazer a sua intervenção em Inglês, acabando por abandonar a sala, juntamente com dois dos seus ministros (curiosamente o ministro da Economia e o dos Negócios Estrangeiros).

Em todos estes casos, como certamente em numerosos outros que poderiam ser aqui referidos, se deixa adivinhar uma disputa de poder. Com efeito, todos sabemos há muito que o poder já não está só, nem fundamentalmente, na “ponta das baionetas”. Uma parte significativa deslocou-se para forças de outra natureza: informação e comunicação. E, por inerência, para as línguas (refira-se a este propósito a realização em Bangkok, quase em simultâneo com este Seminário, do 1º Congresso Mundial sobre o Poder das Línguas); para as línguas, dizia, ou, mais precisamente, para a visibilidade das línguas, que é por certo função do seu peso nas tecnologias de informação e comunicação.

De acordo com um relatório do projecto multidisciplinar *Iniciativa B@bel*, promovido pela UNESCO, que visa a defesa da diversidade cultural, em geral, e a protecção das línguas menos usadas, em particular, está por demonstrar que o Inglês seja língua de “dominação”, impedindo as outras de conservar ou de adquirir o lugar que lhes cabe, pelo menos face à Declaração Universal dos Direitos Humanos e à Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (decorrente do espírito da primeira, e em particular do seu artigo 2º).

O que é hoje tomado como adquirido é que o fenómeno da globalização trouxe à “aldeia”, passe o lugar-comum, uma diversidade cultural e linguística que constitui um importante pilar do seu desenvolvimento, e que, em consequência, não pode deixar-se perigar, seja por venais interesses hegemónicos seja por autodeclaradas nobres intenções de democrática uniformização.

Não se pode eludir o estatuto de língua franca que o Inglês adquiriu. E é perda de tempo, a não ser como exercício académico, pretender desenvolver artificialmente uma língua natural, o que, sendo, já de si, contraditório nos termos, é um projecto sem viabilidade, como é o caso do Esperanto, já que restam poucas dúvidas hoje quanto ao facto de as línguas naturais serem instanciações da faculdade da linguagem que faz parte do património

genético da espécie humana. Como é ocioso pretender recuar no tempo e ressuscitar o Latim, como pretendem os (menos universalistas) defensores do Latim Moderno. As línguas românicas são, em última instância, os modernos dialectos do Latim, a evidenciarem uma natural tendência para a diversidade. E não o contrário.

Neste contexto, a tradução tem um papel crucial. Austermühl (<http://gandalf.aksis.uib.no/AcoHum/abs/Austermuehl.htm>) confere-lhe o estatuto de *organon* da comunicação técnica internacional. Mas a sua relevância não se fica por aí. Face à crescente disponibilização de informação relativa a todos os sectores da vida social, em variadas línguas, ainda que nem todas tenham aí a mesma proeminência, a tradução medeia as interacções sociais aos mais diversos níveis.

Por outro lado, só a tradução nos permite aceder às especiosas especificidades das línguas. Posso comunicar em Inglês com um coreano, por exemplo, mas perco a informação relativa às marcas morfológicas que veiculam o estatuto que ele se atribui relativamente a mim, enquanto ele perde informação sobre a forma de tratamento diferencial que eu considerar oportuna na nossa comunicação, no caso de podermos entender-nos falando cada um a sua língua.

Parece, pois, indiscutível o papel de relevo que cabe à tradução na sociedade de informação. Mas parece também evidente que a tradução tem agora de ser perspectivada com níveis de grande exigência. As transferências de conhecimento requerem uma abordagem orientada para o conhecimento. Que terá ela própria de encontrar sustentação nas tecnologias de informação, destacando-se aqui, em particular, as tecnologias de informação linguística, a que se refere a secção seguinte.

2. Tecnologias de Informação Linguística e Tradução

A tradução assume na sociedade de informação um carácter multidisciplinar. Traduzir requer não só uma exímia competência nas línguas envolvidas – desejavelmente um conhecimento explícito das mesmas – como também conhecimentos especializados em áreas específicas, algumas das quais emergentes da própria sociedade de informação: tecnologias de informação, telecomunicações, cibernética, entretenimento multimédia, entre outras – são aliás estas áreas que, na década passada, como reconhece Stevens (1999), fizeram explodir o mercado da tradução, a nível global. Adicionalmente, a tradução envolve ainda um conjunto, cada vez mais prolífero, de ferramentas auxiliares: bases de conhecimento enciclopédico (desde logo a Internet), bases de conhecimento linguístico, bancos de dados terminológicos, bases de

dados de memórias de tradução, sistemas de tradução automática, não pretendendo uma lista exaustiva.

Aqui chegados, cabe uma reflexão, ainda que breve, sobre este tipo de ferramentas, em particular sobre os sistemas de tradução automática, que suscitam antagonismos quanto ao seu real papel.

Muitos tradutores receiam concorrência desleal por parte dos “tradutores automáticos” –mais rápidos e de mais baixos custos –, não perdendo oportunidades de proclamação da superioridade do homem sobre a máquina. Outros associam à tradução automática uma vaga, mas persistente, ideia de fracasso, materializado, além do mais, em expressões bizarramente agramaticais, polissemias e ambiguidades estruturais mal resolvidas, modalizações não captadas, relações discursivas desajustadas.

As empresas, por seu turno, acenam com as vantagens, medidas sobretudo em rapidez, baixa de custos, possibilidade de expansão por via incremental.

E eu, que não falo Swahili, gostaria de, sem sair de casa, ficar a saber quais são os temas das principais notícias que os jornais de Nairobi vendem hoje aos quenianos. E para isso bastava-me um medianamente dotado sistema de tradução automática.

Esta problemática é obviamente complexa, merecendo uma discussão prolongada, livre de interesses e de anacronismos. Não cabendo essa discussão nos limites desta palestra, fica um breve comentário sobre algumas questões centrais.

É, evidentemente, estultícia negar qualquer utilidade às ferramentas computacionais auxiliares de tradução e, em particular, aos sistemas de tradução automática. Como é revelador de ignorância ou demagogia pretender que a tradução automática é, *mutatis mutandis*, comparável à tradução humana.

Equacionado com distanciamento, o problema parece colocar-se nos seguintes termos: os sistemas de tradução automática são importantes instrumentos para o tradutor profissional, mas também – e talvez sobretudo – para o cidadão comum, que é, cada vez com mais propriedade, um socrático “cidadão do mundo”; mas os sistemas actuais são efectivamente insatisfatórios. Alguns, mesmo muito insatisfatórios.

A tradução automática, um dos instrumentos com maiores potencialidades de contribuição para a convivência das línguas e das culturas em situação de equidade, é porventura o maior desafio que se coloca às tecnologias de informação linguística. No limite, implica modelizar estruturas cognitivas e conhecimento do mundo. É, assim, natural que o objectivo esteja longe de ser atingido.

Vale, contudo, a pena salientar que, se os progressos qualitativos estão muito longe de acompanhar o crescimento deste subsector, tal resulta, em grande medida, da opção por caminhos ínvios, ou, alternativamente, por vias demasiado rápidas.

Dos excessivamente ambiciosos projectos, como o projecto EUOTRA (financiado pela Comissão Europeia, em finais da década de 80, início da década de 90) ou a mais recente plataforma UNL-Universal Networking Language (financiada pelas Nações Unidas, na segunda metade da década de 90), restam apenas alguns recursos linguísticos susceptíveis de reutilização.

Os projectos comerciais, em contrapartida, têm história mais curta e resultados mais visíveis. Mas, neste caso, os progressos qualitativos, já de si difíceis de atingir por razões endógenas, vêm-se ainda fortemente condicionados por implicarem investimentos que conflituam com os lúdicos propósitos de obtenção de lucro.

Apesar de logo as primeiras experiências na área do processamento automático das línguas naturais, nos longínquos anos 50, terem demonstrado que os sistemas que tratam as expressões linguísticas com uma organização meramente linear têm probabilidade nula de sucesso (cf. Marrafa (1993)), o certo é que os sistemas baseados em conhecimento linguístico são dispendiosos: requerem investigação fundamental e são dificilmente acomodáveis nas linguagens artificiais que asseguram maior eficiência, dado o seu baixo poder expressivo (a este propósito, ver Marrafa (2004)).

A tradução automática, e as tecnologias de informação linguística, de uma forma geral, padecem de uma correlação negativa significativa entre adequação linguística e eficiência. Que não se vislumbra ultrapassável no quadro estrito do mercado.

Resulta, pois, evidente que cabe às entidades governamentais um papel de relevo nesse sentido.

3. Tecnologias de Informação Linguística do Português: os projectos TemaNet e Lextec

Os projectos que são objecto desta secção são financiados pelo Instituto Camões, e inscrevem-se numa política de desenvolvimento de tecnologias de informação linguística multi-função de elevada fiabilidade e robustez.

A equipa de especialistas que os desenvolve, sob minha coordenação, reúne, em consequência, competências multidisciplinares: Linguística Teórica, Linguística Computacional, Engenharia da Linguagem e Engenharia Informática.

O TemaNet e o Lextec são apenas dois dos projectos que o Instituto Camões tem em curso. Destacam-se aqui por se tratar, em ambos os casos, de projectos de longo prazo e de amplo alcance.

Estes projectos partilham ainda o objectivo de desenvolvimento de aplicações computacionais que integram informação lexical estruturada, no pressu-

posto teórico de que o Léxico não é um repositório de informação idiossincrática, evidenciando, antes, uma estruturação regulada por princípios translinguísticos, como as Ciências Cognitivas e a Linguística têm vindo a demonstrar.

Como é sabido, a representação do conhecimento lexical é hoje de importância crítica no desenvolvimento de qualquer sistema de processamento computacional das línguas naturais, o que justifica o desenvolvimento de recursos lexicais de larga escala com formatos que sirvam aplicações diversas, como é o caso aqui.

O TemaNet visa a construção de redes léxico-conceptuais (internacionalmente designadas como *wordnets*) organizadas por domínios semânticos¹.

Uma *wordnet* é uma rede léxico-conceptual que se estrutura em torno de nós que correspondem a conceitos, representados por todas as suas lexicalizações, e de um conjunto de relações entre os conceitos que permite derivar o sentido das expressões linguísticas que constam da rede.

Tal como a WordNet.PT (Marrafa (2001) e (2002); cf. nota 1), o TemaNet está a ser desenvolvido no quadro geral da EuroWordNet (Vossen (1999), uma base de dados multilingue que integra *wordnets* individuais (mas relacionadas entre si) de várias línguas europeias, sendo que as *wordnets* individuais seguem, no essencial, a arquitectura da precursora WordNet de Princeton (Fellbaum, (1998); Miller *et al.* (1990).

A ligação dos conceitos codificados nas *wordnets* do TemaNet a registos do Inter-Lingual-Index (ILI)² da EuroWordNet, permite aceder às lexicalizações dos mesmos conceitos nas línguas que a integram. Esta ligação potencia, como é evidente, a sua utilização em aplicações multilingues, aí incluída a tradução automática.

Como informação adicional, a cada conceito é associada uma glosa e um exemplo que evidencia restrições de co-ocorrência, tanto sintácticas como semânticas, quando é caso disso.

O LexTec assenta nos mesmos pressupostos teóricos, incluindo igualmente *wordnets*. Distingue-se, contudo, do TemaNet, tanto ao nível dos do-

¹Uma WordNet geral de ampla cobertura está a ser desenvolvida desde 1999 para o Português pelo grupo de investigação que dirijo no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, o CLG-Grupo de Computação do Conhecimento Léxico-Gramatical, no âmbito do projecto WordNet.PT, financiado em períodos sucessivos pelo Instituto Camões, pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, instituições às quais deixo aqui um agradecimento pelo impulso dado à I&D nesta área.

²O ILI é uma lista de registos de conjuntos de sinónimos, correspondentes a conceitos, retirados maioritariamente da versão 1.5 da WordNet de Princeton, através dos quais se relacionam as lexicalizações dos conceitos nas diferentes línguas.

mínios, como ao nível da natureza da informação codificada: só integra domínios técnicos (Turismo, Banca, Comércio e Seguros, na fase actual); a cada conceito é associada uma definição o mais informativa possível; inclui uma base de textos ilustrativos da distribuição de todos os itens e com informação complementar de utilidade para o conhecimento do domínio; para todas as expressões é dada a correspondência em Inglês, estejam os respectivos conceitos representados ou não no ILI.

Num caso, como no outro, são ainda utilizadas etiquetas para codificar informação relativa a empréstimos, neologismos ou tipos de registo, para dar apenas alguns exemplos.

Há que sublinhar que o trabalho é desenvolvido manualmente, não estando, assim, a fiabilidade dos resultados ameaçada pela extracção automática de informação não controlada.

Os resultados destes projectos serão progressivamente disponibilizados na Internet e em CD-ROM (podendo, deste modo, chegar a um maior número de potenciais utilizadores), através de uma interface que permite a consulta directa e uma navegação ágil e intuitiva.

A par das várias hipóteses de exploração por esta via, estes recursos constituem uma importante base para o desenvolvimento de outras tecnologias em vários âmbitos: aplicações de apoio ao ensino/aprendizagem do Português, sistemas de busca e extracção de informação, sistemas periciais, sistemas de tradução automática, entre outros.

O investimento do Instituto Camões em projectos desta natureza terá, previsivelmente, um importante impacto no reforço da presença da língua portuguesa no mundo, viabilizando, simultaneamente, o encontro das culturas e dos veículos de conhecimento que nela e com ela se cruzam.

4. Considerações finais

Julgo inquestionável o direito de todos os falantes a expressarem-se na sua língua materna. É nela que vivem. Mas só reconhecer o direito é muito pouco. Há que tomar medidas para o assegurar. E essas medidas passam por promover a diversidade linguística, reforçando a identidade de cada uma e de todas as línguas, sobretudo pela via dos sistemas de conhecimento. Sem o chamado “complexo de Babel”. Cabe notar que a Torre bíblica não dispunha de tradução, nem de tecnologias de informação.

Referências

- Alberts, D. S. e Daniel S. Papp (eds.) (1998), *The Information Age: an Antology on its Impact and Consequences*, Washington: NDU Press.
- Austermühl, F., Between Babel and Bytes - The Discipline of Translation in the Information Age, <http://gandalf.aksis.uib.no/AcoHum/abs/Austermuehl.htm>
- Castells, M. (1996), *The Information Age: Economy, Society, and Culture*, Oxford: Blackwell.
- Fellbaum, C. (1998), A Semantic Network of English: The Mother of All Word-Nets. In P. Vossen (ed.) *EuroWordNet: A Multilingual Database with Lexical Semantic Networks*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 209-220.
- Iniciativa B@bel, http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=18255&URL_DO=DO_PRINTPAGE&URL_SECTION=201.htmlURL_ID=18255&URL_DO=DO_PRINTPAGE&URL_SECTION=201.html
- Marrafa, P. (1993), *Predicação Secundária e Predicados Complexos em Português: Análise e Modelização*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Marrafa, P. (2001) *WordNet do Português: uma base de dados de conhecimento linguístico*. Lisboa: Instituto Camões.
- Marrafa, P. (2002) Portuguese WordNet: General Architecture and Internal Semantic Relations. *D.E.L.T.A*, 18, pp. 131-146.
- Marrafa, P. (2004), Computação de Ambiguidades Sintáticas: evidências em favor dos modelos baseados em conhecimento linguístico, *IN COGNITO*, nº. 1, vol. 2.
- Miller, G. et al. (1990), Introduction to WordNet: An On-line lexical Database. *International Journal of Lexicography*, 3(4), pp. 235-244.
- Philipson, R. (1992), *Linguistic Imperialism*, Oxford: Oxford University Press (1997, 4ª edição).
- Stevens, D. (1999), The Language of Change, *Proc. of The Aslib conference Translating and the Computer* 21.
- Vossen, P. (1999) *EuroWordNet: General Document*. Universidade de Amsterdão.

Pour une approche géopolitique du multilinguisme

PIERRE GEORGEAULT

Conseil supérieur de la langue française du Québec

«Ce n'est pas parce que les choses sont difficiles que nous n'osons pas. C'est parce que nous n'osons pas qu'elles sont difficiles.» Sénèque

L'usage différencié des langues n'est pas récent. L'empereur Charles Quint (1500-1556) ne disait-il pas : « Je parle anglais aux commerçants, italien aux femmes, français aux hommes, espagnol à Dieu et allemand à mon cheval » ? À des degrés divers, on a toujours eu besoin du truchement des langues pour voyager, commercer, produire, etc.

De nos jours, tout semble pouvoir se faire en anglais. Dans un débat, en 1924, pour faire de l'anglais la seule langue officielle de l'État du Texas, un politicien, Ma Ferguson, a dit : « Si l'anglais était suffisant pour Jésus-Christ, il l'est aussi pour le Texas ! » Trêve de plaisanterie.

La mondialisation sous toutes ses formes permet à l'anglais d'occuper presque exclusivement de plus en plus de situations de communication sur le plan supranational, que ce soit dans les transports, la finance, la recherche ou les sciences, les nouvelles technologies quelles qu'elles soient, l'économie, les relations internationales et même les produits et services culturels.

La dynamique des langues dans le monde, et donc la concurrence des langues, se trouvent transformées. Quels que soient les auteurs, on hiérarchise les langues de la façon suivante :

- une langue mondiale, *lingua franca* : l'anglais ;
- des langues internationales qui sont celles de la communication dans un espace régional supranational ou international : l'allemand, l'arabe, le chinois, l'espagnol, le français, l'hindi, le portugais, le russe;

- les langues nationales, soit les langues officielles ou nationales d'un pays;
- les langues régionales ou minoritaires.

On observe également que le rôle de *lingua franca* joué par l'anglais limite celui qui est joué par les langues internationales mais, surtout, prend une place de plus en plus grande dans les fonctions réservées aux langues nationales au sein même de leur territoire.

Concrètement, cela veut dire qu'à l'intérieur des États, de plus en plus de communications ne se font pas dans la ou les langues officielles ou nationales du pays et encore moins dans les langues régionales ou minoritaires, mais dans la langue mondiale.

Cette montée en usage et donc en puissance de l'anglais dans les communications au sein des États nations remet en question certains droits¹ reconnus aux citoyens d'un État:

- le droit du consommateur de pouvoir être informé sur la composition d'un produit, le mode d'emploi et les prescriptions de sécurité, en d'autres mots de pouvoir acheter un produit étiqueté et présenté dans sa langue;
- le droit du travailleur de travailler dans sa langue;
- le droit du citoyen de pouvoir avoir accès à l'information dont il a besoin dans les dossiers supranationaux qui le concernent pour exercer ses droits, dans sa langue.

En outre, dans le contexte de la libéralisation des échanges, le droit des États de promouvoir leur langue officielle ou nationale pour assurer la cohésion sociale, le bon fonctionnement de la société, l'identité nationale et l'expression culturelle, est souvent remis en question.

En d'autres mots, s'il y a effectivement de nombreuses langues menacées dans le monde, pour la plupart des langues régionales ou surtout minoritaires, et s'il faut faire des efforts pour limiter cette perte linguistique et culturelle pour l'humanité, les débats sur les langues occultent le plus souvent le fait que, dans le contexte de la *moNdernisation*, selon le néologisme de Rossiaud, les

¹Ces droits font partie de ce qu'on appelle les droits civils et politiques, par opposition aux droits universels découlant de ce qu'on appelle les droits de l'homme.

langues les plus malmenées qui voient leur usage diminuer et, par conséquent, leur utilité et leur prestige se réduire, sont les langues nationales ou officielles.

Que faire ? Une *lingua franca* nécessaire, inéluctable ?

On ne peut douter de la nécessité ou de l'utilité d'une *lingua franca*, d'une langue commune mondiale pour échanger rapidement de l'information entre spécialistes souvent peu nombreux dans leur domaine et répartis dans différents pays, pour voyager dans des pays dont la langue est difficile à apprendre, etc. Mais, est-ce à dire que tous les domaines de communication supranationaux doivent être occupés par l'anglais ? Est-ce rentable économiquement et socialement parlant ? Est-ce équitable politiquement ? Sur le plan collectif, ce n'est pas certain.

Du point de vue du locuteur, de celui qui fait le choix d'apprendre une langue étrangère (ou seconde), l'ensemble des modèles mathématiques conçus pour tenir compte de la dynamique de l'apprentissage des langues dans un contexte international (que ce soit par l'entremise de la théorie des jeux [Selten et Pool] ou de celle des réseaux [de Swan, van Paris]) met en évidence le caractère inéluctable de la montée en puissance de l'anglais. L'idée centrale de tous ces modèles est que les acteurs sociaux cherchent à apprendre les langues utiles et que, plus élevé est le nombre potentiel d'interlocuteurs avec lesquels une langue permet de s'entretenir, plus elle est utile et rentable. En d'autres mots, la dynamique des langues telle que la décrivent ces modèles mathématiques ne peut se traduire que par une convergence vers l'hégémonie d'une langue unique. C'est le principe des courbes à rendement croissant qui est à l'œuvre ou, pour parler plus familièrement, dans le contexte québécois, celui de la saucisse Hygrade. Plus les gens en mangent, plus elle est fraîche, et plus elle est fraîche, plus les gens en mangent !

Les coûts du tout anglais

Si les quelques rares analyses économiques de la dynamique des langues prédisent une convergence accélérée vers une hégémonie linguistique exercée par l'anglais, ce que nous montre l'étude de François Grin², c'est qu'une telle

²François Grin, auteur du rapport établi à la demande du Haut Conseil de l'évaluation de l'école en France, intitulé *L'enseignement des langues étrangères comme politique publique*, [En ligne], 2005.

évolution « s'avère inefficace en termes d'allocation des ressources, injuste en termes de distribution des ressources, dangereuse pour la diversité linguistique et culturelle et préoccupante quant à ses implications géopolitiques ».

Signalons que l'originalité de l'étude de Grin tient au fait qu'il intègre l'approche économique à celle de l'évaluation de politiques publiques et met sur le même plan la recherche de la rentabilité et celle de l'équité. L'efficience n'est pas tout, et toute politique publique doit aussi être évaluée à l'aune de l'équité.

Les résultats de l'étude de Grin montrent que, dans le contexte européen :

- 1) le Royaume-Uni gagne, à titre net, au minimum dix milliards d'euros par année du fait de la dominance actuelle de l'anglais (en économisant les coûts de traduction et d'enseignement des langues étrangères³) ;
- 2) si l'on tient compte de l'effet multiplicateur de certaines composantes, cette somme peut être portée à dix-huit milliards ;
- 3) ce chiffre ne tient pas compte de différents effets symboliques, comme l'avantage dont jouissent les locuteurs natifs de la langue hégémonique dans toute situation de négociation ou de conflit se déroulant dans leur langue ;
- 4) le scénario multilingue ne réduit pas les coûts (qui seraient sensiblement les mêmes), mais les inégalités entre locuteurs ; toutefois, étant donné les forces à l'œuvre dans la dynamique des langues, il présente un risque certain d'instabilité et exige un train de mesures d'accompagnement pour être viable ; en d'autres termes, il exige une politique d'aménagement de l'usage des langues ;
- 5) le scénario « espéranto » permettrait, quant à lui, une économie nette d'environ vingt-cinq milliards d'euros annuellement pour l'ensemble de l'Europe.

Selon cette étude, le scénario « espéranto » est utopique, même s'il est économiquement rentable. Pour lui, le scénario « multilinguisme » jouit de la plus grande acceptabilité politique.

³Des études en Grande-Bretagne ont attiré l'attention sur le nombre important de contrats perdus à cause de l'unilinguisme de certains travailleurs et appellent à faire des efforts pour accroître l'apprentissage des langues étrangères.

De ce détour par les études économiques, il faut donc retenir que :

- le libre marché des langues, qu'il soit évalué sur le plan économique par l'entremise de l'approche du capital humain, de la théorie des jeux ou de celle des réseaux, ne peut se traduire, en matière de dynamique des langues, que par une convergence vers l'hégémonie d'une langue unique ;
- le seul scénario acceptable politiquement, parce qu'il tient compte à la fois des deux critères, celui d'efficacité et celui d'équité, est le scénario multilingue ;
- la mise en application d'un tel scénario exige entente entre les partenaires, coordination des actions entre les États et actions concrètes d'encadrement (comme des politiques linguistiques), et ce, à un coût qui n'est pas plus élevé que le scénario de libre marché ou de libre concurrence ;
- il y aurait intérêt à ce que des études économiques⁴, comme celle de F. Grin, soient entreprises pour de grandes régions économiques autres que la Communauté économique européenne (CEE) ou à l'échelle mondiale.

La question qu'il faut alors se poser est pourquoi, en dépit des dommages collatéraux du tout anglais (droits linguistiques non respectés, inégalités entre les locuteurs de langue maternelle et de langue étrangère pour négocier et exposer finement leurs idées, avantages financiers très substantiels pour les pays de langue anglaise, etc.), la majorité des États et l'opinion publique sont aveugles aux pertes qu'ils subissent et semblent accepter le tout anglais avec une telle facilité ?

L'expérience d'aménagement linguistique au Québec, mais aussi dans bien d'autres États qui se sont donné une véritable politique linguistique, nous montre que les États, s'ils le veulent bien, possèdent des leviers efficaces pour endiguer ces tendances sociologiques négatives. La langue étant un bien collectif, l'État peut réguler l'usage des langues. Mais posons la question de façon plus globale.

⁴François GRIN, «Coûts et justice linguistique dans l'Union européenne», dans M. FAVRE D'ÉCHALLENS (dir.), *L'avenir s'écrit aussi en français*, Condé-sur-Noireau, Éditions Charles Corlet, 2004, p. 97-104 (Panoramiques, 69). Aux États-Unis, la réduction constante de l'enseignement des langues étrangères au cours de la scolarité légale, c'est-à-dire avant l'université, permet une épargne que l'on peut évaluer à seize milliards de dollars.

Se donner une stratégie de gouvernance de l'usage des langues

La question qu'il faut alors se poser est celle de savoir comment agir sur le plan supranational, question d'autant plus complexe qu'il y a un très grand nombre d'acteurs : les États, les lieux supranationaux de concertation et d'action (en ce qui concerne le Québec, les structures interaméricaines anciennes et nouvelles) qui se mettent en place ainsi que les lieux déjà établis de concertation et de coopération, comme le sont les organismes de la Francophonie, l'Organisation des États américains (OEA), l'Organisation des États ibéro-américains (OEI), les organisations internationales, les très grandes entreprises, etc.

Les stratégies à définir doivent donc atteindre un degré de généralisation qui ne doit pas nuire à l'action, celle-ci se déclinant selon les niveaux de responsabilité.

Une nouvelle donne

Nous avons brossé brièvement en introduction le tableau des conséquences négatives du tout anglais sur le respect des droits linguistiques des citoyens dans un État donné (droit du consommateur, du travailleur, du citoyen, etc.). Or, il s'avère que tout État qui cherche à garantir à ses citoyens l'ensemble de ces droits risque d'être poursuivi sur le plan international, par l'Organisation mondiale du commerce (OMC) notamment, pour entrave à la libre circulation des biens et services.

Il faut donc bien comprendre la nouvelle donne dans laquelle nous nous trouvons, nouvelle donne qui nous amène à chercher à établir un nouvel équilibre entre :

- les aspirations nationales et les règles de fonctionnement supranationales (respect des droits des citoyens et respect des principes d'un libre marché) ; en effet, le besoin irréprensible de formes de régulation supranationale selon les lois de la libre entreprise va nécessairement se heurter aux forces nationales qui s'y opposent ;
- la standardisation culturelle à laquelle conduit le tout anglais et l'épanouissement des diversités, particulièrement de la diversité linguistique ;
- l'usage de langues à vocation internationale, particulièrement la lingua franca anglo-américaine, et le respect ainsi que la promotion des langues officielles (nationales) sur leur territoire.

La résolution des tensions que provoque cette nouvelle donne passe alors par la mise en place d'une nouvelle éthique conduisant à une gouvernance⁵ linguistique. À cet égard, la promotion de la diversité linguistique sur le plan supranational, en mettant en place des stratégies d'usage du multilinguisme, nous ouvre une avenue.

Une gouvernance linguistique

Keynes disait, en effet, que l'économique, le politique et l'éthique sont les trois passagers d'une même voiture et il ajoutait que l'économique ne devait pas être au volant. Ces dernières années, on a fait comme si le jeu des forces économiques allait régler tous les problèmes. Depuis Seattle et Porto Allegre cependant, un mouvement pour une mondialisation à visage humain veut contrebalancer le néolibéralisme promu par l'OMC.

La situation actuelle nous donne la chance de chercher à rééquilibrer les rapports entre l'économique, le technologique et le politique. Sur le plan linguistique, on peut mettre en place une nouvelle gouvernance linguistique et culturelle en s'appuyant sur la signature de contrats sociolinguistiques et socioculturels à tous les niveaux, du supranational au local, comme c'est le cas dans d'autres dossiers tels l'environnement, l'eau, etc.

On ne peut prétendre réaliser une intégration économique comme la Zone de libre-échange des Amériques ou participer au développement d'une économie mondiale, sans tenir compte des effets collatéraux éventuels, pour utiliser une expression à la mode, sur les plans social, culturel et linguistique. Le libre marché doit être un libre-échange, équitable et humain. Sur le plan linguistique, il appert que les États doivent poser les jalons d'une démarche de promotion du multilinguisme dans tous les domaines de communication supranationale pour renforcer l'usage de langues officielles sur leur propre territoire.

Comme l'écrivait récemment Amin Maalouf, dans *L'Orient-Le Jour* :

Le grand combat qu'il convient de mener aujourd'hui n'est pas pour la prééminence, mais pour la diversité [...] la véritable attitude civilisatrice, la véritable contribution à une gestion pacifique du monde inquiétant où nous vivons, c'est de consolider et d'organiser har-

⁵Voir ma conférence «Pour une gouvernance linguistique et culturelle» dans ORGANISATION INTERNATIONALE DE LA FRANCOPHONIE, *Le français, langue du monde*, Paris, L'Harmattan, 2003, p. 57-65.

monieusement la diversité culturelle et linguistique des hommes pour que nul ne se sente bafoué, marginalisé, exclu, incompris, méprisé, et que nul ne soit tenté par le langage de la violence⁶.

Il écrit aussi⁷ dans son livre *Les identités meurtrières* :

La langue a cette merveilleuse particularité d'être à la fois facteur d'identité et instrument de communication. Pour cela, séparer le linguistique de l'identité ne me paraît ni envisageable, ni bénéfique. La langue a vocation à demeurer le pivot de l'identité culturelle, et la diversité linguistique, le pivot de toute diversité.

Des règles générales d'action

Pour donner forme à cette éthique et limiter les effets pervers que l'on peut observer actuellement, l'idée d'un instrument international, quelle qu'en soit la forme, germe rapidement, car comment agir sur le plan supranational sans que les États se donnent des balises d'action qu'ils vont chercher à opérationnaliser dans leur contexte particulier ? Cet instrument, qui doit faire l'objet de l'adhésion la plus large possible des États, doit viser à faire reconnaître :

- d'un côté, le droit de tout citoyen d'un État de vivre, sur son territoire d'appartenance, dans sa langue officielle et donc d'y mener toutes ses activités publiques (éducation, travail, consommation, vie civique et culturelle) ;
- d'un autre côté, la légitimité pour un État, quel qu'il soit, d'élaborer sa propre politique culturelle et linguistique et de se doter des moyens nécessaires pour la mettre en œuvre et la diffuser. En d'autres mots, la préservation de la culture et de la langue officielle d'un État devra être prise en compte, voire primer sur l'amélioration de la circulation des produits et services, qu'ils soient d'ordre économique ou culturel, sans toutefois l'interdire.

⁶«Cause toujours», *Courrier international*, hors série Culture, mars-avril-mai 2003, p. 45.

⁷Voir l'article de Pierre Georgeault dans *Le français, langue de la diversité québécoise*, sous la dir. de Pierre Georgeault et Michel Pagé, Montréal, Québec Amérique, 2006.

Une gouvernance qui peut s'appuyer sur un précédent

Sur le plan culturel, de nombreux pays ont voté récemment en faveur de l'adoption d'un instrument international (la Convention de l'UNESCO sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles) pour que la libéralisation du marché des produits et services culturels puisse se faire sans qu'il faille remettre en question le pouvoir des États de se doter de politiques culturelles visant à dynamiser l'expression culturelle de leur territoire et, incidemment, en donnant une chance aux différentes expressions culturelles de survivre. Telle est du moins l'intention, tel est l'objectif de la Convention.

Qu'en est-il dans le domaine de la langue ? Est-ce que la promotion de la diversité linguistique est couverte par la Convention de l'UNESCO ?

La Convention consacre la reconnaissance internationale du droit souverain des États et des gouvernements de formuler et de mettre en œuvre des politiques culturelles permettant le développement de secteurs culturels forts qui puissent contribuer à une véritable diversité culturelle sur les scènes nationale et internationale. Elle souligne en outre l'importance de l'ouverture aux autres cultures du monde, de même qu'elle réaffirme les liens qui unissent culture, développement et dialogue et crée une plate-forme innovante de coopération internationale.

Le problème qui existe est le suivant : dans la plupart des cas, ce qui fait problème, c'est la libre circulation de produits culturels à forte connotation linguistique. Pensons à la chanson, au film, au livre, au multimédia, etc. Et c'est l'imposition de quotas, et plus particulièrement le niveau des quotas (25 %, 40 % ou 60 %), qui fait et fera problème. D'ailleurs, les négociations bilatérales des États-Unis risquent de fixer un plancher minimal, comme on peut le voir dans les négociations avec la Corée du Sud qui feraient passer de cent quarante-six jours à soixante-treize jours le nombre de jours à l'affiche réservés aux films coréens.

La Convention de l'UNESCO constitue une avancée importante puisque, devant les règles du libre marché, elle convient qu'un État peut raisonnablement réguler les échanges des produits et services culturels (et pourquoi pas linguistiques) dans l'intérêt collectif de ses commettants⁸.

⁸Le libellé de la seule clause qui fait explicitement référence à la langue est le suivant : «Article 6 - Droits des parties au niveau national 1. Dans le cadre de ses politiques et mesures culturelles telles que décrites à l'article 4.6, et compte tenu des circonstances et des besoins qui lui sont propres, **chaque Partie peut adopter des mesures destinées à protéger et promouvoir la diversité des expressions culturelles sur son territoire**. 2. Ces mesures peuvent inclure: (a) les mesures réglementaires qui visent à protéger et

Une gouvernance qui vise à gérer la diversité linguistique

A) Par un aménagement de l'usage du multilinguisme

Vous me permettez de paraphraser un mot de Boutros Boutros-Ghali et de dire qu'une politique d'aménagement du multilinguisme est à la diversité linguistique ce que le multipartisme est à la démocratie.

En Europe, on a tendance à faire reposer le multilinguisme principalement sur les individus, le libre marché des langues devant réguler alors la diversité des usages. Dans les faits cependant, cette stratégie fait en sorte que, progressivement, une seule langue est choisie comme langue d'intercommunication.

L'usage des langues, cela se gère, comme tout bien collectif. Une politique d'aménagement du multilinguisme vise à encadrer l'usage des langues dans l'ensemble des situations de communication. Elle fait clairement la distinction entre le multilinguisme institutionnel, soit l'usage de plusieurs langues par les institutions (ce qui ne veut pas dire que tous les employés doivent être plurilingues), et le plurilinguisme individuel. En se centrant sur les fonctions langagières des institutions, publiques ou privées, elle crée les conditions d'usage des langues et permet leur emploi par les individus. Elle cherche à faire en sorte que :

- à l'échelle nationale, l'usage de la langue officielle sur son territoire soit maximisé, c'est-à-dire que la langue soit utilisée dans l'ensemble des situations de communication publique ;
- à l'échelle supranationale (bilatérale et multilatérale), les modalités d'usage des langues soient clairement définies selon les situations de communication.

En d'autres mots, chercher à gérer le multilinguisme, c'est renforcer l'usage de la langue officielle sur son territoire et favoriser le multilinguisme à l'échelle

promouvoir la diversité des expressions culturelles; (b) les mesures qui, d'une manière appropriée, offrent des opportunités aux activités, biens et services culturels nationaux, de trouver leur place parmi l'ensemble des activités, biens et services culturels disponibles sur son territoire, pour ce qui est de leur création, production, diffusion, distribution et jouissance, **y compris les mesures relatives à la langue utilisée pour lesdits activités, biens et services.**»

Voir l'article de Alain Prujiner qui analyse la portée juridique de la Convention dans *Le français au Québec: les nouveaux défis*, sous la dir. de Alexandre Stefanescu et Pierre Georgeault, Saint-Laurent, Fides, 2005.

supranationale. Il est entendu que ce multilinguisme doit être assumé par les institutions privées ou publiques au sein desquelles les individus offrent leurs compétences linguistiques au même titre que leurs compétences professionnelles. Les principaux avantages que l'on peut tirer de cet aménagement linguistique sont les suivants :

- cela sert les intérêts de l'État, qui voit sa langue officielle valorisée et normalement utilisée sur son territoire ;
- cela sert les intérêts des citoyens, qui peuvent être éduqués et informés, consommer, travailler dans leur langue officielle et commune (le fardeau du plurilinguisme ne repose pas sur leurs épaules et ils voient leurs compétences plurilingues valorisées) ;
- cela sert aussi les intérêts des entreprises : la stratégie de plurilinguisme permet d'abord à leurs travailleurs de travailler efficacement dans leur langue ; ensuite, l'interface institutionnelle multilingue mise en place par l'entreprise, c'est-à-dire les personnes qui sont appelées à communiquer en d'autres langues, lui permet de s'ouvrir des marchés ou de conforter ses parts de marché à l'étranger.

B) Par la multiplication de la signature de contrats sociolinguistiques

Un contrat sociolinguistique est une entente qui lie des partenaires de la même langue ou de langues différentes pour établir les règles d'usage des langues, soit au sein du regroupement lui-même, soit dans les communications du groupe avec l'extérieur. Il vise à créer les conditions d'usage des langues, à agir sur la demande d'usage des langues en quelque sorte, et à se donner les moyens d'intervenir en cas de traitement inéquitable.

Sur le plan supranational, on a, en effet, tout intérêt à promouvoir une approche multilingue qui se concrétise par la signature de contrats sociolinguistiques à tous les niveaux possibles. La gouvernance⁹ linguistique dont je

⁹Les États interviennent sur leur territoire et sur le plan supranational par les structures qu'ils mettent en place, mais les champs d'action sont limités et sont loin de couvrir tous les domaines. C'est pourquoi il faut s'orienter vers une gouvernance linguistique, à tous les niveaux possibles, prise en charge par les différents regroupements, quelle que soit leur nature.

parlais précédemment en dépend. Que ce soit donc au sein de regroupements professionnels à caractère scientifique ou autre, de colloques internationaux, d'alliances entre organisations non gouvernementales ou gouvernementales ou même d'entreprises, le statut des langues et les règles d'usage méritent d'être clarifiés et officiellement adoptés. Par ailleurs, l'adoption de normes techniques ou technolinguistiques¹⁰ à l'échelle supranationale qui visent une adaptabilité linguistique et culturelle des produits et services fait aussi partie de ces contrats sociolinguistiques à élaborer.

De tels contrats sociolinguistiques¹¹ peuvent aussi être signés au sein de tous les espaces linguistiques pour conforter l'usage de leur langue, mais aussi pour préciser les conditions d'usage des langues nationales et des langues partenaires sur les territoires nationaux. En ce sens, ils devraient naturellement susciter l'établissement de politiques nationales sur l'usage des langues.

Avant de terminer, je veux revenir un bref instant sur la nécessité d'agir à la fois sur l'offre et sur la demande d'usage des langues.

La plupart du temps, dans les accords commerciaux, la langue de l'échange n'est pas prise en considération (ex. : Accord de libre-échange et Accord de libre-échange nord-américain). Pourtant, c'est la langue qui structure les échanges. L'économie se construit aussi avec des mots, comme le dit Jean-Marie Klinkenberg¹², et ce, non seulement parce que les mots font vendre, acheter,

¹⁰Signalons ici l'action pionnière de l'Office québécois de la langue française dans la mise à disposition de la plate-forme multilingue du *Grand dictionnaire terminologique*.

¹¹Par exemple :

- officialiser l'usage des langues d'une organisation supranationale ou internationale, qu'elle soit de nature commerciale, politique ou non gouvernementale, universitaire;
- se regrouper autour de champs d'intérêt communs, comme l'Union latine, qui regroupe les pays de langue latine;
- ouvrir le dialogue entre les aires linguistiques, comme le fait l'Organisation internationale de la Francophonie, constitue également une manifestation de la quête de gouvernance des langues sur le plan supranational;
- la déclaration de Cotonou;
- les mesures récentes prises par les États du Mercosur en faveur d'une intégration de l'enseignement de l'espagnol et du portugais, sans oublier les décisions du Conseil des ministres des Caraïbes pour éliminer les barrières des langues au sein de la région en améliorant la compétence en anglais, en espagnol et en français;
- l'OUI, Organisation universitaire interaméricaine;
- le FINA, Forum sur l'intégration nord-américaine;
- le comité de l'ISO sur l'adaptabilité linguistique et culturelle;
- les stratégies multilingues au sein des entreprises internationales.

¹²Jean-Marie KLINKENBERG, *La langue et le citoyen*, Paris, PUF, 2001.

fabriquer ou qu'ils permettent de donner des idées ou des instructions, mais aussi parce qu'ils structurent de plus en plus le matériau même de l'économie. La normalisation linguistique sert à assurer la fluidité des échanges et du circuit économique de la conception à la consommation, en établissant des définitions communes de la marchandise. Ainsi, de plus en plus, avec les exigences de qualité ISO, l'entreprise doit dire ce qu'elle fait et faire ce qu'elle dit.

Si l'on vend des produits linguistiques aujourd'hui plus que jamais, si la langue structure l'univers de la production et des échanges, langue et économie s'imbriquent aussi dans un troisième domaine : les compétences exigées des travailleurs, particulièrement à l'écrit, en partant de la base jusqu'aux niveaux les plus élevés de la stratification socioprofessionnelle.

Même en Europe, où l'officialisation de l'usage des langues est la plus claire et la plus avancée, il semble difficile, malgré les règles d'usage établies, de résister au tout en anglais.

Il faut dire, cependant :

- que le fardeau du plurilinguisme est mis sur les individus ;
- que les États ne cherchent pas beaucoup à gérer l'usage des langues chez les fonctionnaires, les entreprises, les chercheurs, etc.

Développer l'offre, par l'apprentissage des langues, sans encadrer la demande de l'usage, risque de conduire à un échec. Je prendrais seulement l'exemple de ce professeur de français, Japonais, qui se demandait comment motiver les jeunes Japonais, quand l'entreprise française au Japon utilise l'anglais.

En terminant, permettez-moi de faire écho à l'appel lancé par l'ancien secrétaire général de l'Organisation internationale de la Francophonie, monsieur Boutros Boutros-Ghali, lors de la journée sur le français, langue du monde, tenue à Bruxelles les 19 et 20 mars 2002, lorsqu'il invitait, dans son allocution de clôture, à « admettre que parler français, lorsqu'on est une grande entreprise, lorsqu'on est un fonctionnaire international, lorsqu'on est un chercheur francophone, n'est pas un acte ringard, mais un acte politique, je dirais même géopolitique, un acte de civisme linguistique qui engage l'avenir de la communauté tout entière ». Cet appel vaut pour chacune des langues officielles ou nationales de nos pays respectifs.

Je vous remercie.

Negociaciones regionales : ¿ Qué idiomas privilegiar ?

BLANCA MARGARITA OVELAR DE DUARTE
Ministra de Educación del Paraguay

La importancia de la diversidad lingüística ha sido, y a menudo sigue siendo, víctima de varios prejuicios que con sus efectos combinados han contribuido a devaluar la trascendencia del pluralismo lingüístico y la preservación del patrimonio lingüístico mundial.

Así, durante mucho tiempo, la diversidad lingüística se ha asociado a la idea negativa de la incomunicabilidad de las culturas, idea sublimada por la imagen bíblica del mundo después de la Torre de Babel, condenado por el castigo divino a la confusión lingüística y a la incomprensión. Exacerbado por la dinámica actual de la mundialización, este prejuicio ha tenido enormes repercusiones: por una desviación paradójica, la eliminación de la diversidad lingüística ha parecido constituir por mucho tiempo una condición indispensable para la instauración de una comunicación y un entendimiento entre las culturas y los seres humanos. Algunos han sugerido incluso que la construcción de una paz universal requería una lengua universal única. Toda la experiencia humana viene a desmentir este prejuicio.

Un segundo prejuicio, en parte ligado al primero, consiste en establecer una jerarquía de lenguas, algunas se consideran superiores y portadoras de “civilización”, mientras que otras se juzgan “inferiores”, primitivas o condenadas a desaparecer por el progreso industrial y económico.

Ninguna lengua es inherentemente “superior” a cualquier otra, cada una cumple su función en un determinado contexto cultural, económico, social, ecológico y político. La desaparición de una lengua no es por la supuesta inferioridad lingüística sino por la brutal alteración del entorno general en el que se la utiliza, la evolución de los modos de vida a ella asociados o la ausencia de un patrimonio escrito susceptible de suplir las deficiencias de la transmisión oral.

Un tercer prejuicio, en gran medida contemporáneo a la aparición de los Estados-Nación, consistía en construir los cimientos de un Estado unitario sobre la base de la promoción de una lengua oficial única. Esta política ha

llevado a menudo a desalentar el pluralismo cultural y lingüístico y a fomentar el monolingüismo que se considera garantía de unidad y cohesión nacional. En nombre de la indivisibilidad de la comunidad nacional se combate la existencia de dialectos y lenguas regionales mediante políticas de asimilación lingüística forzada y se considera al multilingüismo un obstáculo al desarrollo.

Se trata de una cuestión que en realidad va más allá del destino particular de una u otra lengua; lo que está en juego es la constitución de sociedades cuya cultura refleje la diversidad de sus expresiones, el valor del pluralismo, la tolerancia y el respeto del otro, que son la base de la verdadera democracia. En este contexto de un mundo cada vez más “mundial”, a pesar de su creciente erosión, el multilateralismo sigue siendo la esperanza. ¿Cómo planteamos las lenguas preponderantes para las relaciones internacionales? ¿Repetimos los prejuicios en relación con la pluralidad lingüística? ¿“Se imponen las lenguas superiores”?

Sin duda, la tercera revolución industrial y la mundialización que la acompaña están a punto de partir el mundo en dos: el de los globalizadores, esa sociedad de una quinta parte del mundo dominada por una hiperclase segura de sí misma y hegemónica, y el de los globalizados, esos cuatro quintos de la humanidad, que más que moverse son movidos.

La tercera revolución industrial y la mundialización que la acompaña llevan por tanto en su seno la marginación, como las nubes llevan la tormenta. Esta es una realidad innegable de las relaciones en el mundo... ¿Cómo hacerle frente?

El discernimiento de esta cuestión constituye el obligado punto de partida para la toma de postura de los Estados y las instancias internacionales a la hora de tomar las grandes decisiones en todos los órdenes, siendo la lengua para la comunicación internacional de gran relevancia y enorme simbolismo.

Las relaciones de cooperación y las transacciones comerciales no escapan a este influjo, pero es esencial reconocer que las lenguas del mundo no son un vulgar objeto de consumo que pueden producirse y reemplazarse hasta el infinito: lengua y sociedad son dos fenómenos indisociables, tan inseparables como el anverso y el reverso de una hoja. Comprender esto nos lleva a posicionarnos de manera distinta ante las relaciones internacionales.

En este sentido, el rol llamado a jugar por nuestro continente adquiere una importancia de primer orden. América, como parte integrante del mundo que llamamos Occidente, alberga cuatro lenguas de gran trayectoria internacional, portadoras de culturas milenarias y pertenecientes a Estados fuertemente consolidados y desarrollados económica y socialmente. Estas lenguas inmigrantes, si bien dominantes, no han sido lo suficientemente poderosas para extirpar a las lenguas amerindias y dar origen a Estados unilingües. Hoy, sin embargo, una de estas lenguas hace resurgir el peligro de un avasallamiento lingüístico aún no conocido.

Aunque son innegables las ventajas de una lengua que expande los avances de las ciencias y la técnica, las aceleraciones de la información en los medios de comunicación masiva o los estereotipos del éxito y de lo moderno, esas mismas ventajas son portadoras de riesgos al constituirse en vehículo no neutral de comunicación en un mundo polífono de voces que expresan desigualdades abismales.

Es innegable que debemos establecer acuerdos claros para que América funcione ampliamente en español, portugués, francés e inglés en las conferencias y los organismos internacionales, en la edición especializada, la documentación técnica, las normas, la comunicación científica, Internet y los medios de comunicación especializados. Pero, de la misma manera, debemos promover el uso de las lenguas indígenas, y, tratándose del MERCOSUR, pido que esa otra lengua sea el guaraní, y que junto con ella, las demás lenguas amerindias tengan el espacio para desarrollar y crecer en igualdad de condiciones. Y eso es posible, porque la realidad en América Latina es que en ninguno de nuestros Estados más de un 3 % de la población habla inglés, y aun así numerosos centros nacionales de investigación premian anualmente a una mayoría de investigadores que editan en inglés y favorecen la edición científica en esta lengua; las conferencias internacionales aceptan cada vez más la lengua inglesa como único vector; los organismos internacionales que tradicionalmente sostenían un sistema de plurilingüismo interno favorecen claramente una única lengua. El mundo de la edición técnica y científica está dominado por la lengua inglesa; las normas internacionales y las patentes son sectores en los cuales el inglés se impone cada vez más; 50 % de las páginas Web recensadas en el mundo están escritas en inglés cuando menos del 10 % de la población tiene el inglés como lengua materna. Sin duda en la globalización muchas lenguas se ven amenazadas y, a través de ellas, se ve amenazada también la soberanía de los ciudadanos del mundo. La desaparición de una lengua refleja a menudo una situación más amplia y más compleja: el subdesarrollo, la exclusión, la dependencia y la marginación.

Debo aprovechar este valioso espacio para proponer que una lengua indígena, la única que es oficial para todos los habitantes de una República y hablada mayoritariamente por ciudadanos no indígenas, sea considerada también como una de las lenguas de comunicación para América: me refiero a la lengua guaraní, que necesita de este respaldo internacional para su promoción y desarrollo en toda la región y para constituirse en un icono para las demás lenguas amerindias cuyo valor comunicacional y cultural para sus hablantes es enorme y valioso. América con lenguas originarias creciendo en igualdad y armonía con sus lenguas de origen europeo. ¡Qué maravilla! Me refiero a la lengua guaraní hablada en cuatro países de la Región.

Finalmente, no olvidemos nunca que luchar por la diversidad lingüística es contribuir a la libertad de expresión y a la paz. El ejercicio de la palabra nos permite un encuentro con el otro en que queda preservada la dignidad. Promovamos en nuestra Región la negociación de un convenio internacional sobre los derechos lingüísticos y la negociación de acuerdos a escala nacional y regional con miras a proteger la vigencia de nuestra diversidad

SESSÃO 5
POLÍTICAS EDITORIAIS E TECNOLOGIAS
PARA A DIFUSÃO DAS LÍNGUAS

SESIÓN 5
POLÍTICAS EDITORIALES Y TECNOLOGÍAS
PARA LA DIFUSIÓN DE LAS LENGUAS

SESSION 5
POLITIQUES ÉDITORIALES ET TECHNOLOGIES
POUR LA DIFFUSION DES LANGUES

SESSION 5
PUBLISHING POLICIES AND TECHNOLOGIES
TO DISSEMINATE LANGUAGES

Ressources linguistiques en ligne

TINA CÉLESTIN

Office québécois de la langue française

Introduction

Depuis plus d'une dizaine d'années, au Québec comme ailleurs, la question sur les conséquences linguistiques découlant des processus de mondialisation et d'intégration économique se pose de manière récurrente et de façon de plus en plus structurée. Notre regard porte sur l'avenir des langues dans notre zone des Amériques, avenir qui se joue sur la scène internationale. D'où la proposition naturelle d'envisager des mesures internationales en matière de politique linguistique.

Évidemment, le déséquilibre des forces linguistiques en cause sur notre continent fait réfléchir aux enjeux, et la sensibilité du sujet nous permet de croire que nous pourrions modifier la situation, si nous mettons en œuvre des initiatives et des partenariats stratégiques visant le respect et la valorisation de la diversité linguistique. Même si la langue prédominante sur Internet reste l'anglais, des observateurs constatent que, depuis 1998, il y a eu une progression constante de la présence des langues néolatines, dont le français, le portugais et l'espagnol¹. Dans ces circonstances, il est utile de souligner qu'en avril 2006, madame Line Beauchamp, ministre de la Culture et des Communications du Québec, a réaffirmé son appui à la diversité culturelle, en disant :

« Nous avons le devoir, avec les autres États francophones, de nous assurer que cette langue [le français] demeure une composante majeure du patrimoine universel. Et c'est dans cet esprit, par exemple, que le Québec et le Canada

¹*Langues et cultures sur la Toile 2005 : étude menée conjointement par l'ONG Funredes et l'OIG Union latine, avec le soutien de la Délégation générale à la langue française et aux langues de France, 2005 [dti1.unilat.org/LI/2005/index_fr.htm].*

ont ratifié la convention de l'UNESCO sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles [...] »².

Pour sa part, l'Office québécois de la langue française, une des institutions du Québec dans ce domaine, responsable de la définition et de la conduite de la politique linguistique québécoise, contribue à la réalisation de cette orientation gouvernementale, en veillant au maintien du statut du français sur son territoire national et en favorisant le multilinguisme institutionnel et commercial sur le plan supranational ou international.

Après Québec et Asunción, nous aborderons aujourd'hui, à Rio, la diversité linguistique sous l'angle des politiques éditoriales et des technologies pour la diffusion des langues. Plus précisément, nous traiterons des « ressources linguistiques en ligne », soit des ressources concernant le « français », dont la présence sur Internet a tendance à augmenter plus vite que l'espagnol et le portugais. Paraît-il que nous devons cet essor, entre autres choses, à une politique volontariste de la Francophonie pour la production de contenus.

Nous développerons ce thème en rappelant les objectifs de notre session, en faisant des observations sur la diversité de ces ressources en ligne et sur la nécessité qu'elles représentent pour le développement de l'industrie de la langue. Nous concluons en proposant des mécanismes de coopération pouvant favoriser la réalisation de certains des objectifs de ce séminaire.

1. Les objectifs de la session, tendances et croyances

Parmi les recommandations émises lors du dernier séminaire d'Asunción, trois sous-tendent les objectifs qu'on nous a indiqués comme étant reliés à cette cinquième session du séminaire d'aujourd'hui. Nous les reprenons donc parce qu'elles ont guidé notre réflexion :

- 1^o « [...] contribuer à la compilation terminologique et à la création de nouveaux termes, pour renforcer les langues parlées dans le continent, en tirant partie du patrimoine déjà existant et en favorisant le développement de nouvelles recherches » (R-9). Cette recommandation s'apparente à la résolution émise à Québec proposant « que les organismes interaméricains se dotent d'infrastructures terminologiques chargées d'établir

²QUÉBEC. ASSEMBLÉE NATIONALE. 37^e LÉGISLATURE, 2^e SESSION, *Journal des débats de la Commission de la culture. Étude des crédits du ministère de la Culture et des Communications (1) : volet Charte de la langue française*, vol. 39, no 8, mardi 25 avril 2006, p. 4 de 8 [www.assnat.qc.ca/fra/37Legislature2/DEBATS].

des terminologies multilingues dans les domaines utiles et prioritaires pour le processus d'intégration » (R5.1e).

- 2º « [...] encourager le développement des industries de la langue, en particulier, de systèmes multilingues de traduction automatique, afin de doter les langues du continent de ressources technologiques qui leur permettent de participer à l'Internet [...], ce qui contribuera à contrecarrer la tendance à l'hégémonie d'une seule langue (l'anglais, en particulier dans ces domaines) » (R-11).
- 3º « [...] établir des mécanismes de coopération entre tous les pays pour faciliter l'échange de ressources matérielles et intellectuelles destinées spécifiquement à équiper adéquatement et équitablement les langues du continent » (R-12).

En ayant ces objectifs à l'esprit, nous pensons utile de rappeler certaines tendances et croyances qui expliquent des positions prises et qui peuvent orienter les positions à prendre en matière de politiques linguistiques au sein des Amériques. Il s'agit, en l'occurrence, de celles-ci :

- 1º Les processus de mondialisation et d'intégration économique sont à la base de notre préoccupation culturelle et linguistique, et le développement des affaires électroniques progresse plus rapidement que le développement des relations culturelles et linguistiques.
- 2º La présence en ligne d'une langue constitue sa garantie d'existence et de développement (seules les langues qui sont diffusées dans Internet survivront et se développeront). Favoriser par conséquent sa présence signifie « favoriser l'équité culturelle et linguistique ».
- 3º Le renforcement d'une langue passe, entre autres choses, par sa diffusion à côté d'autres langues, ce qui engendre un effet multiplicateur.
- 4º La sensibilité aux réalités linguistiques de chaque État ou pays s'accroît tout comme le désir d'aller vers un monde multipolaire au niveau supranational ou international.
- 5º Les technologies constituent en effet un levier important pour la promotion d'une langue et la communication entre les cultures. Cependant, elles peuvent devenir un frein si elles ne sont pas en mesure de s'adapter entièrement à une langue.

En fait, nous croyons à la nécessité que les États et les pays se dotent d'une politique linguistique nationale qui prenne en compte l'impact des enjeux linguistiques créés par l'apparition du Web, par l'évolution technologique, par les processus de mondialisation et d'intégration économique et par la conscientisation des enjeux relatifs à la diversité culturelle et linguistique.

Il n'est pas évident en effet que les politiques nationales se positionnent aujourd'hui clairement par rapport à ces phénomènes qui déséquilibrent le statut des langues.

Au-delà d'une politique interne, nous croyons également qu'il serait utile de se doter d'une politique linguistique internationale et interaméricaine qui permette la promotion et le développement équitables des cultures et des langues.

2. La diversité des ressources linguistiques en ligne: collecte et création de termes

Pour traiter ce sujet et, en tenant compte que nous nous intéressons à la langue française, nous avons pensé mettre en avant divers outils de collecte linguistique ou terminologique ou des outils qui servent à la rédaction terminologique et qui sont diffusés en ligne. Certains de ces outils sont à la portée de tous les publics parce qu'ils sont consultables gratuitement, d'autres sont accessibles seulement à un public plus restreint formé de membres, ou encore sont consultables dans les intranets. Enfin, d'autres sont payants.

Les outils sont diffusés parfois de manière « isolée » ou « regroupée en des ensembles d'outils de taille plus ou moins grande ». D'ailleurs, cette façon de les présenter reflète une caractéristique des stratégies utilisées par les producteurs et diffuseurs de ces outils, qui agissent en fonction des mandats de leur organisation ou du plan d'affaires de leur entreprise. Souvent des produits très intéressants voient le jour et, malheureusement, bon nombre d'entre eux ne sont pas mis à jour ou disparaissent. À la recherche de produits types pour expliciter la diversité des ressources en ligne, nous avons constaté la minceur des contenus terminologiques et néologiques en ligne. En effet, souvent, ces ressources consultables gratuitement le sont parce que les gouvernements ont financé leur diffusion, ou alors parce qu'elles sont de taille petite ou moyenne. Le marché des contenus terminologiques en ligne nous a paru être fort dynamique, toutefois très inégal et instable.

S'il est pratique de mentionner à titre d'exemple la présence de certains produits en ligne, il est clair pour nous que leur mention ne prétend pas leur attribuer un label de qualité et que nous avons un devoir de retenue. Toutefois, nous pouvons identifier dans le cyberspace une gamme de produits, comme :

- des banques de données terminologiques, bilingues ou multilingues³ certains de ces corpus de données terminologiques mettent à la disposition de public ou exclusivement de membres abonnés, ou encore, seulement de leurs partenaires, leur logiciel de production et de diffusion terminologique;
- des bases de données néologiques⁴ ;
- des banques de données textuelles, générales ou spécialisées⁵
- des bases de données linguistiques⁶ ;
- des thésaurus, généraux ou spécialisés⁷, dont il convient qu'ils soient basés sur le découpage économique, qui sera de plus en plus semblable pour tous ;

³CILF (Conseil supérieur de la langue française), *Base de terminologie* [www.cilf.org/bt.fr.html] ;

CRITER [www.criter.dglf.culture.gouv.fr/pls/DGPB
rechercher.recherche_fiche_service?action=Consulter] ;

La banque de données terminologique du Service de la langue française du ministère de la Communauté française de Belgique [www.cfwb.be/franca/bd/bd.htm] ;

OQLF, *Le grand dictionnaire terminologique* (GDT) [www.granddictionnaire.com] ;

Termdat [www.admin.ch/ch/i/bk/termdat/f/termdat/index.htm] ;

Termium [www.termium.gc.ca/site/accueil_home_f.html] ;

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, *UNESCOTERM* [termweb.unesco.org] ;

UNTERM (United Nations Multilingual Terminology Database) [unterm.un.org].

⁴UNIVERSITÉ LAVAL, *Base de données néologiques du français québécois*.

⁵QUÉBEC. SECRÉTARIAT À LA POLITIQUE LINGUISTIQUE, *Corpus lexicaux québécois* [www.spl.gouv.qc.ca/corpus/index.html] ;

Eureka (corpus journalistiques) [www.eureka.cc/Eureka/NonMembers/frame_intro.asp].

⁶OQLF, *Banque de dépannage linguistique* (BDL) : ensemble de règles typographiques et grammaticales [www.oqlf.gouv.qc.ca/ressources/bdl.html] ;

CANADA. BUREAU DE LA TRADUCTION, *Boîte à outils linguistiques* [www.translationbureau.gc.ca/pwgsc_internet/en/outils_tools_f.htm] ;

La Trousse LARA (France) [www.fonction-publique.gouv.fr/dusa/cosla/index.htm].

⁷*Cit@tion* [www.citation.libre.sma.qc.ca/oravixit/Vixit/
Vixit.asp?P=Accueil&T=Cit%40tion] ;

Thésaurus de l'UNESCO [databases.unesco.org/thesfr].

- des banques ou des bases terminologiques « fusionnées ou reliées entre elles »⁸ ;
- des bases de termes tirés de « sites de données terminologiques » portail⁹ (un complément aux banques de terminologie) ;
- des bases documentaires dans lesquelles sont recensées des références d'ouvrages terminologiques en lignes ou publiés¹⁰
- des portails ou infoports¹¹.

Sur les inforoutes, nous pouvons également repérer et traiter les contenus terminologiques grâce au rôle que nous faisons jouer à :

- de la formation en ligne¹² ;
- des listes de distribution ;
- des forums avec modérateur¹³ ;
- des groupes de discussion.

En tant que contenus disponibles en français, est-ce que les ressources terminologiques en ligne sont suffisantes ? Nous avons nous même constaté

⁸IATE (Inter-Agency Terminology Exchange) : nouvelle base terminologique européenne [https://iate.cdt.eu.int/iatenew/login.jsp].

⁹INVENTERM [www.inventerm.com].

¹⁰Kenza Cherkaoui MESSIN, *Dictionnaires bilingues français - langues de l'Union européenne [: rapport]*, Projet « Langues du monde » - Première partie, Paris, Centre national du livre et Délégation à la langue française et aux langues de France, juin 2005

[www.centrenationaldulivre.fr/Rapport-sur-les-Dictionnaires] ;

OQLF, *Inventaire des travaux terminologiques publiés* [www.oqlf.gouv.qc.ca].

¹¹Terminometro (portail thématique multilingue sur la terminologie et les disciplines associées) [www.terminometro.info/modules/divers/recherche_termes/index.php?ln=fr] ;

EducNet [www.educnet.education.fr/] ;

OQLF, *Liens utiles* [66.46.185.83/liensutiles/index.asp].

¹²CANADA, BUREAU DE LA TRADUCTION, *Le Pavel* (didacticiel de terminologie) [www.termium.gc.ca/didacticiel_tutorial/francais/lecon1/indexe_f.html].

¹³Wikidémie [fr.wiktionary.org/wiki/Wiktionnaire:Wikid%C3%A9mie].

que bon nombre de ressources sont dans les intranets, ce qui ne permet pas leur accès à tous. Une réponse tout à fait partielle, à cause des internautes ciblés, nous est donnée par une récente étude que le Commissariat aux langues officielles a fait mener. Publiée en 2005¹⁴, l'étude, portant sur les langues officielles du Canada sur Internet, faisait état des plus importants enjeux soulevés par Internet :

- « Il faut continuer d'investir dans la numérisation des contenus en français, car le fossé numérique entre les francophones et anglophones canadiens est toujours considérable ; il faut aussi entreprendre un projet de numérisation du patrimoine francophone à l'échelle internationale.
- « Il faut accélérer les activités de recherche et de développement portant sur les outils technolinguistiques afin d'augmenter la productivité des travailleurs de la langue et pour permettre aux Canadiens et aux Canadiennes de pleinement profiter des ressources sur le Web.
- « Il faut continuer de fournir des efforts pour faire en sorte que les ambassades étrangères à Ottawa offrent des sites bilingues.
- « Il faut renforcer la présence des langues latines des Amériques sur Internet en créant un réseau interaméricain de promotion de ces langues ».

Cette étude, qui montre la préoccupation du gouvernement canadien face aux « [...] stratégies à adopter pour faire d'Internet un formidable levier culturel, social et économique pour les francophones et les anglophones »¹⁵, tend à prouver, entre autres choses, que le degré de satisfaction des francophones au Canada doit être augmenté. Cette étude ne se réfère pas aux ressources terminologiques exclusivement, mais bien à toute ressource en français et en anglais.

En référence au dernier enjeu concernant le renforcement de la présence des langues latines des Amériques sur Internet, il nous paraît fort important de rappeler, dans le cadre des objectifs de cette session, la nécessité, exprimée depuis Cotonou, d'associer la promotion du français au multilinguisme. Pour le répéter encore une fois, insistons sur le fait que, sur le plan interna-

¹⁴COMMISSARIAT AUX LANGUES OFFICIELLES, *Comblant le fossé numérique des langues officielles sur Internet*, septembre 2005, p. 4 de 49
[www.ocol-clo.gc.ca/archives/sst_es/2005/lang_internet/lang_internet_2005_f.htm].

¹⁵*Ibid.*, p. 26.

tional, la promotion du français ne peut se faire que dans le contexte général de la promotion de la diversité culturelle et du multilinguisme, en opposition au « tout en anglais ». N'oublions pas que l'on a également formulé la nécessité de développer des « outils multilingues » pour réaliser la collecte des terminologies multilingues existantes et pour faciliter la création de termes et de néologismes permettant la description et la dénomination des nouvelles réalités en plusieurs langues.

En guise de contribution concrète, et en lien avec une des recommandations faites à Québec et à Asunción, l'Office québécois de la langue française a investi dans la conception d'un nouveau système intégré de production, de gestion et de diffusion multilingue des données du *Grand dictionnaire terminologique* (GDT). Ainsi, au cours de l'été 2006, nous effectuerons une série de tests avec ce nouveau logiciel et nous inviterons les institutions et les groupes intéressés qui désirent s'associer à nous, à le valider en vue de la collecte et de la production de termes dans n'importe quelle langue partenaire du français.

Nous avons à l'Office des politiques éditoriales pour l'élaboration du contenu du GDT et pour la diffusion de ce contenu. Elles traitent de questions de norme linguistique tout comme d'éléments de partage de données, d'échanges de données, de diffusion de données, de signatures des auteurs, etc. Nous devons les revoir en tenant compte de la disponibilité de cet outil multilingue et des partenariats multilingues qui seront conclus. Selon les partenaires et les possibilités de chacun, les termes du partenariat à établir pourront varier.

3. L'industrie de la langue : des outils technolinguistiques

L'industrie de la langue utilise les ressources linguistiques ou les contenus dont nous venons de parler, pour se développer certes, mais aussi dans le but de faciliter l'intercompréhension culturelle, informationnelle, économique. Pour l'avenir d'une langue, du point de vue de la promotion de la diversité culturelle et linguistique, il importe d'appuyer le développement d'outils technolinguistiques qui permettent l'accès de tous les publics aux contenus Web produits dans cette langue. En plus d'augmenter la demande locale, des chercheurs estiment que la facilité d'accès pourrait, également, avoir pour effet d'augmenter la demande internationale pour ces contenus.

La volonté de certains gouvernements d'établir des relations avec les citoyens et les citoyennes via le Web, fait accroître le besoin d'outils technolinguistiques permettant aux Administrations en ligne de fournir des services de façon plus efficiente et efficace. Ainsi, par exemple, au gouvernement fédéral du Canada, « l'utilisation du Web a entraîné une hausse des besoins en traduc-

tion : les ministères et les agences peuvent afficher un document sur les sites dont ils sont responsables seulement si ce document est offert dans les deux langues officielles ». Et l'expansion des sites Web gouvernementaux nécessite des ajustements des politiques linguistiques gouvernementales qui doivent prendre en compte la révolution Internet.

En somme, il ne suffit pas de numériser les contenus, il faut encore se doter d'instruments aptes à les indexer et à les retrouver par la forme ou par le sens (on parle alors de *Web sémantique*). La création du Centre de recherche en technologies langagières (CRTL) dans la région de la capitale nationale du Canada montre l'attention prioritaire que le gouvernement fédéral accorde à cette question.

Lorsqu'on parle de développer l'industrie de la langue, nous pensons surtout à des outils linguistiques¹⁶ comme :

- les moteurs de recherche et de navigation sémantique¹⁷ (pour l'Internet et l'intranet) ;
- les métamoteurs¹⁸ ;
- les traducteurs mot à mot¹⁹ ;
- les définisseurs mot à mot²⁰
- les traducteurs automatiques²¹ ;
- les logiciels d'aide à la traduction²² ;

¹⁶OBSERVATOIRE DU TRAITEMENT INFORMATIQUE DES LANGUES (OTIL), *Inventaire francophone du traitement automatique des langues* [www.cfwb.otil.org].

¹⁷Par exemple, *LookWayUp* [lookwayup.com/free/dictionary.htm] ; *RetrievalWare* [convera.com/products/retrievalware/].

¹⁸Par exemple, *Ixquick* [ixquick.com/fra/].

¹⁹Par exemple, le traducteur mot à mot de Google ; *Alexandria* [www.memodata.com/2004/fr/company.shtml].

²⁰Par exemple, la commande Define de Google ; *Alexandria* [www.memodata.com/2004/fr/company.shtml].

²¹Par exemple, *Systran* [www.systran.fr/index.html] ; *Reverso* [www.reverso.net/text_translation.asp?lang=FR].

²²Par exemple, *Multitrans* [multicorpora.com/MultiTrans4overview_f.html] ; *Gist-In-Time* [www.alis.com/fr/news_Release5_17052004.html].

- les correcteurs orthotypographiques²³
- les outils facilitant l'activité résumante²⁴ ;
- les outils de recherche avec description structurée des métadonnées (pour décrire les documents, par exemple, thésaurus, ontologies)²⁵ ;
- les logiciels de recherche phonétique (orthographe approchée) ;
- les outils de reconnaissance de la parole²⁶ ; etc.

À la base de la présence de ces outils technolinguistiques se trouvent les ressources contenues dans les outils de collecte et de production terminologique dont nous venons de parler. Or, plus ces outils de collecte seront riches en contenus (par exemple, présence de définitions de termes) et les données seront balisées, plus les outils technolinguistiques seront performants pour tous. Les échanges économiques, culturels et linguistiques seront facilités et enrichis d'autant.

Également, plus les contenus seront multilingues et démocratisés, plus les outils technolinguistiques pourront être démocratisés. Nous savons que les affaires électroniques auront intérêt à se développer en prenant en compte la langue et la culture du consommateur qui sera davantage attiré par des sites « localisés ». Les consommateurs seront servis dans leur langue, et les langues se développeront « équitablement ». Les experts nous avertissent du besoin de formulation de politiques de diffusion des contenus linguistiques afin que l'évolution des technologies de l'information joue en faveur de la diversité linguistique.

²³Par exemple, *Antitode* [www.druide.com/antidote.html] ;
Le Correcteur 101 [www.arcenplume.ca/correction.htm].

²⁴Par exemple, *Pertinence* [pertinence.net/index.html].

²⁵ Par exemple, les produits de la compagnie Adobe permettent l'insertion de métadonnées RDF dans les pages Web. Les moteurs de recherche actuels sont en mesure d'exploiter les métadonnées du Web sémantique.

²⁶Consultez ce portail hébergé par l'Université de Montréal : [www.esi.umontreal.ca/~le-boeufm/blt6134/logiciel.html].

4. Des éléments de coopération : des mécanismes et des outils

Il est certes téméraire de se prononcer sur des avenues de coopération, étant donné le niveau différent des pays ou États faisant partie des Amériques qui sont sensibilisés et s'intéressent aux effets de l'influence des processus de mondialisation et d'intégration commerciale sur leur situation linguistique. Toutefois, nous savons tous que le Web représente un levier puissant pour la promotion et le développement d'une langue, et cela devrait nous inciter à agir.

Dans un premier temps, nous voudrions rappeler des conseils qui ont déjà été formulés et qui sont relatifs à la coopération, tels que :

- faire valoir auprès des gouvernements que les intérêts économiques sont à la base de l'utilisation des langues par les citoyens ou les consommateurs. Les affaires électroniques vont plus vite que les relations humaines.
- sensibiliser les gouvernements pour qu'ils se dotent de politiques linguistiques nationales et supranationales ou internationales, car les gouvernements ont la responsabilité d'être des visionnaires et d'accompagner les citoyens tout comme les industriels dans les révolutions sociales et technologiques qui s'annoncent. Ainsi, ils pourront, par exemple, favoriser l'harmonie entre les objectifs poursuivis par les marchés commerciaux, industriels, culturels et linguistiques.

Dans un deuxième temps, nous tenons à soumettre des propositions qui, croyons-nous, devraient apporter une contribution concrète aux besoins de toutes les parties en cause, dans l'optique de viser à moyen et long terme un meilleur équilibre entre les langues.

1^{re} proposition : s'assurer que les politiques linguistiques gouvernementales, nationales et internationales ou interaméricaines intègrent des éléments visant à :

- soutenir la numérisation de corpus terminologiques déjà existants ainsi que la collecte et la production de nouvelles ressources terminologiques et linguistiques multilingues, nécessaires à l'interaction humaine sur Internet ;
- soutenir leur diffusion gratuite, en ligne. « Il faut évidemment empêcher l'appropriation à des fins commerciales de l'information

numérisée en exigeant des droits de diffusion ou d'exploitation de cette information. »²⁷ ;

- renforcer, grâce à ces ressources libres et gratuites, le développement d'outils technolinguistiques multilingues pour garantir une véritable diversité linguistique.

2^e proposition : soutenir les États, les pays ou les groupes qui ont besoin d'une banque de terminologie multilingue, pour qu'ils identifient celle qui répondrait le mieux à leurs besoins de collecte et de création terminologique et néologique.

Dans ce cadre, l'Office québécois de la langue française concrétise cette proposition en se déclarant en faveur de partenariats institutionnels et prêt à :

- « mettre à la disposition d'institutions ou de groupes de partenaires » le nouveau « système intégré de production, de gestion et de diffusion » de sa banque, *Le grand dictionnaire terminologique* en sa version multilingue (à cette fin, il est prêt à accueillir des « stagiaires » provenant des Amériques) ;
- « échanger des terminologies » concernant, en particulier, les trois langues partenaires du français (espagnol, portugais, anglais) et également les autres langues de notre continent ;
- réaliser des « projets terminologiques multilingues » à l'aide du nouveau système multilingue.

Pour la réalisation de ces partenariats, l'Office proposera qu'il y ait des « responsables par langue ou par grand projet » qui soient chargés de la coordination des travaux menés par les partenaires d'une même langue.

3^e proposition : Soutenir le développement de versions en portugais, espagnol et, éventuellement, en d'autres langues, de la nouvelle base de termes français, appelée *Inverterm*. Cette base, créée en 2005, grâce au soutien financier de l'Organisation internationale de la Francophonie, rend actuellement

²⁷ *Mesurer la diversité linguistique sur Internet*, [publié dans le cadre du] Sommet mondial sur la société de l'information, Paris, UNESCO, 2005, p. 39.

disponible environ 600 000 termes français, accompagnés de définitions, de contextes, de synonymes et d'« équivalents dans d'autres langues ».

Les bases qui pourraient être développées pour le portugais, l'espagnol et d'autres langues, pourraient profiter de l'expérience francophone déjà acquise. Ainsi, les diverses bases *Inverterm* partageraient une plateforme technologique uniforme et un même lieu de traitement²⁸. Ce projet donnerait naissance à un corpus terminologique multilingue constitué de manière efficace et efficiente et géré par des institutions appropriées selon la langue traitée.

En conclusion: l'appui renouvelé à la diversité culturelle et linguistique

Nous terminons cette présentation en rappelant la position gouvernementale du Québec que nous avons fait connaître à Asunción parce qu'elle est inchangée et très actuelle :

« L'intensification des liens avec le reste des Amériques [au-delà des relations avec les États-Unis] représente des occasions d'affaires, mais aussi des occasions de partager des préoccupations communes. C'est ainsi que nous nous présenterons comme un défenseur acharné de la diversité culturelle. Le Québec sera de toutes les batailles afin de conserver son droit de promouvoir sa culture. Nous ne céderons jamais sur notre détermination à exclure la culture de tous les accords de libéralisation commerciale. [...] Notre gouvernement affirmera la présence du Québec sur la scène internationale. Les sociétés comme le Québec, qui n'ont pas l'avantage du nombre, ont un devoir d'audace »²⁹.

Dans la continuité de ce discours, le gouvernement du Québec a secondé le Canada qui, avec la France, a parrainé la Convention sur la protection et la promotion de la diversité des expressions culturelles. Et, comme nous le savons tous et toutes, le 20 octobre 2005, l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) a approuvé cette convention dans laquelle on rappelle, entre autres, que la diversité linguistique est un élément fondamental de la diversité culturelle.

Quelques mois plus tard, le 5 mai 2006, dans la ville de Québec, a été signé un *Accord entre le gouvernement du Canada et le gouvernement du Québec*

²⁸La conception de la base francophone et le traitement sont réalisés par la Société de mathématique appliquée inc.

²⁹Allocution prononcée le 7 mai 2003 par le premier ministre du Québec, monsieur Jean Charest, à l'occasion de la *Conférence de Montréal* [www.premier.gouv.qc.ca/general/discours/2003/mai].

relatif à l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO). L'accord débute en « reconnaissant qu'au Canada, la spécificité du Québec, fondée entre autres sur l'usage de la langue française et une culture unique, l'amène à jouer un rôle particulier au niveau international ».

Ces événements nous convainquent que les rencontres comme la nôtre sont nécessaires parce qu'elles contribuent à l'avancement des objectifs que sont la promotion et la réalisation de la diversité culturelle et linguistique.

El mercado de las lenguas en la edición

El idioma y el mercado del libro en América Latina

RICHARD URIBE

Subdirector de Libro y Desarrollo

Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe

La industria editorial, si bien genera contenidos culturales, científicos y educativos, su expansión está sujeta a las dinámicas del mercado (oferta y demanda) y a la propia dinámica que impulsa la generación de nuevos lectores y el desarrollo de nuevos sustratos sobre los cuales se fijan los contenidos editoriales. Dentro de los factores que permiten un mayor conocimiento de ese mercado se encuentra la segmentación del producto, la cual está determinada, a su vez, por las características del mercado y la población a la que se pretenda llegar. Una de esas características básicas es el idioma de la publicación, que se convierte, a simple vista, en una característica imperceptible dentro de las decisiones editoriales. Aunque es la característica determinante.

Lo más común en la decisión del idioma es que este sea coincidente con la lengua nativa del editor. Los libros se editan, por lo general, para mercados y nichos específicos circunscritos a áreas geográficas o geopolíticas con idiomas comunes. Sin embargo, dentro de la segmentación del mercado, la publicación en idiomas diferentes a la lengua nativa es una característica que permite la incursión en grupos poblacionales particulares e incluso la incursión en mercados internacionales para ampliar el tamaño del mercado. Esto se logra a partir de la traducción de textos, bien sea para traspasar fronteras idiomáticas por fuera del territorio nacional –comercio internacional– o, dentro del territorio nacional, para penetrar mercados lingüísticos minoritarios.

Además de las fronteras lingüísticas, en la edición existen los modismos y regionalismos que implican adaptaciones del contenido del libro. Como políticas editoriales, usualmente, dichas adaptaciones se hacen principalmente para títulos de literatura infantil y juvenil, cuando se proyecta atender diferentes países con lengua común. Y a los textos escolares que se desarrollan en con-

cordancia con el lenguaje específico de cada país y los *pensum* de los ministerios de educación.

En los demás títulos los editores buscan aproximarse a los términos de uso más generalizado para todos los lectores; y en ese caso en ediciones realizadas para diferentes países los ajustes en la práctica se realizan por conducto de los correctores de estilo. Desde luego publicaciones con giros lingüísticos específicos de regiones o ciudades que se editan para mercados agrupan grupos poblacionales culturalmente semejantes, enriquecen la bibliodiversidad y por lo tanto la diversidad cultural.

Quisiera, en este momento, incluir una breve explicación necesaria para el entendimiento de las cifras relacionadas con el mercado y las lenguas de edición.

Las estadísticas de exportaciones o importaciones de libros se originan principalmente en dos fuentes:

1. Las exportaciones realizadas por los editores de libros que editan y producen en sus respectivos países o a través de sus agentes exportadores. Estos libros se editan y exportan a mercados donde pueden ser leídos.
2. Las exportaciones realizadas por las industrias gráficas atendiendo los pedidos que les formulan editores de otros países para producir físicamente el libro por encargo (maquilas). Dichos libros se exportan a precios de impresión, en promedio hasta un tercio del precio de venta editorial y su flujo comercial no se relaciona con las lenguas de los mercados importadores sino con los costos de producción y fletes.

El libro, como mercancía física, es idéntico en los dos casos para fines de trámites aduaneros, por lo cual el sistema armonizado arancelario por lo general no los discrimina.

La documentación de las exportaciones o importaciones de libros (manifiestos y facturas) es la única que permite la realización de estudios especializados para establecer la proporción de las exportaciones entre el libro de contenido editorial y el libro impreso.

En el contexto de las naciones, los servicios de impresión se ofrecen en todos los países del mundo, con menor o mayor grado de desarrollo tecnológico, dado que esta es una industria ampliamente establecida; sin embargo, son muy pocos los países del mundo que han desarrollado una experticia exportadora y una logística de entrega para tirajes grandes (impresión en rotativas y encuadernación en línea) que permitan el suministro de los libros en los tiempos requeridos por el editor. Algunos países de Asia como Singa-

pur y China son proveedores de imprenta. En América Latina son exportadores de este servicio: México, Colombia, Chile y Perú. En Europa lo son: España, Italia, Inglaterra y Alemania, para libros de alta calidad gráfica y encuadernaciones de lujo.

Hecha esta aclaración metodológica regresamos al objeto de nuestra intervención.

El comercio internacional del libro se produce principalmente entre países que hablan la misma lengua y sin obstáculos arancelarios desde el Convenio internacional denominado de Florencia 1950 de la UNESCO. En la medida que la población de los países aumente su poder adquisitivo y aumenten los hábitos de lectura, es de esperar que en la región se amplíe el comercio internacional y el intercambio editorial, superando las limitantes impuestas por los esquemas de distribución y promoción.

COMERCIO EXTERIOR

Las exportaciones mundiales de libros presentaron un crecimiento del 28,1 % entre 1998 y 2004. En 1998, Estados Unidos, Inglaterra y Alemania participaban en las exportaciones mundiales con 47 %; México, Colombia, Argentina y Chile, con 10 %; Francia e Italia participan con 11,40 % y el 31,6 % restante lo exportó el resto del mundo¹. Esta concentración en las exportaciones se explica porque casi todos los demás países tienen industrias editoriales que atienden solamente (o en su inmensa mayoría) sus mercados locales por razones exclusivamente idiomáticas. La participación de Estados Unidos, Inglaterra y Alemania, había disminuido para 2002 a 43,5 %. Los Estados Unidos pierden 4,4 puntos de participación. En ese mismo año las exportaciones de China (incluyendo Hong Kong) crecieron 255 % incrementando en 4,3 % su participación. Es importante aclarar que el crecimiento de China obedece a libros impresos en ese país por encargo por editores de otros países, por ventajas en costo de impresión. Habría que establecer cuántos puntos de esa nueva demanda corresponden a la generada por editores norteamericanos. Si fuese equivalente se podría afirmar que el mercado editorial en términos lingüísticos se mantiene igual en el período analizado.

¹CONTRADE de las Naciones Unidas.

Las exportaciones de América Latina

Las exportaciones totales de libros de América Latina en 2004 fueron de 339 millones de dólares. Muy poco si se tiene en cuenta que se producen cerca de 50 000 títulos al año. El mayor volumen de exportaciones se hizo al interior de Hispano América (63,4 %), lo que muestra la importancia del mercado intraregional del libro por el factor común del idioma. Si bien el resto de las exportaciones se realizaron a países de habla inglesa (28,3 %), el 97 % de dichas exportaciones a los Estados Unidos correspondieron a órdenes de maquila, aunque cada vez sean mayores las demandas por títulos editoriales, de las poblaciones hispanohablantes fraccionadas en diferentes ciudades del territorio norteamericano. Sobre este tema volveré brevemente más adelante.

El 3,2 % de las exportaciones se hicieron a países que hablan portugués; el 2,3 % a España y el restante 0,6 % a otras zonas idiomáticas del mundo.

En resumen, los editores de América Latina solo exportan sus títulos editoriales a países donde se habla español.

La mayoría de los países, en América Latina, tienen muy pocas exportaciones, es de especial relevancia el caso de Brasil que, si bien representa un poco más del 37 % de la población entre los países de la región y produce cerca de 30 000 títulos, solamente representa el 6 % de las exportaciones. Esto se da en gran medida por razones idiomáticas.

Las importaciones de América Latina

Por otra parte, las importaciones de libros del resto del mundo a América Latina, en el período 2001-2004, alcanzaron en promedio la cifra de 870 millones de dólares. El 31,3 % de estas importaciones provienen de España; el 27,9 % de países de habla inglesa; el 27,1 % de países de América Latina hispanohablante; y el 11,8 % de otras zonas idiomáticas.

Origen de las importaciones de libros realizadas por América Latina 2001-2004 (Miles de Dólares CIF)				
País	2001	2002	2003	2004
España	328 203	282 802	241 459	238 475
Brasil	7 130	7 530	6 760	6 755
Habla inglesa	313 129	260 358	232 259	228 640
Otros idiomas	88 389	89 248	100 159	105 883
Hispanoamérica	251 354	219 802	233 439	238 492
Total	988 205	859 740	814 076	818 245

Fuente: COMTRADE

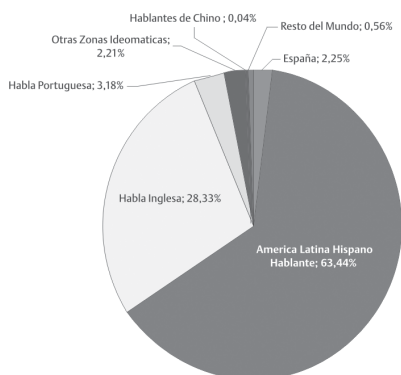
Las importaciones *per cápita* de libros son un buen indicador, aunque poco conocido, para analizar con determinadas restricciones las relaciones entre idiomas, el desarrollo de las industrias editoriales locales y hábitos importadores de los lectores. A continuación, se enumeran algunos ejemplos:

1. Estados Unidos importa 7 dólares *per cápita*, pero tiene una industria editorial local muy desarrollada en títulos en inglés; mientras su vecino Canadá, un país con relativamente pocos habitantes y un poder adquisitivo alto, tiene 34 dólares de importaciones de libros *per cápita*, en gran parte como resultado de las importaciones desde los Estados Unidos, dado que la población habla inglés, aunque en otras regiones de ese país también se hable el francés.
2. Alemania, una de las potencias editoriales mundiales con los índices de lectura más altos, importa 8 dólares *per cápita*; mientras que sus vecinos Austria y Suiza, países con poblaciones lectoras en idioma alemán, poseen un alto poder adquisitivo e industrias editoriales menores importan 38 y 64 dólares respectivamente. En gran parte, dichas importaciones provienen de la industria editorial alemana.
3. Japón importa 3 dólares *per cápita* pues, por factores idiomáticos, la producción editorial local atiende casi la totalidad del mercado.
4. Las dos industrias editoriales más desarrolladas en Latinoamérica que publican en español son México y Argentina. En la primera, las importaciones se han mantenido alrededor de cuatro dólares *per cápita* y en la segunda, Argentina, alrededor de los tres y medio dólares (por debajo de un dólar durante la crisis interna del 2003 y la fuerte devaluación de su moneda ya superada en la actualidad). La tercera industria editorial es Colombia, pero sus importaciones *per cápita* están alrededor de un dólar. El poder adquisitivo *per cápita* es menor. La industria editorial colombiana es altamente competitiva y, aunque esta orientada en gran medida hacia las exportaciones, atiende bien al mercado local.

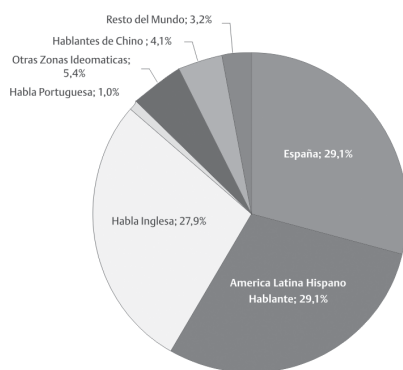
España es el origen del 29 % de las importaciones, pero tan solo es el destino del 2,3 % de las exportaciones latinoamericanas de libros. Aquí, si bien el flujo no tendría obstáculos por la lengua, son otros y diversos los factores que los últimos ochenta años han generado ese desequilibrio. Hoy en día uno de esos factores es que son los propios editores en España quienes editan a los autores latinoamericanos por los que tienen preferencias los lectores español-

les y también los latinoamericanos y, tal vez, la falta de gestión empresarial de las editoriales para penetrar los exigentes niveles competitivos del mercado español. Las exportaciones españolas son en su mayoría a los países hispano-hablantes de América Latina. Aunque, en los últimos tres años, han penetrado en los Estados Unidos y otros mercados europeos.

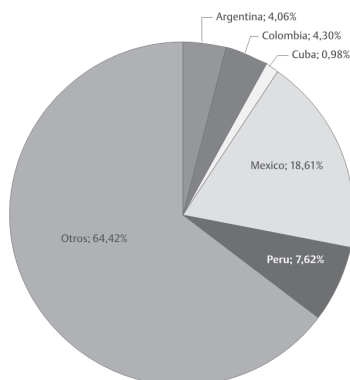
América Latina - Exportaciones por país de destino



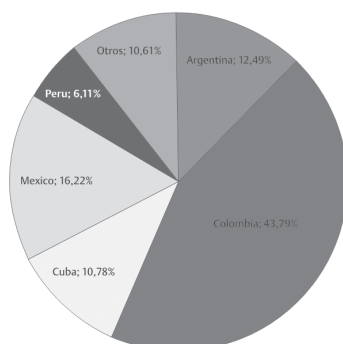
América Latina - Importaciones por país de origen



Participación de los países de América Latina hispano-hablantes en las Exportaciones



Participación de los países de América Latina hispano-hablantes en las Importaciones



Para la mayoría de los países de América Latina el mercado más importante es el intraregional y, especialmente, el de los países vecinos, salvo México que es el principal importador de la región. Este es el caso de Argentina (74,4 %), Bolivia (77,1 %), Chile (77,5 %), Colombia (85,3 %), Costa Rica (51,9 %), Ecuador (65,71 %), El Salvador (98,6 %), Guatemala (96,4 %), Nicaragua (86,2 %), Perú (79,1 %) y Venezuela (75,5 %).

En el caso de Brasil, la industria editorial publica en portugués para atender el mercado local que concentra la mayoría de la población mundial que lee en este idioma.

Títulos registrados en el ISBN por lenguas

En América Latina y el Caribe, en el período 2001-2005, se reportaron ante las cámaras del libro y bibliotecas nacionales 362 615 títulos que obtuvieron el ISBN. En 2005 fueron reportados 84 094 títulos.

Es preciso aquí hacer una advertencia metodológica: aclarando que el que los autores o editores registren el libro no significa que el mismo salga al mercado, aunque en la mayoría de los casos sea así (hay libros editados que se difunden pero no se venden; además existe en algunas agencias de registro un rezago en el año, en el título que se ingresa en el sistema del ISBN y también que en algunos casos todavía existen libros en América Latina que no tienen ISBN, aunque este número de identificación internacional estándar sea necesario, por ejemplo, para los códigos de barra requeridos en las cajas registradores de las librerías y almacenes detallistas).

La información registrada de cada uno de los títulos en las agencias ISBN nacionales (bibliotecas públicas o cámaras del libro, en México es la Oficina de Derechos de Autor) se consolida en las bases del RILVI, proyecto aprobado por la Cumbre de los Presidentes de Iberoamérica y en las del Servicio de Información Estadística Regional, SIER, del CERLALC. Con ellas se realiza el presente análisis por un software que desarrollamos en el CERLALC denominado *Destila*. En la base se registra la información de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela.

Para analizar el mercado de las lenguas, la información consignada en el SIER brinda un aporte relevante.

La Base, en ese sentido, presentó problemas de carácter metodológico, especialmente por la falta de estandarización de la variable *lengua*, porque los editores que diligenciaron el formulario de las agencias ISBN, en muchos países, categorizaron las lenguas indígenas como “otros idiomas”, por lo que, por

ejemplo en México, Guatemala y Colombia, entre otros, la base reportaba muy pocos títulos en las lenguas indígenas.

El saber las lenguas en las que publica cada país sus libros nos da un indicador de su composición poblacional y de la demanda de dicha población por libros, tanto en su idioma materno como en otros idiomas. De igual manera, dice mucho que poblaciones minoritarias dejan de lado su idioma materno por el idioma dominante en la región a la que pertenecen para poder entrar en intercambio comercial, intercambio que así planteado no favorece la diversidad cultural. Otra posible explicación se encuentra en la escasa publicación de libros en las lenguas indígenas.

No solo es importante el número de títulos como un indicador de cantidad respecto a los publicados por lenguas dominantes en la región, como el español y portugués, también es un aporte valioso conocer qué producen, en cuanto a contenidos, y quiénes los producen, para la sostenibilidad de la diversidad cultural. El de dónde surgen los títulos toma importancia en la medida en la que las comunidades determinan sus contenidos y no son contenidos traducidos de otras lenguas. La información sobre idiomas traducidos y sobre si son publicaciones monolíticas o bilingües son datos que serán de interés para futuros análisis.

Al discriminar el volumen de títulos (362 615) en los últimos cinco años por el idioma en el que se publicaron, el español y el portugués son las dos lenguas con mayor participación (esto desde luego no es ninguna novedad). El 58,1 % de los títulos se publicaron en español, el 38,7 % en portugués y el resto se registró en otros idiomas. Prácticamente en la misma relación, como Ethnologue estima, de la población según idiomas que se hablan en la región: 271 928 700 personas hablan español y 163 153 389 hablan portugués, salvo para las lenguas indígenas. Las estimaciones hoy son más altas pero la proporción se mantiene.

Los pocos títulos registrados en otras lenguas, diferentes al español y portugués, son los editados en francés, italiano, alemán, y en japonés (en el total con los demás idiomas el 1,6 %), lenguas que cubren demandas de grupos poblacionales minoritarios que inmigraron al continente americano y conservan sus lenguas maternas a la par que el español y el portugués.

En el caso de los títulos registrados en inglés, su número es un poco mayor dado el uso del inglés como lengua extranjera en algunos países o como idioma exigido para acceder al grado universitario en muchas universidades de América Latina y son, en su mayoría, de carácter científico o educativos (2,3 %).

La participación de títulos registrados en inglés parece baja frente a la población que aprende o dice hablar el idioma inglés en Latinoamérica, esto se da porque los libros en inglés, usualmente para aprender el idioma, se importan:

el 28 % de las importaciones totales de libros de América Latina son hechas a los Estados Unidos.

Los títulos registrados en lenguas indígenas, son inferiores al 1 %, esta baja participación de la lengua indígena tiene varias explicaciones en las que ahondaremos más adelante, desde el punto de vista del mercado editorial, y, desde luego, no guarda ninguna proporción con la población indígena del continente estimada en 34 millones.

Debido a la existencia de lenguas dominantes, que pertenecen a sistemas económicos dominantes, muchas lenguas ocupan puestos marginales por el uso funcional de otras lenguas en los mercados. Las presiones culturales y económicas, y el uso de nuevas tecnologías que requieren la homogenización en los códigos de comunicación han desplazando y reemplazando las lenguas usadas por minorías.

Una primera mirada a los títulos editados en lenguas indígenas

En términos generales, las editoriales comerciales en América Latina no han abordado la producción de títulos en lenguas indígenas por razones de mercado. La escasa producción editorial en lenguas indígenas está en el campo de políticas gubernamentales o en más aislados casos, obedeciendo a ediciones institucionales u organizaciones no gubernamentales.

En esta evaluación, muy preliminar, los títulos registrados en lenguas indígenas tienen una participación de 0,07 %, este porcentaje corresponde a 243 títulos publicados en alguna lengua indígena. Los títulos registrados en español y una lengua indígena corresponden 0,01 %, es decir, a 23 títulos, 7 en español-guaraní; 12 en español-shuar; y 4 en español-quechua/quichua. ¿Tendremos subregistro en la producción? O estos datos pueden ser explicados por razones como que la tradición oral es, para muchas comunidades, más importante que la tradición escrita, y los índices de alfabetización en lengua materna son muy bajos. En segundo lugar, la diversidad lingüística es amplia en América Latina, lo que hace que la población asociada a cada lengua sea de poca densidad. Los estudios recientes sobre la cartografía de las lenguas indígenas reafirman la complejidad que representan el número de familias y lenguas indígenas identificadas.

Como ejemplo, en Colombia, la población asociada a la familia Chibcha es de 19 988, según el CENSO de 1993 realizado por el DANE, esta familia lingüística está compuesta, a su vez, por las lenguas Kogui, Ika, Wiwa, Uwa, Chimila, Barí, y Kuna. En la praxis esta segmentación conlleva a una división de la población en grupos aún más pequeños, que, si bien pertenecen a la misma familia lingüística, su lengua está diferenciada por la manera en cómo cada comunidad percibe el

entorno y lo que media entre la realidad y los símbolos. Esto imposibilita el uso de un texto para el total de la población perteneciente a la familia lingüística.

En esta primera aproximación sobre los títulos registrados e identificados en lenguas indígenas en América Latina (243 títulos), se registraron 36 lenguas diferentes que son: *aleute* (América del Norte), *guaraní* (Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay), *aymará* (Bolivia, Perú, Argentina, Chile), *quechua-quichua* (Perú, Ecuador, Colombia), *Maya*, *Achi*, *Qeqchi*, *Poqomchi*, *Mixteca*, *Kixhee*, *Kaqchikel*, *Mapudungun*, *Tzutujil*, *Mazateco*, *Tzaltal*, *Tzotzil*, *Totonaco*, *Zoque*, *Popti*, *Qanjobal*, *Kaqchikel*, *Pogoman*, *Man* (Guatemala, México, Nicaragua), *Guayabero*, *Wayuu*, *Piaroa*, *Kogui*, *Indigena-Colombia* (Colombia), *Pemon* (Venezuela), *Kunza*, *Ayoreo* (Paraguay, Bolivia), *Enxet* (Paraguay), *Trinitario*, *Tsimane* (Bolivia).

La familia lingüística que más títulos registró es la maya, que participa en el total con 54 títulos, la quechua con 28, la jaqi con la lengua aymará con 27, la guaraní con 19 y la chibcha con la lengua kogui con 16. Estas familias lingüísticas corresponden en América Latina a las familias con mayor población indígena, se estima que hay 16 251 095 hablantes de lenguas de la familia maya, 8 037 500 de la familia quechua, 2 227 642 de la familia aymará, y 4 688 670 de la familia Tupí-guaraní, según datos registrados en Ethnologue.

En el caso de la familia maya, si bien en las lenguas que se registran los títulos son diversos y registraron pocos títulos en el mismo período analizado (2001-2005), existe una continuidad en los títulos y en el contenido, como los cuentos en diferentes lenguas maya. Esto mismo sucede con las lenguas quechua, aymará, guaraní y kogui, que presentan una continuidad en cuanto a contenidos.

En el caso de la lengua kunza, en Chile, en otro tipo de ejemplo más particular, el diccionario Kunza-Castellano fue editado por La Corporación Nacional del Cobre, Codelco, que pertenece al Ministerio de Minas. Actualmente, la lengua kunza es considerada como lengua muerta, sobrevive por la existencia de indígenas que recitan oraciones y canto en los ritos, pero no tiene claridad de su significado. La comunidad indígena se resiste a perder su lengua y trabaja por la recuperación de palabras para introducirlas en los procesos educativos.

En lenguas como la ayoreo, trinitario, tsamani, los títulos son religiosos y están asociados a la editorial Sociedad bíblica bolivariana.

Los contenidos educativos son básicamente para la primaria y secundaria y pertenecen al diseño de *pensum* de los ministerios de educación en algunos países, como La Secretaría de Educación Pública de México y los Ministerios de Educación de Guatemala, Bolivia, Perú y Paraguay. El Programa de apoyo al sector educativo de Guatemala y la Fundación Cholsamaj, la Sociedad bíblica bolivariana, el Instituto Superior Simón Bolívar y el Instituto de lengua y cultura aymará.

En Colombia, la editorial Fundición para los pueblos marginados, tiene publicados los títulos de la lengua kogui, al igual que los textos en wayuu que son en su mayoría literatura aborigen.

Es importante resaltar que, si bien los mitos, leyendas y cuentos, no son clasificados como textos escolares, hacen parte de procesos formativos que implementan las comunidades indígenas para formar a los miembros en cuanto a valores y códigos simbólicos que, a la vez nutren sus lenguas y les dan vigencia.

En Guatemala², como un último ejemplo, existe un programa para fortalecer la educación bilingüe de las comunidades lingüísticas mayas con la producción de Textos Escolares. La Dirección General de Educación Bilingüe e Intercultural, BIGEBI, dentro de sus funciones, tiene la responsabilidad de fortalecer la calidad educativa de los niños y las niñas desde el idioma materno, sea este el castellano o no. Debido a la reconocida diversidad de lenguas nativas con las que cuenta Guatemala, se realizó la autoría, edición, impresión y distribución de textos bilingües de primero, segundo y tercer grado, en castellano como segunda lengua. Se contó con libros bilingües de Cultura Maya y Matemáticas, en los cuatro idiomas mayas mayoritarios del país (Q'eqchi, Mam, K'iche' y Kaqchikel), en quince idiomas mayas: Q'eqchi, Poqomchi, Achi, Ch'orti, Mopan, Poqoman, Man, K'iche', Kaqchikel, Tz'utujil, Ixil, Akateko, Awuakateko, Chuj y Popti'. El proyecto fue financiado por el BID, el BM, el Gobierno de Bélgica, la Agencia Internacional de Desarrollo (AID), el Programa de Apoyo del Sector Educativo (PROASE).

Para el período 2000-2004 se produjeron y distribuyeron la siguiente cantidad de textos por idioma y por grado³.

Primer Grado				
Idiomas	Áreas de Aprendizaje			
	Cultura Maya	Matemática	Castellano como L2	Total
K'iche'	60 404	60 404		120 808
Mam	62 932	62 932		125 864
Kaqchikel	39 766	39 766		79 532
Q'eqchi'	38 431	38 431		76 862
Español			201 234	201 234
Totales	201 533	201 533	201 234	604 300

²CERLAC, Programa, compras oficiales y dotaciones de textos Escolares en América Latina y el Caribe. Pág 35-36.

³Fuente: DIGEBI

Segundo Grado				
Idiomas	Áreas de Aprendizaje			
	Cultura Maya	Matemática	Castellano como L2	Total
K'iche'	25 000	25 000		50 000
Mam	20 000	20 000		40 000
Kaqchikel	15 000	15 000		30 000
Español			60 000	60 000
Totales	60 000	60 000	60 000	180 000

La incorporación al mercado editorial por parte de empresas privadas en el campo de las lenguas indígenas no está dentro de sus proyectos. Por un lado, las comunidades indígenas tienen bajas tasas de alfabetización en lengua materna, para muchas etnias la tradición oral es más importante que la escrita y sus ingresos son bajos, estos tres factores impiden consolidar una demanda estable y continua. Por el lado de la producción editorial, a cargo de los gobiernos y entidades sin ánimo de lucro, se enfrenta una segmentación del mercado asociado a la diversidad lingüística del continente que exige, por parte de estos proyectos editoriales, un grado de especialización que cumpla con las necesidades indígenas.

La etnoeducación, como principal herramienta de apoyo a los procesos educativos bilingües que demandan las comunidades indígenas, da respuesta al problema existente en la formación de grupos minoritarios, que se han dado cuenta que el sistema educativo que han venido implementando no forma a los miembros a construir y preservar la identidad. Las comunidades indígenas han puesto en las agendas del gobierno la importancia de rediseñar la educación que reciben y se constituyen como desarrolladores de su propia educación. En este proceso es que tiene cabida la preservación de la lengua materna como principal herramienta educativa y los textos publicados en dicha lengua como un instrumento que toma valor como acervo de identidad.

En síntesis, en América hay extensas regiones geopolíticas con lenguas comunes que han permitido flujos de títulos que alimentan el comercio intraregional del libro. El inglés entre Estados Unidos y Canadá; desde los Estados Unidos hacia los países hispano-lusitanos, se ha sostenido un comercio de contenidos editoriales para las áreas educativas y de enseñanza del idioma inglés y, en dirección inversa, en gran porcentaje, por las exportaciones de

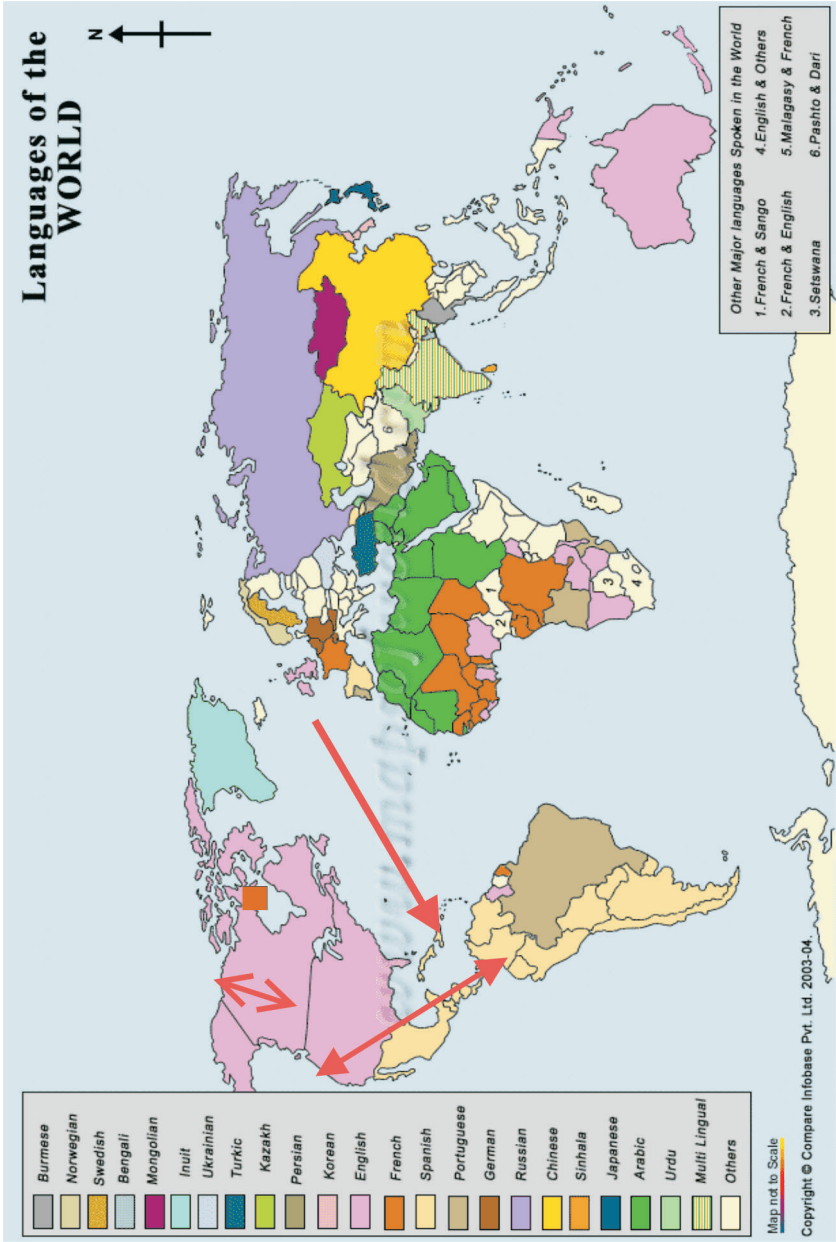
libros manufacturados en la Región para editores norteamericanos. Sin embargo, en época reciente, se han incrementado las exportaciones para atender las demandas diversas y crecientes de las poblaciones hispanohablantes en los Estados Unidos con lo cual se fortalece la bibliodiversidad idiomática en ese país. Un reciente censo muestra que el 13 % de la población total de los Estados Unidos es latina y que el 35 % de ese grupo es menor de 18 años. El español es la segunda lengua de los niños en las escuelas de los Estados Unidos, señaló Pat Schroder, Presidente de la Asociación de Editores de Norteamérica, al lanzar el proyecto Publishing Latino Voices for America, que invita a los editores estadounidenses a editar en español.

Unas ideas y recomendaciones

Impulsaremos desde el CERLALC en adelante la tarea de homogeneizar las bases de datos de los registros del sistema ISBN en la región en lo referente a la categorización de las lenguas con el fin de darle relevancia a las especificidades de las diversas lenguas indígenas con el objetivo de proveer estadísticas sobre la producción editorial que contribuyan a las investigaciones lingüísticas y editoriales de la región que soporten indicadores para la bibliodiversidad, la etnoeducación y el plurilingüismo en la región. En ese sentido, recomendamos a las agencias ISBN de los países identificar las lenguas indígenas principales e incorporarlas en las tablas que identifican las lenguas en que se edita o traduce.

Impulsaremos entre los editores el estímulo por las traducciones del portugués al español y viceversa que hoy, aunque se han incrementado, registran en lo que va corrido de 2006 solo 507 títulos de los 84 000 que produce la región. Y la producción monolingüe de las lenguas indígenas. Hoy el proceso de edición e impresión se facilita por la tecnología de impresión por demanda. También por la digitalización de obras por Internet y su difusión en la lengua de su publicación original, en la medida en que se hagan explícitos los derechos de autor para hacerlo. Esperamos contribuir en las iniciativas que en este campo la Unión Latina y los seminarios como este vienen gestando de manera prepositiva por la diversidad cultural.

Anexo 1. Idioma y comercio exterior del libro



Anexo 2. Primer mercado de exportación de libros de cada país de la Región (2004).



Anexo 3. Primer mercado de exportación de libros de cada país de la Región (2003).



Les industries de la langue à l'aide du multilinguisme

TERMIUM® Une banque au service du plurilinguisme

GABRIEL HUARD

trad.a.

Direction de la normalisation terminologique (DNT)

- **Remerciements :** Remerciements aux organisateurs du III^e Séminaire interaméricain sur la gestion des langues : Direction terminologie et industries de la langue de l'Union latine, Pontificia Universidade Católica (PUC) de Rio de Janeiro et Ministerio do Educação do Brasil.
- **Thème « Politiques éditoriales et outils technologiques » :** Rôle du Bureau de la traduction du gouvernement du Canada et de TERMIUM®, sa banque de données linguistiques et terminologiques, dans l'application des politiques linguistiques et multiculturelles du gouvernement canadien.

GOUVERNEMENT DU CANADA: CONTEXTE LINGUISTIQUE

- **Deux langues officielles :** français, anglais
Loi sur les langues officielles, 1969 (revue en 1988)
- **Statut des langues officielles (français et anglais) au gouvernement du Canada :** égalité de statut et égalité de droits et de privilèges quant à leur usage dans les institutions fédérales et appui au développement des minorités francophones et anglophones du Canada.

■ Ouverture sur le plurilinguisme

Loi sur le multiculturalisme canadien, 1985

- Du point de vue du Canada, apport essentiel au pays des cultures et des langues autochtones en raison de leur grande richesse.
- Mise en place de nombreux programmes gouvernementaux canadiens pour accroître la promotion des langues autochtones, même si ces langues ne sont pas des langues officielles au niveau fédéral.
- Par contre, statut de langues officielles des langues autochtones dans les territoires du Nord (par exemple, l'inuktitut est la langue officielle du territoire du Nunavut, que représente ici Naullaq Arnaquq, sous-ministre adjointe au ministère de la Culture, de la Langue, des Aînés et de la Jeunesse (CLAJ) du Nunavut).
- De même, le Canada étant un pays d'immigrants, existence de nombreux programmes gouvernementaux visant la promotion des langues étrangères, dites langues patrimoniales, que parlent les citoyens du pays.
- Rappel des grandes vagues d'immigration au Canada : Ukrainiens et Allemands dans les plaines de l'Ouest, Italiens et Latino-américains (surtout Chiliens) à Montréal et à Toronto ainsi que Chinois, Indiens et Pakistanais en Colombie-Britannique.

GOVERNEMENT DU CANADA: CONTEXTE COMMERCIAL

■ Mères-patries

- Attachement traditionnel du Canada à ses deux mères-patries, soit la France et l'Angleterre.
- Cependant, États-Unis, premier partenaire commercial du Canada pour des raisons évidentes.

■ Axe nord-sud

- Depuis une vingtaine d'années, établissement de liens très étroits du Canada avec des pays de l'axe nord-sud, surtout en Amérique latine.
- Afin de favoriser une plus grande intégration des économies à l'échelle interaméricaine, récents efforts pour signer des accords bilatéraux démontrant ainsi la volonté du Canada d'intensifier ses rapports avec tous ses voisins du sud.
- Répercussions sur le statut de l'espagnol et du portugais au Bureau de la traduction : **espagnol**, première langue la plus traduite depuis la fin des années 1990; **portugais**, septième langue la plus traduite.

■ Nouveaux pôles économiques

- Intention claire du gouvernement canadien d'accroître ses échanges avec trois grands pôles économiques émergents, soit la Chine, l'Inde et le Brésil.
- Répercussions : Le chinois (deuxième langue la plus parlée à l'ouest de la province de l'Ontario), l'hindi-ourdou et le portugais seront, avec l'espagnol, les langues étrangères les plus traduites au gouvernement du Canada.

Et le Bureau de la traduction dans tout ça ?

BUREAU DE LA TRADUCTION: MANDAT EN TERMINOLOGIE

- **Vérifier et normaliser la terminologie au fédéral**
- **Créer une banque de terminologie**
- **Collaborer en ce sens avec des partenaires intéressés à la recherche terminologique**
 - **Publications et guides** : Libre-échange, immigration, aliments, bioéthique, passeports, revendications des Indiens et même avalanches.
 - **Aides à la rédaction** : 13 outils qui traitent de problèmes de langue et de traduction en français et en anglais en vue de garantir l'efficacité de la communication, dont *Le guide du rédacteur*, *The Canadian Style* et le *Lexique analogique*.

- **Coin linguistique** : Outil langagier destiné aux fonctionnaires fédéraux soucieux d'améliorer leur connaissance des langues officielles. Outil mis à jour hebdomadairement
- **Pavel, didacticiel de terminologie** : Outil convivial tiré du *Précis de terminologie*, qui contribue à la promotion en terminologie. Outil disponible sur le site du Bureau de la traduction en français, en anglais, en espagnol et en portugais. Versions en préparation en néerlandais et en italien.

Mais ... TERMIUM® : Depuis le décret du Cabinet fédéral de 1974, outil par excellence de normalisation et de diffusion de la terminologie dans la fonction publique fédérale et ailleurs.

TERMIUM® : POLITIQUE ÉDITORIALE

■ **Documentation**

- Consultation de sources écrites (ouvrages et Internet) et orales.
- Pour les sources écrites, respect des droits d'auteur.
- Citation de sources autorisées.

■ **Gestion**

- Respect de l'univocité.
- Attribution pertinente des domaines et des sous-domaines.
- Utilisation à bon escient de divers types de justification (définitions, contextes, exemples, observations, notes).
- Présentation des variantes linguistiques, le cas échéant.

■ **Méthodologie**

- Comité de méthodologie pour assurer le respect des principes de gestion de TERMIUM®.
- Épuration systématique de TERMIUM® au fur et à mesure des travaux (ponctuelle, thématique, comités, carnets de commande, etc.).

■ **Contenu en langues officielles**

- 295

- Domaines traités (nombre de fiches) : industries (141 514), sciences mathématiques, sciences naturelles et sciences physiques (138 847), sciences humaines (138 835), administration (129 766), environnement (24 389) et ...appellations (303 860).

■ Enrichissement multilingue

- Espagnol : 160 000 termes.
- Portugais : 7 000 termes.
- Domaines traités : électronique et informatique, économie, sciences humaines, sciences mathématiques, naturelles et physiques.

■ Avenir

- Langues autochtones : inuktitut, innu.
- Langues patrimoniales : chinois, hindi-ourdu.
- Langues transnationales africaines : créole, fulfude-pulaar, mandingue, lingala, swahili.

TERMIUM[®] V: OBJECTIF ET AVANTAGES

■ Objectif

- Créer une application centrale Web permettant à chacun des **utilisateurs autorisés** de gérer ses données terminologiques et linguistiques et de faire des transactions en direct dans la banque.

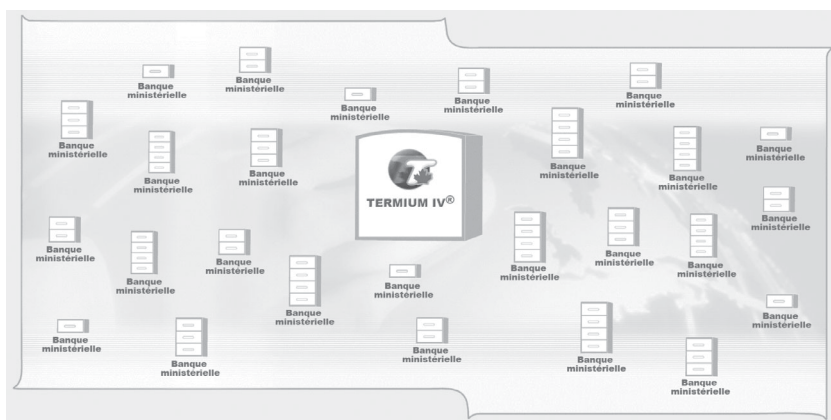
■ Avantages

- Gestion des données en temps réel.
- Partage des données en temps réel entre les partenaires.

- Intégration des caractères Unicode.
- Et surtout, **création de tiroirs.**

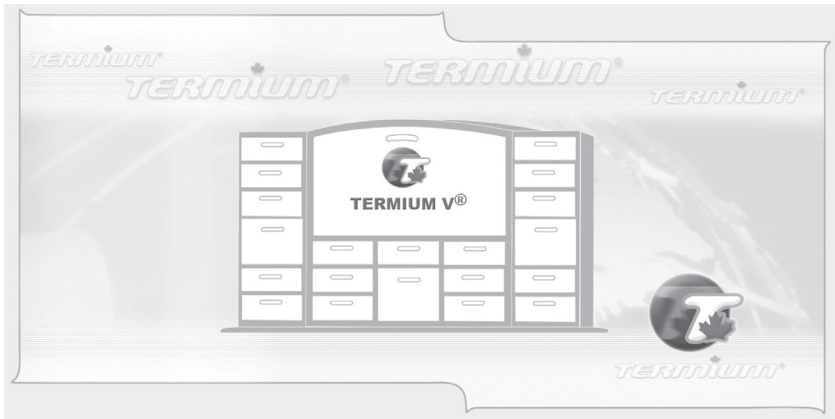
Grand avantage : réunion en un même lieu d'une base de données grand public comportant la terminologie du Bureau de la traduction ainsi que de ses clients et partenaires.

LA TERMINOLOGIE AU FÉDÉRAL AUJOURD'HUI: TERMIUM® IV + BANQUES MINISTÉRIELLES



- Apparition de petites bases de données qui a favorisé une multiplication de sources terminologiques au sein du gouvernement fédéral, soit une dispersion des efforts, ce qui a entraîné un problème d'uniformisation.

LA TERMINOLOGIE AU FÉDÉRAL DEMAIN: TIROIRS DE TERMIUM® V



■ Objectif

- Nouvelle version de TERMIUM® qui permettra de concilier le besoin propre à chaque ministère de créer sa terminologie avec la nécessité pour le gouvernement canadien de parler d'une seule voix à ses citoyens.

■ Caractéristiques

- Intégration des caractères Unicode (inuktitut, chinois, hindi-ourdou).
- Application accessible à partir du poste de travail de chaque utilisateur pour consultation.
- Application permettant la gestion en temps réel des données terminologiques partout au Canada et à l'étranger.

■ Structure

- « Tiroirs » ou espaces logiques alimentés et gérés par le Bureau de la traduction ou par ses collaborateurs.

TERMIUM[®] V : FICHES ET DIFFUSION

■ Fiches

- Fiches publiques sanctionnées par les terminologues du Bureau de la traduction.
- Fiches internes des unités de traduction du Bureau de la traduction et des organismes extérieurs.

■ Diffusion

- Diffusion des fiches publiques dans *TERMIUM Plus[®]*, outil de normalisation terminologique.
- Diffusion des fiches internes sur un autre support à la demande des organismes extérieurs.
- Accès aux tiroirs par privilèges.

TERMIUM[®] V : UTILISATION ET ORGANISATION

■ Utilisation

- **Usagers fédéraux**
 - 60 unités de traduction du Bureau de la traduction.
 - 120 ministères et organismes fédéraux.
- **Usagers externes**
 - Organismes extérieurs en langues officielles.
 - Organismes canadiens ou étrangers en langues autres.

■ Organisation

- Un tiroir distinct par service ou par organisme.
- **Contenant** : propriété du Bureau de la traduction.
- **Contenu** : propriété du partenaire.

TERMIUM[®] V : MODALITÉS ET ENTENTE

■ Modalités

- Utilisation d'un code d'utilisateur et d'un mot de passe.
- Droits de visualisation et de modification accordés de manière distincte.
- Champ appelé « Organisation » pour identifier le propriétaire gestionnaire du tiroir.
- Sensibilisation aux droits d'auteur (en ce qui concerne l'intégration d'entrées tirées d'ouvrages publiés).

■ Ententes

- Offre gratuite aux ministères, clients et organismes extérieurs d'un tiroir de TERMIUM[®] V pour créer et gérer leurs propres fiches.
- Droit de consultation des tiroirs par le Bureau de la traduction et possibilité pour les terminologues de reproduire les fiches pertinentes dans la base de données publique.

LES TIROIRS DE TERMIUM[®] V ?

Un outil incontournable pour la gestion des langues !

CONCLUSÕES

http://dtil.unilat.org/tercer_seminario/index_pt.htm

CONCLUSIONES

http://dtil.inilat.org/tercer_seminario/index_es.htm

CONCLUSIONS

http://dtil.inilat.org/tercer_seminario/index_fr.htm

CONCLUSIONS

http://dtil.inilat.org/tercer_seminario/index_en.htm
